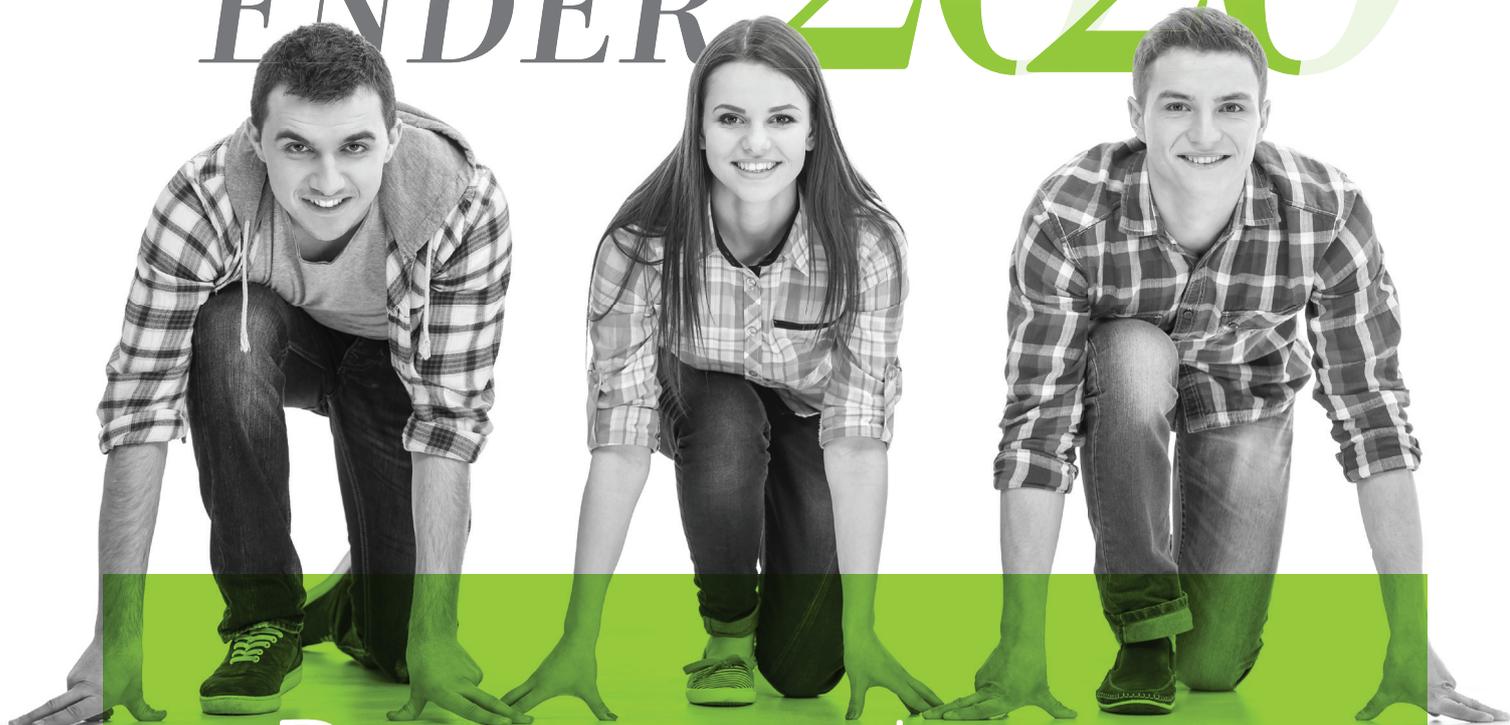




FUNDAÇÃO AEP

EMPREENDER 2020



Regresso de uma
geração preparada

DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO ATUAL
MODELO PROSPETIVO DE DESENVOLVIMENTO

2017/2018

Regresso de
uma geração
preparada

Ficha técnica

Edição:

Fundação AEP

Autoria:

Pedro Góis, José Carlos Marques e Filipa Pinho

Coordenação Geral:

CH Academy – Gestão de Capital Humano, Lda
Carlos Lacerda, Lurdes Morais, Raquel Ribeiro

Design Gráfico:

CH Academy – Gestão de Capital Humano, Lda
Francisco Horta e Vale e Filomena Jorge

Ano

2017

Conteúdo

Capítulo I - DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO ATUAL	9
1. Introdução	11
2. Metodologia para a construção do Diagnóstico	17
3. A emigração portuguesa - uma constante histórica	19
4. Investigar o regresso: revisão da literatura	27
4.1 Definir o regresso	28
4.2 O regresso nas teorias das migrações	29
4.3 O estudo (das intenções) do regresso	34
4.4 Regresso, desenvolvimento, empreendedorismo	35
4.5 Tipologias	36
4.6 Estudos anteriores sobre o regresso de emigrantes portugueses	38
5. Metodologia usada na recolha de informação quantitativa primária	45
5.1 Definição do grupo alvo	45
5.2 Amostragem e estratégias de amostragem	45
5.3 O inquérito online	45
5.4 O questionário sobre o regresso	46
5.5 Mérito e limites do estudo	47
6. Análise dos resultados do inquérito	49
6.1 Características demográficas	49
6.2 Espaços e tempos da (e)migração	51
6.3 Características socioprofissionais	55
6.4 As motivações para a saída de Portugal	58
6.5 As intenções de regresso	59
6.6 A integração no mercado de trabalho após regresso	65
6.7 Expectativas empreendedoras	68
6.8 Alguns apontamentos finais sobre o regresso e o empreendedorismo	75
7. Desafios futuros	81



Promotor:



Parceiros:



Cofinanciado por:



8.	Referências bibliográficas	85
9.	Notas sobre os autores	91
10.	Anexo	93
	Capítulo - II - Modelo prospetivo de desenvolvimento	99
	Sumário Executivo	101
1.	Introdução	113
2.	Políticas atuais de vinculação de emigrantes	127
3.	Necessidades das empresas e das regiões e o regresso dos emigrantes	139
4.	Potencial de regresso dos migrantes	143
5.	Necessidades dos migrantes para regressarem	145
6.	Potencial empreendedor dos migrantes	149
7.	Políticas de apoio ao empreendedorismo emigrante	151
7.1	Compete 2020	151
7.2	Apoios do Instituto de Emprego e Formação Profissional	157
7.3	Startup Portugal	159
7.4	Linhas de Crédito	161
7.5	Business Angels	161
7.6	Capital de Risco	162
7.7	Incentivos Fiscais ao Investimento	163
7.8	Apoios à Contratação	164
7.9	Programas e Iniciativas Privadas de Apoio ao Empreendedorismo	165
7.10	Incentivos Específicos ao Empreendedorismo Emigrante	167
8.	Incentivos e/ou Benefícios Fiscais para emigrantes regressados	171
9.	Análise das estratégias de promoção do regresso de outros países	175
10.	Cenários demográficos e de emprego	179
11.	Conclusão e recomendações	187
12.	Referências bibliográficas	197



Capítulo - I

DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO ATUAL

REGRESSO DE UMA GERAÇÃO PREPARADA
2017

1. Introdução

Emigrar é um desígnio nacional, já o afirmava Magalhães Godinho, em 1978: *“a emigração é uma constante estrutural da história portuguesa”* (Godinho, 1978). Joel Serrão, em 1970, recordava também *“que a emigração portuguesa teve início com a colonização da Madeira em 1425”* (Serrão, 1970).

Fontes oficiais do IAECF de maio de 1991, estimavam que residiam então fora de Portugal mais de quatro milhões de portugueses, representando cerca de 40% dos residentes em território nacional, pelo que, quer pelo seu volume, quer pelo impacto social e económico, representavam 4% do PIB ao longo da época de 80, constituindo um fenómeno marcante da sociedade portuguesa (Baganha, 1993).

Estes números são apenas um testemunho de uma história já antiga. Desde a colonização da Madeira, a emigração foi interiorizada nos modos de vida e na mentalidade dos portugueses, contribuiu para mudanças na sociedade e na economia do país e integrou experiências migratórias, laborais, educativas, linguísticas ou outras na matriz sociológica do país ao longo do tempo.

A emigração portuguesa apresenta diversos ciclos distintos entre si, tendo o primeiro ocorrido ao longo do século XIX, e prolongando-se até aos anos 30 do século XX, sobretudo para as Américas. Numa primeira fase dirigiu-se para os EUA e, sobretudo, para o Brasil. Cerca de dois milhões de portugueses emigraram então para esses países representando uma proporção muito elevada da população portuguesa da época.

O segundo ciclo inicia-se nos anos 50 e prolonga-se até à revolução de abril de 1974. Neste segundo ciclo, o número de emigrantes foi muito maior e mais concentrado no tempo, dirigindo-se predominantemente para alguns países da Europa, como França e Alemanha e, numa migração intra império colonial, para Angola, Moçambique e residualmente para as outras províncias ultramarinas.

O terceiro ciclo iniciou-se por volta de 1985, após um desacelerar das migrações internacionais imediatamente após o restaurar da democracia em 1974 e prolonga-se até à atualidade, sendo que, nos primeiros anos, os principais destinos da emigração eram a Suíça e Alemanha, bem como o Luxemburgo. Mais tarde espalhou-se por toda a Europa, reassumiu velhos destinos migratórios e descobriu novos países de emigração.

A emigração intercontinental diminuiu consideravelmente a partir dos anos 60. Contudo, devido à recessão nos países da Europa, nos últimos anos voltou a aumentar sobretudo para destinos como o Brasil, Angola e Moçambique e, mais residualmente, para os EUA, o Canadá ou a Austrália.

Ao longo de vinte anos (1953-1973) foram emitidos pelos países da então Comunidade Económica Europeia (CEE) várias autorizações de trabalho a estrangeiros, (oito milhões mais exatamente) oriundos da Europa do Sul, “periférica” com destino à Europa do norte “industrializada”, e carente em mão-de-obra devido à II Guerra Mundial. Foi dada oportunidade a milhões de trabalhadores e suas famílias de emigrarem, uma oportunidade que foi aproveitada por milhares de portugueses que se dirigiram a estes países no âmbito de programas de *gastarbeiter* ou trabalhadores-convidados.

Não havendo estatísticas fiáveis, estima-se que, entre 1950 e 1974, mais de um milhão e oitocentos mil portugueses tenha emigrado para os destinos tradicionais, isto é, França, Alemanha, Luxemburgo e Suíça, mas também para o Brasil, EUA e Canadá (Baganha, 1994).

A crise petrolífera de 1973-1974 e a recessão económica que se fez sentir subsequentemente, bem como a redução das necessidades de mão-de-obra imposta pelos países de destino, levaram a que esses fluxos de emigração fossem muito reduzidos, e os portugueses tiveram então, também eles, de procurar outros destinos migratórios.

A convicção de que as dificuldades económicas poderiam ser minoradas, ou mesmo ultrapassadas pela emigração, criou a perceção social de que esta seria uma alternativa válida em certas fases da vida, criando-se “o perfil” de quem emigrava. Normalmente, tratava-se de jovens adultos do sexo masculino, oriundos de um contexto rural e sem quaisquer habilitações específicas, independentemente da região de origem e de destino. Estes eram maioritariamente analfabetos e sem qualquer qualificação. A saída destes indivíduos, sobretudo do sexo masculino, veio modificar a estrutura demográfica portuguesa, que passou a contar com uma proporção excepcionalmente alta de mulheres.

A motivação para a emigração levou uma parte considerável de portugueses a procurar, fora do País, meios de subsistência. O atraso no processo de modernização da economia portuguesa, as dificuldades na obtenção de emprego, os baixos salários nos sectores de atividade tradicionais (e.g. agricultura), a pobreza de largas camadas da população, os reduzidos níveis de qualificação do trabalho, as dificuldades de mobilidade social e profissional, a debilidade das infraestruturas, foram fatores que impulsionaram a emigração.

Para além dos fatores acima expostos, funcionaram, neste caso, como fatores de atração: o tipo de atividades oferecidas pelas redes migratórias, as condições oferecidas pelo mercado de trabalho recetor. A informação que circulava por via nomeadamente de outros emigrantes que já se encontravam nos países de destino e que conheciam e partilhavam as oportunidades de trabalho existentes, contribuíam para diminuir os receios relacionados com os riscos da emigração, e facilitavam a integração dos novos emigrantes nesses mesmos países.

A emigração portuguesa - que até aos anos 80 foi inferior a 20.000 saídas anuais, aumentou nos anos de 1990 para cerca de 40.000, e não obstante algumas oscilações, manteve-se sempre acima dos 20.000 até ao final do século XX. Países como a França, a Suíça e a Alemanha registavam entradas anuais superiores, respetivamente, a 5.000 e 10.000.

A Alemanha, devido à reunificação, teve um aumento substancial de emigração a partir dos anos noventa do século passado, nomeadamente de trabalhadores ligados à construção civil. Também os EUA e o Canadá foram destinos de cerca de 1.000 emigrantes por ano, no início da década de 1990.

Outros destinos migratórios preferidos pelos portugueses em meados dos anos noventa foram a Espanha e o Reino Unido, com um volume de entradas de respetivamente 1.000 e 4.000 por ano. Em Espanha, este número triplicou já no início do século XXI, aumentando para cerca de 15.000, tendo também aumentado para 12.000 para o Reino Unido e 10.000 para Angola. A estes números devem acrescentar-se os emigrantes temporários no quadro de uma maior circulação entre origem e destino.

Na última década observou-se uma intensificação da emigração portuguesa, em resultado da combinação de diversos fatores, de entre os quais destacamos o fraco crescimento económico após 2000, o aumento do desemprego e a imposição de políticas de austeridade. Em 2015, Portugal era o 27.º país do mundo com mais emigrantes e o segundo país da UE com mais emigrantes em percentagem da população (23%), ou o primeiro, se considerados apenas os países com mais de um milhão de habitantes” (Pires e outros, 2016: 37).

Atualmente, o número de saídas anuais estabilizou em torno de 110 mil (Pires e outros, 2016) e mantém-se

um volume de emigração só comparável, em ordem de grandeza, com o que se verificou nos anos 1960 e 1970 na última vaga massiva de emigração.

A nova emigração segue a tendência do que se verificava naquele período (1960-1973), dirigindo-se maioritariamente para destinos europeus geograficamente próximos. Segundo as Nações Unidas, a percentagem de emigrantes portugueses a viver na Europa seria de 62% em 2015 por referência à emigração portuguesa total.

Tendo por base a informação mais recente recolhida pelo Observatório da Emigração, podemos verificar que o Reino Unido lidera o conjunto dos principais destinos dos fluxos de emigração atual, com cerca de 30.500 entradas em 2016. Segue-se a França (18 mil em 2013), a Suíça (12 mil em 2015), a Alemanha (9 mil em 2015) e o Luxemburgo (cerca de 3.500 em 2015). Fora da Europa, Angola foi o destino para cerca de 6.000 portugueses (em 2015), Moçambique para cerca de 4.000 (em 2014) e o Brasil para cerca de 1.000 (em 2015).

As tendências atuais revelam, segundo o Observatório da Emigração, um crescimento continuado da emigração para o Reino Unido, uma retoma do crescimento da emigração para Espanha (após uma descida a seguir a 2008, esta cresce 12%, tal como tinha acontecido no ano anterior) e um crescimento da emigração para Angola em 2015, com mais 30% de entradas do que em 2014 (Pires e outros, 2016).

No que respeita ao stock de emigrantes portugueses residentes nos principais países da emigração nova ou mais tradicional, França surge no topo da lista; aí residiam cerca de 607 mil indivíduos nascidos em Portugal em 2013. Outros países europeus em que residem mais de 100 mil portugueses são a Suíça (217 mil em 2015), o Reino Unido (140 mil em 2015), a Alemanha (110 mil em 2015) e Espanha (100 mil em 2016). Fora da Europa, EUA, Canadá e Brasil, com respetivamente 177 mil em 2014, 140 mil em 2011 e 137 mil em 2010, são os principais países de emigração. Neste caso, porém, os números devem-se mais à emigração do passado do que aos novos fluxos migratórios.

Relativamente à proporção de portugueses entre os estrangeiros residentes nos países da emigração, destaca-se claramente o Luxemburgo, onde 30% da população estrangeira era portuguesa (em 2011) e representava 12% do total da população do país. Vale a pena assinalar, ainda, que os portugueses constituem a segunda população estrangeira mais numerosa entre a imigração na Suíça e a terceira maior população imigrante em França (Pires e outros, 2016) numa significativa demonstração da importância das comunidades portuguesas nesses países.

Análises mais finas de caracterização dos portugueses emigrados em termos de perfis de qualificação, idade e outros indicadores ainda não se conseguem fazer para a globalidade da população, porque apenas existem dados comparáveis para o conjunto dos países da OCDE. Nos anos mais recentes, foram feitos alguns estudos parcelares que permitem traçar o perfil sociodemográfico das amostras obtidas ou dos casos sobre os quais incidiram, ainda que sem possibilidade de generalização. Estes não possuem, no entanto, a profundidade requerida para uma caracterização total desta população.

No que respeita aos perfis de qualificação em portugueses emigrados nos países da OCDE e com base nos dados disponíveis nos censos de 2000/01 e 2010/11 analisados pelo Observatório da Emigração, é possível afirmar que globalmente se trata (ainda) de uma população com baixos níveis de qualificação. Isto embora haja diferenças por país e comecem a surgir alterações devido aos recentes fluxos migratórios de uma população genericamente mais escolarizada em comparação com vagas migratórias anteriores (Pires e outros, 2016).

Assim, entre os portugueses com 15 e mais anos emigrados em 2010/11 nos países da OCDE, 61,2% detinha qualificações escolares de nível básico. Esta proporção decaiu relativamente a 2000/01 (67%), embora em termos absolutos tenha aumentado relativamente a 2000/01 (6%). O peso dos que detinham o ensino secundário era de 27,5%, uma subida de 37,1% relativamente a 2000/01 (23,4%). O grupo que mais subiu proporcionalmente foi o dos que detinha habilitações superiores, pois passam de 6% para 11%, portanto uma subida de 87,5% (Pires e outros, 2016).

A explicação para esta subida de licenciados entre os portugueses emigrados, que se reporta ao conjunto dos que residem nos países da OCDE e apenas ao período entre 2000/01 e 2010/11, surge associada ao aumento global da escolarização da população portuguesa. De acordo com o relatório estatístico de 2014, a taxa de qualificação da população residente em Portugal subiu no mesmo período assinalado, de 8%, passou para 14% em 2011 (Pires e outros, 2014). Deste modo, “o aumento da qualificação daquela população emigrada é pois mais um resultado do aumento da qualificação portuguesa do que de uma maior incidência da emigração nos setores qualificados. Por isso, a taxa de emigração entre os qualificados praticamente não se alterou durante o período em análise” (Pires e outros, 2014: 71). Dito de outro modo, não estamos perante uma fuga de cérebros ou um *brain drain* mas perante uma adaptação do fluxo emigratório à realidade da sociedade portuguesa que, toda ela, se escolarizou e progrediu no que concerne às habilitações escolares da sua população. A saída de recursos humanos qualificados, longe de corresponder a uma fuga de cérebros (como foi apelidada por Machado *et al.* 2015), é uma adaptação da força de trabalho nacional, mais escolarizada, a um mercado de trabalho nacional onde essas qualificações escolares não encontram uma imediata aplicação.

De uma forma geral o estudo de Pires e colegas (2010) incidiu sobre as expectativas de retorno dos migrantes, o papel da integração na sociedade de destino para a decisão/predisposição de regresso, o desenvolvimento de diferentes formas de mobilidade entre países de origem e de destino e o potencial dos migrantes (regressados efetivos ou potenciais) para a promoção do desenvolvimento regional das áreas de origem dos migrantes designadamente no que se refere à sua capacidade e vontade empreendedora. Recorremos a conceitos como os de ‘orientação para o regresso’ ou ‘expectativa de regresso’ que parecem ser teoricamente frutíferos por não excluírem, nem tornarem incompatível, a permanência, dado que, mesmo quando o regresso não chega a realizar-se, a predisposição para retornar ao seu país de origem desempenha funções económicas, culturais e psicológicas que não devem ser descuradas. O regresso não tem que ser necessariamente físico, mas os vínculos existentes não podem ser quebrados sem que ocorra uma perda potencial de difícil mensuração (demográfica, económica, de capital humano, etc.).

Com a suavização da crise após 2014-2015, o retorno ao crescimento e as novas crises na Europa (*Brexit*, movimentos anti-imigração em vários países da Europa, etc.), existe a expectativa de um aumento dos movimentos de regresso a Portugal. Estes regressos poderão contribuir para o desenvolvimento demográfico e económico do país, devido aos investimentos que poderão ser feitos e, também, à transferência de conhecimento acumulado durante o processo de residência no estrangeiro (i. é, para um *brain gain*).

O conhecimento empírico disponível demonstra que entre 20% e 50% de imigrantes deixam o país em que residem cinco anos após chegarem, seja para retornar a casa ou para emigrar para um outro país, sendo a variação do país de destino e do período de tempo de permanência responsáveis pela variação daquela percentagem (OCDE, 2008: 163). De acordo com a mesma fonte, nos países da OCDE, o Canadá, os Estados Unidos da América e a Nova Zelândia são países melhor sucedidos do que os europeus a reter imigrantes, ou seja, com uma maior taxa de retenção de imigrantes no longo prazo. Também é preciso não esquecer que a União Europeia

(UE) tem instituída a liberdade de circulação de pessoas, um mercado de trabalho comum e disparidades de condições laborais que funcionam como atratores de mão-de-obra dos países mais periféricos para os países centrais o que exige dos países periféricos da Europa, como Portugal, um esforço na retenção das suas populações imigrantes e de uma parte dos cidadãos nacionais que pretendem emigrar.

Sabendo-se que a emigração portuguesa teve um forte impulso de saída nos primeiros anos da segunda década dos anos 2000 é agora o tempo certo para retomar estudos sobre o regresso de emigrantes, replicando os que se realizaram nos anos 1980 para estudar os regressos da “velha” emigração portuguesa para a Europa, mas, também, para implementar iniciativas estratégicas de recuperação destes emigrantes. São várias as oportunidades e desafios que se apresentam à sociedade portuguesa na sua relação com a emigração e o retorno de emigrantes portugueses. Num primeiro e prioritário nível, por uma questão de sustentabilidade demográfica. Sem que haja regressos de emigrantes portugueses recentes, em idade ativa ou de novos imigrantes de países terceiros ou ainda um aumento incremental da natalidade, Portugal acentuará a perda demográfica, social e económica que tem progressivamente vindo a sentir nos últimos anos (Peixoto *et al.* 2017). Destes três fatores, os menos difíceis parecem ser sucessivamente: o retorno de emigrantes recentes; o aumento da imigração jovem e o aumento da natalidade (sendo que este último está em estreita relação com os dois primeiros).

Em termos económicos, o regresso de emigrantes ativos poderia desempenhar um papel importante na recuperação da economia portuguesa por via do aumento de produtividade potencial ou do incremento do investimento produtivo. Confirmando-se uma componente importante de qualificados entre os emigrantes portugueses (mais recentes), os seus recursos intangíveis poderiam trazer inovação, e os recursos tangíveis como capital financeiro poderiam significar investimentos importantes no país. Sem fazer uma captação deste potencial, pode acontecer que os emigrantes invistam nos países onde estão a residir, o que colocará o regresso num horizonte muito mais distante e significará uma perda de investimento para o país. Transformar a diáspora numa rede internacional que apoie a internacionalização da economia deverá, por isso, ser uma prioridade. Os emigrantes portugueses são embaixadores importantes que devem ser “aproveitados” pelas empresas.

Ao estudar os regressos, assumimos que tanto as intenções de regresso como o regresso real constituem uma componente inseparável de qualquer movimento de migração (Caro, Fernandez e Valbuena, 2016). Ao inquirirmos a população residente no estrangeiro, emigrados que ainda não regressaram, situamo-nos no campo das intenções ou das expectativas de regresso, e assumimos que as intenções são o que precede o processo de tomada de decisão, independentemente da eventual ação de variáveis externas que tornam real o regresso potencial.

2. Metodologia para a construção do Diagnóstico

Segundo René Descartes “o método é o caminho que se deve seguir para alcançar a verdade nas ciências”, ou seja, é o processo racional que é preciso percorrer para se aceder ao estatuto da ciência. A metodologia, por seu turno, é a ciência dos métodos, que elabora os conceitos básicos e os instrumentos racionais a utilizar de modo a alcançar o objetivo definido. Em qualquer trabalho analítico o método é essencial para fugir de preconceitos e alcançar um conjunto de dados e de análises que estruturam de forma racional o pensamento sobre o objeto estudado.

De acordo com o caderno de encargos do projeto, o diagnóstico realizado foi alicerçado numa metodologia de levantamento e recolha planeada e sistematizada de informação, assente na construção de dados primários, compilação, sistematização, análise e tratamento e interpretação dos dados. A informação recolhida teve por base fontes de informação primárias e secundárias, nomeadamente, através: i) da pesquisa de estudos e artigos relacionados com o tema de emigração/empreendedorismo; ii) da pesquisa de informação estatística designadamente de dados provenientes do Banco Mundial, OCDE, Eurostat, INE ou DGCP, Observatório da Emigração, entre outras instituições relevantes; iii) da elaboração de um inquérito *online*, divulgado e apoiado por vários canais internacionais, nomeadamente redes sociais, movimento associativo, bases de dados internacionais, serviços consulares, entre outros; iv) da realização de entrevistas exploratórias semiestruturadas a personalidades políticas, económicas e sociais responsáveis por promover o estímulo ao empreendedorismo, assim como com representantes do tecido empresarial português; v) da realização de grupos focais com diversas entidades do ecossistema, organizados nas regiões de convergência Norte, Centro e Alentejo e ainda com os jovens emigrados em várias cidades europeias (Reino Unido, França, Bélgica e Alemanha).

3

3. A emigração portuguesa – uma constante histórica

Os movimentos migratórios portugueses tornaram-se, a partir do início do século XV, uma constante da história nacional. Durante o período dos descobrimentos a saída de portugueses seguiu a geografia dos territórios que foram sendo descobertos. Ao longo do tempo, eles compreendem diferentes fluxos, ou correntes, sujeitos aos contextos internacionais e internos que determinaram não só os quantitativos migratórios, mas também os destinos dos diferentes movimentos de saída populacional.

O primeiro momento em que se assistiu à saída massiva de portugueses registou-se no final do século XIX e inícios do século XX, quando o país começou a integrar-se nos grandes movimentos populacionais que se dirigiam do Velho para o Novo Mundo. Durante este primeiro ciclo migratório, que, com algumas interrupções, se prolongou até ao início dos anos 60, a emigração portuguesa era quase sempre sinónimo de emigração para o Brasil (Serrão, 1982: 41). Este país absorveu, até 1949, aproximadamente 80% dos emigrantes portugueses e, no decénio seguinte, ainda 68% dos que saíam do país faziam-no com destino a terras de Vera Cruz. Outro destino da emigração portuguesa durante esta fase transatlântica foram os Estados Unidos que, até à primeira Guerra Mundial, receberam 18% dos que desejavam ou tinham necessidade de procurar fora do país as condições de subsistência que não conseguiam encontrar no seu interior (Baganha, 1995). As características demográficas e socioeconómicas daqueles que saíram do país neste período podem sintetizar-se da seguinte forma: trata-se de emigrantes predominantemente masculinos, com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos, provenientes sobretudo do sector agrícola, maioritariamente analfabetos e em grande parte originários das províncias do Minho, Beira Alta e Trás-Os-Montes, assim como dos Açores e da Madeira (Baganha, 1994: 961; Serrão, 1982: 123-132). Esta primeira vaga emigratória foi interrompida pelo deflagrar da primeira Guerra Mundial, durante a qual os quantitativos de saída registaram uma redução significativa. Após o primeiro conflito à escala mundial, o movimento emigratório português recuperou lentamente, sofrendo, contudo, uma nova interrupção motivada pela recessão económica de 1929/30 e pelas subseqüentes medidas anti emigratórias impostas pelos destinos tradicionais da emigração portuguesa (Baganha, 1995) que o deflagrar da Segunda Guerra Mundial veio prolongar.

Findo o segundo conflito armado, assistiu-se ao restabelecimento do movimento emigratório português para o Brasil que, até 1952, registou um progressivo aumento, em valores absolutos e relativos. Neste ano, 87,6% do total de emigrantes dirigiram-se para este país, enquanto os destinos europeus absorveram somente 1,8% dos que saíram do país (Baganha, 1995). Depois de 1952 o Brasil perde progressivamente o seu poder atrativo, continuando, contudo, a ser o principal país de destino até 1962.

Em 1963, ocorreu uma alteração nos principais destinos emigratórios portugueses, iniciando-se o período que Joel Serrão, dada a predominância que a emigração para França assume neste período, denomina como o “ciclo francês” (citado em Ferreira, 1976: 105). A Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial e a atravessar um período de expansão económica, necessitava de força de trabalho pouco qualificada para preencher as vagas nos sectores de trabalho secundário. Portugal, só a partir da década de 60 começa a registar uma participação significativa neste processo de transferência internacional de mão-de-obra para os países industrializados da Europa. Embora tendo chegado tarde à corrente migratória intraeuropeia, tal não impediu que o movimento

emigratório português registasse, neste período, valores nunca antes atingidos. Entre 1962 e 1973, saíram de Portugal com destino aos outros países europeus cerca de um milhão de pessoas, a uma média anual de 85.523 saídas. Os principais destinos destes emigrantes foram, como referido acima, a França e a Alemanha que absorveram, respetivamente, 81,7% e 16,6% dos portugueses que se dirigiram para a Europa (Baganha, 1994).

Dados os condicionalismos existentes à saída do território nacional, a emigração clandestina assumiu, durante este período, uma intensidade particular. Estima-se que, na década de 60, os clandestinos representassem cerca de um terço do fluxo migratório total e, entre 1969 e 1972, eles foram mesmo superiores aos emigrantes legais (dados retirados de Baganha, 1994: 974). A importância deste fluxo clandestino, assim como a escassez de dados qualitativos a seu respeito, torna difícil a correta caracterização da corrente migratória durante este período. A partir da informação relativa à emigração legal pode afirmar-se que os emigrantes que se dirigiram para a Europa, não diferiam, em termos demográficos, significativamente daqueles que saíram do país no final do século XIX e inícios do século XX. Com base somente na emigração oficial observa-se que continuou a predominância masculina (a componente feminina regista, porém, uma participação maior do que no período anterior e atinge mesmo os 50% em 1967) e que foram, sobretudo, os jovens profissionalmente ativos que saíram em busca de melhores condições de vida.

A par desta corrente migratória intraeuropeia, permaneceu, durante os anos 60 e 70 do século passado, uma outra corrente que teve como destinos privilegiados o Canadá, os Estados Unidos e o Brasil. As suas características são, no entanto, bastante específicas (sobretudo as características do fluxo que se dirigiu para os Estados Unidos e o Canadá), uma vez que esta teve origem, sobretudo, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Entre 1965 e 1978, 61% dos emigrantes legais para o Canadá e 56% dos que se dirigiram para os Estados Unidos eram originários destas ilhas, principalmente dos distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo (Guerreiro, 1981: 42) que, deste modo, mantiveram, após o retomar dos movimentos migratórios, a sua migração transoceânica. O distrito do Funchal também apresentou quantitativos de saída elevados, especialmente na década de 50, cujo destino, ao contrário dos outros distritos insulares, foi, sobretudo, a Venezuela (70% dos que emigraram deste distrito entre 1965 e 1978 foram para este país, o que representa 57,1% do total de emigrantes portugueses que se dirigiram para a Venezuela).

A emigração portuguesa nas últimas décadas

A crise económica dos anos 70 conduziu à redução da procura de mão-de-obra por parte dos países industrializados da Europa e à implementação de políticas de imigração restritivas destinadas a diminuir a entrada de estrangeiros e a promover o regresso daqueles que já residiam no interior das suas fronteiras. Portugal presenciava, deste modo, o encerramento dos seus principais destinos de emigração dos anos 60 e inícios dos anos 70.

A partir de meados dos anos 80 do século passado, diversos estudos mostram uma retoma na emigração portuguesa (Baganha e Peixoto, 1997; Peixoto, 1993), com uma média anual de saídas de, aproximadamente, 33.000 indivíduos, entre 1985 e 1991. Os dados disponíveis sobre estes fluxos indicam que os países europeus continuaram a ser os principais destinos da emigração nacional, tendo-se, contudo, verificado uma

importante alteração na relevância dos diferentes destinos emigratórios, assumindo-se a Suíça como principal país de atração¹.

O aumento da mobilidade externa dos portugueses e a alteração na posição relativa dos países de acolhimento europeus pode ser observado através da análise da evolução do *stock* da população de nacionalidade portuguesa a residir noutro país europeu (Tabela 1.1). Os dados apresentados confirmam que, a partir de 1985, assiste-se ao aumento contínuo dos portugueses residentes em diferentes países europeus, facto que, certamente, não se fica a dever somente ao crescimento natural das comunidades aí residentes, mas, sobretudo, à ação de novos movimentos migratórios.

Tabela 1.1 - População portuguesa residente em alguns países europeus, 1981-2015^{2,3}

	1981	1985	1990/1	1995	2000/1	2005	2010	2012	2015
Andorra	1.304	1.731	3.951	6.885	6.748	11.294	13.100	11.229	10.300
Alemanha ^{1 e 3}	109.417	77.000	92.991	125.100	133.726	115.606	113.208	120.560	133.929
Bélgica ¹	10.482	9.500	16.538	23.900	25.600	27.373	33.084	36.082	44.166
Espanha ^{1 e 4}	24.094	23.300	33.268	37.000	42.000	66.236	142.520	138.682	98.751
Luxemburgo ²	28.069	-	39.100	51.500	58.450	67.800	79.800	85.300	96.800
Reino Unido ¹	-	-	-	30.000	58.000	73.000	102.000	111.000	219.000
Suíça ⁵	16.587	30.851	85.649	134.827	134.675	180.765	212.586	237.945	267.474
Total	189.953	142.382	271.497	409.212	459.173	542.074	696.298	740.798	870.420

Fontes: ¹SOPEMI, diversos anos; ² Service Central de la Statistique et des Études Économiques (STATEC); ³Statistische Bundesamt Deutschland, Foreign Population. Results of the Central Register of Foreigners, 2006 e 2012; ⁴ Instituto Nacional de Estatística. Series anuales Padrón Municipal de habitantes; ⁵ Bundesamt für Migration, Ausländer- und Asylstatistik, 2009/2. Os dados de 2010, 2012 e 2015 foram retirados do site do Observatório da Emigração (<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>)

Num contexto de análise demográfica de longo prazo, é significativo que, na maioria dos países, a população permanente portuguesa tenha mais do que duplicado entre 1985 e 2015. Considerando a totalidade do período considerado, os casos da Suíça, Andorra, Espanha ou Reino Unido são particularmente elucidativos da criação e consolidação de novos destinos migratórios e da reativação de destinos de fluxos emigratórios de décadas anteriores. Nestes

1 Entre 1985 e 1991, a Suíça recebeu cerca de 59% dos emigrantes portugueses que se dirigiram para a Europa (cálculos baseados em Baganha e Peixoto, 1997). Para além deste fluxo emigratório para a Europa há ainda a registar, durante a década de 80, um aumento das entradas de portugueses no Canadá e nos Estados Unidos. O fluxo para o conjunto destes dois países terá representado, em média, cerca de 30% do total das saídas portuguesas (Peixoto, 1993: 47).

2 Dada a irregularidade de publicação dos dados sobre os estrangeiros em França, não é possível apresentar uma série cronológica de dados para todos os anos usados na tabela. Os dados disponíveis indicam, contudo, que também neste país a população portuguesa aumentou entre 2005 e 2016, passando de 491.981, em 2005 para 553.923 (Fonte: base de dados do Eurostat consultada em Setembro de 2017).

3 Até 2015, e durante mais de uma década, não estiveram disponíveis dados sobre a entrada em França de estrangeiros de países da União Europeia. Em 2015, porém, o Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE) divulgou dados que mostravam que, em 2012, entraram pouco mais de 18.000 portugueses em França. Os dados publicados pelo Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE) são médias quinquenais. Ou seja, o valor das entradas em 2013 é, na realidade, a média dos valores apurados, por amostragem, para os anos 2011 a 2015.

países, a presença de portugueses passou, num espaço de tempo relativamente curto, de numericamente pouco expressiva a uma das comunidades nacionais mais significativas. Como referem Marques (2008) e Malheiros (2010), o aumento da emigração portuguesa neste período fica a dever-se quer à intensificação das saídas para países que tinham estado à margem dos destinos preferenciais dos portugueses durante as décadas precedentes (como o Reino Unido ou a Espanha), quer à reanimação de destinos tradicionais (os casos da Suíça ou do Luxemburgo).

Em conjunto, os dados apresentados ilustram, simultaneamente, a relevância da inserção de Portugal no sistema migratório da Europa ocidental (Góis e Marques, 2009, Marques e Góis, 2013) e a variedade dos destinos que emergem e se desenvolvem em diferentes quadros nacionais e cuja manutenção no tempo se encontra condicionada pela evolução de estruturas de oportunidade específicas e/ou pelo do surgimento de estruturas migratórias alternativas (Marques, 2008 e 2009) (Marques, 2008b e 2009). Dito de outro modo, a diversificação dos destinos da emigração nacional no espaço europeu permite ampliar as possibilidades de ativação de diferentes respostas migratórias em função do conjunto de oportunidades que se desenvolvem nos diferentes países, e/ou de eventuais dificuldades de integração no mercado de trabalho que emergem em determinado destino migratório.

Acresce que, como referido noutra local (Marques e Góis, 2012), e sobretudo a partir de 2005, os destinos migratórios portugueses complementam a descrita participação no sistema migratório europeu com a intensificação da participação, enquanto país emissor, no designado sistema migratório lusófono (Góis e Marques, 2009). Isto é, num sistema migratório assente na herança de um império colonial e na partilha de um conjunto de características culturais comuns (sendo a mais evidente a língua), que se vai configurando e reconfigurando “através de múltiplas trocas de fluxos de pessoas, bens, serviços, remessas, etc. e que é sustentado por redes densas informais e formais de contactos, relações e acordos” (Baganha, 2009: 10). Os casos de Angola e do Brasil ilustram, de forma clara, a intensificação do desenvolvimento de novos destinos para a emigração portuguesa.

Em síntese, a emigração portuguesa no novo milénio dirige-se para destinos consolidados e para novos ou renovados destinos, mostrando que a participação do país em vários sistemas migratórios permite compensar a eventual redução de ofertas de trabalho em determinado destino e responder à crescente pressão emigratória nacional. A emigração portuguesa torna-se, deste modo, territorialmente mais diversificada, o que contribui para a complexificação da sua análise.

E sobre regressos, o que sabemos?

O censo de 2011 permite-nos compreender estatisticamente que os regressados fazem parte da população portuguesa total representando quase 20% do total da população. A emigração tem um contraponto no regresso que se expressa nas estatísticas do total da população. Ou, dito de outro modo, que 1 em cada 5 portugueses teve já uma (ou mais) experiência de residir num país estrangeiro, mas regressou a Portugal. Para os que têm naturalidade portuguesa 1.040.696 residiram fora e 8.649.699 nunca residiram fora. A estes somam-se os 798.573 de naturais do estrangeiro que agora residem em Portugal (imigrantes + descendentes de portugueses nascidos no estrangeiro).

Tabela 1.2 - População total residente em Portugal em 2011 (com explicitação do total de residentes com experiências de residências prévias no estrangeiro)

Grupos etários	Nat: Portugal		Nat: No Estrangeiro		Em Portugal		No Estrangeiro	
	Resid. Fora	Não	Resid. Fora	Não	Resid. Fora	Não	Resid. Fora	Não
0 - 4	1467	470667	8569	1944	0,1	5,4	1,1	2,7
5 - 9	5250	501294	16842	1701	0,5	5,8	2,1	2,3
10 - 14	6893	521496	33360	2846	0,7	6,0	4,2	3,9
15 - 19	9827	505550	46419	3454	0,9	5,8	5,8	4,7
20 - 24	19712	503335	55703	3315	1,9	5,8	7,0	4,5
25 - 29	33413	549588	68888	4187	3,2	6,4	8,6	5,7
30 - 34	42795	630583	93302	6887	4,1	7,3	11,7	9,4
35 - 39	51025	629351	129605	14702	4,9	7,3	16,2	20,1
40 - 44	72168	589979	101299	9652	6,9	6,8	12,7	13,2
45 - 49	85803	604208	73746	6537	8,2	7,0	9,2	8,9
50 - 54	83584	578334	55419	5023	8,0	6,7	6,9	6,9
55 - 59	95591	538702	39377	3981	9,2	6,2	4,9	5,4
60 - 64	128435	478858	24928	2520	12,3	5,5	3,1	3,4
65 - 69	132436	400464	16966	1835	12,7	4,6	2,1	2,5
70 - 74	110396	371543	12913	1586	10,6	4,3	1,6	2,2
75 - 79	83942	334583	9774	1407	8,1	3,9	1,2	1,9
80 - 84	49012	241429	6529	918	4,7	2,8	0,8	1,3
85 - 89	21980	138613	3270	493	2,1	1,6	0,4	0,7
90 - 94	5522	46886	1244	195	0,5	0,5	0,2	0,3
95 - 99	1348	12823	376	55	0,1	0,1	0,0	0,1
100 e +	97	1383	44	2	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	1.040.696	8.649.669	798.573	73.240	100,0	100,0	100,0	100,0

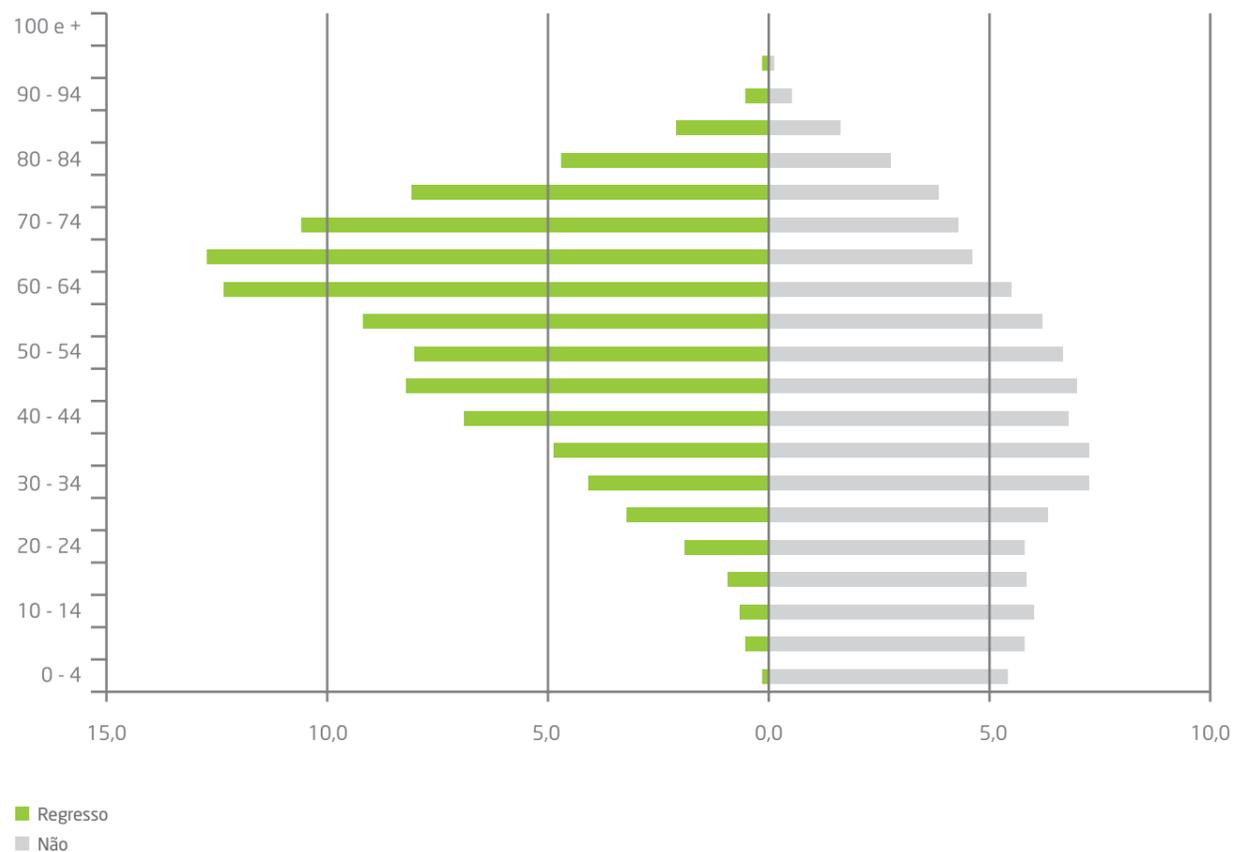
Fonte: Censo 2011 dados não publicados resultantes do Projeto REMIGRA.⁴

Para os que têm naturalidade portuguesa (1.040.696 que residiram fora e 8.649.699 que nunca residiram fora) gera-se a seguinte pirâmide etária que nos mostra que os regressos têm ocorrido sobretudo nas gerações mais velhas, o que acaba por contribuir para um envelhecimento da população portuguesa total.

Figura 1.1. - Comparação entre as pirâmides etárias dos regressados (naturais de Portugal) versus população

⁴ Remigra é o acrónimo do projeto “Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa” (REMIGR), que decorreu entre 2013 e 2015. O projeto envolveu várias instituições universitárias portuguesas: SOCIUS/CSG, ISEG, Universidade de Lisboa; CEG, IGOT, Universidade de Lisboa; CES, Universidade de Coimbra; e CIES, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. O financiamento coube à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) (PTDC/ATP-DEM/5152/2012).

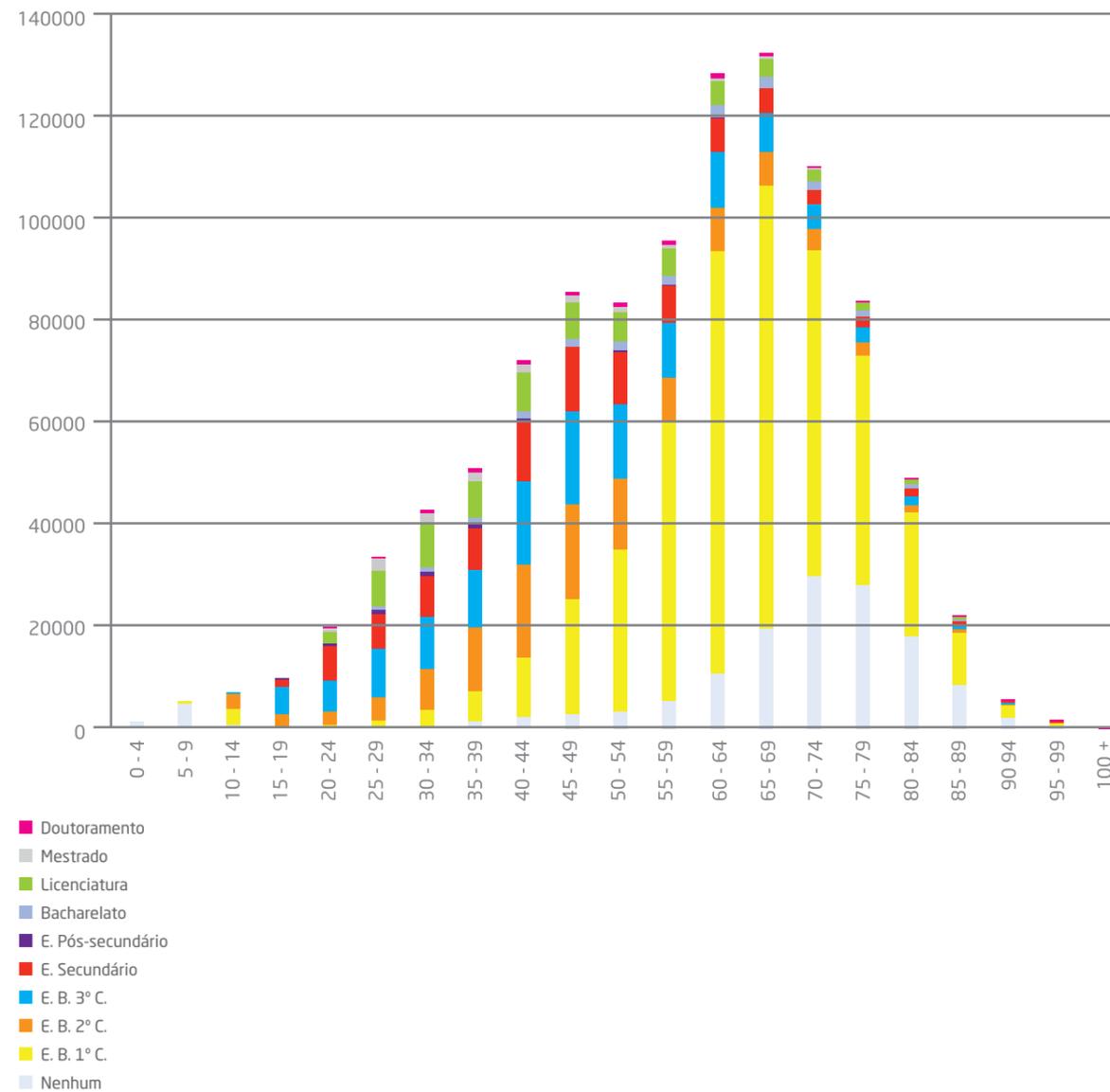
portuguesa sem experiência migratória



Fonte: Censo 2011 dados não publicados resultantes do Projeto REMIGRA.

É ainda possível, através dos dados do censo de 2011, analisar a estrutura das qualificações escolares dos regressados a Portugal, onde observamos a baixa escolaridade geral dos grupos etários mais velhos por comparação com uma maior escolaridade dos grupos mais jovens. Este é o retrato induzido pelo regresso de muitos portugueses de vagas migratórias anteriores (e.g. regressados de França ou das ex-colónias).

Figura 1.2. - Qualificações escolares dos regressados a Portugal por grupos etários (censo 2011)



Fonte: Censo 2011 dados não publicados resultantes do Projeto REMIGRA.

4. Investigar o regresso: revisão da literatura

O pressuposto de que o imigrante internacional típico planeia que a sua estada seja temporária, após a qual pretende voltar a casa no país de origem, está subjacente aos estudos sobre o regresso. Já no século XIX, uma das leis de migração de E.G. Ravenstein estabelecia que “cada corrente principal de migração produz uma contracorrente compensatória” (Ravenstein 1885: 199). Ainda que neste contra fluxo o autor não inclua os emigrantes regressados, é de admitir que tal se fica a dever, sobretudo, às limitações inerentes aos dados dos recenseamentos de 1871 e 1881 em que baseou as suas análises e não ao desinteresse efetivo pelos movimentos de retorno no contexto geral dos fluxos migratórios. Ou seja, o autor reconhece que os fluxos migratórios tendem a não ser ininterruptamente unidirecionais. A pergunta sobre se (e quando) o emigrante pretende voltar ao seu país de origem, isto é, se a migração é temporária ou se se torna permanente ou definitiva, surge em diversos estudos sobre a emigração e é também grande o interesse sobre o retorno nos diferentes estudos sobre migrações contemporâneas ou fluxos migratórios do passado. Mas nem sempre foi assim. As migrações transatlânticas dominaram as migrações internacionais históricas até há cerca de 100 anos e assumia-se que emigrava para sempre (ou permanentemente) quem saía do seu país. Foi assim nas migrações de colonização das Américas e também de territórios como a Austrália, África do Sul ou territórios coloniais europeus. O modelo de racionalidade económica nas migrações também tinha implícito que o sucesso da migração significava a permanência na sociedade de acolhimento. Voltar era, de certo modo, um fracasso do projeto migratório ainda que, por motivos diversos, sempre tenha havido um movimento de retorno (Cassarino, 2013).

Nos anos 1960, as migrações passam a ser analisadas numa perspetiva estrutural, como sistema. Começam a estudar-se as correntes e contracorrentes migratórias, situando-as em momentos específicos da história e em relações económicas, sociais ou culturais entre os países emissores e recetores (Gmelch, 1980) numa dinâmica de interdependências mútuas. Os regressos e o seu estudo começam a desenvolver-se, em especial, depois de terem parado os programas de recrutamento nos países de imigração europeus como resultado dos choques petrolíferos dos anos 1970 e da crise daí resultante. Na sequência destes estudos, o retorno começa a ser analisado como parte do projeto migratório e passa a existir uma atenção aos sinais que advêm deste retorno para a construção de políticas de integração.

Nos anos mais recentes, houve um renovado interesse nos estudos sobre o regresso, o que se deve, segundo King e Christou (2011) mais à reconceptualização do estudo das migrações de acordo com novos paradigmas, do que ao aumento real de movimentos de retorno. Dada a importância do fenómeno emigratório em Portugal desde há mais de um século seria de esperar que o estudo sobre o retorno fosse fácil e acessível. Não é esse o caso, pois tanto as informações estatísticas como a bibliografia relativas ao retorno dos emigrantes são escassas e com grandes lacunas e hiatos temporais. Nas épocas mais recentes passamos dos anos 1980 para a atualidade sem que, nos últimos 30 anos, tenha sido dedicada grande atenção ao tema. As deficiências de informação põem-se logo à partida, uma vez que, não havendo registos das saídas, se desconhece quer o número total de emigrantes portugueses, quer as suas características. Todos os valores disponíveis não passam de estimativas, não tendo nunca sido efetuado um levantamento sistemático das suas diversas componentes que permitisse aferir uma evolução ao longo do tempo.

No presente capítulo, começa-se pela tentativa de delimitar o conceito de regresso (ou retorno), tarefa que, como veremos, não é isenta de dificuldade dada a ausência de indicadores mensuráveis. Em seguida, apresentam-se teorias e modelos analíticos e a forma como o retorno é equacionado em cada um. Alguns contributos sobre o estudo do regresso materializam-se em tipologias de regresso/regressados, que são depois apresentadas e analisadas terminando com a revisão de alguns estudos sobre o regresso de emigrantes portugueses.

4.1 Definir o regresso

Em obras pioneiras de revisão de trabalhos sobre a migração de regresso⁵ (Bovenkerk, 1974; Gmelch, 1980), elenca-se a variedade de termos que lhe estavam associados: contracorrente, reemigração, contra fluxo, movimento de retorno, remigração, fluxo de retorno, migração de retorno, migração pela segunda vez e repatriação. Há vários problemas na terminologia porque qualquer um dos termos implica mais do que o ato de o migrante voltar para o seu país de origem. A definição comum nos primeiros trabalhos sobre a migração de retorno é a de “movimento de emigrantes de volta aos seus territórios de origem para se (re)fixarem” (Gmelch, 1980: 136). O conceito de remigração está relacionado com o de regresso e refere-se às situações em que se volta a emigrar depois do regresso, e o movimento frequente entre dois ou mais espaços, como nas migrações sazonais, designa-se migração circular (Gmelch, 1980). O regresso pode ser definido como a situação migratória em que o migrante volta para o seu país depois de viver noutro país por um determinado período (OCDE, 2008). No entanto, esta definição é redutora da complexidade de um fenómeno que pode englobar múltiplas dimensões. As dificuldades de definição concetual e de delimitação empírica do regresso são semelhantes às que algumas migrações também revelam.

Definir o regresso não é uma tarefa fácil por duas razões essenciais: i) apenas a partir dos anos 1980 a questão do retorno passa a ser sujeita a diversas interpretações teóricas e a avaliações empíricas que se sucederam para caracterizar e identificar os mecanismos que lhe estão subjacentes (OCDE, 2008: 178), com o impulso do debate sobre o regresso (e a permanência) de trabalhadores “convidados”; ii) há poucas estatísticas disponíveis para avaliar, com rigor e de forma compreensiva, o fenómeno de forma transversal e internacional (Cassarino, 2004; OCDE, 2008).

As Nações Unidas (UN) definem migrantes regressados como “pessoas que regressam ao seu país de nacionalidade depois de terem sido migrantes internacionais (de curta ou de longa duração) noutro país e que tenham a intenção de permanecer no seu país por pelo menos um ano” (UN, 1998: 94). Esta definição está limitada ao critério de país de nacionalidade, o que tem consequências no caso da existência de múltiplas nacionalidades, ou de o último país de residência não coincidir com a nacionalidade do migrante. Seguindo a tendência internacional para considerar a naturalidade como o melhor indicador para definir o migrante, porque esta é uma condição imutável – ao contrário da nacionalidade –, exige-se a correção do critério para “país de naturalidade”. Ainda assim, a operacionalização do conceito não é isenta de dificuldades.

Em estudos qualitativos, concorda-se que é preciso ter em conta a forma como os protagonistas avaliam esse

⁵ Neste relatório referimo-nos a regresso também como retorno, em inglês “return”. Em português, os protagonistas do retorno podem ser “regressados” ou “retornados”. Utilizaremos sempre a designação de regressados, em especial porque, historicamente, o termo “retornado” se associa ao processo migratório consequente da descolonização.

processo, ou seja, se os próprios migrantes acreditam que estão a retornar para o território de origem com o qual têm uma conexão emocional e histórica, então “é a ontologia e não a medição estatística do retorno o critério primordial” (King e Christou, 2011). Em estudos sobre as intenções, é esta perspetiva que fará mais sentido.

Também deve ser distinguido o regresso da primeira geração, do regresso de segundas e terceiras gerações, incluindo o regresso ancestral remoto em termos históricos, também conhecido como “retorno étnico” (King e Christou, 2011: 452). Outra divisão que deverá ser feita é entre regresso de migrantes qualificados e regresso de outros migrantes (não qualificados), por razões da diferenciação de impacto destes grupos no desenvolvimento e no empreendedorismo na origem (Ammassari e Black, 2001). O presente estudo tem como foco, precisamente, as intenções de regresso de migrantes de primeira geração e qualificados. Acresce ainda uma outra dimensão que é a de enquadrar apenas emigrantes jovens e que saíram de Portugal num período de tempo relativamente recente.

4.2 O regresso nas teorias das migrações

Atualmente, é consensual que o regresso de migrantes é um processo que faz parte das migrações internacionais. Emigrar e regressar são faces de uma mesma prática de mobilidade internacional. Menos consensual é o que o regresso significa nas teorias mais clássicas das migrações – a dicotomia sobre se é sucesso ou fracasso já estimulou algum debate – ou nas teorias mais recentes – que demonstram que o regresso pode ser um estádio dinâmico de um processo multidimensional (em que migrações de vai-e-vem, circulares ou por etapas podem ser consideradas). Algumas contribuições teóricas e analíticas sobre o regresso são centradas na contribuição que os migrantes podem fazer para o desenvolvimento dos países de origem (Cf. Ammassari e Black, 2001), e há comparativamente menos investigação sobre os fatores individuais e contextuais que explicam os regressos (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015: 416).

Importante será, tal como no estudo das migrações internacionais, complementar os diversos contributos que sejam úteis em cada estudo particular, pelo que, de seguida, se apresenta uma breve revisão de teorias e modelos.⁶

Abordagem neoclássica e nova economia da migração laboral (NELM): retorno como fracasso ou sucesso

Teorias de migrações diferentes fornecem interpretações radicalmente opostas sobre a migração de retorno. Para uma concretização e consolidação das teorias e o seu encontro com as práticas, os mecanismos subjacentes ao comportamento da migração de retorno deverão ser mais explorados empiricamente. Dito de outro modo, falta ainda investigação fundamental nesta área que nos permita aferir a validade teórica já existente.

Na abordagem neoclássica macro, a migração baseia-se no facto de existirem diferenciais salariais entre áreas geográficas emissoras e recetoras e em *ganhos esperados* por parte do potencial migrante, com a taxa de emprego urbano a atuar como força de equilíbrio (Harris e Todaro, 1970: 126). Ao nível micro, esta abordagem

⁶ Cf. Cassarino (2004), de Haas, Fokkema e Fibri (2015) e OCDE (2008), entre outros que são referenciados, para um levantamento mais exaustivo de contribuições teóricas e analíticas sobre o regresso/retorno nas migrações.

concebe que o ser humano é provido de uma racionalidade que o orienta para a maximização de vantagens e minimização do desconforto nas suas decisões económicas, ao fazer um cálculo meticuloso de custos e benefícios associados à transferência para o local de destino. Estes benefícios também podem ser ganhos (futuros) nos investimentos em capital humano. Os indivíduos migram se confiam que os custos com a migração sejam superados pelos ganhos.

Nesta abordagem, e nas teorias de repulsão-atração que lhe estão associadas, assume-se que o migrante tem informação perfeita para poder fazer cálculos de custo benefício rigorosos, e, portanto, não há um argumento para regressar; o migrante permanece permanentemente no país de acolhimento. Só nos casos de insucesso neste percurso, seja porque houve um resultado malsucedido dos objetivos pretendidos, cálculos mal feitos ou não recebeu o retorno esperado em capital humano, é que o migrante regressa.

O regresso significa, assim, insucesso e o que é expectável é que o migrante se integre na sociedade de acolhimento, ou seja, “enquanto os «vencedores» se fixam, os «vencidos» retornam” (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015: 416). A manutenção de laços com a sociedade de origem não é equacionada - aliás, toda a envolvente histórica e contextual das migrações não é considerada além dos diferenciais económicos - precisamente porque significaria, nesta perspetiva, um aumento de custos financeiros e psicológicos de permanecer e uma diminuição dos custos de retornar. Tipologias posteriores questionam esta supremacia dos motivos económicos para permanecer ou retornar e foram construídas também com base em estudos percursores que demonstram uma quantidade elevada de retornos por razões não económicas.⁷

Nos anos 1980, a nova economia da migração laboral (NELM, na abreviatura em inglês), questiona e corrige alguns princípios da economia neoclássica. Nesta abordagem afirma-se que os indivíduos migram para melhorar ou mudar a sua posição relativa no mesmo grupo de referência, para maximizar o rendimento ou para diminuir os constrangimentos dos mercados que não exclusivamente o laboral, e a existência de um diferencial de salários não constitui condição suficiente para a mudança (Stark e Bloom, 1985; Taylor, 1999, 2004).

Um importante contributo desta abordagem é o pressuposto de que a população é diferenciada e não existe informação perfeita para fazer cálculos rigorosos na decisão de migração. O comportamento de migração difere consoante a perceção de privação relativa por comparação com outros membros do mesmo grupo de referência ou consoante as qualificações que se detêm (Stark e Bloom, 1985; Taylor, 1999).

Assume-se, também, que as decisões de migração não são individuais e são tomadas em conjunto pelo migrante e por não migrantes (como a sua família ou membros do seu agregado familiar) e traduzem um acordo contratual implícito entre as duas partes (Stark e Bloom, 1985; Taylor, 1999). A migração envolve uma componente importante de retornos diretos para os não migrantes em forma de remessas que contribuem direta (no investimento produtivo) ou indiretamente (no consumo das famílias e, portanto, para o investimento produtivo) para o desenvolvimento das áreas emissoras de emigrantes (Taylor, 1999). Por outras palavras, os migrantes só retornam quando tiverem conseguido poupar e enviar as remessas que lhes sejam suficientes para investir.

Assim, e ao contrário da teoria neoclássica que vê o regresso como um fracasso numa perspetiva de migração que deveria ser permanente, a NELM vê a migração de regresso como o resultado esperado de uma experiência

⁷ Em estudo sobre os ingleses com níveis elevados profissionais e de qualificação que retornam depois de residir na Austrália, 86% dos entrevistados afirmam que voltaram para Inglaterra por razões não económicas, porque mantinham laços fortes com a família e sentiam a sua falta (Appleyard, 1962).

temporária no estrangeiro durante a qual os migrantes obtiveram o seu único objetivo de migração, i.e. ganhar dinheiro e acumular capital (Piore, 1979).

Nesta abordagem, muito focada no sucesso económico, o regresso será adiado se a integração for malsucedida e a fixação será o resultado final de adiamentos repetidos de retorno por causa do fracasso da integração (e dificuldade em poupar ou no envio de remessas), coexistindo com laços transnacionais com as sociedades de origem (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015: 417).

As conceções do retorno permitidas nestas perspetivas revelam limitações, em parte semelhantes às que se encontram quando utilizadas para explicar as migrações. O paradigma sucesso/fracasso é redutor do fenómeno da migração de regresso e isola as decisões e a estratégias dos regressados relativamente ao ambiente social e político, sem o relacionar com fatores na origem. Também não são conhecidos estudos suficientes de teste de ambas as hipóteses e encontram-se diversas evidências que contrariam alguns dos pressupostos das teorias (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015).

As motivações para o regresso parecem unicamente influenciadas por fatores económicos e financeiros e não existe muita explicação sobre como as remessas e as competências ou o capital humano são usados nos países de origem. Os migrantes regressados são vistos unicamente como veículos de capital entre os países e não se faz qualquer consideração sobre o enquadramento social, económico e político na origem, apenas sobre a integração ou a ausência dela no destino.

Acrescente-se que um dos estudos que testa as duas hipóteses nas intenções de retorno, mostra que a integração sociocultural na sociedade de destino tem um efeito negativo nas intenções de regresso, mas a integração estrutural no mercado de trabalho e os laços económicos e sociais nas sociedades de destino não afetam significativamente as intenções de regresso (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015: 427).

Em suma, a diversidade de processos de migração de regresso exige, para a sua explicação, ter em consideração a diversidade de características, de contextos e de motivações dos migrantes, quer para a migração que esteve na origem no regresso, como para o regresso em si, pelo que não é provável que uma “teoria de tamanho único” (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015) consiga abarcar a multiplicidade do fenómeno. Concorda-se com uma das conclusões deste estudo, em concreto, a de que “não há um processo uniforme de migração (de regresso) e que as teorias concorrentes podem ser complementares em explicar as intenções e comportamentos da migração de regresso entre e no interior de grupos migrantes específicos e nos contextos específicos de origem e destino” (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015: 27).

A abordagem estrutural e migração do regresso: os fatores de contexto

Nesta abordagem, o regresso é influenciado por fatores sociais e institucionais nos países de origem. Na explicação de como o regressado se integra de novo na sociedade de origem são importantes os recursos que lhe são inerentes, como as qualificações e o capital económico. O contexto macroeconómico no país de origem e no país de acolhimento é a determinante principal da decisão de regresso, em que no primeiro são considerados o mercado de trabalho e, no segundo, as oportunidades que estejam a surgir (OCDE, 2008). As mudanças sociais estão na origem de regressos e um dos casos fornecidos como exemplo de como esta teoria pode ser aplicada é, precisamente, o da importância do fim da ditadura em Portugal no regresso de emigrantes portugueses (OCDE, 2008: 179).

Segundo a perspectiva estrutural, as expectativas dos regressados ajustam-se frequentemente às realidades locais e há uma influência muito forte de interesses nas sociedades de origem que limitam a capacidade inovadora dos regressados. Nos casos em que não haja este reajustamento, o regressado pode equacionar voltar a emigrar (Cassarino, 2004). Esta abordagem é fundamental para demonstrar os efeitos dos fatores contextuais na capacidade que os regressados podem ter para inovar e ser atores de mudança. Além de recursos e capital financeiro, as políticas locais e nacionais, as relações de poder, as tradições e os valores exercem influências na capacidade dos regressados em investir as suas experiências migratórias nos seus países de origem. O quadro analítico da abordagem estrutural refere-se às consequências que a migração de regresso pode gerar nas sociedades de origem, com referência às variáveis de tempo e espaço (Cassarino, 2004). O tempo refere-se à duração da estada no estrangeiro e às mudanças que ocorreram antes e depois da migração, com referência ao estatuto dos retornados e às suas sociedades de origem. As mudanças nas sociedades de origem e o desenvolvimento profissional são fatores fundamentais no processo de reintegração (Cassarino, 2004). O processo de reajustamento demora tempo e depende do período que se esteve fora. Por outro lado, será também preciso tempo para que os capitais (económico, social, cultural e humano) adquiridos pelo emigrante na sua experiência migratória possam ser otimizados e sejam úteis no regresso ao país de origem (Cassarino, 2004). Relativamente ao espaço, o estruturalismo confere importância à distinção rural/urbano na área de fixação, pois isso determina o processo de reintegração e forma as suas expectativas (Cassarino, 2004). Ou seja, o regresso passa não a ser visto como unicamente dependente da experiência do emigrante no estrangeiro, mas as características institucionais nos países de origem afetam negativa ou positivamente o impacto que a migração de retorno tem no desenvolvimento local (Cassarino, 2004). Globalmente, no entanto, os estruturalistas são pessimistas relativamente ao poder de o migrante inovar no seu regresso, uma vez que associam as sociedades de origem a formas “tradicionalistas” de funcionamento e referem que o emigrante, por ter estado fora, perdeu a ligação às suas relações sociais. As perspectivas das redes e do transnacionalismo questionam este pessimismo, como veremos de seguida (Cassarino, 2004).

Redes sociais e transnacionalismo

Os primeiros estudos sobre o regresso tinham subjacente o modelo binário da migração, ou seja, os migrantes saem da origem para o destino, havendo os que ficam para sempre e os que retornam. As novas abordagens permitem analisar e explicar porque é que há migrantes que se deslocam entre um e outro, numa espécie de migração continuada. Como referem King e Christou, “o que caracteriza os estudos recentes sobre o retorno é uma exploração mais diversa e matizada da ontologia do retorno, alongando o seu significado no tempo, espaço e gerações, e onde o ‘lugar’ do retorno e o tipo de movimento podem ter várias expressões – real, virtual, imaginada, forçada e negada” (King e Christou, 2011: 453).

A abordagem das redes sociais contribui para se perceber como se articulam as dimensões macroeconómicas e sociais e as individuais e psicossociológicas nas migrações, na medida em que as redes migratórias ligam três componentes principais dos sistemas de migração internacional: o fluxo de migrantes entre as áreas de origem e destino, o *stock* de migrantes que reside no país de destino e o fluxo de migrantes que retorna para o país de origem (Faist, 2000: 52). Na perspectiva das redes (Faist, 2000; Gurak e Caces, 1992; Massey e outros, 1993), o enfoque das explicações para as migrações é desviado das determinantes e/ou consequências que a migração internacional tem para os países que nela tomam parte e concentra-se no domínio das interligações entre os países que contribuem para os movimentos populacionais, sejam ou não próximos e tenham, ou não, tido relações históricas entre si.

Especificamente, no estudo do retorno, a abordagem das redes sociais chama a atenção para avaliar, nas intenções e no processo de decisão e de movimento do regresso, os fluxos de informação e as redes que se situam entre os países de origem e destino, e que permitem a diminuição da incerteza no regresso. Os migrantes têm acesso a informação sobre o país de origem, às condições em que podem regressar e à ajuda de quem permaneceu na origem e com quem mantiveram contacto, e/ou de quem regressou primeiro, precisamente devido a estas redes.

O estudo do transnacionalismo surgiu, de acordo com Waldinger e Fitzgerald (2004), com Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton, nos anos 1990, para identificar as ligações sociais entre os países emissores e recetores, quando se afigurava que nem a assimilação, nem o corte de relações entre os países entre os quais as migrações ocorrem, seriam inevitáveis. Os migrantes transnacionais são aqueles que mantêm tais laços de migração, pois as suas vidas quotidianas dependem de interligações que atravessam fronteiras e as suas identidades configuram-se em relação a mais do que um Estado-nação (King e Christou, 2011). Alejandro Portes acrescenta que o que faltava era uma perspectiva teórica que denominasse fenómenos semelhantes, apesar de estes já existirem previamente ao momento da sua conceptualização (Portes, 2003). Na perspectiva do transnacionalismo, “os regressados preparam a sua reintegração no país de origem através de visitas periódicas e regulares aos seus países, mantêm ligações fortes com os seus países de origem e periodicamente enviam remessas para as suas famílias” (Cassarino, 2004: 262). Mesmo depois do retorno, a história continua e os migrantes transnacionais mantêm ligações com os migrantes no país de acolhimento e, muitas vezes, aí retornam por curtos períodos para visitas ou trabalhos temporários.

Os contactos regulares que os migrantes fazem, tanto com as sociedades de origem como com as de acolhimento, e os movimentos entre “cá” e “lá”, ou seja, a mobilidade transnacional (Portes e outros, 1999) faz com que o regresso seja melhor preparado e organizado e o retorno aconteça quando os recursos suficientes, financeiros ou informacionais, tenham sido reunidos e quando as condições no país de origem são entendidas como sendo suficientemente favoráveis (Cassarino, 2004: 264). O transnacionalismo, esse vai e vem social e identitário, contribui para uma melhor aferição das condições de retorno.

De acordo com Cassarino (2004), tanto no transnacionalismo, como na teoria das redes, os regressados são vistos como atores que reúnem os recursos de que precisam para preparar os seus regressos em segurança, mobilizando, no primeiro caso, os que resultam de atributos que partilham; e, no segundo caso, a mobilização de interesses que têm em comum e de outros elementos que estão disponíveis ao nível das redes sociais e económicas transversais às fronteiras. O transnacionalismo também se traduz nas diversas formas através das quais os migrantes se sentem ligados uns aos outros pelas origens étnicas comuns e pela solidariedade do grupo (Cassarino, 2004). A visão da circularidade dos movimentos de migração que facilitam a mobilidade dos migrantes deve-se à abordagem transnacional, que questiona a perspectiva do atravessamento da fronteira apenas em dois sentidos. Os estudos da diáspora seguem a orientação do transnacionalismo, pois “a referência ao termo ‘diáspora’ pode dizer-se que constitui uma forma de realçar a mobilidade multipolar dos migrantes” (Cassarino, 2004: 264). Porém, se, por vezes, os termos transnacionalismo e diáspora são utilizados como sinónimos, “um migrante pode ser diaspórico sem ser transnacional, ou transnacional sem ser diaspórico, ou ambos, ou nenhum” (King e Christou, 2011: 456). Em última análise, o transnacionalismo dissolve o significado da migração de retorno, pois a migração e o retorno passam a ser vistos como processos contínuos de mobilidade global num campo social transnacional, ou seja, a migração de retorno é, por vezes, um conceito esquivo que se torna indistinto com a mobilidade transnacional continuada (King e Christou, 2011).

4.3 O estudo (das intenções) do regresso

Diversos estudos que se desenvolveram sobre o regresso contribuem, em conjunto, para perspetivar que as explicações sobre o regresso e a análise das suas intenções e motivações devem ter em conta que os migrantes e os regressados não são um grupo homogêneo, os contextos entre os quais se movimentam são diversificados e há fatores estruturais (características políticas e económicas dos países em causa, por exemplo) que devem ser considerados porque influenciam os migrantes nas suas intenções, decisões e movimentos de regresso. Na realidade, as preocupações que devem estar presentes nas análises do retorno não diferem muito das que se colocam no estudo das migrações – a composição sociodemográfica dos migrantes regressados (ou potenciais), motivações para o regresso, integração dos migrantes regressados (ou potenciais). O que se distingue é a necessidade de juntar a análise das motivações para a emigração, porque existe sempre uma relação entre estas e as de retorno. São diversos os fatores e as motivações que se sabe influenciarem decisões de regresso e o próprio regresso, ou a permanência. As decisões de migração de retorno são sempre precedidas por intenções (Caro, Fernandez e Valbuena, 2016) que exercem um importante papel nas decisões porque, como sugerem alguns estudos, as intenções estão ligadas com a educação dos indivíduos e com os seus planos de trabalho e planejar o futuro, por sua vez, influencia os resultados da migração (Güngör e Tansel, 2014).

O estudo das intenções de regresso está na base de algumas tipologias de regressos. Pode estudar-se o regresso através deste planeamento do futuro, das expectativas ou dos desejos que o precedem. Num estudo sobre as intenções de regresso em estudantes estrangeiros nos Estados Unidos da América, Alberts e Hanzen (2005) agrupam os fatores de influência no regresso em três categorias: fatores profissionais, que incluem razões relacionadas com salários, condições e instalações de trabalho e oportunidades para o desenvolvimento profissional; fatores sociais, que se referem ao conforto em determinado ambiente social, político e cultural em termos de, por exemplo, padrões de comportamento aceitável, relações de género, etc.; e fatores pessoais, que englobam o que se relaciona com as circunstâncias pessoais, tais como o estatuto familiar e redes de amizade e familiares. As conclusões apontam para que todos os estudantes ficariam nos EUA por razões profissionais, mas o conforto sentido no país de origem é um fator que atrai para o regresso. Por outro lado, ter família e amigos no país de origem são um fator de importância forte na motivação para regressar, e ter um dos cônjuges no país de origem também.

A revisão de investigação sobre as intenções de retorno realizada por Caro, Fernandez e Valbuena (2016) agrupa três conjuntos de fatores que foram encontrados na literatura como tendo influência nas intenções de regresso: características pessoais (a nacionalidade, o sexo, o grupo étnico, o estatuto legal, os anos de permanência); variáveis de laços sociais (como os laços de família ou propriedade de casa no país de destino); variáveis económicas (participação no mercado de trabalho, ter acesso a benefícios da segurança social e o comportamento de envio de remessas) (Caro, Fernandez e Valbuena, 2016: 118). Os autores chamam a atenção para evidências de que dentro de cada conjunto não há consenso entre os académicos sobre o poder explicativo das variáveis enunciadas, sendo o género, por exemplo, um destes fatores.

Os autores acrescentam que a intenção e o nível de intenção de regresso diferem de acordo com a idade, mas não encontraram estudos empíricos que tivessem feito esse exercício de cruzamento do efeito dos fatores por grupo etário. Ainda assim, referem que há evidências de que os grupos etários mais velhos são mais propensos a regressar mais cedo (Caro, Fernandez e Valbuena, 2016: 119). Constant e Massey (2004) afirmam que os adultos ativos são menos propensos a regressar, do que jovens mais novos. Mas entre adultos os resultados

são mistos: a idade faz aumentar a probabilidade de retorno de indivíduos de 50 e mais anos, residentes na Suécia, e faz decrescer o desejo de retorno para os imigrantes com mais de 45 residentes em França (Yahirun, 2014). Em nenhum destes estudos se investigou como os fatores que influenciam a probabilidade de retorno podem variar com a idade (Yahirun, 2014: 235).

Além do estudo dos fatores que influenciam as intenções de regresso, também há trabalhos que se dedicam à diferenciação destas por categorias específicas de migrantes, como estudantes (Güngör e Tansel, 2008), migrantes qualificados (Güngör e Tansel, 2014), entre outros.

Para os regressados que pretendem reintegrar o mercado de trabalho na origem, as competências e a experiência que adquiriram enquanto estiveram a residir fora podem ser mais valorizadas do que as obtidas se não tivesse havido a emigração. Esta perspetiva também está subjacente aos estudos que atribuem aos regressados um potencial de desenvolvimento no país de origem através da capitalização de recursos de formação e de experiência profissional. Este resultado dependerá do país de acolhimento e de origem, da formação e profissão do migrante regressado e da conjuntura do regresso. Como exemplos, refira-se que em países da OCDE como o Chile, a Costa Rica e o Brasil, os migrantes regressados estão sobre representados na maioria das profissões altamente qualificadas e sub-representados nos níveis menos qualificados (OCDE, 2008: 198). No Uruguai, 64% dos migrantes regressados estão empregados e o mesmo é verdade apenas para 43% da população (Meyer e outros, 2007, citados em OCDE, 2008). Através de uma análise de dados relativos a regressos na Finlândia, demonstra-se que a reentrada no mercado de trabalho finlandês pode não ser imediata, mas que a mobilidade parece demonstrar que a migração significa uma transição no mercado de trabalho que beneficia a carreira do indivíduo: os migrantes regressados têm mais rendimento e uma menor taxa de desemprego que os seus pares que permaneceram nos mercados de trabalho nacionais (Koikkalainen; Linnakangas e Suikkanen, 2016).

4.4 Regresso, desenvolvimento, empreendedorismo

As migrações internacionais são, frequentemente, associadas ao desenvolvimento, como causa e efeito deste (Fisher, 1997, citado em Ammassari e Black, 2001). Especificamente em relação ao retorno, o debate da relação entre migrações e desenvolvimento é alimentado pelas perspetivas de que os capitais financeiro e humano que são transferidos com os emigrantes, no seu regresso, no primeiro caso através de poupanças, no segundo através de formação e experiência profissional adquiridos no estrangeiro, têm efeitos positivos no país de origem da emigração (Ammassari e Black, 2001), o que representaria um brain gain. Os estudos do desenvolvimento demonstraram que uma proporção importante de migrantes ou cria um negócio ou desenvolve um emprego independente depois do retorno (OCDE, 2008: 200).

A valorização (teórica) da formação e da experiência profissional seria mais evidente no caso dos migrantes qualificados, de quem se espera que haja maior retorno de capital (financeiro e humano) com o regresso, embora em alguns casos os recursos, como a experiência ou a qualificação profissional, sejam mais dificilmente transferíveis e sejam de aplicação mais limitada (Faist, 2000). Espera-se que quem queira investir seja ou quem emigrou com o objetivo de acumular poupanças, ou os que pensam que será a melhor forma de ultrapassar eventuais problemas de reentrada no mercado de trabalho (OCDE, 2008: 2000).

Relativamente à forma como os emigrantes podem ser atraídos para o retorno, num estudo sobre regressados na Jamaica (Thomas-Hope, 1999) argumenta-se que os profissionais mais qualificados são mais difíceis de atrair para a origem porque estão habituados a salários mais elevados, melhores condições e segurança nos cuidados de saúde e outros benefícios da segurança social do que os que podem ser oferecidos na origem. Como tal, estes poderão ficar mais frustrados e até pretender reemigrar.

A perspetiva estrutural enfatiza que o potencial de desenvolvimento de retorno se encontra em larga medida nas condições económicas e sociais do país, o que significa que se os níveis de confiança estiverem altos, não haverá muita dificuldade em atrair pessoas para o regresso, para transferências de conhecimento e investimentos (Thomas-Hope, 1999), verificando-se o contrário se os países não tiverem condições sociais e económicas favoráveis, pois os migrantes regressarão com mais facilidade se as condições económicas forem atrativas e fizerem vislumbrar novas e boas oportunidades.

Com base numa amostra de regressados que abriram empresas no Gana e na Costa do Marfim, Black e Castaldo (2009) demonstram que a formação e as habilitações têm pouca importância neste empreendedorismo, embora o trabalho prático, experiência e as competências em manter redes de contactos regulares com outros migrantes da mesma nacionalidade, e com amigos e família, enquanto estiveram fora, foram elementos de elevada importância. A poupança é significativa, mas as redes e os contactos, assim como as experiências ganhas fora podem ser tão importantes, ou mais, como o dinheiro (Black e Castaldo, 2009). Conclusões como estas dão sentido ao crescimento de plataformas de empresários, e de medidas políticas que as estimulam.

Em jeito de síntese, importa reter que embora haja estudos, em diferentes contextos, que comprovam a importância da relação entre imigração, retorno e empreendedorismo, as demonstrações empíricas da relação entre migrações e desenvolvimento ainda são parcelares e, por vezes, contraditórias para daí retirar medidas concretas de políticas (Ammassari e Black, 2001). Isto significa que é necessário continuar a fazer investigação neste campo e contribuir para o património de estudos que promovam conhecimento sobre a relação entre migrações, retorno e desenvolvimento, especificando as condições que influenciam a aplicabilidade das conclusões obtidas, pois sabe-se que o impacto de cada um dos fenómenos, nos restantes, depende do volume, tipo, espectro temporal dos fluxos de migração, direção dos fluxos, grau e direção da seletividade, e contextos dos países envolvidos (Ammassari e Black, 2001).

4.5 Tipologias

Algumas tipologias de migração de retorno baseiam-se, essencialmente, em duas dimensões que depois produzem alguma diversidade: o período de tempo que os migrantes pretendiam permanecer fora do seu país de origem e as razões para regressar (Gmelch, 1980). Uma das primeiras tipologias sobre o regresso estabelece, como base, a intenção da duração da emigração anterior (Bovenkerk, 1974). Ao contínuo da duração inicial pretendida com a emigração (temporária, permanente), o autor acrescenta a dicotomia do movimento de retorno ou de não retorno e cria quatro ideias tipo: emigração permanente pretendida sem retorno; emigração permanente pretendida com retorno; emigração temporária pretendida com retorno; emigração temporária pretendida sem retorno.

Num estudo sobre italianos que retornam de emigração nos EUA, Cerase (1974) classifica os regressados de acordo com as suas aspirações, expectativas e necessidades, em relação com o contexto das sociedades de origem e acolhimento. Para o autor, o *regresso por insucesso* refere-se aos casos de migrantes que não conseguiram integrar-se nos países de acolhimento, enfrentam situações de discriminação e voltam para os seus países de origem. O *regresso por conservadorismo* associa-se aos migrantes que enviam dinheiro para casa ou poupam para comprar terra para melhorarem a sua vida na origem, portanto avaliam o seu sucesso de acordo com os padrões da sociedade de origem. Estes dois ideais tipo corresponderiam às situações que a teoria neoclássica e a nova economia da migração laboral concebem, respetivamente, como resultado da migração. O *regresso por reforma* descreve a situação dos migrantes que voltam quando se reformam e adquirem uma casa ou uma terra onde pretendem passar a sua velhice, porque nessa condição têm melhor qualidade de vida no país de origem do que no de acolhimento. Por último, a categoria dos *regressados por inovação* corresponde aos migrantes que têm vontade de utilizar todos os meios e as novas competências adquiridos durante as experiências migratórias na prossecução dos seus objetivos nos seus países de origem, onde consideram que há melhores oportunidades para satisfazer os seus desejos e expectativas. Estes migrantes veem-se como inovadores e acreditam ser portadores de mudanças (Cerase, 1974).

King (1977), num estudo de italianos que retornam da Grã-Bretanha, identifica quatro tipos de regressados: os que sempre quiseram regressar depois de um período específico de tempo ou de uma determinada quantia de dinheiro poupada para montar um negócio, motivação que originou a emigração; os que foram forçados a regressar por razões familiares (pais doentes ou idosos que necessitam de cuidados); os que foram motivados pelo desejo de educar os filhos na escola italiana antiga; e, em menor número, os que voltaram por saudades do país de origem, fracasso na adaptação ao modo de vida inglês, dificuldades de linguagem, etc.

Gmelch (1980: 138) sistematiza os vários contributos e constrói uma tipologia composta: regressados que pretendiam uma migração temporária e cujo período para o regresso é determinado pelo alcance dos objetivos estabelecidos aquando da emigração; os regressados que pretendiam uma migração permanente mas que foram forçados a regressar não o pretendendo; os regressados que pretendiam uma migração permanente, mas que escolhem regressar por causa de dificuldades na integração ou de saudades de casa.

Cassarino (2004) concebe uma tipologia de regressados com base no seu quadro concetual do retorno assente na mobilização de recursos e na preparação para o retorno por parte do migrante. Para o autor, existem três níveis de preparação de retorno (baixo, médio e elevado), condições anteriores ao regresso e condições posteriores ao regresso. Nas condições anteriores ao regresso encontra-se: o estatuto, a motivação, a mobilização de recursos e a duração da estada. As condições exteriores ao regresso traduzem-se no processo de integração.

Assim, e para referir alguns exemplos, Cassarino distingue migrantes laborais de migrantes irregulares em relação à preparação. Enquanto os últimos estão no seu grau zero, os primeiros podem estar num nível baixo de preparação ou num nível elevado, consoante o tempo de migração ou os critérios enunciados em cima. Os migrantes irregulares, por exemplo, situam-se no grau zero de preparação porque tiveram uma deportação ou expulsão como motivação, não mobilizaram recursos e estavam há menos de seis meses no país de acolhimento (Cassarino, 2004: 273). Ao mais elevado grau de preparação correspondem migrantes laborais ou muito qualificados, que podem ter obtido residência no país de acolhimento, cujos objetivos da migração foram atingidos e que têm a perceção de que as melhorias económicas e políticas no país de origem geram oportunidades. Tiveram tempo para pesar os prós e os contras do retorno e conhecem muitos incentivos no país de origem para o retorno. A mobilização de recursos envolve poupanças, uma rede de conhecimentos, educação superior. Em média, estes

estavam entre há 4 e 15 anos no país de acolhimento (Cassarino, 2004: 273). Para o autor, “as noções que se referem à mobilização de recursos e à preparação para o regresso têm que ser tidas em consideração para explicar porque é que alguns regressados se tornam atores de desenvolvimento e outros não” (Cassarino, 2004: 276). Moran-Taylor e Menjívar (2005), por seu turno, criam uma tipologia tripla com base nos desejos de regresso: assertivos (têm a certeza de que querem retornar); ambivalentes (um dia hão de voltar, não sabem quando) e sem desejo (não planeiam retornar).

4.6 Estudos anteriores sobre o regresso de emigrantes portugueses

A investigação sobre o regresso da emigração portuguesa pode, nesta data, ser dividida em dois momentos situados entre antes e depois da “nova emigração” (Pires e outros, 2010). Antes da “nova emigração”, vários trabalhos focaram o regresso dos portugueses emigrados para o Brasil durante o século XIX e até ao princípio do século XX (por exemplo, Alves, 1994), no regresso dos que ficaram conhecidos como os “brasileiros de torna viagem” e no seu impacto no desenvolvimento do país. O regresso dos países europeus a partir dos anos 1970 também foi bastante estudado (Amaro, 1985; Poinard 1983a; Poinard 1983b; Silva e outros, 1985). No entanto, apesar de alguma diversidade dos estudos sobre retorno, esta temática nunca foi prioritária para a academia portuguesa correspondendo a apenas 8% do total dos trabalhos dedicados à emigração no período entre 1980 e 2013 (Candeias *et al.*, 2014), muito longe portanto do real impacto do retorno na sociedade portuguesa.

A exceção, a esta ausência geral e continuada de estudos centrados no retorno, pode ser encontrada num curto período situado nos anos de 1980 e seguintes. O regresso e a reintegração dos emigrantes na sociedade portuguesa foi o tópico que maior atenção recebeu durante este período. Dois projetos, apoiados pela Fundação Wolkswagenwerk destacam-se como referências. O primeiro destes projetos, coordenado por Manuela Silva do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), centrou os seus esforços na mensuração do volume dos regressos entre 1960 e 1970, na elaboração de estimativas para a década de oitenta, na descrição das características socioeconómicas dos migrantes regressados, e nas suas trajetórias ocupacionais, antes, durante e depois da experiência emigratória. O segundo projeto, coordenado por Eduardo Sousa Ferreira do Centro de Estudos da Dependência (CED) centrou-se na avaliação e enumeração das políticas de desenvolvimento regional que maximizariam os benefícios económicos do regresso para as regiões em que os emigrantes regressados se inseririam (Baganha e Góis, 1998-1999). No final dos anos 90, e já na primeira década deste milénio, foram produzidos alguns estudos sobre a segunda geração e o regresso. O trabalho de Sofia Afonso intitulado *O regresso da segunda geração, A segunda geração e o regresso - A geografia do ator de fronteira* inicia uma retoma desta linha de pesquisa, mas agora para o período posterior a 85 e para a década de 90 (Afonso, 1997; 2005).

Mais recentemente, João Sardinha dedicou alguma atenção ao regresso e à ligação deste regresso com as questões de pertença identitária e Félix Neto trabalhou questões ligadas a grupos etários específicos na sua relação com o regresso (Neto, 2010; Sardinha, 2008, 2011a, 2011b, 2011c) numa nova área de investigação temática que deverá merecer maior aprofundamento no futuro.

Se considerarmos que as mobilidades de retorno (King e Christou, 2011) englobam também os repatriamentos, além dos regressos, precisamos também de referir os trabalhos de Rui Pena Pires sobre os regressados das ex-co-

lónias que ficariam conhecidos como “retornados” (Pires, 2003). Embora tenha sido um caso forçado de regresso, o autor coloca as mesmas questões de integração com que se deparam os regressados, neste caso num período muito curto (Pires, 2003). Com a descolonização, em 1975, chegaram a Portugal cerca de meio milhão de portugueses radicados nas ex-colónias, maioritariamente em Angola (61%) e em Moçambique (31%) (Pires, 2003).

Esta população teve uma integração bem-sucedida e a sua distribuição regional foi muito influenciada pela necessidade de um maior apoio familiar e pela possibilidade de uma inserção célere no mercado de trabalho (Pires, 2003). Ou seja, “as oportunidades de emprego explicam o outro lado da informação estatística: a percentagem de retornados que regressam aos distritos de naturalidade foi inferior a 50% em todo o interior e no Alentejo; pelo contrário, regressaram à origem mais de 60% dos retornados nascidos nos distritos do Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal. Isto é, se as regiões mais deprimidas do país só retiveram os retornados aí nascidos, não foram, no entanto, capazes de evitar a atração exercida pelo litoral e, em particular, pelas principais áreas urbanas (Pires, 2003: 207-208). Para efeitos do presente trabalho destacamos a importância de registar que os retornados tendem a voltar para as regiões de naturalidade ou de residência anterior, sempre que isso não signifique terem dificuldade de (re)integração no mercado de trabalho devido a características da região.

Como foi referido, no início dos anos 70, os principais países de destino da emigração portuguesa suspendem unilateralmente as entradas de trabalhadores migrantes e, em seguida, criam incentivos diversos ao retorno ao país de origem (Poinard, 1983; Stahl *et al.*, 1982). Nos anos 1980, já teriam regressado 500.000 dos portugueses emigrados entre 1960-1980, principalmente dos países da então CEE, numa média anual de cerca de 2.500 entre 1961-1965, passando para 14.000 no segundo quinquénio dessa década (Amaro, 1985: 356). Estes regressos explicavam-se como sendo “motivados pelo encerrar lógico de um projeto de emigração e uma vez realizados os objetivos visados na partida, pelo menos a um nível que já torna insuportáveis e escusados os sacrifícios impostos pela separação da terra, dos familiares e dos amigos, pelo tempo já passado e pela solidão vivida, apesar de tudo, no estrangeiro” (Amaro, 1985: 357). Na amostra do estudo feito a cerca de 700 regressados, 71% de inquiridos enviavam metade ou mais do seu salário para Portugal durante o período em que estavam emigrados, e cerca de 1/4 tinham deixado o cônjuge em Portugal (Amaro, 1985), o que significa uma importante ligação com o país de origem. Sublinha-se que o regresso estará tendencialmente mais presente nas perspetivas do emigrante quando se mantém a ligação familiar à origem, do que quando já existe o reagrupamento familiar feito ou a família está junta desde o início do projeto migratório (Amaro, 1985).

Para a maioria dos emigrantes regressados no fim deste ciclo migratório, a emigração foi uma história de sucesso. Uma casa, mais dinheiro no banco, um carro, um pequeno negócio ou um restaurante, a possibilidade de a mulher se tornar dona-de-casa, o regresso à região de origem e um aforro ou poupanças foram uma garantia de uma mobilidade social acima da média. Para a economia do país, o nível dos seus contributos foi mínimo. A larga maioria dos regressados ou eram analfabetos (12%), ou não possuíam qualquer grau de escolaridade (24%) ou tinham concluído apenas o ensino básico (56%). Apenas 59% dos regressados optaram pela vida ativa, pelo que a maioria destes regressados vão trabalhar na agricultura ou no pequeno comércio por conta própria (cafés, restaurantes, mercearias constituem os exemplos mais visíveis (Baganha e Góis, 1998-1999).

As Estatísticas do Movimento da População do Instituto Nacional de Estatística (INE) não possuem dados detalhados e atualizados sobre o retorno dos emigrantes que nos permitam comparar diferentes vagas de retorno e as suas características. Existem, no entanto, estimativas sobre o retorno, para os períodos 1973-81 e 1979-81 e é possível obter dados retroativos a partir dos 3 últimos censos (1991, 2001, 2011) que nos remetem para os períodos intercensitários imediatamente anteriores. Michel Poinard (1983) estimou os regressos definitivos

entre 1960 e 1980 em 25 a 30 mil por ano, média anual que na década seguinte terá descido para 24 mil. O período de maior retorno parece ter ocorrido na primeira metade dos anos oitenta. Custódio Cónim (1984), recorrendo a informações estatísticas dos países da CEE, chegou às seguintes estimativas sobre o retorno médio anual dos emigrantes portugueses: 14.000, no período 1966-70; 37.000 no período 1961-75; 45.000 no período 1975-80. (Rato, 2001). A equipa coordenada por Manuela Silva (Silva et al., 1984: 59) estimou em 209 mil os regressos entre 1980-1985, ou seja, uma média anual de 42 mil regressos, média anual muito superior aos 25 a 30 mil que se estimam tenham regressado durante a década anterior⁸. O estudo de Maria José Carrilho (1991) estimou o número médio anual de emigrantes retornados, entre 31 de Dezembro 1977 e 31 de Dezembro de 1981 em 51.280.

A metodologia para obtenção de dados demográficos sobre o retorno é relativamente simples quando se conhece o incremento da população total residente com rigor. Tendo a população residente total, se lhe deduzirmos o saldo demográfico natural (total de nados-vivos menos o total de óbitos) e o fluxo líquido de imigrantes, obtemos o fluxo líquido de emigrantes. Subtraindo a este último o fluxo de emigrantes permanentes, obtemos um valor residual que corresponde ao fluxo de retorno dos emigrantes. Aplicando esta metodologia e utilizando os dados das Estatísticas Demográficas do INE de 1997 e 1998, Helena Rato (2001) estimou o fluxo de retorno do ano de 1998 em 32.248 indivíduos (Rato, 2001). Em relação aos períodos intercensitários Isabel Oliveira e colegas (2016) apontam para um aumento relativo do número de regressos desde os anos 80 correspondendo a 231.242 indivíduos regressados no período entre 1981 e 1990; a 227.434 indivíduos regressados entre 1991 e 2000; e a 233.221 indivíduos regressados entre 2001 e 2010 (oliveira et al, 2016). Os números, não sendo exatos, dão-nos uma perspetiva sobre as tendências estruturais do retorno da emigração portuguesa que corresponde, em qualquer caso, a uma percentagem significativa das partidas que ocorreram nos mesmos períodos.

Sobre os regressos recentes em consequência da recente vaga de emigração já existe alguma produção científica em que se abordam ou analisam intenções de regresso em análises mais globais sobre a emigração (Correia, 2015; Peixoto, 2016; Pereira, Pinto e Pires, 2015) ou em que se evidenciam estes regressos (Oliveira et al., 2016).

Assim, sobre as atitudes e expectativas em relação a um eventual regresso a Portugal, em 32 entrevistas a portugueses entre os 25 e os 55 anos a residir no estrangeiro (Correia, 2015), evidencia-se que a maioria dos entrevistados (27/32) não tem perspetivas de voltar a curto ou médio prazo (Correia, 2015: 54). A autora acrescenta que “são tendencialmente os inquiridos mais jovens e com grau de instrução mais elevado que se mostram mais dispostos a considerar um eventual regresso” (Correia, 2015: 54). A principal razão apontada para a permanência corresponde à perceção de que os inquiridos não conseguiriam ter em Portugal o mesmo nível de vida que conseguem no estrangeiro (Correia, 2015: 55).

Verifica-se a tendência para o regresso ser adiado para um horizonte temporal distante, uma possibilidade relegada para a fase em que os inquiridos estejam já fora da vida ativa (Correia, 2015: 55). Ao pensar nestes adiamentos do regresso, que se observam em respostas de uma parte dos inquiridos sempre que se perguntam as intenções em relação ao mesmo, lembramo-nos do “eterno mito do retorno” (Monteiro, 1994; Bolognani, 2007), ou seja, “uma inclinação do pensamento que forma o comportamento e produz certas estratégias de ação, mas é difícil de executar” (Bolognani, 2007: 64). Também significará que os migrantes que proferem as intenções de regresso o desejam, mas não estão preparados para regressar, na perspetiva de Cassarino (2004).

Uma conclusão importante, e que propositadamente salientamos aqui, é o facto de a maioria dos inquiridos não conhecer medidas de incentivo ao regresso de emigrantes, o que a autora considera que pode estar na origem do desinteresse no regresso no curto prazo (Correia, 2015: 60). Confirma-se, deste modo, a necessidade da introdução da dimensão de veiculação de informação sobre o país aos emigrantes, quando se pretende promover o retorno. De outra forma, os emigrantes, desconhecendo as iniciativas existentes, não as incluem na escolha racional sobre o regresso.

Numa investigação recente sobre a nova emigração portuguesa com base em questionários realizados *online* e presencialmente, foram incluídas questões relativas ao retorno (Peixoto e outros, 2016). Tomando em consideração toda a amostra, 1/3 afirma não pretender regressar a Portugal, e outro tanto manifesta-se indeciso (Peixoto e outros, 2016: 296). Esse valor desce se tomadas individualmente as amostras de inquiridos residentes em alguns países europeus: 17,7% no caso do Reino Unido, 15,6% para França, 18,5% no caso do Luxemburgo (Peixoto e outros, 2016: 165), independentemente da ligação a Portugal se pautar pela manutenção, em todos os casos, de contactos regulares com o país, mas explicado pela descrença no futuro do país. Saliente-se que este inquérito foi realizado no âmbito de um projeto de investigação que decorreu entre 2013-2015, portanto plenamente enquadrado pelos anos de maior austeridade e impacto das políticas de restrição orçamental em Portugal.

Num inquérito a 349 enfermeiros portugueses residentes no estrangeiro (Pereira, Pinto e Pires, 2015) 43% respondem que tencionam voltar para prosseguir a carreira e cerca de 1/3 refere que pretendem retornar apenas quando se reformarem. No conjunto, uma minoria (23,4%) indica que não pretende voltar a Portugal.

Sobre regressos efetivos, Oliveira e outros (2016) analisam quantitativamente a evidência de 233 mil regressos entre a década de 2001 e 2011, com base nos resultados à pergunta dos censos “alguma vez residiu fora de Portugal por um período contínuo de pelo menos um ano?”, complementada com a do país de residência anterior e por outra sobre qual o ano de entrada em Portugal, para quem respondia afirmativamente (Oliveira e outros, 2016: 18). Neste estudo, os autores concluem que houve 20 mil regressados por ano na década 2001-2011, e que é de França que mais retornam, seguida de longe pela Suíça, Espanha, Reino Unido e Alemanha, cinco países que totalizam cerca de 70% dos pontos de partida para o regresso a Portugal. Os autores também pretendem enfatizar novas lógicas de mobilidade que apontam não para regressos definitivos, mas para lógicas de circulação migratória entre Portugal e os países de destino.

Em termos de caracterização sociodemográfica, os autores referem que seguem um perfil genericamente semelhante ao da população portuguesa, e que não há um predomínio de qualificações no conjunto, embora tal difira consoante os países analisados e o período da emigração, pois há uma tendência para os emigrantes das gerações mais antigas apresentarem um nível mais baixo de escolaridade (Oliveira e outros, 2016: 22). Com base nos resultados das taxas de regresso, ou seja, tendo em conta a probabilidade de um emigrante português, que residia durante a década passada num país estrangeiro, regressar nessa década a Portugal (Oliveira e outros, 2016: 27), os autores afirmam que os países com maiores taxas de regresso são também aqueles em que se sabe que a emigração é relativamente recente, como o Reino Unido ou Espanha, o que sugere migrações de menor duração mas onde a população era jovem e tinha elevadas taxas de desemprego.

Um destaque deve ser feito, ainda, para a investigação sobre a mobilidade de cientistas (Delicado, 2010; Fontes, 2007). Delicado (2010), assinala uma tendência de regresso, pois 29% dos cientistas doutorados tiveram os seus doutoramentos feitos no estrangeiro e cerca de 70% integra-se no sistema universitário público. O

⁸ Sobre o tema do regresso ver ainda Sthal et al., 1982; Silva et al., 1984; Ferreira et al., 1984; e Baganha, Ferrão e Malheiros et al., 1998.

sucesso desta inserção explica-se por “a maioria dos investigadores que partiram para o estrangeiro, sobretudo nas décadas de 70 e 80, terem um contacto prévio com uma instituição portuguesa (de ensino, de investigação ou outra, pelo que o regresso estava assegurado” (Delicado, 2010, 191). Fontes (2007) concluiu que a maioria dos cientistas entrevistados pretendia, pelo menos até ao momento do estudo, continuar a residir no estrangeiro. Mas também refere que esta opinião sobre o regresso se deve, mais ao conhecimento sobre as dificuldades que se esperam no país de origem, do que à falta de vontade de voltar a Portugal.

Apenas uma última referência à investigação que se desenvolve em torno do que King e Christou (2011) designam como “retorno étnico”. Nesta estudam-se as questões relativas ao sentimento de pertença de luso-descendentes do Canadá, e aos desejos anteriores às suas vindas para Portugal, que então migram para onde são originários ancestralmente, mas onde nunca tinham vivido (por exemplo, Cairns, Sardinha e Tiesler, 2014; Sardinha, 2014).

5. Metodologia usada na recolha de informação quantitativa primária

5.1 Definição do grupo alvo

O projeto Empreender 2020 procurou realizar um levantamento dos emigrantes detentores de competências técnicas e científicas e avaliar o seu potencial de retorno. Neste sentido, foi definido como grupo alvo a inquirir os cidadãos de nacionalidade portuguesa ou nascidos em Portugal com um nível de escolaridade pós-secundário (nível 4 da classificação internacional normalizadas da educação, ISCED). Em termos etários foi definido como critério ter entre 20 e 49 anos para poder participar no inquérito.

5.2 Amostragem e estratégias de amostragem

Dada a inexistência de uma base de onde extrair os indivíduos a inquirir, foi adotado um procedimento que, ainda que não garantisse a aleatoriedade dos respondentes, permitiu obter dados relevantes para o estudo e proporcionar uma amostra com a heterogeneidade necessária ao mesmo. Neste sentido, procedeu-se à diversificação das fontes de recrutamento dos inquiridos e a uma multiplicidade de procedimentos de divulgação do inquérito de modo a alcançar o máximo possível de indivíduos que satisfizessem os critérios de inclusão na amostra (cf. secção seguinte). Apesar dos diferentes procedimentos de amostragem usados para recrutar inquiridos, não é possível afirmar que a amostra obtida seja aleatória. Ainda assim, o número de inquéritos realizados e a heterogeneidade dos respondentes permite afirmar que se trata de uma amostra ilustrativa da emigração portuguesa recente (em particular da sua componente mais qualificada, a qual constituiu o grupo alvo do estudo).

5.3 O inquérito *online*

O público-alvo do estudo reside no estrangeiro. Devido ao seu potencial efeito multiplicador, o inquérito foi colocado *online* com o objetivo de alcançar o maior número de inquiridos e abranger os países de residência representativos da emigração portuguesa.

A estratégia de divulgação do inquérito *online* consistiu no empreendimento de três tipos de ações. Numa primeira etapa, foram enviados e-mails a associações de portugueses residentes no estrangeiro, solicitando que divulgassem o inquérito nas suas páginas de *Facebook* e/ou que enviassem o respetivo *link*, através de e-mail,

aos seus associados. Tivemos a preocupação de incluir, entre estas, as associações de profissionais com habilitações superiores residentes nos países com maior emigração portuguesa e/ou com maior número de emigrantes portugueses, precisamente para aceder à população alvo a inquirir. Estão nesta situação associações como a PARSUK (Portuguese Association of Researchers and Students in UK), a AGRAFr (Associação de Graduados Portugueses em França), a ASPPA (Associação de Pós-Graduados Portugueses na Alemanha), a APEI BeLux (Associação Portuguesa de Estudantes e Investigadores na Bélgica e Luxemburgo) ou a PAPS (Portuguese American Post-Graduate Society).

Complementarmente, foram sendo visitadas páginas de *Facebook* de associações de que não tínhamos obtido endereços de e-mail, mas que, de forma impressiva, revelassem acesso a portugueses com habilitações ao nível do pós-secundário, e foi sendo pedida a divulgação do *link* do inquérito.

Uma terceira via consistiu na disseminação do inquérito entre as nossas redes pessoais e profissionais, pedindo que remetessem o *link* do inquérito aos amigos e familiares que correspondessem ao perfil do estudo, ou seja, portugueses/nascidos em Portugal, com habilitações ao nível do pós-secundário, residentes no estrangeiro. Em alguns destes casos também houve colocação do *link* do inquérito nas páginas de *Facebook* pessoais.

A quarta estratégia utilizada foi a disseminação do inquérito a partir de bases de dados de e-mails de anteriores projetos sobre a recente emigração portuguesa. Os *mails* foram personificados e continham um convite à participação, tendo resultado numa muito elevada resposta e consolidando a amostra total. Em conjunto, a diversificação das redes sociais e a construção de um grupo diversificado de respondentes permitiu ir ao encontro dos objetivos iniciais de consolidação de uma amostra robusta e capaz de informar o estudo através de uma caracterização da recente emigração jovem e qualificada e dos seus desejos de retorno, de retorno empreendedor e de retorno investidor.

5.4 O questionário sobre o regresso

O questionário sobre o regresso compõe-se de três blocos de questões. O primeiro conjunto de questões destina-se à caracterização sociodemográfica do inquirido e nele se pergunta a idade, o sexo, o distrito e concelho onde residia, o país em que reside atualmente, e desde quando, as habilitações académicas e a área de formação. Este conjunto de questões permite ter acesso à caracterização etária da amostra e ao perfil de qualificação dos emigrados. Também permite conhecer a localização geográfica do emigrante na partida e na chegada, e possibilita colocar hipóteses relativamente à área para onde retornará e onde poderá investir, caso seja essa a sua pretensão.

O segundo bloco de perguntas tem como objetivo conhecer as motivações para a saída de Portugal, o tipo de integração no mercado de trabalho no país de residência, os fatores de influência favorável e desfavorável para a decisão de regresso, o período em que se prevê que este se realize e a forma como se percebe a avaliação da trajetória na integração do mercado de trabalho em Portugal. Este bloco de questões é fundamental para aventar os cenários de regresso dos emigrados e quais os períodos em que estes se concretizam. É possível também relacionar as intenções de regresso com outras características dos emigrantes e perceber quais as variáveis que parecem explicar os propósitos diferentes em relação ao regresso.

O terceiro grupo de perguntas é relativo ao perfil empreendedor e à expectativa de investimento em negócio em Portugal (se gostaria, quando e quais os aspetos a que atribui importância na criação de empresas no país). Com o tema do empreendedorismo pretende-se aferir qual o potencial de investimento e de desenvolvimento dos emigrantes inquiridos e quais os fatores que estes consideram mais importantes para a implementação de um possível negócio em Portugal aquando do regresso.

5.5 Mérito e limites do estudo

O estudo tem um enfoque nas intenções/expectativas de regresso e não em regressos efetivos. Quando estudados os regressos efetivos, um primeiro pressuposto é o de que os migrantes sabem o que os motivou e poderão enunciá-lo quando tal lhes é perguntado (Gmelch, 1980). No entanto, pode existir uma racionalização posterior sobre as motivações que lhe estiveram subjacentes e, deste ponto de vista, há vantagem no estudo das intenções ou das expectativas.

Metodologicamente, o facto de o estudo se basear num questionário colocado *online* tem a vantagem de chegar a uma parte considerável da população emigrada que, de outra forma, nomeadamente através da aplicação de questionários em papel, dificilmente conseguiria ser acedida. É praticamente certo que, atualmente, o acesso à internet faz parte da vida dos novos migrantes, pois é uma plataforma de contacto com familiares e amigos no país de origem, e, por isso, a possibilidade de poderem responder por este meio ao questionário não ficaria comprometida. Contudo, em populações com outras características, este tipo de metodologia deverá ser utilizado com mais cautela.

Uma primeira limitação do estudo das intenções e expectativas de regresso corresponde a não se poder impedir a intervenção de fatores externos entre o que é dito nas intenções de regresso e o regresso efetivo. Serão precisos mais estudos para fornecer resultados conclusivos sobre a ligação entre as intenções e ações consequentes com base nessas intenções.

Não podemos escamotear, também, o facto de não conhecermos a dimensão exata do universo em estudo, ou seja, quantos dos emigrantes portugueses ainda residentes no estrangeiro têm habilitações de nível pós-secundário. Não é, assim, possível ajustar a amostra a eventuais erros de cobertura, o que limita a possibilidade de realizar, a partir da amostra, inferências para toda a população emigrante. A análise realizada sobre a amostra refere-se, por isso, apenas aos indivíduos inquiridos, não sendo legítima a extrapolação dos resultados obtidos para todo o universo. Apesar desta limitação, é de admitir que a extensão da amostra obtida e os procedimentos de recrutamento usados, permitiram construir uma base de respostas ilustrativa da recente emigração portuguesa qualificada.

6. Análise dos resultados do inquérito

6.1 Características demográficas

Ao questionário responderam 1.140 inquiridos, tendo os mais velhos nascido em 1967 (50 anos este ano) e o mais novo em 1995 (22 anos este ano).

Em termos de grupos etários, verifica-se que mais de 1/3 da população inquirida é jovem e tem entre 30 e 34 anos e 1/4 situa-se no grupo etário seguinte (entre 35 e 39 anos) (quadro 6.1). Mais de metade da população tem até 34 anos.

Quadro 6.1 - Emigrantes portugueses respondentes, por grupo etário

Grupos etários	N	%	% acumulada
Total	1.140	100,0	
22-24 anos	33	2,9	2,9
25-29 anos	193	16,9	19,8
30-34 anos	409	35,9	55,7
35-39 anos	300	26,3	82,0
40-44 anos	150	13,2	95,2
45-50 anos	55	4,8	100,0

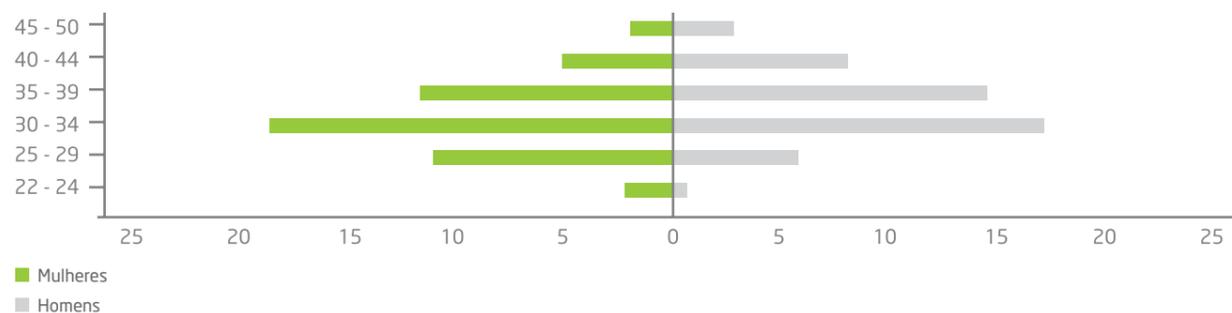
O conjunto dos inquiridos distribui-se muito uniformemente pelos dois sexos, com uma ligeira predominância das inquiridas (50,6%, quadro 6.2).

Quadro 6.2 - Emigrantes portugueses respondentes, por sexo

Sexo	N	%
Total	1.140	100,0
Feminino	577	50,6
Masculino	563	49,4

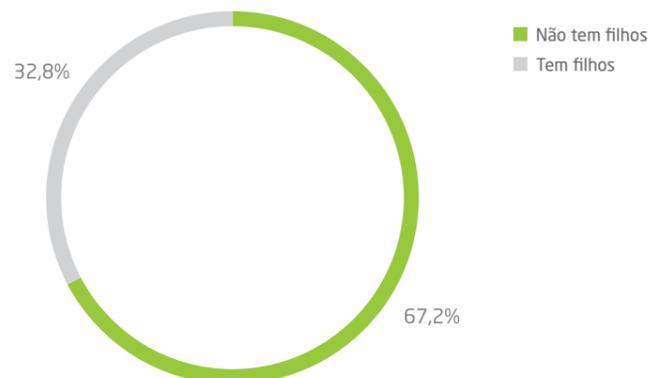
Quando observamos a pirâmide etária⁹ da amostra, verificamos que, por grupo etário, a distribuição sexual dos inquiridos não é tão equilibrada quanto se tomada em conjunto. Assim, nota-se que nos dois grupos mais jovens há mais mulheres do que homens, sendo uma tendência que se inverte nos dois grupos mais velhos. Nos dois grupos do meio, a distribuição é equilibrada.

Figura 6.1 - Pirâmide etária dos inquiridos (N=1.140)



A maioria dos inquiridos¹⁰ não tem filhos, como se pode observar pela figura 6.2. Apenas cerca de 1/3 tem descendência.

Figura 6.2 - Descendência dos inquiridos (N=1.118)



9 Não tendo havido respondentes com menos que 22 anos, nem com mais de 50, a pirâmide não inclui os grupos etários todos.

10 As figuras têm a indicação do N porque nem todas as perguntas foram respondidas pela totalidade dos inquiridos.

6.2 Espaços e tempos da (e)migração

Como já foi referido no capítulo de revisão da literatura existente, os emigrantes que regressam tendem a fixar-se nas localidades de onde haviam saído, razão pela qual é importante analisar a estrutura geográfica da residência anterior, ou seja, o espaço da emigração dos inquiridos. Pensando nos impactos sobre o desenvolvimento regional, será, portanto, nestas regiões que se devem pensar estes impactos em caso de regresso. Esta tendência mostra que há regiões que terão sido as mais penalizadas com as saídas e, concomitantemente, pelo menos em termos de tendência, será para estas regiões que ocorrerá o regresso.

Da observação da distribuição geográfica da residência anterior à saída (quadro 6.3), sobressai que todos os distritos do continente estão representados (incluindo as ilhas, representadas por alguns respondentes com última residência nos arquipélagos dos Açores e da Madeira) e que Lisboa, com 40% do total de inquiridos a ter tido aí residência antes de emigrar, se destaca no topo da lista dos distritos. A uma distância grande, com 18,7%, está o distrito do Porto. Estes resultados incidem sobre a residência, e tal não significa que a naturalidade dos inquiridos siga a mesma regularidade. De facto, a residência anterior pode já ser um resultado de uma migração anterior (migração interna) para efeitos, por exemplo, de prosseguimento de estudos de nível superior.

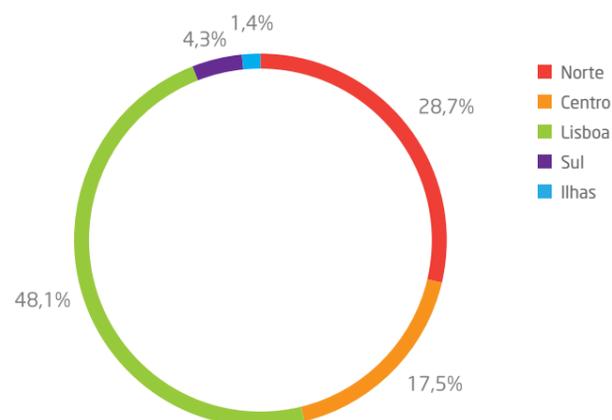
Quadro 6.3 - Emigrantes portugueses, por distrito de residência anterior à saída (n=1.133)

Regiões	N	%
Total	1.133	100,0
Região Norte	325	28,7
Braga	77	6,8
Bragança	3	0,3
Porto	212	18,7
Viana do Castelo	20	1,8
Vila Real	13	1,1
Região Centro	198	17,5
Aveiro	51	4,5
Castelo Branco	7	0,6
Coimbra	78	6,9
Guarda	5	0,4
Leiria	37	3,3
Viseu	20	1,8

Regiões	N	%
Total	1.133	100,0
Região de Lisboa	545	48,1
Lisboa	453	40,0
Santarém	25	2,2
Setúbal	67	5,9
Região Sul	49	4,3
Beja	7	0,6
Évora	3	0,3
Faro	33	2,9
Portalegre	6	0,5
Ilhas	16	1,4
Açores	8	0,7
Madeira	8	0,7

A análise por regiões de residência confirma a mesma tendência e Lisboa posiciona-se com uma grande vantagem à frente, seguida pelas regiões Norte e Centro (figura 6.3).

Figura 6.3 - Emigrantes portugueses, por regiões de residência anterior à saída (n=1.133)



Para compreendermos que emigrantes estão em causa neste estudo e quais as condições estruturais em que avaliam a possibilidade de regresso, é importante conhecer os países onde se encontram (quadro 6.4). Só assim poderemos pôr hipóteses relativamente aos fatores estruturais que influenciaram a emigração e dos que são ponderados numa opinião sobre o regresso (por relação ao contexto português e ao país de acolhimento). Por outras palavras, apenas assim podemos pôr em relação os fatores de repulsão-atração na emigração, e perceber esta relação numa perspetiva de regresso.

Quadro 6.4 - Emigrantes portugueses, por país de residência (10 principais)

País de residência	N	%
Total	1.134	100,0
Alemanha	106	9,3
Bélgica	56	4,9
Brasil	47	4,1
Espanha	50	4,4
Estados Unidos da América	33	2,9
França	73	6,4
Holanda	69	6,1
Luxemburgo	39	3,4
Noruega	32	2,8
Reino Unido	326	28,7
Suíça	59	5,2
Outros (51 países)	244	21,5

Alguns países com mais emigrados, ou de maior emigração atual, têm lugar nesta lista. Referimo-nos ao Reino Unido, França, Brasil, Suíça, Alemanha... O Reino Unido tem a maior representação na lista, com 28,7% de respondentes que aí residem, e é seguido pela Alemanha, com 9,6%, e a França, com 6,4%.

Fora dos 10 principais países de resposta nesta amostra, mas com lugar no conjunto dos principais países com portugueses emigrados, encontra-se, por exemplo, o Canadá (1%).

Na análise das intenções de regresso, além do espaço da emigração também o tempo de permanência é um indicador fundamental para avaliar o tipo de relação que os migrantes têm com o país de origem e a forma como avaliam o regresso. Quem retorna a casa, fá-lo normalmente nos primeiros cinco anos (Dustmann e Weiss, 2007; OCDE, 2008; Thomas-Hoppe, 1999). Num estudo sobre o retorno de jamaicanos reforça-se que, no caso dos migrantes que exercem profissões qualificadas, a permanência além de cinco anos diminui a probabilidade do retorno sem haver incentivos para tal (Thomas-Hope, 1999).

Aqui observamos que, em 2% dos casos, as entradas nos países de receção ocorreram já em 2017, o que é (mais) um indicador de que a emigração portuguesa está ativa. Mais de metade dos emigrantes que responderam a esta questão chegaram depois de 2011. O ano que congrega uma maior proporção de chegadas ao país de residência é o ano de 2012 (com 18%). Ou seja, é o ano em que os emigrantes residem no país de acolhimento há exatamente os cinco anos referidos no exemplo do estudo anterior. O ano mais antigo de chegada é 1981 e o mais recente, como referimos, é o de 2017. Uma esmagadora maioria chegou após o ano 2000, o que não surpreende tendo em conta que a amostra é constituída por uma população bastante jovem. O acréscimo entre os anos de 2011 e de 2016 não pode apenas ser explicado pela crise económica e financeira em Portugal, mas, como será expectável, encontra nestes anos condições para uma maior aceleração.

Quadro 6.5 - Emigrantes portugueses, por ano de chegada (n=1.117)

Ano de chegada	N	%	% acumulada
Total	1.117	100,0	
1981	1	0,1	0,1
1983	2	0,2	0,3
1984	1	0,1	0,4
1985	1	0,1	0,4
1991	1	0,1	0,5
1994	3	0,3	0,8
1995	1	0,1	0,9
1996	3	0,3	1,2
1998	2	0,2	1,3
1999	2	0,2	1,5
2000	3	0,3	1,8
2001	10	0,9	2,7
2002	4	0,4	3,0
2003	9	0,8	3,8
2004	15	1,3	5,2
2005	19	1,7	6,9
2006	33	3,0	9,8
2007	45	4,0	13,9
2008	54	4,8	18,7
2009	66	5,9	24,6
2010	62	5,6	30,2
2011	109	9,8	39,9
2012	201	18,0	57,9
2013	165	14,8	72,7

Ano de chegada	N	%	% acumulada
Total	1.117	100,0	
2014	84	7,5	80,2
2015	96	8,6	88,8
2016	101	9,0	97,9
2017	24	2,1	100,0

Fazendo a análise por intervalos de permanência agregados de cinco em cinco anos, nota-se que uma grande maioria de inquiridos está emigrada há cinco ou menos anos e 30% reside no estrangeiro há pelo menos 6 anos, mas há menos que 11. A amostra inclui uma percentagem pequena de quem reside fora há pelo menos 11 e até 15 anos. A julgar pela hipótese dos cinco anos, poderíamos dizer que 60,1% teria mais probabilidade de regressar, entretanto, do que os restantes inquiridos.

Quadro 6.6 - Emigrantes portugueses, por período de permanência no país de residência

Período de permanência	N	%
Total	1.117	100,0
Cinco ou menos anos	671	60,1
Entre 6 e 10 anos	336	30,1
Entre 11 e 15 anos	110	9,8

6.3 Características socioprofissionais

No conjunto das respostas ao questionário sobre as habilitações, sendo verdade que as pós-secundárias eram condição necessária para os requisitos de preenchimento, poderia ter-se verificado uma distribuição mais favorável ao 12º ano do que a efetivamente verificada. Uma explicação para este tipo de distribuição pode ser encontrada na forma (*online*) de preenchimento do inquérito que coarta a capacidade e aleatoriedade de recolha de informação de um Universo amostral muito disperso. Encontra-se uma elevada proporção das habilitações superiores, como a licenciatura de 4-5 anos (31%), o mestrado (38%) e o doutoramento (16%). No total, estes três graus de escolaridade representam 85% do total da população inquirida (quadro 6.7).

Quadro 6.7 - Emigrantes portugueses, por grau de escolaridade concluído

Escolaridade	N	%
Total	1.140	100,0
Ensino Secundário (12º ano; 7º ano)	61	5,4
Bacharelado/ licenciatura de 3 anos	109	9,6
Licenciatura de 4-5 anos	354	31,1
Mestrado (inclui Mestrado Integrado)	434	38,1
Doutoramento	182	16,0

Relativamente às áreas de formação¹¹, identificamos, num N=1.089, uma proporção elevada de engenharias (15%), biologia e bioquímica (10,6%), ciências informáticas (4,9%), arquitetura e construção (4,7%), e economia (4%) como as principais áreas de formação dos respondentes.

No que respeita ao enquadramento profissional, a grande maioria dos respondentes está integrada no mercado de trabalho, pois cerca de 80% estão empregados e também é elevada a proporção dos que têm contrato sem termo (60% do total). Esta informação é muito significativa, como veremos, na perceção sobre o regresso.

Quadro 6.8 - Emigrantes portugueses, por situação perante o trabalho

Situação perante o trabalho	N	%
Total	1.097	100,0
Empregado/a (contrato sem termo)	657	59,9
Empregado/a (contrato a termo)	226	20,6
Trabalhador/a por conta própria (sem empregados)	64	5,8
Empresário/a (com empregados)	31	2,8
Desempregado/a	14	1,3
Estudante	79	7,2
Outra situação	26	2,4

11 A lista poderá ser consultada em anexo.

Para uma esmagadora maioria (cerca de 80%), as suas profissões são exercidas na área de especialização dos inquiridos. Trata-se de um dado importante, uma vez que assinala que, com a saída do país, os inquiridos não experimentaram, na maioria dos casos, uma mobilidade profissional descendente e que a emigração significou, por isso, a aderência a uma profissão enquadrável com a sua área de formação. Uma vez que nada foi questionado sobre a existência desta aderência antes da emigração não podemos afirmar que a emigração promoveu uma maior ou menor conciliação entre a formação dos inquiridos e a sua profissão.

Quadro 6.9 - Emigrantes portugueses, por trabalho na área de especialização

Trabalha na área de especialização	N	%
Total	1.095	100,0
Sim	871	79,5
Não	224	20,5

É também uma maioria, embora menor (62,5%), a que já tinha oferta de emprego quando emigrou, como se observa no quadro seguinte.

Quadro 6.10 - Emigrantes portugueses, por ter oferta de emprego (quando emigrou)

Já tinha oferta de trabalho	N	%
Total	1.092	100,0
Sim	683	62,5
Não	409	37,5

O que se reforça com o conjunto destes dados é que, em geral, os inquiridos estão bem integrados no mercado de trabalho dos países em que residem. Esta leitura poderia ser indicadora, quer de uma tendência de que assim pretendem permanecer, como de que pretendem regressar, porque, nos vários estudos sobre as intenções de retorno, não há consenso sobre o efeito da integração laboral no país de acolhimento sobre as perspetivas de retorno. Há trabalhos que afirmam que o mau desempenho no mercado de trabalho, entendido como o insucesso em obter o rendimento pretendido, adia a decisão de regresso, enquanto outros afirmam que salários melhores são o que atrasa essa decisão (Caro, Fernandez e Valbuena, 2016: 118).

6.4 As motivações para a saída de Portugal

Os motivos que os inquiridos mais referiram para a saída de Portugal concentram-se, essencialmente, no facto de experimentarem um sentimento de anomia e pretenderem viver experiências diferentes. Os fatores mais referidos foram “não haver oportunidade de desenvolvimento profissional em Portugal”, “querer vivenciar uma nova experiência” e “não ver futuro no país”. Um pouco mais distante, mas também com importância, “querer melhorar a formação académica”.

Houve 31% de inquiridos que referiram querer melhorar a formação académica/estudar como motivação para a saída. Juntando essa informação, com os que referiram que emigraram por desejar ter uma experiência nova, podemos aventar hipóteses de que haverá emigrados que terão começado por ir para fora estudar antes da carreira profissional, eventualmente através do programa *Erasmus*. Isso mesmo se verificou num comentário a uma das perguntas, quando um emigrante refere que “Esta é apenas a etapa mais recente de um percurso que começou em 2001 com um *ERASMUS*”. Outros programas de internacionalização do capital humano (e.g. o *Inovcontacto*) contribuem também para a aceleração de projetos migratórios.

É de referir que 15% dos inquiridos estavam desempregados antes de emigrar. Tendo em consideração que uma parte muito significativa dos inquiridos saiu de Portugal nos últimos cinco anos, seria de esperar que houvesse um contingente relativamente elevado de indivíduos nesta situação.

Se, para muitos, a migração significava encontrar algo de novo (emprego, formação, etc.), podemos classificar quem indicou esta razão, através da tipologia de Peterson, como migração de inovação (Peterson, 1958: 258) (por oposição à migração conservadora e reativa à perda de condições que os migrantes pretendem obter).

Quadro 6.11 - Principais fatores de influência na emigração

Fatores	N	%
Total	2.326	218,4
Motivos familiares/reagrupamento familiar	81	7,6
Razões de saúde	1	0,1
Estava desempregado(a)	162	15,2
Estava empregado(a), mas o salário era muito baixo	203	19,1
Não tinha oportunidade de desenvolvimento profissional em Portugal	481	45,2
Quería melhorar a minha formação académica/profissional/estudar	331	31,1
A minha qualidade de vida era insatisfatória	177	16,6
Não via futuro para mim no país	430	40,4
Quería vivenciar uma nova experiência, uma nova aventura	460	43,2

Nota: a pergunta é de resposta múltipla, pelo que o total de referências excede o total da amostra.

6.5 As intenções de regresso

Quando inquiridos sobre o regresso (quadro 6.12), os emigrantes distribuem-se de forma sensivelmente equivalente pelas possibilidades de resposta, embora a que tenha menos adesão seja a opção de resposta “certamente regressarei e já tenho planos nesse sentido”. Essa opção teve apenas 8,4% de respostas. A resposta com mais peso no conjunto é a de que “não penso em regressar a Portugal”, com cerca de 35%, embora não esteja muito distante de uma resposta menos assertiva, a de que “provavelmente regressarei a Portugal”, com cerca de 34%, e na qual se posicionará quem ainda não tem opinião formada. Com 23%, surge a resposta de que “certamente retornarei, mas não tenho ainda planos nesse sentido”. Em suma, mais de metade dos inquiridos pensa retornar a Portugal, se considerarmos que 65% refere essa possibilidade, ainda que com um grau de certeza variado.

Perante estes resultados, é inevitável pensar na tese do mito do retorno e nas questões que se colocam nos processos de decisão e que formam “um concerto de temas a favor e contra a longínqua hipótese de um regresso sucessivamente adiado” (Monteiro, 1994: 28). O regresso ou a permanência, e as intenções que lhe estão subjacentes, são projetos que vão sendo reconstruídos. Como reconhecem Carling e colaboradores (Carling *et al.*, 2015), “as considerações dos migrantes sobre o regresso são tipicamente ambivalentes. Elas alteram-se ao longo do tempo e, frequentemente, têm pouco a ver com os planos de regresso efetivos”.

Quadro 6.12 - Emigrantes portugueses respondentes, opinião sobre o regresso

Opinião sobre o regresso	N	%
Total	1.102	100,0
Certamente regressarei a Portugal e já tenho planos nesse sentido	93	8,4
Certamente regressarei a Portugal, mas ainda não tenho planos nesse sentido	254	23,0
Provavelmente regressarei a Portugal	370	33,6
Não penso em regressar a Portugal	385	34,9

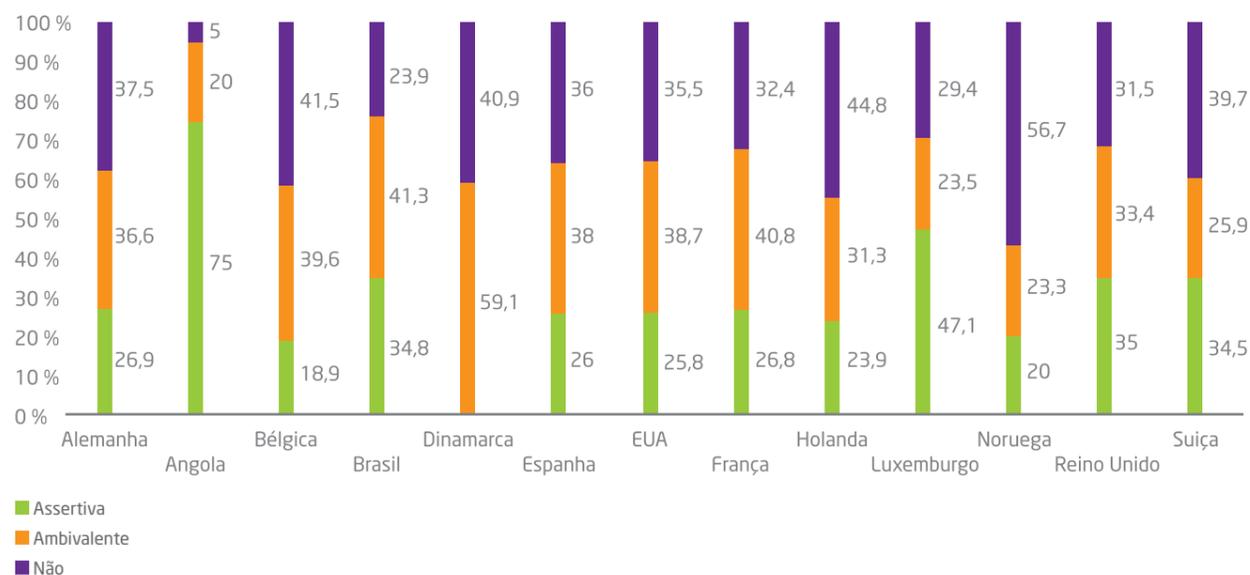
Analisamos agora as intenções de regresso seguindo a tipologia de desejos de regresso de Moran-Taylor e Menjívar (2005). Nesta, a “assertividade” equivale a “certamente irei regressar...” (agregando quem tem planos e quem não tem planos para tal), o “ambivalente” são as respostas de “provavelmente irei regressar” e o “não”, “não pensa regressar”.

Começamos com a análise das intenções de regresso por destino, admitindo que esta indicará algumas pistas no que respeita às condições estruturais e conjunturais dos países em causa (figura 6.4). Numa primeira análise, há mais países em que as respostas se dividem pelas três opções, do que outras situações. Na análise mais fina, encontramos detalhes interessantes a destacar e exceções à tendência geral.

Entre os respondentes de Angola, há uma representação elevada de inquiridos que assertivamente pretende regressar (75%) e uma proporção muito baixa de inquiridos com vontade de não regressar, sendo esta mesmo

a mais baixa (5%). Tal poderá explicar-se pelas dificuldades atuais de transferência de divisas para Portugal e com os consequentes problemas de pagamentos a empresas portuguesas a operar no país. Estes constrangimentos tornam mais complexa a permanência de emigrantes que tenham ligações com Portugal, em especial famílias nucleares separadas pela migração.

Figura 6.4 - Intenção de regresso, por país com 20 inquiridos, % (N=1.099)



No outro polo, o país de residência com maior proporção de inquiridos a não pretenderem regressar é a Noruega (56,7%). Outro país nórdico, a Dinamarca, tem uma menor proporção de quem não pretende regressar, mas esta, ainda assim, é elevada (40,9%). A Dinamarca caracteriza-se por não ter representados inquiridos que não queiram regressar e pela maior representação de respostas ambivalentes.

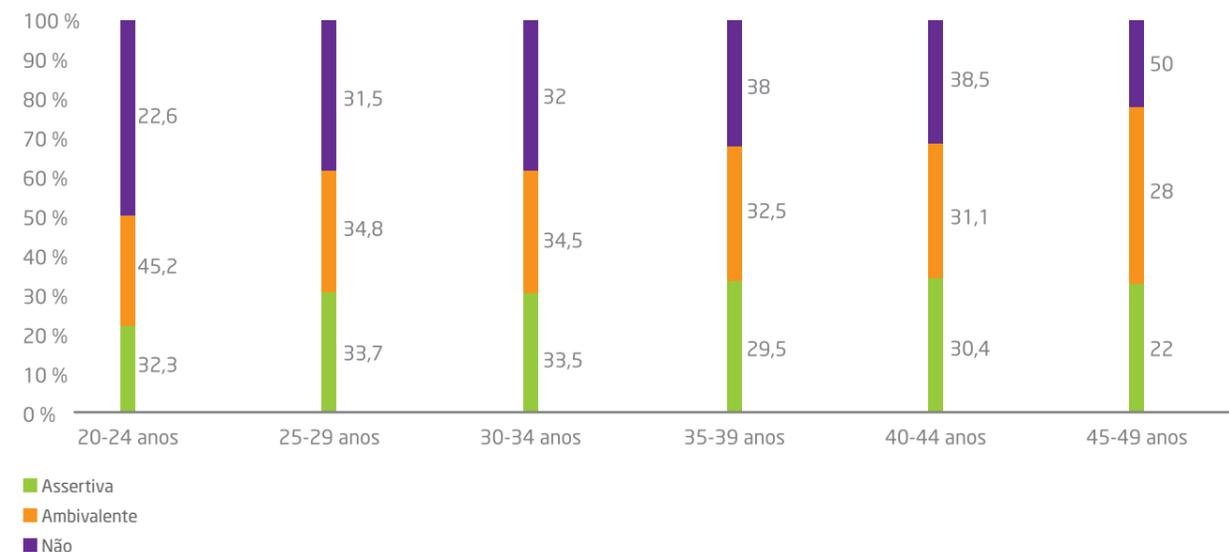
Outros países com representação elevada (entre 35% e 45%) de inquiridos que não pretendem regressar são a Holanda (44,8%), a Bélgica (41,5%), a Suíça (39,7%) e a Alemanha (37,5%). São países que combinam emigração histórica com emigração recente, e por isso também deverá encontrar-se alguma heterogeneidade na envolvente familiar dos migrantes (eventuais casamentos mistos, com autóctones, filhos já nascidos no país, etc.) que contribua para explicar esta maior tendência para a assertividade.

Os inquiridos residentes em países como França, Estados Unidos ou Espanha, têm uma distribuição semelhante e relativamente equilibrada pelas três modalidades de resposta. Quem reside no Luxemburgo tem uma proporção elevada de inquiridos com pretensão assertiva de regressar e, comparando com o Reino Unido, apenas se nota uma maior proporção de opiniões de ambivalência neste último. Os debates sobre a imigração que atravessam estes países, e mais diretamente a situação do *Brexit* no Reino Unido, poderão contribuir para estas opiniões.

No que diz respeito à variação das intenções de regresso por grupo etário, reparamos que, à medida que aumenta a idade, os inquiridos inclinam-se para a intenção de não pretender regressar a Portugal. No conjunto dos

inquiridos com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, apenas 22,6% refere não pretender regressar; entre os 45 e os 49 anos, mais do dobro (50%) refere não ter intenção de voltar a Portugal. Esta diferença parece dever-se a uma maior proporção de opiniões ambivalentes entre os inquiridos mais novos (45,2% entre os 20 e os 24 anos) do que no grupo entre os 45 e os 49 anos (em que são apenas 28%). Os mais jovens (até aos 34 anos) apresentam, assim, uma maior expectativa de regresso ao país do que os grupos etários mais velhos.

Figura 6.5 - Intenção de regresso, por grupo etário, % (N=1.102)



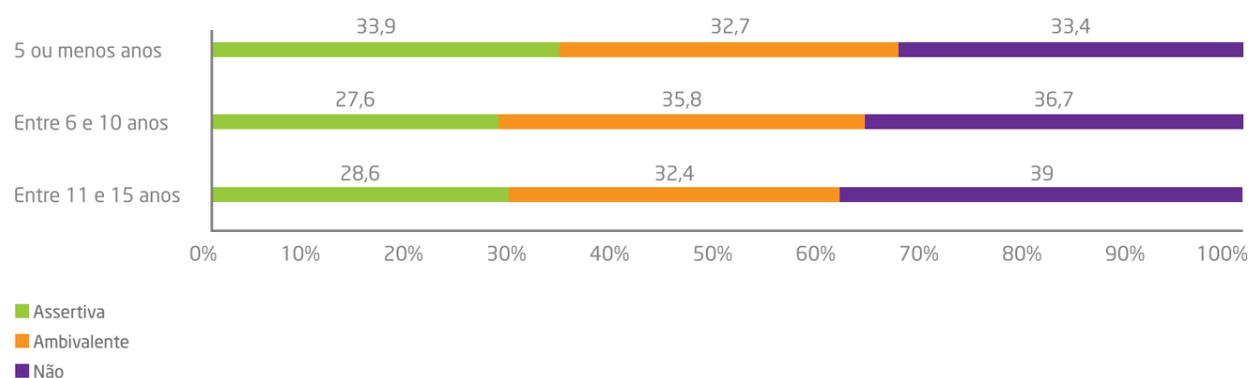
Apesar destes indicadores parecerem indicar a existência de uma relação entre a intensão de regresso e a idade, não é possível afirmar que exista uma correlação forte ou, mesmo, moderada, entre os diferentes projetos migratórios futuros e a idade. Ou seja, não é possível determinar estatisticamente (o coeficiente de correlação de *Spearman* aponta para a existência de uma relação fraca entre ambas as variáveis, ainda que estatisticamente significativa: $r_s = 0,080$; $p < 0,01$).

A relação da idade com a intenção de retorno foi revista por autores que indicam haver uma propensão maior para o regresso entre os mais novos e os mais velhos (Caro, Fernandez e Valbuena, 2016: 119), que aqui não se verifica. No caso dos inquiridos no âmbito do projeto Empreender 2020, a idade, por si só, não parece ser suficiente para explicar uma maior ou menor propensão para regressar, exigindo que se pense noutras variáveis como: a duração da migração, a etapa do ciclo de vida, do ciclo de migração e da trajetória profissional, em conjunto com fatores estruturais do país de residência e o contexto da sociedade portuguesa. Para demonstrar este cruzamento, refira-se que Jensen e Petersen, 2007, (citados em OCDE (2008: 175), estimam que a probabilidade de deixar o país (Dinamarca) desce nos primeiros 15 anos de residência, e depois cresce, refletindo o ciclo de vida dos migrantes e a propensão para regressar na reforma.

No caso em análise, também é possível notar que as intenções de regresso variam de acordo com o tempo de permanência que os inquiridos passaram no país de residência. Pelo que nos é dado verificar, confirma-se a tendência, já assinalada noutros estudos, de que, pelo menos em intenção, o regresso coloca-se no horizonte

de quem reside fora há menos tempo. São 33,9% os que estão há menos tempo (há cinco ou menos tempo) e afirmam que certamente regressarão, contra 28,6% de assertivos entre os que estão no país de residência há um período entre os 11 e os 15 anos. A proporção de inquiridos com opiniões ambivalentes é semelhante nestes dois grupos e só é ligeiramente superior no grupo intermédio. E, como seria de esperar pelo que se disse acima, a percentagem dos que não pretendem regressar aumenta na mesma direção que o período de permanência fora de Portugal.

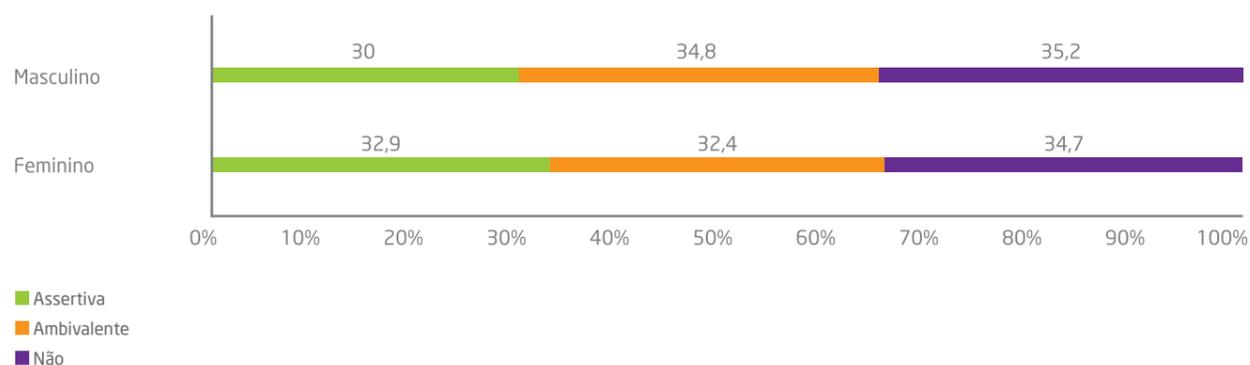
Figura 6.6 - Intenção de regresso, por período de permanência, % (N=1.087)



A importância da fronteira dos cinco anos coloca-se, em alguns casos, porque é esse o período necessário para obter autorizações de residência ou a nacionalidade do país de destino (OCDE, 2008: 174).

Em termos da distribuição por género, apenas poderemos verificar uma ligeira tendência para as mulheres serem mais assertivas e menos ambivalentes do que os homens, no que respeita à intenção de regresso (ver figura 6.7). Embora neste estudo se assinalem apenas tendências, reforça-se a opinião de que esta relação possa ser complexa e necessite de mais estudo (Waldorf, 1985: 131).

Figura 6.7 - Intenção de regresso, por sexo, % (N=1.102)



Nas respostas obtidas quanto ao período previsível para o regresso (N=713), a tendência mais assinalada é a de que o regresso não se apresenta como uma opção imediata, uma vez que 40,5% dos emigrantes inquiridos referem que apenas regressarão daqui a mais de cinco anos (quadro 6.13). Um pouco menos de 1/3 (27,2%) respondem que pretendem regressar daqui a mais de três anos e menos de cinco anos. A possibilidade que granjeia menos adesão é a de um regresso imediato (já no próximo ano), pois apenas 8,4% o referiu. O conjunto de respostas que afastam temporalmente o período previsível de regresso permite-nos aferir que uma parte importante dos inquiridos está a dizer-nos que não estará *preparada* para regressar, nomeadamente em termos de recursos e vontade (Cassarino, 2004: 271).

A perspetiva de que é necessária preparação para regressar permite pensar no movimento de regresso como um processo de mobilização de recursos que requer tempo. Ou seja, os migrantes podem manifestar o seu desejo de regressar, como aqui se verifica, sem que estejam preparados para tal, na medida em que a tomada de decisão e o regresso dependem de condições micro localizadas e individuais e de condições que se situam ao nível estrutural nas sociedades de origem e de destino, assim como de relações que se estabelecem e estabeleceram entre estas e o migrante (Cassarino, 2004: 272).

Por outro lado, se associarmos o regresso ao período da reforma, como já aconteceu noutros períodos da emigração portuguesa, já se conseguirá explicar esse adiamento em termos de intenção. Como exemplos, refira-se: a OCDE estimou a proporção de emigrantes portugueses que regressaram a Portugal entre 1995 e 2001 e identificou um grande aumento dessa proporção no grupo etário entre os 50 e os 55 anos (OCDE, 2008: 176).

Quadro 6.13 - Emigrantes portugueses, por período previsível de regresso

Quando pensa regressar	N	%
Total	713	100
No próximo ano	60	8,4
Nos próximos 1 a 2 anos	88	12,3
Nos próximos 3 a 5 anos	194	27,2
Daqui a mais de 5 anos	289	40,5
Quando me reformar	82	11,5

Os fatores que têm influência no regresso foram perguntados em possibilidade de escolha múltipla (quadro 6.14). Para os inquiridos, são fatores de ordem pessoal os que mais influenciam/influenciarão o regresso a Portugal, como o "estar próximo de família e amigos". Cerca de 71% dos inquiridos selecionou esta resposta e é a que se encontra no topo da lista. Esta ligação ao país de origem já foi estudada como um dos fatores de influência para o regresso, nomeadamente o facto de aí ter ficado o cônjuge ou filhos (Amaro, 1985; Constant e Massey, 2002).

Em seguida, mais de metade dos emigrantes (54,3%) identifica um fator de ordem profissional, as "oportunidades de carreira", como tendo influência no regresso. O terceiro fator mais selecionado como influente para o

regresso, está relacionado com a importância atribuída a fatores de ordem profissional e pessoal, porque afeta a forma como se organiza a vida. Uma percentagem de cerca de 29% indica o “rendimento a auferir em Portugal”. Com valores muito semelhantes, de cerca de 27% de adesão, são indicados os fatores “oferta de emprego em Portugal” e a “oportunidade de desenvolver o meu próprio negócio em Portugal”.

Com tantos inquiridos com uma situação estável no país em que residem a opção sobre o final do contrato de trabalho como um fator de influência para o regresso não foi, como seria de esperar, muito selecionada (5,7%).

Quadro 6.14 - Principais fatores de influência no regresso

Fatores	N	% de casos
Total	2.362	220,7
Final do contrato de trabalho	61	5,7
Oferta de emprego em Portugal	288	26,9
Oportunidades de carreira em Portugal	581	54,3
Rendimento a auferir em Portugal	313	29,3
Motivos pessoais (estar próximo da família/amigos)	759	70,9
Dificuldades de integração no país em que resido atualmente	39	3,6
Oportunidade de desenvolver o meu próprio negócio em Portugal	287	26,8
Não me sinto realizado profissionalmente	34	3,2

Nota: a pergunta é de resposta múltipla, o total de referências excede o total da amostra.

Os fatores que, pelo contrário, funcionam como travões para o regresso, aproximam-se, de forma muito expressiva, dos motivos pelos quais os emigrantes saíram. Em geral, situam-se num nível macro e estão relacionados com a profissão e com a economia do país. O fator mais escolhido são as “poucas oportunidades de carreira”, pois mais de metade (57,8%) das respostas concentra-se nesse fator. Em seguida, com cerca de 52%, surge um fator macroestrutural relativo aos “baixos salários na minha profissão”. Em terceiro lugar, com 41,5% de respondentes a identificar esse fator como responsável pelo não regresso, o facto de haver “poucas oportunidades de emprego na minha área de experiência”. Com quase 40%, é apontado o fator “instabilidade económica” (quadro 6.15).

Quadro 6.15 - Principais fatores de influência em Portugal para o não regresso

Fatores	N	% de casos
Total	1.786	100,0
Baixos salários na minha profissão	413	51,7
Poucas oportunidades de carreira	406	57,8
Poucas oportunidades de emprego na minha área de experiência	292	41,5
Inexistência de oportunidades de formação avançada na minha área	32	4,6
Estar distante de importantes centros de investigação	39	5,5
Escassez de recursos financeiros e oportunidades para iniciar o meu negócio	97	13,8
Vida social e cultural de nível insatisfatório	34	4,8
Burocracias, ineficiências das organizações	201	28,6
Instabilidade económica	272	38,7

Nota: a pergunta é de resposta múltipla, o total de referências excede o total da amostra.

Sabendo que se trata de uma amostra qualificada, e que existe uma percentagem relativamente importante de intenções de regresso assertivas, o facto de os fatores com mais expressão ao nível do impedimento ao regresso se associarem aos que os emigrantes mais indicaram como razões para sair, explica o adiamento do período do regresso para uma época em que, eventualmente, não se verifiquem tão poucas oportunidades de carreira, baixos salários, oportunidades de emprego e em que a instabilidade económica seja superada. Dada a expressão destes resultados, podemos confirmar que, tendencialmente, verifica-se que é preciso haver condições estruturais que atraiam os qualificados para o regresso, tal como refere Thomas-Hope (1999). Para outros que não considerem esse aspeto importante, terá de haver outros incentivos, tais como programas, políticas públicas, de incentivo ao retorno. Nas expectativas relativamente ao empreendedorismo, são questões como estas que são apresentadas como fatores relevantes na prossecução de uma atividade empreendedora em Portugal.

6.6 A integração no mercado de trabalho após regresso

A forma como o emigrante que pretende reintegrar-se no mercado laboral percebe a sua mais-valia no mercado de trabalho nacional após a experiência de vida no estrangeiro é uma das componentes do processo de decisão e da avaliação sobre o regresso.

Sobre a forma como o mercado de trabalho avaliará os conhecimentos e as competências que o emigrante trará para Portugal após o regresso, os respondentes pronunciaram-se, maioritariamente, pela sua relevância. Por outras palavras, mais de metade dos que responderam a esta questão considera que a experiência no estrangeiro permite a obtenção de conhecimentos e competências relevantes para o mercado de trabalho português.

Quadro 6.16 - Emigrantes por relevância de conhecimentos e competências trazidas do exterior pelo mercado de trabalho¹²

	N	%
Total	707	100,0
Nada relevante	14	2,0
Pouco relevante	92	13,0
Nem relevante nem irrelevante	64	9,1
Relevante	371	52,5
Muito relevante	166	23,5

No que diz respeito à valorização da experiência profissional obtida no estrangeiro (quadro 6.17), o conjunto dos inquiridos pronunciou-se com mais certeza quanto à relevância que esta terá na interação o mercado de trabalho português, pois aquela percentagem subiu para cerca de 80%.

Quadro 6.17 - Emigrantes respondentes, por relevância da experiência profissional obtida no exterior

	N	%
Total	705	100,0
Nada relevante	11	1,6
Pouco relevante	69	9,8
Nem relevante nem irrelevante	62	8,8
Relevante	339	48,1
Muito relevante	224	31,8

As normas e os valores trazidos do exterior são um tema sobre o qual há menos consenso em comparação com os anteriores (quadro 6.18). Há 22% de inquiridos que considera serem pouco relevantes no mercado de trabalho português e cerca de 32% que têm uma posição indiferente relativamente a essa questão. Apenas 28% considera relevantes para a inserção no mercado de trabalho nacional as normas e os valores adquiridos com a experiência emigratória.

Quadro 6.18 - Emigrantes por relevância das normas e valores trazidos do exterior

	N	%
Total	704	100,0
Nada relevante	48	6,8
Pouco relevante	157	22,3
Nem relevante nem irrelevante	223	31,7
Relevante	198	28,1
Muito relevante	78	11,1

Os métodos de trabalho trazidos do exterior têm uma distribuição nas tomadas de posição sobre a relevância para o mercado de trabalho nacional ainda mais valorizada do que a dimensão anterior (quadro 6.19). Ou seja, cerca de 1/4 dos emigrantes não toma posição sobre a importância desta dimensão, subindo para 39,7% a proporção dos que consideram ser relevante. Também sobe para 14,5%, a percentagem dos que considera ser muito relevante.

Quadro 6.19 - Emigrantes por relevância dos métodos de trabalho trazidos do exterior

	N	%
Total	705	100,0
Nada relevante	34	4,8
Pouco relevante	130	18,4
Nem relevante nem irrelevante	159	22,6
Relevante	280	39,7
Muito relevante	102	14,5

Sobre valorização das redes construídas no exterior existe uma maioria de emigrantes que considera ser uma dimensão muito relevante ou relevante aquando da reintegração no mercado de trabalho. Ainda assim, cerca de 20% é indiferente a esta dimensão.

¹² Quadros 6.16 a 6.20 baseados na análise às respostas à questão "No caso de regressar a Portugal, como considera que o mercado de trabalho português irá avaliar os seguintes aspetos".

Quadro 6.20 - Emigrantes por relevância das redes construídas no exterior

	N	%
Total	705	100,0
Nada relevante	37	5,2
Pouco relevante	83	11,8
Nem relevante nem irrelevante	147	20,9
Relevante	288	40,9
Muito relevante	150	21,3

6.7 Expectativas empreendedoras

No conjunto dos emigrantes que responderam sobre se consideram ter perfil de empreendedores, uma parte muito considerável (64%) respondeu de forma positiva (quadro 6.21). Dir-se-ia que emigrar já é, de alguma forma, um pequeno indicador desse perfil uma vez que, como sabemos, implica começar um novo projeto de vida e correr riscos. Mas pretendia-se que a perceção dessa característica estivesse associada à criação de um negócio.

Quadro 6.21 - Emigrantes portugueses, por perfil empreendedor

Perfil empreendedor	N	%
Total	1.031	100,0
Sim	661	64,1
Não	370	35,9

Relativamente ao cenário hipotético de os emigrantes desejarem vir a ter uma atividade empresarial em Portugal (quadro 6.22), a parte que responde afirmativamente desce ligeiramente (em relação às respostas sobre o perfil empreendedor) para 56,4%.

Quadro 6.22 - Emigrantes portugueses, por desejo de desenvolver uma atividade empresarial em Portugal

	N	%
Total	1.032	100,0
Sim	582	56,4
Não	450	43,6

Mais de metade dos emigrantes também refere que gostaria de investir num negócio em Portugal (quadro 6.23).

Quadro 6.23 - Emigrantes portugueses, por vontade em investir num negócio em Portugal

	N	%
Total	1.032	100,0
Sim	543	52,6
Não	489	47,4

Sobre a questão em que se pede aos inquiridos que concretizem esta expectativa num determinado período, verifica-se que o número de respostas desce consideravelmente, para pouco mais de metade. E apenas cerca de 8% dos inquiridos indica o próximo ano como o prazo expectável para materializar o investimento no negócio, enquanto mais de 70% protela essa ação para daqui a 3 ou mais anos.

Quadro 6.24 - Emigrantes portugueses, por prazo para realizar um negócio em Portugal

Quando gostaria de realizar esse negócio?	N	%
Total	539	100,0
No próximo ano	41	7,6
Nos próximos 1 a 2 anos	65	12,1
Nos próximos 3 a 5 anos	174	32,3
Daqui a mais de 5 anos	230	42,7
Só depois de reformado	29	5,4

Quando abordados os diversos critérios necessários para a criação de um negócio, como por exemplo ter uma boa ideia de negócio ou oportunidade, ou o ambiente socioeconómico do país, as respostas são muito diversificadas, não permitindo aferir qual o fator considerado mais relevante.

A boa ideia ou oportunidade de negócio é considerada muito importante para uma maioria muito relevante da amostra (68,3%) (quadro 6.25). É muito residual o contingente dos emigrantes que desconsidera este critério.

Quadro 6.25 - Emigrantes portugueses, por importância atribuída a uma boa ideia de negócio ou oportunidade

	N	%
Total	953	100,0
Muito importante	651	68,3
Importante	249	26,1
Pouco importante	15	1,6
Nada importante	5	0,5
Indiferente	33	3,5

Já no que se refere à relevância de “ter uma estratégia empresarial apropriada”, o nível de importância atribuído é mais baixo. Embora a maioria considere este fator muito importante, eleva-se a proporção dos que consideram esta dimensão apenas importante, (33,5%). Não deixa de ter que ser sublinhada a percepção da importância desta dimensão.

Quadro 6.26 - Emigrantes portugueses, por importância atribuída a uma estratégia empresarial apropriada

	N	%
Total	951	100,0
Muito importante	581	61,1
Importante	319	33,5
Pouco importante	14	1,5
Nada importante	2	0,2
Indiferente	35	3,7

No primeiro critério que remete para o ambiente externo ao negócio, os emigrantes que responderam já se distribuem mais pelos níveis de importância do que acontece no caso dos critérios anteriores. No nível “muito importante” situa-se cerca de 1/3 dos inquiridos e aumenta a percentagem dos que consideram esse fator “importante”. Deve ser assinalado que existe 10% de inquiridos que considera que a situação política e económica do país é pouco importante para a criação do negócio. Ainda assim, cerca de 84% considera importante e muito importante a situação política e económica do país.

Quadro 6.27 - Emigrantes portugueses, por importância atribuída à situação política e económica do país

	N	%
Total	951	100,0
Muito importante	316	33,2
Importante	489	51,4
Pouco importante	104	10,9
Nada importante	10	1,1
Indiferente	32	3,4

Para o conjunto dos inquiridos, tão importante como o critério da ideia de negócio, se tomados os dois níveis superiores de importância, é a disponibilidade de recursos económicos ou financeiros para a criação do projeto (quadro 6.28). Na totalidade, são cerca de 90% os inquiridos que o afirmam. Apenas 5% concede pouca importância a esta exigência na criação de um negócio.

Quadro 6.28 - Emigrantes portugueses, por importância atribuída à disponibilidade de recursos económicos ou financeiros

	N	%
Total	953	100,0
Muito importante	463	48,6
Importante	406	42,6
Pouco importante	49	5,1
Nada importante	6	0,6
Indiferente	29	3,0

O acesso ao financiamento tem uma distribuição muito semelhante à do critério anterior, se considerada a concentração da amostra nos níveis de importância e de muita importância. A leitura da maioria dos inquiridos poderá ter sido a de que, seja qual for a sua fonte (recursos próprios ou através de financiamento), os recursos financeiros são importantes para o negócio.

Quadro 6.29 – Emigrantes portugueses, por Importância atribuída ao acesso a financiamento

	N	%
Total	951	100,0
Muito importante	400	42,1
Importante	417	43,8
Pouco importante	92	9,7
Nada importante	11	1,2
Indiferente	31	3,3

Quanto aos resultados da pergunta que seleciona a categoria de emigrantes como agentes de empreendedorismo e lhes pergunta em que medida é importante que haja programas de incentivo para a criação de um negócio, os emigrantes já se distribuem mais pelas várias hipóteses de resposta: 30% atribui muita importância a este item, 40% atribui importância e há quase 20% que considera não serem importantes estes programas de incentivo (quadro 6.30). Ainda assim, e a partir da valoração dada, deduz-se que mais de metade da amostra contaria com este tipo de iniciativas na criação de um negócio.

Quadro 6.30 – Emigrantes portugueses, por importância atribuída à existência de programas de incentivo ao empreendedorismo de emigrantes

	N	%
Total	949	100,0
Muito importante	300	31,6
Importante	357	37,6
Pouco importante	179	18,9
Nada importante	48	5,1
Indiferente	65	6,8

Relativamente às competências para se ser empresário, especificamente, ao conhecimento ao nível das técnicas de gestão (quadro 6.31), uma grande maioria dos inquiridos considera importante ou muito importante este fator na criação de um negócio (85%). De referir que 10% de inquiridos afirma que se trata de um fator com pouca importância, eventualmente delegando essas responsabilidades em terceiros.

Quadro 6.31 - Emigrantes portugueses, por importância atribuída ao conhecimento ao nível das técnicas de gestão

	N	%
Total	950	100,0
Muito importante	242	25,5
Importante	560	58,9
Pouco importante	98	10,3
Nada importante	16	1,7
Indiferente	34	3,6

Na resposta à pergunta sobre os recursos humanos e sua qualificação, a distribuição das respostas é muito semelhante à do critério anterior. Ou seja, a elevada importância atribuída à disponibilidade de mão-de-obra qualificada para a criação de um negócio em Portugal concentra cerca de 30% de respostas e a de que é importante representa 54,7% (quadro 6.32).

Quadro 6.32 - Emigrantes portugueses, por importância atribuída à disponibilidade de mão de obra qualificada

	N	%
Total	949	100,0
Muito importante	277	29,2
Importante	519	54,7
Pouco importante	109	11,5
Nada importante	10	1,1
Indiferente	34	3,6

A exigência de contactos prévios com instituições portuguesas é um critério tendencialmente menos valorizado do que os outros aspetos ou procedimentos necessários à criação de um negócio. Assim, observa-se que existe 1/3 de respondentes que dizem ser pouco importante que haja ligação anterior com instituições portuguesas e apenas cerca de 14% considera ser esta relação muito importante (quadro 6.33).

Quadro 6.33 - Emigrantes portugueses, por importância atribuída à existência de contactos prévios com instituições portuguesas

	N	%
Total	951	100,0
Muito importante	132	13,9
Importante	371	39,0
Pouco importante	312	32,8
Nada importante	64	6,7
Indiferente	72	7,6

Novamente mais valorizado é o critério relativo à disponibilização de informação sobre oportunidades de financiamento, pois cerca de 77% dos inquiridos atribui importância à existência de informação sobre formas de obtenção de recursos financeiros para a criação de um negócio (quadro 6.34). Ainda assim, 14% dos respondentes afirma ser pouco importante esta informação (eventualmente, os que consideram que os projetos empresariais devem ser erguidos apenas com capitais próprios).

Quadro 6.34 - Emigrantes portugueses, por importância atribuída à existência de informação sobre oportunidades de financiamento

	N	%
Total	948	100,0
Muito importante	266	28,1
Importante	471	49,7
Pouco importante	134	14,1
Nada importante	30	3,2
Indiferente	47	5,0

A disponibilidade de instalações adequadas é um critério que é globalmente valorizado, embora não ao nível mais elevado de importância, pois apenas 18% dos respondentes se posiciona nessa categoria. Eventualmente, por hoje em dia também ser possível ter projetos empresariais apenas *online*, e a pergunta sugerir a existência física do projeto, a tendência dos inquiridos foi para se colocarem mais entre o “importante” (51%) e o “pouco importante” (22,3%).

Quadro 6.35 - Emigrantes portugueses, por importância atribuída à disponibilidade de instalações adequadas

	N	%
Total	946	100,0
Muito importante	168	17,8
Importante	482	51,0
Pouco importante	211	22,3
Nada importante	41	4,3
Indiferente	44	4,7

Por último, é importante (25,3%) ou muito importante (67%) haver mercado para o escoamento do produto ou serviço, como revela a opinião da esmagadora maioria dos respondentes (quadro 6.36).

Quadro 6.36 - Emigrantes portugueses, por importância atribuída à existência de mercado para o produto/serviço

	N	%
Total	949	100,0
Muito importante	636	67,0
Importante	240	25,3
Pouco importante	39	4,1
Nada importante	6	0,6
Indiferente	28	3,0

6.8 Alguns apontamentos finais sobre o regresso e o empreendedorismo

Uma perspetiva que resume, de alguma forma, o que, neste trabalho, encontramos como tendência relativamente à combinação entre o empreendedorismo e o regresso transpõe no primeiro comentário, transcrito em baixo, colocado no espaço para comentários do inquirido.

A única forma de regressar a Portugal será definitivamente para ter o meu próprio negócio. As empresas portuguesas são “castradoras” para pessoas que têm uma postura diferente em relação ao trabalho, horário de trabalho, licenças sem vencimento. Salário nem se fala... Em 5 anos fora poupei dinheiro que nunca na minha vida pude imaginar poupar depois de 10 anos a trabalhar em Portugal.... Voltar? Ou para trabalhar para mim ou para ir umas semanas para rever a família.

A baixa remuneração do trabalho em Portugal, que foi apontada já nos fatores impeditivos ao regresso, é referida como justificação para não se conseguirem fazer poupanças que permitem o investimento na criação de um negócio. A burocracia, ou a carga fiscal elevada são elementos que contribuem, também, para desincentivar a criação e manutenção de negócios.

Os incentivos à criação de negócios sugeridos orientam-se, em síntese, pelas deficiências apontadas pelos inquiridos e vão no sentido de fazer descer a carga fiscal, fornecer assessoria aos empreendedores (emigrantes) e remunerar bem os recursos humanos, além do acesso ao financiamento.

Destacam-se alguns exemplos:

O empreendedorismo é visto muito à lupa dos apoios ao investimento, apoio ao empreendedor, etc. Da minha experiência, existe um fator chave no empreendedorismo: capacidade financeira e de poupar. Em Inglaterra o empreendedorismo é muito maior que em PT simplesmente porque as pessoas ganham bem, têm dinheiro guardado e não se importam de arriscar. Se não correr bem, voltam rapidamente onde estavam antes e recomeçam a poupar. Durante o primeiro ano de vida da empresa, não se paga VAT (IVA), etc.. Em Portugal ninguém consegue poupar. Achar que um jovem empreendedor se vai endividar no banco com um "apoio ao empreendedorismo e ao crédito para pequenas empresas" é um erro. Quem não tem dinheiro não arrisca, ou se arrisca vai a medo e não investe o que precisaria investir para o negócio vingar e como tal morre passado pouco tempo. A taxa de insolvências em PT é de cerca de 90%! Penso que o grande apoio teria que ser em reduzir o risco para o empreendedor, fazer com que não pague impostos durante os primeiros 2 anos ou até atingir certo patamar de lucro, ter um ponto central de aconselhamento e acompanhamento para quem tem menos experiência, ter um ponto de incentivo à internacionalização onde mentes com mais experiência possam aconselhar. Mas no fundo, tudo se resume ao medo de arriscar e capacidade financeira sem juros ou endividamento.

Taxas de juros ao ano muito reduzidas para empréstimos ou financiamentos; - Bónus no financiamento se o empreendedor atingir o ROI dentro do business plan proposto;- Assessoria contábil e financeira gratuita para os primeiros 12 meses (Incentivo do governo);- Apoio na estratégia de marketing e divulgação do negócio para os primeiros 12 meses;- Impostos reduzidos nos primeiros 12 meses para a contratação de mão-de-obra qualificada.

Reconhecimento justo das minhas competências. Existência de profissionais motivados. Possibilidade de remunerar os profissionais de forma justa, i.e., não remunerar abaixo do nível correspondente às suas formações. Projeto/ideia interessante. Apoio na divulgação do projeto/empresa por parte dos meios de comunicação.

Algum tipo de ajuda de curto prazo (i.e. 3-6 meses) para que o empreendedor tenha alguma fonte de rendimento no início do projeto. Capacidade de obtenção de financiamento com juros bonificados. Possibilidade de ajudas a fundo perdido até um certo valor. Melhor informação acerca dos diferentes aspetos do início de um projeto empresarial (obtenção de fundos, burocracia, etc.).

É importante destacar que, além de referências ao acesso ao financiamento, surgem algumas indicações que sugerem que os emigrantes poderão não estar informados quanto ao apoio que o Estado já presta nas políticas ao empreendedorismo emigrante. Destacam-se alguns exemplos em baixo:

Ajuda/formação técnica ao nível da gestão do negócio (contabilidade, fiscalidade, gestão financeira), Apoios fiscais ou financeiros no início da atividade.

Ajudas financeiras, assim como estudos de mercado para emigrantes dispostos a arrancar com o seu próprio negócio. Basicamente para "empresários pela primeira vez".

Business support and business financing.

Mais do que financiamento, o apoio ao nível de Business Angels que auxiliem com know-how dentro das respetivas áreas de negócio.

Canais de disponibilidade de financiamento e acompanhamento de empreendedores por parte de organizações governamentais ligadas ao fomento de negócios.

Candidaturas a fundos para pessoas que queiram regressar a Portugal.

Incentivo ao retorno de profissionais altamente qualificados residentes no estrangeiro.

Incentivos aos emigrantes que querem investir no nosso país. Principalmente nas áreas do imobiliário, turismo e restauração.

No mesmo sentido do desconhecimento, é mencionada a necessidade de um incentivo que já existe, como veremos nos pontos seguintes, que é o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora.

Considero importante ter acesso a uma plataforma ou grupo de apoio para partilha de informação sobre aspetos relevantes do empreendedorismo, tais como: legislação; financiamento; gestão e marketing; formação específicas; estruturas comerciais existentes, para uma melhor integração.

Há comentários que seguem a mesma linha do que já foi referido, mas que acrescentam referências a países que poderiam servir de exemplo a Portugal. E, a este respeito, são os países considerados mais ricos os utilizados como exemplos a seguir (países nórdicos, Holanda, Áustria...).

Baixa de carga fiscal, mais justiça social, alteração profunda da mentalidade política, modernização do estilo de gestão pública e privada, erradicação da corrupção, transparência total nos processos públicos, mais apoio social do Estado - no fundo tornar Portugal mais parecido com os países nórdicos.

Diminuição da corrupção para níveis do norte da Europa. Um sistema judicial que funcione. Alguns anos sem défice no orçamento do estado.

Impostos ao nível da Holanda. Muito menos burocracia. Mais regularização por parte do estado, mas que não se intrometa.

O governo deveria seguir os passos da Áustria, que já conheço bastante bem. Aqui existem duas ins-

tituições essenciais: a WKO (Camara de Comércio) e a AK (Camara do Trabalho). A WKO disponibiliza cursos a todos os empreendedores (que são obrigatórios de se ter aquando do fundar de uma empresa) que os ensina a colocarem-se no mercado, mostrando a importância da contabilidade, do design e publicidade e do estudo de mercado de vendas. Também têm escritórios por todo o mundo que podem ser usados por empresas austríacas para exportação (uso isto quase que diariamente, como sou agente de vendas internacional). Esta WKO, por exemplo, de Lisboa, tem uma enorme base de dados com contactos essenciais. Basta ligar para lá ou enviar um email e passado uma semana já tenho uma enorme lista de contactos de potenciais clientes para eu utilizar. Ganham as empresas e ganha o estado com as exportações. A AK é um departamento estatal que existe em quase todas as cidades que faz o trabalho de ponte entre o trabalhador e a empresa. Quase que um sindicato sem estar ligado a nenhuma visão política. Têm advogados a trabalhar de graça para a população. Se alguém tiver alguma queixa em relação a ordenados, a leis de emprego ou até problemas pessoais com outros trabalhadores, os advogados conseguem imediatamente ajudar e fazer pressão a empresas para resolverem imediatamente os assuntos. Três queixas são suficientes para que a AK possa legalmente fechar uma empresa.

Também há comentários no sentido de reforçar a importância da existência de condições estruturais favoráveis em Portugal. Sem estas, não haverá incentivos que sejam suficientes e não se conseguirá que as ideias de negócio sejam bem-sucedidas, até porque, pelas razões indicadas logo no início deste trabalho, a população não tem capacidade financeira extra para ir além da satisfação das necessidades básicas essenciais.

O futuro do país está hipotecado pelo menos por mais 30 anos.

Enquanto a situação económica do país, justiça e cultural empresarial continuarem a ser iguais às atuais, não existem, infelizmente, incentivos ou condições que cubram o risco de investir em Portugal.

Desenvolver um negócio em Portugal é uma questão académica. Todos os fatores na questão acima são importantes, mas a verdade é que na situação política e económica atual do país, abrir um negócio em Portugal é inviável porque a grande maioria da população continua desempregada ou empregada em condições precárias e exploradoras, ninguém tem rendimento extra para gastar em produtos e serviços que não sejam essenciais e os mais baratos possíveis, e tudo o que é micro e pequenas empresas e pequeno comércio fecharam as portas ou foram a falência. Nesse sentido, enquanto não sairmos “da crise”, nenhum programa ou apoio me traria a abrir loja em Portugal.

7. Desafios futuros

Portugal registou, a partir de 2005, uma intensificação da emigração que produziu importantes impactos demográficos, sociais e económicos no país. Com a suavização da crise, existe a expectativa de um aumento dos movimentos de regresso a Portugal que poderão contribuir para o desenvolvimento demográfico e económico do país, devido aos investimentos que potencialmente poderão ser feitos e, também, à transferência de conhecimento acumulado durante o processo de residência no estrangeiro (*brain gain*).

O inquérito realizado no âmbito do projeto Empreender 2020, mostra que o regresso constitui uma possibilidade para uma parte substancial dos inquiridos, ainda que, para muitos, essa possibilidade não esteja claramente estruturada. Perante estes resultados é inevitável pensar na tese do mito do retorno e nas questões que se colocam nos processos de decisão e que formam “um concerto de temas a favor e contra a longínqua hipótese de um regresso sucessivamente adiado” (Monteiro, 1994: 28).

O regresso ou a permanência e as intenções que lhe estão subjacentes são projetos que vão sendo reconstruídos. Nas respostas obtidas quanto ao período previsível para o regresso, a maior tendência é para que este regresso não seja imediato.

O conjunto de respostas que empurram para longe o período previsível de regresso permite-nos aferir que uma parte importante dos inquiridos está a dizer-nos que não está preparada para regressar, exigindo esta preparação tempo, recursos e vontade da parte do migrante (Cassarino, 2004: 271). Dito de outro modo, existe um amplo espaço de trabalho para projetos que consigam mudar atitudes e perceções sobre o sucesso potencial de projetos de regresso.

Esta ênfase na vontade e preparação para regressar permite atribuir ao movimento de regresso um processo de mobilização de recursos diversos o que, necessariamente, requer tempo. Ou seja, os migrantes podem manifestar o seu desejo de regressar sem que estejam preparados para tal, na medida em que a tomada de decisão e o regresso dependem não só de condições micro localizadas e individuais, como de condições que se situam ao nível estrutural nas sociedades de origem e de destino, mas também das relações que se estabelecem, e estabeleceram, entre estas e o migrante (Cassarino, 2004: 272).

Os fatores que poderão influenciar o regresso são, sobretudo, de ordem pessoal, como o “estar próximo de família e amigos”, seguindo-se os fatores de ordem profissional (“oportunidades de carreira”, “rendimento a auferir em Portugal” e “oferta de emprego em Portugal”). Os fatores que, pelo contrário, funcionam como travões para o regresso, e que se aproximam dos motivos pelos quais os emigrantes saíram, situam-se num nível mais macro, relacionado com a profissão e com a economia do país (“poucas oportunidades de carreira”, “baixos salários na profissão” e “poucas oportunidades de emprego na área de experiência do inquirido”).

No conjunto dos emigrantes que responderam ao inquérito sobre se consideram ter perfil de empreendedores, uma importante proporção refere pensar ser empreendedor (ou ter potencial empreendedor). Dir-se-ia que emigrar já é, de alguma forma, um pequeno indicador desse perfil uma vez que, como sabemos, implica correr riscos. Este ‘espírito empreendedor’ não se traduz de forma linear no desejo de desenvolver uma atividade empresarial em Portugal, sendo a percentagem dos que se manifestam neste sentido ligeiramente inferior em à dos que se consideram empreendedores.

Em síntese, as opiniões que os inquiridos expressaram no final do inquérito, reforçam a natureza necessariamente multivariada de qualquer programa de promoção do empreendedorismo por parte daqueles que se encontram, atualmente, a residir no exterior. O desenvolvimento destes programas terá de tomar em atenção não apenas as necessidades nacionais, mas também o fato de a avaliação das condições estruturais e conjunturais por parte dos emigrantes ter sempre como referencial o contexto em que estes residem num dado momento.

O país tem condições naturais e climatéricas que poderão, numa primeira fase, ser atrativas e servir de estímulo ao regresso e ao investimento dos emigrantes em Portugal. No entanto, estas terão de ser complementadas com condições financeiras e políticas que permitam ao emigrante avaliar positivamente o movimento de regresso. Em muitos casos, este regresso corresponde a uma transferência de uma realidade laboral e profissional estável e bem remunerada para uma realidade marcada pela incerteza e por um *downgrading* salarial e profissional.

8. Referências bibliográficas

Alves, J. F. (1994), *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tese de doutoramento.

Afonso, Sofia Isabel Coelho (1997) "A segunda geração e o regresso - A geografia do actor de fronteira". Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Amaro, Rogério Roque (1985), "Ei-los que voltam: problemas e desafios do regresso dos emigrantes", *Revista Crítica de Ciências Sociais* (15/16/17), pp. 351-373.

Ammassari, S. e R. Black (2001) *Harnessing the Potential of Migration and Return to Promote Development. Applying Concepts to West Africa*, IOM Migration Research Series, 5. Genebra: International Organization for Migration.

Ammassari, S. e R. Black (2001) *Harnessing the Potential of Migration and Return to Promote Development. Applying Concepts to West Africa*, IOM Migration Research Series, 5. Genebra: International Organization for Migration.

Appleyard, R. T. (1962), "The return movement of United Kingdom migrants from Australia", *Population Studies*, 15(3), 214-225.

Baganha, Maria (2009), "The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends", *International Migration*, 47, 3, 5-20.

Baganha, Maria I. (1994), "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional", *Análise Social*, XXIX, 128, 959-980.

-- (1995), "Unbroken Links: Portuguese Emigration to the USA", in Robin Cohen (ed.), *The Cambridge Survey of world migration*, Cambridge, Cambridge University Press, 91-96.

Baganha, Maria I. e Peixoto, João (1997), "Trends in the 90's: the portuguese migratory experience", in Maria I. Baganha (ed.), *Immigration in Southern Europe*, Oeiras, Celta, 15-40

Black, R. e Castaldo, A. (2009), "Return migration and entrepreneurship in Ghana and Côte d'Ivoire: The role of capital transfers", *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, 100(1):44-58.

Boccagni, Paolo e Francesca Lagomarsino (2011), "Migration and the global crisis: new prospects for return? The case of Ecuadorians in Europe", *Bulletin of Latin American Research*, 30(3), pp. 282-297.

Bolognani, M. (2007) "The Myth of Return: Dismissal, Survival or Revival? A Bradford Example of Transnationalism as a Political Instrument", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33(1):59-76.

Bovenkerk, Frank (1974), *The Sociology of Return Migration: a Bibliographic Essay*, Publications of the Research Group on European Migration Problems, 20. The Hague:Nijhoff.

Cairns, David, João Sardinha, e Nina Clara Tiesler (2014), "Mapping the return migration researchfield", CIES e-Working Paper, n.º 197/2014.

Carling, Jørgen e Marta Bivand Erdal (2014), "Return migration and transnationalism: how are the two connected?", *International Migration*, 52(6), pp. 2-12.

Carling, Jørgen, et al. (2015), *Possibilities and Realities of Return Migration*, Oslo, Peace Research Institute Oslo.

Carrilho, Maria José (1991) "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1964-1981: evolução global do continente português", in Estudos Demográficos, N.º 30, INE.

Caro, Raquel, Mercedes Fernandez e Consuelo Valbuena (2016), "Predicting return intentions in Madrid", *Migration Letters*, 13(1), pp. 116-130.

Cassarino, J.-P. (2004), "Theorising Return Migration: The Conceptual Approach to Return Migrants Revisited", *International Journal on Multicultural Studies*, 6(2):162-188.

Cassarino, J.-P. (2013) "Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno", *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 41, pp. 21-54.

Cónim, Custódio (1984) "O Retorno dos emigrantes: estimativa e previsão para 1990", in Retomo, Emigração e Desenvolvimento Regional, IDE.

Correia, Gabriela Martins (2015), "Motivações para um eventual regresso de emigrantes a Portugal", *Revista Migrações*, Outubro 2015, n.º 12, Lisboa: ACM, pp. 39-67.

De Haas, H., T. Fokkema, M. Fassi Fihri, (2015). "Return migration as failure or success? The determinants of return migration intentions among Moroccan migrants in Europe", *Journal of International Migration and Integration*, 16 (2), pp. 415-429.

Delicado, A. (2010), "O retorno dos 'cérebros': regresso e reintegração dos investigadores portugueses em mobilidade", *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, 5 (15), pp. 185-218.

Dustmann, Christian, e Yoram Weiss (2007), Return migration: theory and empirical evidence from the UK, *British Journal of Industrial Relations*, 45(2), pp. 236-256.

Faist, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Oxford University Press.

Ferreira, Eduardo de Sousa (1976), *Origens e Formas da Emigração*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

Fontes, Margarida (2007), "Scientific mobility policies: how Portuguese scientists envisage the return home", *Science and Public Policy*, 34(4), pp. 284-298.

Gmelch, George (1980), "Return migration", *Annual Review of Anthropology*, 9, pp. 135-159.

Góis, Pedro e Marques, José Carlos (2009), "Portugal as a semiperipheral country in the global migration system", *International Migration*, 47, 3, 19-50.

Gomes, Rui Machafo e outros (2015) *Fuga de cérebros. Retratos da emigração portuguesa qualificada*, Bertrand, Lisboa.

Guerreiro, José (1981), "Análise tendencial da emigração portuguesa nos últimos anos", *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 1-2, 31-69.

Güngör, Nil Demet e Aysit Tansel (2008), "Brain drain from Turkey: an investigation of students' return intentions", *Applied Economics*, 40(23), pp. 3069-3087.

Güngör, Nil Demet e Aysit Tansel (2014), "Brain Drain from Turkey: Return Intentions of Skilled Migrants", *International Migration*, 52(5) pp. 208-226.

Gurak, Douglas T., e Fe Caces (1992), "Migration, networks and the shaping of migration systems", em M. M. Kritz, Lin Lean Lim e H. Zlotnik (orgs.), *International Migration Systems. A Global Approach*, Oxford, Clarendon Press, pp. 150-176.

Harris, John Harris, e Michael P. Todaro (1970), "Migration, unemployment and development: a two-sector analysis", *The American Economic Review*, 60 (1), pp. 126-142.

King, Russel (1977), "Problems of return migration: case study of Italians returning from Britain", *Tijdschr. Voor*, 68(4), pp. 241-245.

King, Russel e Anastasia Christou (2011), "Of counter-diaspora and reverse transnationalism: return mobilities to and from ancestral homeland", *Mobilities*, 6(4), pp. 451-466.

Koikkalainen, Saara, Ritva Lannakangas e Asko Suikkanen (2016), "Does international migration pay off?", *Nordic Journal of Working Life Studies*, 6(4), pp. 49-66.

Mármora, Lelio (2002), *Las Políticas de Migraciones Internacionales*, Buenos Aires, Paidós.

Marques, José Carlos (2008), *Os Portugueses na Suíça: Migrantes Europeus*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

-- (2009), "'E Continuam a Partir': As Migrações Portuguesas Contemporâneas", *Ler História*, 56, 27-44.

Marques, José Carlos e Góis, Pedro (2012), "A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa", *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 24, 213-231.

-- (2013), "Dinâmicas do sistema migratório lusófono: um olhar a partir das migrações portuguesas", in Lucinda Fonseca, et al. (eds.), *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaios de homenagem a Maria Ioannis Baganha*, Coimbra, Almedina, 185-203.

Massey, Douglas, Joaquin Arango, Graeme Hugo, Ali Kouauci, Adela Pellegrino e J. Edward Taylor (1993), "Theories of international migration: a review and appraisal", *Population and Development Review*, 19 (3), pp. 431-466.

Monteiro, Paulo Filipe (1994), *Emigração. O Eterno Mito do Retorno*, Oeiras, Celta Editora.

Neto, F. (2010), "Re-acculturation attitudes among adolescents from returned Portuguese immigrant families", *International Journal of Intercultural Relations*, 34 (3), pp. 221-232.

OCDE (2008), *International Migration Outlook*, SOPEMI 2008.

Oliveira, Isabel Tiago, Pedro Candeias, João Peixoto, Joana Azevedo e Jorge Macaísta Malheiros (2006), Regresso e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI, *Sociologia Problemas e Práticas*, 81, pp. 11-35.

Peixoto, João (1993), "Migrações e Mobilidade: As novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980", in Maria Beatriz Silva, et al. (eds.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Algés, Fragmentos, 278-307.

Peixoto, João e outros (2016), *Regresso ao Futuro - a Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Gradiva.

Peixoto, João e outros (2017) Migrações e sustentabilidade demográfica, FFMS, Lisboa.

Pereira, Cláudia, Nuno Pinto, Rui Pena Pires. 2015. "Portuguese nurses in the UK 2014 / Enfermeiros portugueses no Reino Unido 2014". OEm Fact Sheets. 3: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

Peterson, William (1958), "A general typology of migration", *American Sociological Review*, 23 (3), pp. 256-266.

Piore, Michael (1979), *Birds of Passage. Migrant Workers and Industrial Society*, Nova Iorque, Cambridge University Press.

Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras, Celta.

Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo e Ana Cristina Ribeiro (2014), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL, e DGACCP.

Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Espírito Santo e Inês Vidigal (2016), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2016*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

Pires, Rui Pena, Fernando Luís Machado, João Peixoto, e Maria João Vaz (2010), *Portugal. Atlas das Migrações Internacionais*, Lisboa, Tinta-da-China e Fundação Calouste Gulbenkian.

Poinard, Michel (1983a), "Emigrantes portugueses: o regresso", *Análise Social*, XIX (75), pp. 29-56.

Poinard, Michel (1983b), "Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa", *Análise Social*, XIX (76), pp. 261-296.

Portes, Alejandro (2003), "Conclusion: theoretical convergences and empirical evidence in the study of immigrant transnationalism", *International Migration Review*, 37(3), pp. 874-892.

Portes, Alejandro, Luis E. Guarnizo e Patricia Landolt (1999), "The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field", *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), pp. 217-237.

Rato, Helena (2001), "O retorno dos emigrantes", *Janus – Anuário de Relações Exteriores*, 2001, pp. 164-165.

Ravenstein, E. G. (1885), "The laws of migration", *Journal of the Statistical Society of London*, 48 (2), pp. 167-235.

Sardinha, João (2008) "Even If the Only Thing for Me to Do Here Was to Milk Cows": Portuguese Emigrant Descendant Returnees from Canada Narrate Pre-return Desires and Motivations. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies* 17(3), 316-339. University of Toronto Press. Retrieved July 26, 2017, from Project MUSE database.

Sardinha, J. (2011a) 'Neither here nor there: Identity constructions, conceptions of "home" and the transnational lives of second generation Luso-Canadians and Luso-French in Portugal' in F. C. Fagundes, I. M. Blair, T. Alves and T. Cid (eds) *Storytelling the Portuguese Diaspora: Piecing Things Together*. New York: Peter Laing, pp. 153-174.

Sardinha, J. (2011b) 'Portuguese-Canadian emigrant descendants in multicultural Canada: Ambiguous identity in a sure-footed nation or cultural awareness in an uncertain country?', *Journal of International Migration and Integration*, 12, 4, 371-389.

Sardinha, J. (2011c) "'Returned" second-generation Portuguese-Canadians and Portuguese-French return motivations and sense of belonging', *Journal of Mediterranean Studies*, 20, 2, 231-254.

Sardinha, J. (2012) 'Negociações identitárias dos luso-descendentes no Canadá através do futebol português e do hóquei no gelo canadiano' [Identity negotiations of Luso-descendents in Canada through Portuguese football and Canadian ice hockey], *Etnográfica*. 16, 1, 143-162.

Serrão, Joel (1982), *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, Lisboa, Livros Horizonte.

Silva, Manuela e outros (1984), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Stark, Oded, e David E. Bloom (1985), "The new economics of labor migration", *American Economic Review Papers and Proceedings*, 75 (2), pp. 173-178.

Taylor, J. Edward (1999), "The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process", *International Migration*, 37 (1), pp. 63-88.

Thomas-Hope, Elizabeth (1999), "Return migration to Jamaica and its development potential", *International Migration*, 32(1), 183-207.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs (1998), *Recommendations on Statistics of International Migration - Revision 1*, Series M, No. 58.

Waldinger, Roger e David Fitzgerald (2004), "Transnationalism in question", *American Journal of Sociology* 109 (5), pp. 1177-1195.

Yahirun, Jenjira J. (2012), "Take me «home»: return migration among Germany's older immigrants", *International Migration* 52(4), pp. 231-254.

9. Notas sobre os autores

Pedro Góis

Sociólogo (Universidade de Coimbra, 1996), Mestre em Sociologia (Universidade de Coimbra, 2003) e Doutor em Sociologia (Sociologia da Cultura, do Conhecimento e da Comunicação) (Universidade de Coimbra, 2011). É atualmente Professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais.

José Carlos Marques

Professor Adjunto com agregação do Instituto Politécnico de Leiria (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais) e investigador do CICS.NOVA.IPLeia. Licenciado em Sociologia pela Universidade de Évora, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra e Agregado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ana Filipa Pinho

Doutorada em Sociologia pelo ISCTE-IUL, licenciada e mestre pela mesma universidade, e Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CIES-IUL. Entre outras publicações sobre migrações, é coautora do livro sobre a evolução da emigração portuguesa e da imigração estrangeira em Portugal: *Atlas das Migrações Internacionais* (2010). Coordenou a equipa do Observatório da Emigração no projeto Pobreza e Exclusão Social de Emigrantes Portugueses (DGACCP, ISS e CIES-IUL).

10

9. Anexo

Áreas de formação explicitadas pelos respondentes

Administração	Biologia (Ciências da Vida)
Administração comercial	Biologia Celular e Molecular
Administração/ Economia	Biologia Celular e Neurociências
Agricultura	Biologia Computacional
Agronomia	Biologia Marinha
Agronomia - especialização Proteção das Plantas	Biológica e Alimentar
Ambiente	Biomédica Science + Global Health
Anatomia Patológica	Biomedicina
Animação Sociocultural	Bioquímica
Antropologia	Bioquímica / Biologia Estrutural
Arqueologia	Bioquímica e Biotecnologia
Arqueologia / Gestão do Património Cultural	Bioquímica e Eng ^a biomédica
Arqueologia e Urbanismo	Bioquímica, Biologia estrutural
Arquitectura	Bioquímica/Biotecnologia
Arquitectura e Recuperação do Património	Biotecnologia
Arquitectura e Urbanismo	Business Inteligente and Analytics
Arquitectura Paisagista	Business Systems
Arte e Design	Cardiopneumologia
Artes	Ciência
Artes Digitais	Ciência da computação
Artes performativas e jornalismo	Ciência política
Artes visuais, música	Ciência Política- estudos europeus
Assessoria de gestão	Ciências
Assistente Social- mestrado-Mediação	Ciências Biológicas
Audiovisual	Ciências Biomédicas
Automação e Robótica	Ciências Biomédicas - Engenharia Biomédica
Aviação	Ciências da Comunicação
Bancário	Ciências da Saúde
Belas Artes (licenciatura) / C. da Comunicação (mestrado)	Ciências da Saúde - Microbiologia
Bioengenharia	Ciências do desporto
Biologia	Ciências do mar

Ciências e Tecnologias	Design de Moda	Engenharia Biológica	Engenharia, Biotecnologia
Ciências Farmacêuticas	Design e Inovação	Engenharia Biomédica	Engenharia. Informática
Ciências farmacêuticas / Economia da Saúde / Saúde pública	Design e Marketing de Moda	Engenharia Biotecnológica	Engenheira Agrônoma, doutoramento em Payolohia Vegetal
Ciências Geofísicas	Design Industrial	Engenharia Cerâmica	Engenheiro de Manutenção de Aeronaves
Ciências Humanas, Engenharia, Gestão	Designer Gráfico	Engenharia Civil	Engenharia em sistemas de controlo
Ciências Naturais	Direito	Engenharia Civil e Arquitetura	Ensino Básico Primeiro Ciclo
Ciências Naturais (Genética)	Direito e Economia	Engenharia Civil e Arquitetura. Enfermagem no estrangeiro	Ensino da Biologia e Geologia
Ciências Sociais	Economia	Engenharia Civil e Gestão	Ensino de Português como Língua Não Materna
Ciências Sociais e Desporto	Economia / Geografia	Engenharia de Arquitetura	Environmental chemistry and health
Ciências Sociais e Humanas	Economia / Gestão	Engenharia de Bioprocessos	Epidemiologia
Ciências Veterinárias	Economia / Gestão de Sistemas de Informação	Engenharia de Materiais	Estudos da Paz e do Conflito
Cinema	Economia da Saúde	Engenharia de Produção	Estudos Europeus
Cinema de Animação	Economia e Administração de Negócios	Engenharia de Sistemas e Informática	Farmácia
Cinema e vídeo	Economia e Finanças	Engenharia de Software	Farmacologia e Toxicologia
Comercial	Economia e Gestão	Engenharia de Som	Fashion & Experience Management
Comércio internacional	Economia, com pós-graduação em Marketing	Engenharia de Telecomunicações	Filosofia
Computer Science	Economia/ Política Social	Engenharia de Telecomunicações	Finanças
Comunicação	Economia/Gestão	Engenharia do Ambiente	Física
Comunicação e cultura	Economia/Sociologia económica	Engenharia do Ambiente / Gestão de Informação	Física Médica
Comunicação e Marketing	Educação	Engenharia e Gestão	Fisioterapia
Comunicação Empresarial	Educação de Infância	Engenharia e Gestão Industrial	Fotografia
Comunicação Organizacional	Educação e Comunicação multimédia	Engenharia Eletrónica	Genética
Comunicação Social	Educação Física	Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	Genética e melhoramento animal
Comunicação Social e Cultural	Educação Social	Engenharia Eletrotécnica	Geofísica
Comunicação Social e Cultural	Eletricidade	Engenharia Eletrotécnica e de Computadores	Geografia
Comunicação Visual	Eletricidade / Eletrónica	Engenharia Física	Geografia Económica
Comunicação/Marketing	Eletrónica	Engenharia Física Tecnológica	Geografia Humana
Conservação da Natureza	Eletrónica e Telecomunicações	Engenharia Geológica	Geologia
Conservação e Restauro	Enfermagem	Engenharia Industrial e Gestão	Geologia Marinha e do Petróleo
Conservação e Restauro de Pintura de Cavalete	Eng ^a biotecnológica	Engenharia Informática	Gestão
Construção civil	Eng ^a Eletrotécnica e Computadores	Engenharia Informática + MBA	Gestão hoteleira
Cozinha, Pastelaria e Padaria	Engenharia	Engenharia Informática e de Computadores	Gestão - Comportamento Organizacional e Recursos Humanos
Curadoria	Engenharia Aeroespacial	Engenharia Mecânica	Gestão Cultural
Decoração	Engenharia Aeronáutica	Engenharia Naval	Gestão Cultural/Antropologia
Desenvolvimento e Cooperação Internacional	Engenharia Agrícola	Engenharia Química	Gestão da inovação
Design	Engenharia Agronómica	Engenharia Química e Engenharia Industrial	Gestão de Empresas
Design Automóvel	Engenharia Alimentar	Engenharia Sanitária e Mestrado em Energia e Bioenergia	Gestão de Empresas / Economia
Design de Comunicação	Engenharia Ambiental	Engenharia Telecomunicações	Gestão de Empresas âmbito retail fashion and retail experien

Gestão de Projetos	Letras, Línguas e Literaturas modernas	Neurociências	Sistemas de Informação
Gestão de Recursos Humanos	Licenciatura em Enfermagem	Novas Tecnologias da Comunicação	Sistemas de Informação Geográfica
Gestão e Administração de Empresas	Licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas	Novas Tecnologias da Informação	Sociologia
Gestão e Bioinformática	Licenciatura em Serviço social e Bacharelato em enfermagem	Nutrição	Sociologia & Criminologia
Gestão e Engenharia industrial	Línguas	Oncologia	Sociologia Urbana
Gestão e Marketing	Línguas - Tradução	Organização e Gestão	Sociologia, Ciência Política e Migrações Internacionais
Gestão e Recuperação de Espaços Verdes	Línguas e Comercio	Ortótica	Software development
Gestão Empresarial	Línguas e Linguística	Parasitologia molecular	Som e imagem - Especializado em animação por computador
Gestão Financeira	Línguas e Literatura	Património Cultural	Teatro e Cinema
Gestão Hoteleira	Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa	Physics - Astronomy & Astrophysics	Técnica de análises Laboratoriais
Gestão Hoteleira e Turística	Línguas e Literaturas modernas	Psicologia	Técnica de Radiologia
Gestão Internacional	Línguas e Literaturas modernas - Variante de Inglês e Alemã	Planeamento Regional e Urbano e Turismo	Técnico
Gestão Turística	Línguas Estrangeiras Ensino	Podologia	Técnico de Informática
Gestão/Marketing	Literatura Infantil (mestrado)	Proteção Civil	Técnico de saúde- Cardiopneumologista
Herbalismo/ Herbal medicine	Logística e supply chain management	Psicologia	Tecnologia
História	Marketing	Psicologia Clínica	Tecnologias de Informação
História - Arqueologia	Marketing e Ciência política	Psicologia Clínica e Arquitetura de Sistemas	Telecomunicações
História da Arte	Marketing e Comunicação	Psicologia e Gestão	Terapia da Fala
Hotelaria	Marketing empresarial	Psicologia Organizacional	Terapia Ocupacional
Humanidades	Marketing/Publicidade	Psicologia/Gestão	Tradução
Humanidades com PG em Educação	Matemática	Qualidade, Ambiente e Segurança	Tradução Chinês/Português
Imagem e Comunicação	Matemática Aplicada/Física/Astronomia	Química	Tradução e Interpretação de Conferência
Imunologia	Matemática e Ciências da Computação	Química Aplicada	Turismo
informática	Matemática e Estatística	Química Aplicada / Engenharia Química	Turismo / Gestão Hoteleira
Informática	Mecânica	Química Física	Turismo e Lazer
Informática e Gestão	Medicina	Radioterapia	Turismo, lazer e património
Informática/Ciência da Computação	Medicina Dentária	Recursos Humanos	Urbanismo
Informática/Matemáticas Aplicadas	Medicina Dentária e Administração e Business	Relações Internacionais	Urbanismo e Ordenamento do Território
Engenharia	Medicina Veterinária	Relações Internacionais e Marketing	Veterinária
International Business Studies	Medicina Veterinária - Microbiologia	Relações Internacionais/ Gestão Cultural	
IT	Meio Ambiente	Saúde	
IT Management	Mestrado 2008 eng. Ambiente e 2012 mestrado radioprote	Saúde Ambiental	
IT/ Gestão	Microbiologia	Saúde Pública	
Jornalismo	Multimédia	Segurança e Higiene no trabalho	
Jornalismo / Assessoria	Museologia e curadoria	Segurança Informática	
jurídica	Música	Seguros	
Jurista	Música Antiga	Serralharia Civil	
Letras	Música e Ensino	Serviço Social	

Capítulo - II

MODELO PROSPETIVO DE DESENVOLVIMENTO

REGRESSO DE UMA GERAÇÃO PREPARADA
2018

“A emigração [...] é um fenómeno complexo que põe em causa, a diversos níveis, de maneira indireta, a imagem de nós mesmos, mas por isso deve ser apreendida na sua verdade, de maneira adulta e não servir de pretexto como serve a muita gente, a fantasmas coletivos, uns positivos outros negativos, que têm pouco a ver com ela.”

Eduardo Lourenço

Sumário Executivo

As políticas de um país com a intenção de recuperar os seus emigrados têm subjacente a consideração de que **o emigrante é um recurso necessário no país de origem**. A recuperação concretiza-se através do retorno físico do emigrante, ou através do estabelecimento de sistemas de redes de vinculação, que permitam utilizar as potencialidades económicas, científicas, culturais ou políticas dos emigrados e/ou que tragam novos conhecimentos ou experiências resultantes da migração e da residência no estrangeiro. Frequentemente, ambas as formas (retorno físico e vinculação) são usadas pelos países numa estratégia dirigida a aproveitar economicamente a presença de emigrantes em diferentes países de destino. As alternativas para promover esta estratégia são múltiplas e diversas (cf. adiante), existindo entre elas variadas formas de interdependência, o que contribui para complexificar o processo de tomada de decisão sobre as medidas a adotar.

Em geral, as políticas de recuperação podem dividir-se em:

i) programas de repatriamento (os mais comuns constituem etapas de previsão de retorno, assistência de emergência e inserção sócio laboral) que tendem a ter mais aplicação em casos urgentes;

ii) programas de vinculação com o objetivo de que os emigrantes mantenham uma ativa relação com o país de origem;

iii) programas de promoção do regresso.

Os programas de repatriamento têm como objetivo a reinserção do emigrante no país de origem e tendem a ser promovidos por esse mesmo país, com o objetivo de recuperar o capital humano emigrado. Também podem ser programas iniciados pelos países de destino, que facilitam o repatriamento ou retorno para descomprimir as suas sociedades ou os mercados de trabalho. Podem, ainda, resultar de um encontro de oportunidades entre países de origem e de destino, facilitando o retorno e construindo uma síntese das motivações anteriores. O recente caso do retorno de emigrantes portugueses e seus descendentes da Venezuela ilustra a necessidade de manter planos de contingência e estruturas preparadas para estes repatriamentos (que podem ser temporários ou permanentes). A potenciação destes regressos e o repatriamento do capital humano destes emigrantes deve também ser objeto de planeamento estratégico. Eventos ambientais, económicos ou políticos, com impacto nas comunidades portuguesas emigradas, tenderão a acontecer de forma recorrente e exigem uma preparação do Estado e da sociedade portuguesa com uma concertação de políticas nacionais, regionais e locais.

No que se refere aos programas de vinculação, Portugal há muito que possui uma forte ligação às comunidades emigrantes substanciada pela existência de estruturas políticas e administrativas cuja missão é precisamente essa (o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP); a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP); o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), etc.). Nos últimos anos, novas estruturas foram criadas (ou foram estabelecidas competências específicas em estruturas pré-existentes), de que destacamos: o Alto Comissariado para as Migrações (ACM-I.P.); o Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante (GARE); os Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE); o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID), etc.

A este respeito refira-se que o programa português de vinculação se encontra, a nosso ver, numa fase avançada de

desenvolvimento (ainda que a sua efetiva implementação nos levante algumas questões). Desde logo, realçamos todos os capítulos sobre Direitos e Deveres enunciados na Constituição da República Portuguesa, que abrangem genericamente os portugueses residentes no exterior do território nacional (com a enunciação explícita das parcas exceções). Os aspetos motivacionais dos programas de vinculação correspondem à participação eleitoral, à política de nacionalidade, à comunicação e informação sobre o país de origem e à política de educação dirigida aos emigrantes portugueses e aos seus descendentes. Sem pretender uma enunciação exaustiva destacamos, nomeadamente: a existência de deputados eleitos pelos círculos da emigração; a extensão do critério do jus sanguinis para os filhos e netos de nacionais que já nasceram no estrangeiro; a assistência diplomática e consular de tendência universal para os cidadãos nacionais; a existência de um serviço público de rádio e de televisão com uma visão universalista; a existência do Instituto Camões e da promoção do ensino de língua portuguesa entre as comunidades emigrantes. São múltiplos os programas de vinculação encetados pelo Estado português. Trata-se, muitas das vezes, de iniciativas unidirecionais (do Estado para os cidadãos no exterior), estando por conhecer as formas de interação que os emigrantes estabelecem com estas diferentes oportunidades de vinculação e, por conseguinte, o contributo efetivo das políticas de vinculação existentes para a promoção do engajamento da diáspora portuguesa.

No que concerne os programas de promoção do regresso é mais difícil enunciar um conjunto coerente de políticas ou de boas práticas. Desde logo, não existe uma estratégia nacional para a promoção do regresso dos emigrantes portugueses, mas apenas projetos ou programas em que os emigrantes portugueses fazem (potencialmente) parte dos grupos alvo. Exemplos podem ser encontrados em iniciativas como: a Estratégia Nacional para o Empreendedorismo; o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora; o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante; o concurso de ideias VEM, entre outras. A inexistência de um Plano Estratégico para a Promoção do Regresso impede que seja possível tornar coerentes medidas e iniciativas que se encontram dispersas. Acresce que as poucas medidas e iniciativas existentes tendem a não ser comunicadas de forma eficiente, o que limita a sua aplicação, e a apresentar resultados bastante incipientes face à dimensão dos destinatários potenciais destas medidas.

Exemplos de outros países:

Uma comparação com programas existentes em outros países mostra o potencial por explorar no caso nacional. De forma sintética podem ser apresentados os seguintes exemplos:

1. “GlobalScot”, na Escócia, é uma rede de líderes empresariais, empresários e executivos que tenham uma ligação com a Escócia e que têm o objetivo de ver as empresas escocesas ter sucesso no país e no resto do mundo;
2. Programa “Elevate 61”, na Austrália, vocacionado para a capacitação para o empreendedorismo, numa lógica de vinculação com os emigrantes;
3. Programa “Colômbia nos Une” com o objetivo de interligar os colombianos no estrangeiro e torná-los sujeitos de políticas públicas;
4. Na China, incentivam-se o regresso de jovens diplomados através da oferta de tratamento preferencial na colocação no mercado de trabalho, promoção social, salários e programas sociais em geral;
5. No Equador, foi estimulado um novo objetivo nas políticas de emigrantes. O website da Secretaría Nacional

del Migrante (SENAMI) continha, em 2011, o slogan “estamos a arranjar a casa para poderes regressar”. O programa Bienvenid@s a casa incluiu um conjunto de projetos e iniciativas institucionais com o objetivo de proteger e apoiar os equatorianos no estrangeiro;

6. Nas Filipinas, existe um programa de reintegração orientado para a formação profissional e acesso ao crédito para criar um negócio, aconselhamento familiar e formação em desenvolvimento de competências;
7. O “Programa 3x1”, no México, apoia a iniciativa de migrantes organizados para realizar projetos que contribuam para o desenvolvimento das suas localidades de origem, em obras de caráter educativo, comunitário ou social. Por cada dólar atribuído, o governo contribui com 3 pesos, daí derivando a designação do programa;
8. O Programa “unidos por la solidaridad”, no Salvador, procura canalizar as remessas coletivas das associações de emigrantes nos países de acolhimento, promovendo a participação dos municípios e de Organizações Não Governamentais (ONG) no cofinanciamento dos projetos de construção de infraestruturas propostos por aquelas associações;
9. O Programa ‘Powrót’(Retorno) polaco, de 2007, consiste num pacote de benefícios fiscais destinados a incentivar o retorno de emigrantes polacos.

A maioria destes programas de promoção do retorno ou do envolvimento dos emigrantes no desenvolvimento do país de origem assenta numa estratégia integrada, não discriminando os seus emigrantes em função da detenção ou não de formas específicas de capital (económico ou humano, por exemplo). Trata-se de uma opção que não renega o contributo de todos os que se encontram no exterior para o crescimento económico e social do país de origem. Subjacente a estas políticas está a ideia, essencial na promoção de sociedades coesas, de que são de limitar as iniciativas que contribuam para a criação e sustentação de comunidades de emigrantes paralelas (ou, de forma mais geral, de diferenciação entre cidadãos nacionais) e que acentuem os processos de diferenciação que determinadas políticas (mesmo em relação às comunidades portuguesas) tendem a gerar e perpetuar. Assim, os exemplos de recomendações a seguir reproduzidas devem ser entendidos de forma abrangente, aplicáveis (sempre que possível) à generalidade dos portugueses residentes no exterior.

Proposta de construção de um Modelo de Desenvolvimento com base em 5 áreas

- Política de informação e atividades de promoção do regresso de emigrantes;
- Estratégia complementar de incentivo ao investimento ao emprego e ao empreendedorismo de emigrantes regressados;
- Partilha de treino e aconselhamento (vai e vem);
- Incentivos económicos e fiscais;
- Alteração da estrutura institucional de apoio e promoção do regresso de emigrantes.

Estratégia para o regresso dos emigrantes

Cinco conceitos principais para a construção de uma estratégia de atração de emigrantes portugueses:

- Atrair: definir migrantes-alvo; estratégia de comunicação; forte intervenção das instituições portuguesas no exterior;
- Integrar: definir setores prioritários, identificar regiões de integração, desenvolver estruturas de proximidade (linhas de apoio, plataformas online);
- Valorizar: aproveitar as experiências adquiridas pelos emigrantes no estrangeiro;
- Empoderar: formação, assistência na criação de empresas, incubadoras de empresas; programas de alocação de Personal Business Mentor;
- Acompanhar: monitorizar o regresso, os processos de inserção e o empreendedorismo dos regressados.

Exemplos de Recomendações

Análise e avaliação das condições socioeconómicas macro em Portugal. Na perspetiva de que também é nas condições sociais e económicas que reside a atração para o regresso e de que, em linha com os resultados do inquérito realizado no âmbito do projeto Empreender2020, a envolvente socioeconómica portuguesa não está atualmente a ser valorizada pelos emigrantes.

Solução: comunicar de forma eficiente as oportunidades existentes.

Definição, de forma clara, dos destinatários dos instrumentos de política. Para atrair e estimular o regresso e a vinculação de emigrantes qualificados e empreendedores, é necessário assegurar que esse objetivo está bem claro nas políticas migratórias de vinculação e de promoção do regresso.

Solução: construir, de forma participada e participativa, uma estratégia nacional para a promoção do regresso dos emigrantes portugueses.

Maior articulação entre *iniciativas municipais, regionais e nacionais de política de desenvolvimento económico, e medidas nacionais de apoio e estímulo ao empreendedorismo*, como por exemplo o alargamento do estímulo à desburocratização inerente ao programa SIMPLEX para as áreas e públicos alvo a que respeitam estas políticas.

Solução: criação de um fórum que envolva as entidades com responsabilidades na implementação destas iniciativas, envolvendo o Ministério dos Negócios Estrangeiros; o Ministério da Economia; Comissões de Coordenação para o Desenvolvimento Regional (CCDRs); Confederações Patronais; Associações Empresariais, etc..

Envolver emigrantes regressados em *políticas de desenvolvimento local/regional de longo prazo*, valorizando as suas competências e experiências adquiridas no exterior, considerando-os recursos válidos para o desenvolvimento, e não atender somente ao capital económico de que sejam detentores. Este envolvimento pode ser feito utilizando as potencialidades que são referidas pelos instrumentos de política existentes, como o Programa Mentores para Migrantes ou a Plataforma de Mobilidade Profissional Global.

Solução: criar mecanismos e práticas que permitam este envolvimento de forma sustentada e continuada. Boas práticas devem ser estimuladas (ex. Conferências Grape; Matchpoint; Encontros de Investidores da Diáspora, etc)..

Assegurar que os procedimentos para o *reconhecimento e equivalência de habilitações académicas e competências profissionais* adquiridas no estrangeiro sejam o mais simplificados possível, e que os colaboradores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do GAE (Ministério dos Negócios Estrangeiros), do GAEM (ACM) e das entidades de certificação (Universidades e Politécnicos) sejam detentores da informação necessária para as comunicar.

Solução: adoção de um Simplex para estas situações.

Contribuir para a generalização de processos flexíveis e ágeis de recrutamento por parte de empregadores (incluindo empregadores públicos) e para a estabilidade de emprego. Para esta agilização devem contribuir redes como a Plataforma Profissional Global, *já existente*, ou o Programa Mentores para Emigrantes.

Solução: criação de mecanismos que ajudem à transição dos emigrantes regressados para o mercado de trabalho português sem perda de estabilidade de emprego.

Contribuir para a (re)construção de planos de carreira de longo prazo nos diversos sectores económicos e profissões específicas (e.g. na carreira académica e de investigação; na carreira de enfermagem; na carreira médica) de acordo com as necessidades do país.

Solução: estimular acordos coletivos de trabalho ou acordos de empresa de médio e longo prazo.

Desenvolver medidas económicas, financeiras e fiscais diferenciadas para territórios com atratividade distinta. Estas medidas, destinadas a empresas, devem incentivar o empreendedorismo emigrante e, quando adequado, apoiar o seu regresso.

Solução: criação de um plano específico para a atração de investimento empresarial para territórios de baixa densidade que contemple o regresso de emigrantes empreendedores (ou seja, integrar o regresso dos emigrantes nas estratégias de desenvolvimento regional).

Incrementar nas pequenas e médias empresas o conhecimento sobre o potencial do regresso de emigrantes e os possíveis benefícios que eles podem trazer ao seu crescimento e desenvolvimento, através das competências adquiridas no estrangeiro.

Solução: criação de programas dedicados; estímulo à contratação; comunicação eficiente.

Criação de um fundo de investimento para apoio específico de projetos que interliguem a diáspora e empresas nacionais (capital semente; capital de risco; capital de investimento).

Solução: criação de um fundo de investimento com origem pública e privada.

Estimular o regresso de emigrantes empreendedores para territórios de baixa densidade.

Solução: criação de incentivos bonificados (majorados) ao regresso para territórios de baixa densidade (ex. medidas fiscais; bonificação dos descontos para a Segurança Social,...); Comunicar os programas e regimes fiscais já existentes de forma eficiente.

Assegurar que os processos de transferência de benefícios sociais e pensões para Portugal, ao abrigo de acordos bilaterais de segurança social celebrados entre os países de acolhimento e o país de origem, sejam simples e rápidos para os emigrantes que regressam.

Solução: criação de estrutura interministerial dedicada a estes processos.

As duas principais instituições que lidam com a emigração portuguesa - Secretaria de Estado das Comunidades e ACM, I.P., - deverão estar bem articuladas e ter canais de informação e colaboração em permanência (o GAID e os GAE, com o GAEM e o GARE), assegurando que não há duplicação de funções nem informação incoerente.

Solução: diálogo ou redefinição das missões consignadas a cada entidade.

Reforçar e aperfeiçoar as plataformas de comunicação existentes, como o Portal do ACM, 'Portugal Lá Fora' ou a Plataforma de Mobilidade Profissional Global e desenvolver outras para que a informação sobre todos os instrumentos de política analisados chegue aos seus destinatários.

Solução: comunicar de forma integrada e eficiente.

Desenvolver e aprofundar a cultura de confiança entre o Estado (e as suas instituições) e os emigrantes, possibilitando que este possa ser considerado como um parceiro no desenvolvimento dos projetos de regresso dos emigrantes.

Solução: mobilizar recursos provenientes das comunidades emigrantes para o desenvolvimento de ações dirigidas a potenciar o contributo dos emigrantes para o tecido económico nacional e para projetos de

desenvolvimento regional que contem com a participação de emigrantes (regressados ou ainda a residir nos países de destino).

Síntese de recomendações:

		Custo Relativo	Tempo de execução
1	Estudo de mapeamento e caracterização global da atual diáspora portuguesa.	B	M
2	Disponibilização regular de informação detalhada com indicadores da economia (por setores) e sociedade portuguesa (Nuts III e/ou concelhos).	B	C
3	Construção de programa de apoio ao retorno voluntário e reintegração para emigrantes portugueses.	B	M
4	Elaboração de um plano estratégico para a promoção do regresso dos emigrantes portugueses.	B	M
5	Criação de via verde para o reconhecimento de habilitações obtidas no estrangeiro. Implementação de simplex.	B	C
6	Monitorização e acompanhamento dos acordos de Segurança Social e Proteção Social que envolvem Portugal e os países de residência dos portugueses na diáspora. Criação de gabinete único em Portugal para interlocução direta com os emigrantes.	B	M
7	Reorganizar a Plataforma de Mobilidade Profissional Global integrando, através de algoritmos próprios, a informação que agora se encontra dispersa por outros sites ou plataformas.	M a A	B
8	Reorganização dos programas existentes e a construção de uma estratégia de médio ou longo prazo que permita responder às necessidades do regresso dos portugueses emigrados.	M a A	M
9	Reverter processos de desertificação do interior e de envelhecimento e rarefação de jovens através da atração de emigrantes regressados.	A	L
10	Criação de incentivos bonificados (majorados) ao regresso para territórios de baixa densidade.	B	C
11	Conceção de centros de desenvolvimento de produtos, em Investigação e Desenvolvimento e em interfaces entre os centros de I&D e as Empresas (por clusters empresariais).	B	C
12	Otimização (reestruturação) da estrutura estatal que lida com a emigração portuguesa	A	L
13	Introdução de procedimentos de avaliação coerentes e transparentes que permitam aferir o custo e o benefício de cada estrutura, projeto ou programa na área da emigração/retorno/regresso (<i>ex-ante; ongoing; ex-post</i>)	A	L

		Custo Relativo	Tempo de execução
14	Reestruturar todo o processo de comunicação sobre e para a diáspora integrando a informação dispersa numa só plataforma de comunicação.	A	L
15	Criação de soluções de longo prazo, como um fundo de investimento para apoio específico de projetos que interliguem a diáspora e empresas nacionais (capital semente; capital de risco; capital de investimento).	B	L

Legenda: Custo Relativo - Alto (A); Médio (M); Baixo (B)
Tempo de Implementação - Curto (C); Médio (M); Longo (L)

Em síntese, as recomendações deverão procurar articular dois tipos de política relativas ao regresso: um dirigido às políticas de atração dos emigrantes, outro direcionado à integração dos emigrantes regressados (cf. esquema seguinte).



Fonte: OECD (2016)

Lista de Siglas

ACM, I.P. - Alto Comissariado para as Migrações

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

CAE - Classificação Portuguesa de Atividades Económicas

CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

COMPETE - Programa Operacional Fatores de Competitividade

FCT - Fundação da Ciência e Tecnologia

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEP - Fundo Europeu das Pescas

FSE - Fundo Social Europeu

GAE - Gabinetes de Apoio ao Emigrante

GAID - Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora

GARE - Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IFDR - Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional

PO - Programa Operacional

POE - Programa Operacional da Economia

POFC - Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)

POPH - Programa Operacional Potencial Humano

POVT - Programa Operacional de Valorização do Território

PRIME - Programa de Incentivos à Modernização da Economia

PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural

PROVERE - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

RIS3 - Estratégias de Investigação e Inovação para Especialização Inteligente

SAESCTN - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SCT - Sistema Científico e Tecnológico

SCTN - Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SI I&DT - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas

SI Inovação - Sistema de Incentivos à Inovação

SI Qualificação PME - Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

SNI - Sistema Nacional de Inovação

1

1. Introdução

O Estudo aqui apresentado, denominado **Modelo Prospetivo de Desenvolvimento** realizado no âmbito do projeto Empreender 2020 - Regresso de uma geração preparada, é o resultado de um conjunto de etapas, que vão desde a conceptualização do que entendemos serem os desafios provocados pela conjugação de uma intensa vaga emigratória nos últimos anos, com as características estruturais da sociedade e economia portuguesa. Num país de emigração há sempre regressos, num país de regressados pode continuar a existir emigração?

Da análise realizada ao longo dos últimos meses, resultou um conjunto de questões desafiantes: como fazer regressar ao país as centenas de milhar de portugueses qualificados que emigraram nos anos mais recentes? É possível? Como definimos 'portugueses qualificados' (em termos de capital humano apenas)? Como deve ser construída uma estratégia que promova o seu regresso? Quem são os atores (stakeholders) chave? Quais as medidas que têm que ser implementadas a nível micro, meso e macro? Antevendo uma impossibilidade de fazer regressar todos/todas quais as opções complementares? Como manter o contacto com estas populações e recuperar para o país o investimento que nelas foi feito em termos de capital humano? Como atrair para o país os portugueses - emigrantes ou descendentes de emigrantes - qualificados no exterior? Quais os custos de um plano de promoção do regresso de emigrantes portugueses? Qual o prazo expectável para implementar um plano estratégico de promoção do regresso?

As questões acima colocadas não são novas para os países de emigração. São recorrentes e colocam desafios societais (e políticos) de enorme complexidade. A ligação emocional à diáspora (strong ties) é fácil de manter por parte dos familiares e amigos dos que emigraram e dos que não partiram, mas é muito mais difícil de manter no que respeita à vinculação às instituições nacionais (weak ties) como explicava Granovetter (1973). A ligação à diáspora é crítica para muitos Estados, pela dependência das remessas financeiras, por exemplo, mas também pelas questões ligadas à chamada "fuga de cérebros", o brain drain, que exporta recursos e capital humano, ambos escassos, e, impede, por esta via, o acesso ao desenvolvimento das nações. Por outro lado, as migrações geram ganhos imediatos para os países de acolhimento, desde logo pelo ganho demográfico com grupos em idade ativa, o que pressupõe ganhos económicos e fiscais, mas também pelo ganho de brain gain e pela incorporação de capital humano sem que tivessem nele investido. A emigração não é um jogo de soma nula entre países, economias ou nações, muito pelo contrário. Há ganhos e há perdas e um desequilíbrio de vantagens e desvantagens.

Também para Portugal, país de emigração há séculos, estas questões são recorrentes. Eça de Queiroz, escritor, diplomata e estudioso da emigração portuguesa, no final do século XIX, já se referia ao movimento emigratório como um movimento de repulsão causado pelo défice de condições estruturais do país: "em Portugal a emigração não é, como em toda a parte, a transbordação de uma população que sobra; mas a fuga de uma população que sofre"¹. E, referindo-se ao retorno, apresentava uma posição pessimista mas, simultaneamente, um retrato do país da sua época: "Porque a emigração em Portugal não significa - ausência - significa abandono: o inglês, por exemplo, vai à Austrália, à América, fazer um começo de fortuna - para voltar a Inglaterra, viver, casar, acabar de enriquecer, servir o seu país, a sua comuna, trazer-lhes auxílio da vontade robustecida, da experiência adquirida, do dinheiro ganho; para Portugal ninguém volta, a não vir provido de boa fortuna, ser improdutivo,

¹ In Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *As Farpas*, "8 - Dezembro de 1871".

burguês retirado, inutilidade a engordar”². Dito de outro modo, já no século XIX eram muitos mais os que partiam do que os que regressavam.

Nos romances de Camilo Castelo Branco, o retorno é característica tornada corpo do “brasileiro de torna viagem”, um personagem com contornos grotescos e que se immortaliza no imaginário português. Na altura em que Camilo Castelo Branco começou a caracterizar a personagem do “brasileiro”, isto é, nos anos 50 do século XIX, tinha-se já verificado uma grande onda de regressos por parte de portugueses escravagistas vindos do Brasil, mas também de “brasileiros” que tinham conseguido regressar ricos graças ao trabalho desempenhado. Na cidade do Porto, nos anos em que o escritor lá viveu, construía-se, um após outro, palacetes e vilas de portugueses regressados. Retornar a Portugal era, nessa altura, sinónimo de ter tido sucesso económico. Também Alexandre Herculano se referiu a este português regressado do Brasil “como um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico” (Herculano, 1983: 68). A imagem do emigrante regressado, uma caricatura de um sucesso fácil acaba por se afirmar na sociedade portuguesa: regressar é sinónimo de riqueza (Matozzi, 2016). O insucesso é também retratado no percurso de regresso a Portugal, contado em *A Criação do Mundo*, por um ex-emigrante, Miguel Torga, cujos pais ficaram desiludidos com a transformação do filho, ao não corresponder ao mito popular, ou seja, ao perfil de rico “brasileiro de torna-viagem” (Torga, 1970: 23-25) (sobre a desmistificação da relação entre emigração e enriquecimentos, veja-se, também, a obra *Emigrantes de Ferreira de Castro* (Castro, 1928).

Regressar tendo sido bem-sucedido, e regressar sem ter obtido um enorme sucesso material no projeto migratório, são características que, seguramente, se complementam nos cerca de 230 mil portugueses que, no último intervalo intercensitário disponível (2001-2011), regressaram ao país (depois de viverem mais de um ano num país estrangeiro). A emigração é sempre condição para o regresso, mas o regresso, como procuraremos mostrar, não significa o fim da emigração. É preciso mudar o país para que tudo não fique na mesma e o “torna-viagem” não seja, afinal, o emigrante que regressado, torna a partir. Sem uma alteração das condições que impulsionaram as partidas não é possível esperar que aumentem os regressos.

Regresso e potenciação das experiências migratórias

Pese embora o facto de a emigração em Portugal ser uma constante estrutural bem conhecida pelo menos desde o século XVI (Serrão, 1974; Godinho, 1978), o aproveitamento económico desta constante tem sido ineficaz e pouco produtivo. No período que vai de meados do século XIX até à restauração da democracia em 1974, a emigração foi, em diferentes fases, a resposta de centenas de milhares de pessoas a situações estruturais de pobreza e à falta de oportunidades e a contextos estruturais (por vezes conjunturalmente evidentes) de crise económica e de falta de capital financeiro.

Os portugueses e luso-descendentes que vivem no estrangeiro são estimados num número variável entre 12,3 milhões (o número de nacionais portugueses) e 15 milhões (contando os nacionais portugueses e ainda a primeira geração de descendentes nascidos fora do território nacional). Se contarmos apenas as pessoas nascidas em Portugal que, em 2016, viviam noutros países, chegamos a um total de 2,3 milhões de indivíduos (emigran-

tes) distribuídos por um conjunto significativo de países de destino. Este número é o resultado de uma história recente da emigração portuguesa que se resume em breves linhas.

De entre os principais destinos da emigração portuguesa até às primeiras décadas do século XX, estão o Brasil e os EUA, onde se desenvolveu uma diáspora pluri-geracional, com muitos dos seus membros a manterem ligações efetivas e afetivas a Portugal. As ex-colónias africanas de Portugal, sobretudo Angola e Moçambique, onde muitos portugueses se fixaram a partir da década de 1950 e de onde regressaram quando esses territórios se tornaram independentes, em 1975, foram, por um curto período, um destino preferencial (e/ou possível, dada a promoção da fixação nestes países por parte do Estado Novo) para centenas de milhares de portugueses. Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento emigratório dirigiu-se a alguns dos países mais ricos da Europa ocidental, nomeadamente França, Alemanha, Luxemburgo ou Suíça, mas, também, em menor número, a países como a Bélgica, Suécia, Holanda ou Noruega. Outros destinos importantes, com origens regionais mais marcadas, foram a Venezuela e a África do Sul, nos anos de 1950 e 1960, onde também subsiste uma forte diáspora pluri-geracional.

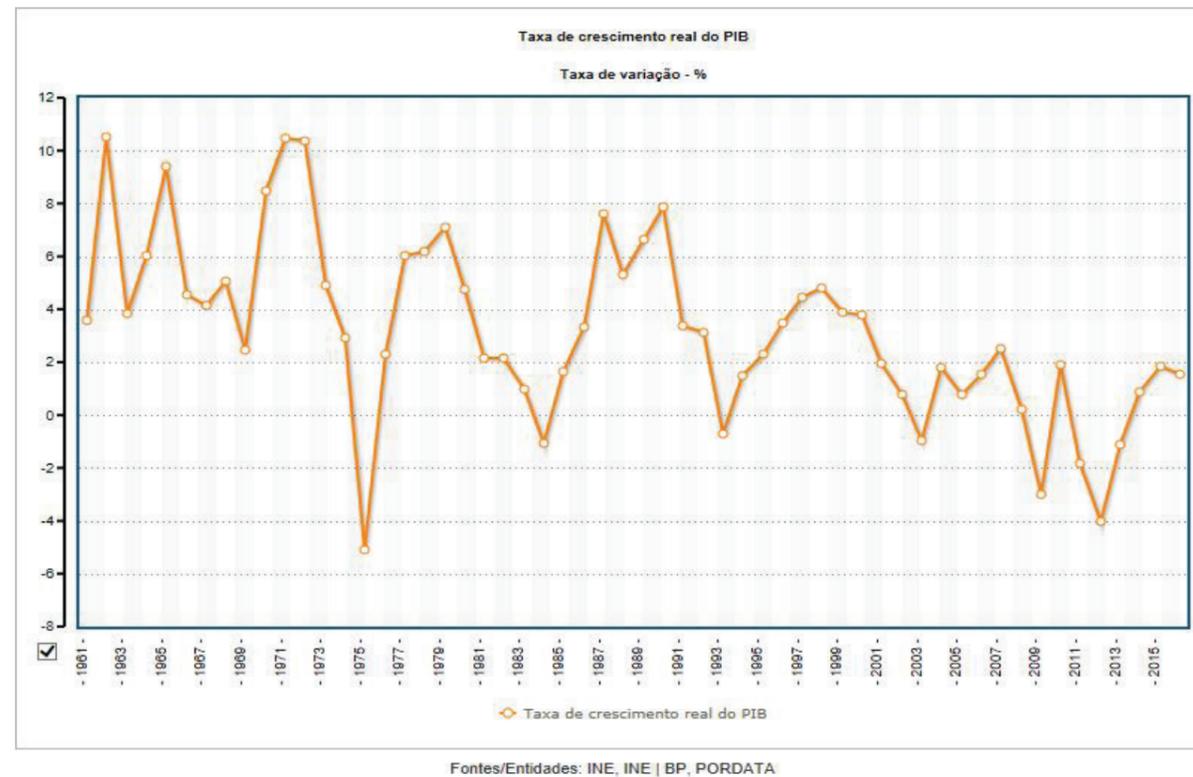
Os anos 70 são, sobretudo, anos de retorno de África (Pires, 1984) e de alguns destinos migratórios, como a Alemanha e a França (Santos, 1991), isto apesar de a emigração continuar, ainda que a um ritmo menor do que nas décadas anteriores e com configurações diferentes das registadas até então. No final dos anos 70, Luxemburgo e Suíça eram destinos emergentes, mas ainda não consolidados, e a França continuava a receber dezenas de milhares de novos emigrantes portugueses anualmente e a assistir ao crescimento endógeno da comunidade nacional por via de milhares de descendentes de emigrantes de primeira geração. Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, a emigração para os destinos tradicionais reduziu os seus valores. Se excetuarmos a emigração para a Suíça e para o Luxemburgo, não surgiram, nesta época, grandes vagas migratórias de saída. Portugal era, para muitos, um país em transição migratória que se aproximaria das tendências migratórias dos países mais desenvolvidos (Marques, 2006). Para essa perceção contribuiu, também, o facto de Portugal se ter tornado um país recetor de imigração, acolhendo um total de 500.000 a 1 milhão de imigrantes, entre meados da década de 1980 e o início do século XXI³. Na verdade, a emigração nunca parou, embora se tenha invisibilizado na opinião pública, no discurso político e em boa parte do saber académico (Baganha and Góis, 1998/1999). A emigração portuguesa coexistiu com a entrada de imigrantes em Portugal numa lógica de complementaridade. Com a última década do século XX, a emigração, progressivamente, acelerou. Nos primeiros anos do século XXI, um número significativo de indivíduos (portugueses e ex imigrantes em Portugal) deixou o país para se fixar em velhos e novos destinos de emigração. Países como França, Alemanha, Angola, Luxemburgo, Suíça, Brasil e, sobretudo, o Reino Unido, voltaram a acolher novos e volumosos grupos de emigrantes portugueses (Peixoto et al., 2016).

A crise económica nacional, com taxas de crescimento real do PIB muito diminutas ou mesmo negativas desde 2000 (em 4 dos últimos 10 anos, desde 2007, o crescimento foi negativo, cf. figura 1) e a crise económica e financeira global após 2008, implicaram que as autoridades portuguesas, em 2011, pedissem a assistência financeira da União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional (equipa designada por troika). Como noutras fases da vida económica e social do país ao longo do último século e meio, a emigração foi a resposta estrutural da sociedade portuguesa (Triandafyllidou and Gropas, 2014).

² In idem.

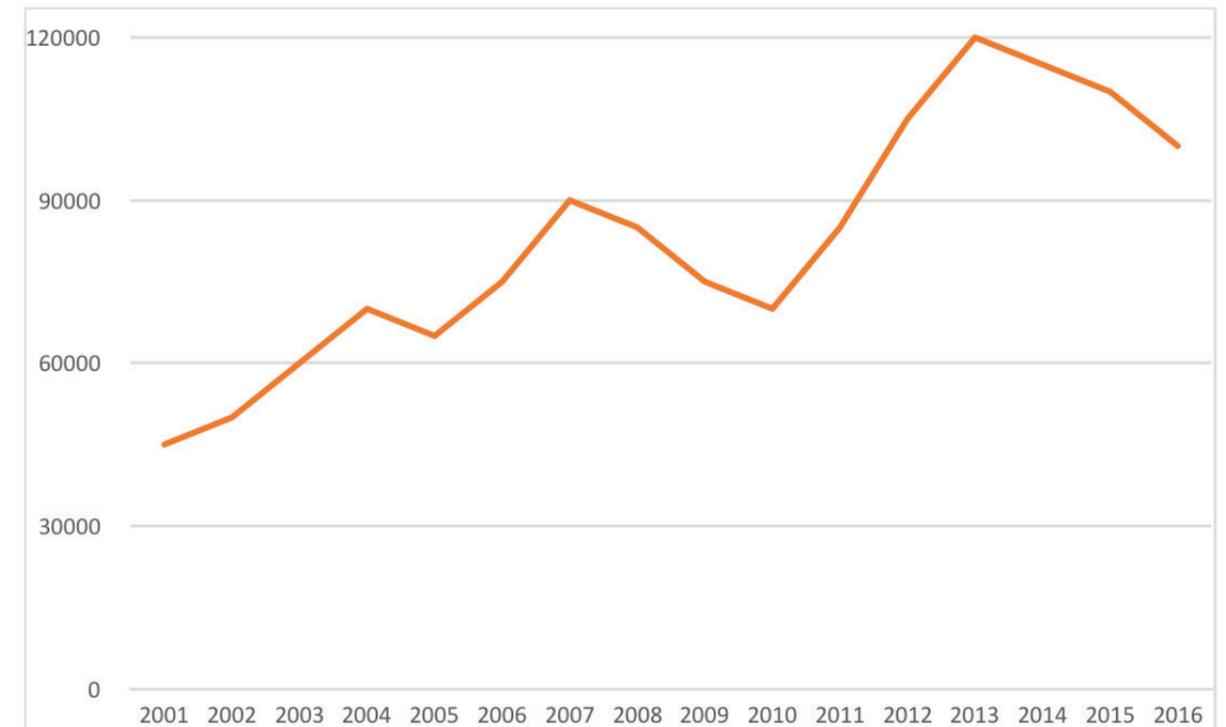
³ Muitos destes imigrantes ficaram apenas de forma temporária no país, alguns adquiriram a nacionalidade portuguesa, muitos regressaram aos seus países de origem ou re-emigraram para países terceiros.

Figura 1 - Taxa de crescimento real do PIB 1981-2016



As saídas anuais nesse período igualam os valores registados durante última vaga emigratória massiva, entre meados da década de 1960 e início da década de 1970. Os números do Observatório da Emigração (OEm) em Portugal mostram essa evolução (ver figura 2). Entre 2001 e 2007, a emigração foi aumentando de maneira gradual, tendo passado de 40 mil para 90 mil saídas anuais entre estes dois anos. Nos anos de 2008 a 2010, ocorreu uma quebra nas saídas, devido, principalmente, aos efeitos da crise financeira e económica internacional nos tradicionais países de destino dos emigrantes que reduziram, momentaneamente, a sua capacidade de atração (e.g. Espanha). A partir de 2011, e em consequência do agravamento da situação económica e social em Portugal no contexto já referido de assistência financeira internacional, a emigração voltou a aumentar para atingir o pico máximo de 120 mil saídas anuais - o equivalente a 1% da população residente - no ano de 2013. Desde 2013, a emigração iniciou uma trajetória de descida gradual, em linha com a recuperação económica no país correspondendo, em 2016, a cerca de 100 mil saídas anuais (Pires et al., 2017).

Figura 2 - A emigração portuguesa recente



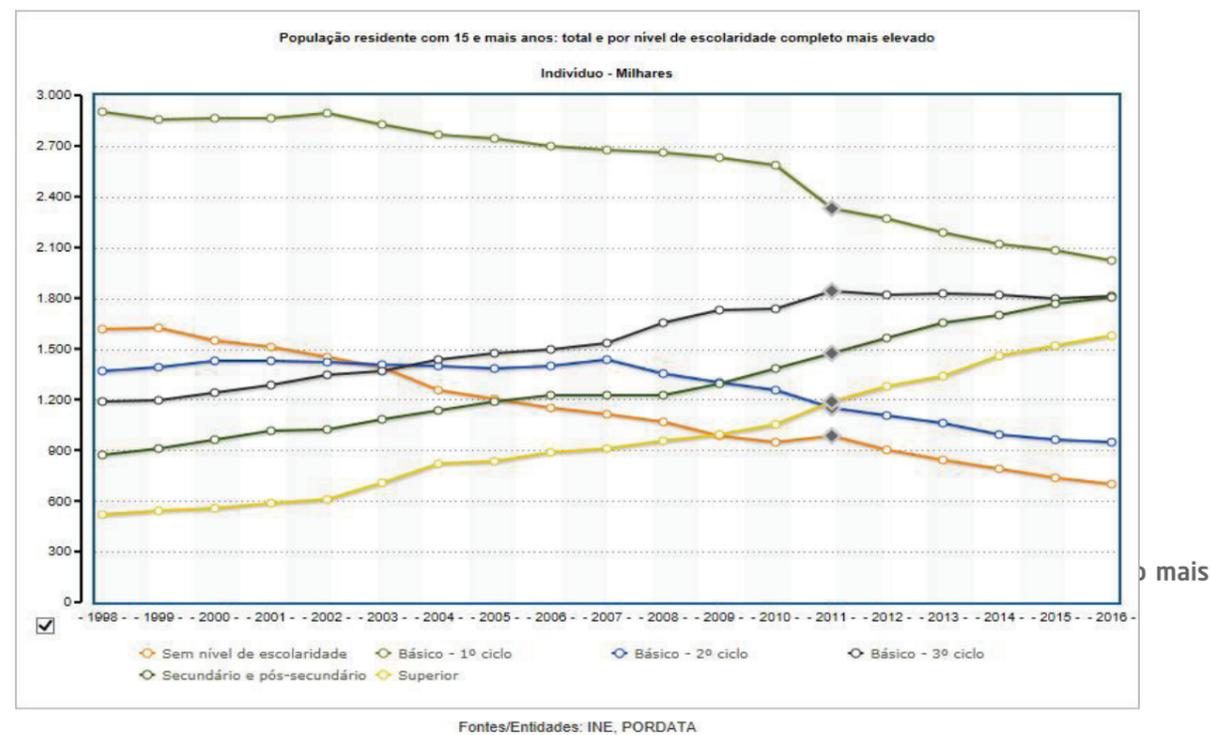
Fonte: Observatório da Emigração (2017), Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2017 (disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/5926.html>)

O resultado desta última vaga migratória foi um retomar dos olhares sobre a emigração portuguesa. Desde então regista-se uma nova atenção da sociedade sobre a emigração, um retomar dos estudos sobre os emigrantes e uma nova atenção sobre o potencial da diáspora portuguesa agora rejuvenescida (Gomes, 2015; Peixoto et al., 2016). Se é certo que, historicamente, Portugal se assume como um país de emigrantes, cada época marca de forma díspar este fenómeno demográfico e caracteriza-o com as suas próprias idiossincrasias, quer no que se refere às motivações de saída, quer em termos das características dos (novos) emigrantes.

Uma emigração com trolhas e com cientistas

A fase mais recente da emigração portuguesa está a ser construída por um conjunto de indivíduos que, em termos de capital humano, evoluiu de uma população com elevados níveis de analfabetismo e baixa escolaridade (nos anos 60 e 70) para uma população composta, em boa parte, por recursos humanos mais escolarizados (em resultado do aumento geral da escolarização da população portuguesa, cf. figura seguinte), alguns deles com um capital humano altamente especializado (sobretudo na última década). Não significa que Portugal tenha deixado de exportar mão-de-obra menos qualificada (que continua a ser maioritária) mas sim que, desde há alguns anos, a emigração portuguesa apresenta uma composição mista (qualificada e não qualificada) incluindo milhares de indivíduos com diplomas do ensino superior.

Figura 3 - População residente com 15 ou mais anos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado



Para ilustrar esta evolução e os seus resultados, importa revelar alguns números: a população portuguesa com ensino superior triplicou nos últimos 20 anos. O total de portugueses com um grau de Ensino Superior era de 49.065 em 1960 (21,8% eram mulheres) e de 1.244.742 em 2011 (60,6% eram mulheres). Este crescimento de mais de 2.500% no número de diplomados do ensino superior não foi acompanhado por um ritmo semelhante de evolução das necessidades do mercado de trabalho nacional (sobretudo no setor privado), o que acabou por tornar explícito um desequilíbrio estrutural entre o nível e volume da formação, da oferta de mão-de-obra, face ao exigido pela procura no mercado de trabalho nacional.

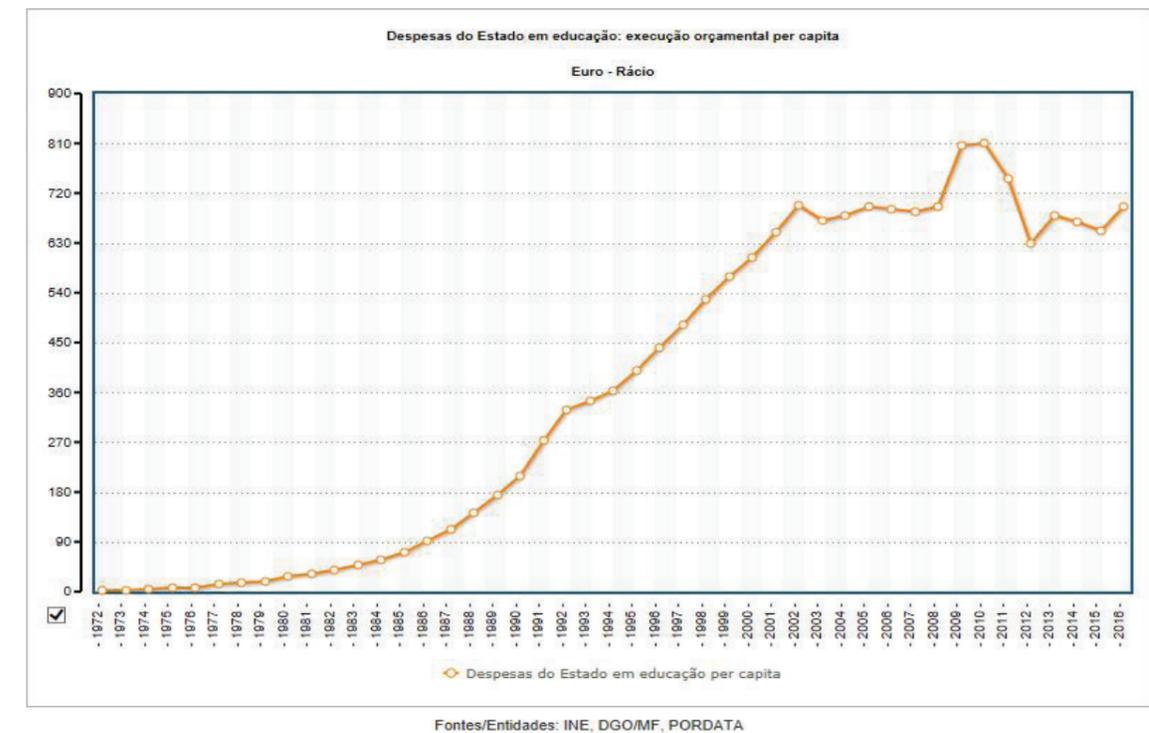
Figura 4 - População residente com 15 e mais anos, segundo os Censos, com o ensino superior completo: total e por sexo

Anos	Total	Masculino	Feminino
1960	49 065	38 345	10 720
1970	49 375	34 710	14 665
1981	155 284	100 515	54 769
1991	284 075	149 896	134 179
2001	674 094	283 117	390 977
2011	1 244 742	490 405	754 337

Fontes de Dados: INE - X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População
Fonte: PORDATA

Este desajustamento entre qualificações na oferta de mão-de-obra e a procura de trabalhadores no mercado de trabalho tem consequências económicas, sociais e políticas. O elevado investimento que o país fez na formação de capital humano (ver figura seguinte) em valor acumulado ou per capita, não é recuperável através da simples exportação deste capital e da importação de remessas financeiras. De um investimento próximo de dois euros per capita, nos anos 1960 e 1970, para valores máximos de 810 euros por ano e per capita no período pré-troika, há hoje um potencial imenso por rentabilizar económica e socialmente.

Figura 5 - Despesas do Estado em educação: execução orçamental per capita



Este forte investimento em educação (sobretudo no ensino superior) não tem sido aproveitado pelo mercado de trabalho nacional. Portugal apresenta uma das maiores percentagens de trabalhadores com qualificações superiores ao exigido pelo exercício da profissão (entre os 18% e os 20%, cinco pontos percentuais acima da média da OCDE), evidenciando, assim, "uma afetação ineficiente dos recursos e uma qualificação dos trabalhadores desajustada a uma parte significativa da procura do mercado de trabalho" (Alexandre, 2017: 109). Acresce que, na última década, se assistiu a uma redução da rentabilidade do investimento em ensino superior. Dito de outro modo, é menos compensador tirar um curso de Ensino Superior atualmente do que no passado. A vantagem salarial dos diplomados com formação superior (face a detentores de qualificações mais baixas) reduziu-se, sobretudo, nos graduados com menos de dez anos de experiência no mercado de trabalho, passando de 58% para 38% (Alexandre, 2017). Com formação superior mas sem experiência laboral, para muitos, isto significa a obtenção de uma menor rentabilidade do investimento feito na educação. Por outro lado, a taxa de desemprego jovem (qualificado e não qualificado) tem sido, ao longo das últimas décadas, pelo menos o dobro da taxa de desemprego total. O desemprego jovem em Portugal atingiu o seu pico máximo em 2013 quando 38,1% dos

jovens menores de 25 anos se encontravam desempregados numa manifestação da desadequação das suas qualificações e/ou das necessidades, procuradas pelo mercado de trabalho nacional.

Figura 6 - Taxa de desemprego: total e por grupo etário (%)

Anos	Grupos etários			
	Total	<25	25-54	55-64
1983	± 7,8	± 18,3	± 5,1	± 2,4
1984	8,4	20,1	5,7	1,9
1985	8,7	20,5	5,9	2,4
1986	8,4	19,2	6,0	2,4
1987	7,0	15,8	5,0	2,4
1988	5,7	13,0	4,2	2,2
1989	5,0	11,5	3,8	1,6
1990	4,7	10,3	3,6	2,1
1991	4,1	9,1	3,3	2,2
1992	± 4,1	± 10,0	± 3,2	± 1,9
1993	5,4	12,6	4,4	3,4
1994	6,7	14,7	5,8	3,9
1995	7,1	16,1	6,1	4,1
1996	7,2	16,5	6,1	4,7
1997	6,7	14,8	5,8	5,0
1998	± 4,9	± 10,4	± 4,4	± 3,3
1999	4,4	8,8	4,0	3,0
2000	3,9	8,6	3,5	3,2
2001	4,0	9,4	3,5	3,1
2002	5,0	11,7	4,5	3,6
2003	6,3	14,6	5,8	4,3
2004	6,6	15,4	6,0	5,5
2005	7,6	16,2	7,2	6,1
2006	7,6	16,5	7,3	6,3
2007	8,0	16,7	7,8	6,5
2008	7,6	16,7	7,2	6,6
2009	9,4	20,3	9,2	7,6
2010	10,8	22,8	10,7	8,9
2011	± 12,7	± 30,2	± 11,9	± 10,8
2012	15,5	37,9	14,7	12,7
2013	16,2	38,1	15,5	13,7
2014	13,9	34,8	12,7	13,5
2015	12,4	32,0	11,2	12,4
2016	11,1	28,0	10,0	11,0

Taxa de desemprego: total e por grupo etário (%)

Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego; Fonte: PORDATA

Face a esta evolução do mercado de trabalho nacional e às suas deficiências (algumas de natureza estrutural), é natural que um número cada vez maior de jovens com formação superior procure um emprego fora do território nacional e aí aproveite as oportunidades de carreira profissional. Numa Europa onde o mercado de trabalho é hoje o somatório dos mercados de trabalho dos países membros da União Europeia, onde a liberdade de circulação e o reconhecimento de habilitações é hoje regra mas, onde, ao mesmo tempo, as discrepâncias salariais para o exercício das mesmas atividades salariais e a fiscalidade sobre o trabalho é tão diversa, é natural que sejam os jovens a reagir e a mover-se no interior destas fronteiras.

Já, em 2004, João Peixoto alertava para o facto de os fluxos migratórios de indivíduos altamente qualificados terem, globalmente, tendência a aumentar. No caso Português, as preocupações direccionavam-se tanto para a falta de competitividade do país e conseqüente falta de capacidade para atrair imigrantes altamente qualificados e em assegurar uma retenção dos portugueses que o país qualificava internamente, como para conseguir o retorno dos Portugueses que emigraram. De entre as principais dificuldades então enunciadas estava a falta de centralidade social, económica e cultural do país num contexto europeu, em que o alargamento aos países da Europa de Leste tornava Portugal um país (ainda) mais periférico. A dificuldade em reter no país os portugueses altamente qualificados implicaria, no dizer do autor, um aumento no processo de *brain drain* direccionado, sobretudo, para centros científicos e económicos (Peixoto, 2004). Poucos anos passados, com uma crise económica e financeira de permissão, o país viu aumentar os fluxos migratórios de saída para uma média anual de cerca de 100.000 indivíduos nos últimos 10 anos. No total terão emigrado (de forma permanente ou temporária) entre 2001 e 2017 cerca de 1.300.000 portugueses (a que acresce o número de imigrantes em Portugal que regressou aos seus países ou re-emigrou). De acordo com os dados do Eurostat sobre as migrações nos países da UE e EFTA, Portugal, que apresentava um saldo migratório positivo de quase 47 mil indivíduos em 2000, passou a ser, em 2013, um dos países europeus com saldo mais negativo em termos absolutos (-36 mil indivíduos) e relativos (-0.3% da população residente) situação que se agravou nos anos subsequentes (Pires and Espírito-Santo, 2016).

Promover o regresso do capital humano expatriado

O aproveitamento deste capital humano expatriado tem de ser um imperativo nacional, essencial para o desenvolvimento do país, sendo incontornável a necessidade de se criarem condições contextuais favoráveis ao seu regresso. Medidas que estimulem a empregabilidade são imperativas nesta fase que o país atravessa, passando também pela promoção do espírito empresarial da comunidade recém-emigrada. Não sendo o empreendedorismo uma panaceia para todos os males, é certamente uma de entre várias soluções cumulativas que se impõe operacionalizar para permitir acelerar o regresso de algumas centenas de milhar de portugueses emigrantes.

Tal desígnio está patente na intervenção do Presidente da República, Prof. Cavaco Silva, na Sessão de Abertura da IV Conferência Internacional Roteiros do Futuro "Portugal e os Jovens - novos rumos, outra esperança", proferida no dia 15 de maio de 2015, de cujo conteúdo se transcreve um extrato: "... Portugal não pode desperdiçar o imenso capital humano dos seus jovens. É essencial criarmos condições para atrair aqueles que, por diversos motivos, optaram por fixar-se no estrangeiro. Como já tive ocasião de afirmar, em intervenção recente na Assembleia da República, é agora, em que os laços com o seu país ainda se mantêm vivos, que devemos fazer um esforço acrescido para o regresso dos nossos jovens. Se nada fizermos, o País perderá duplamente:

por um lado, perde o investimento feito na formação de uma geração de excelência; por outro lado, perde o contributo desses jovens para, com o seu talento e a sua iniciativa, ajudarem Portugal a regressar a uma trajetória sustentável de crescimento económico e de criação de emprego e riqueza...”.

Metodologia usada

A elaboração do estudo de diagnóstico de situação atual, em que se apresentou investigação com vista ao conhecimento sistemático e de caracterização do capital humano dos portugueses emigrados na última década, constituiu a primeira fase deste projeto. Este estudo foi acompanhado por um Steering Committee constituído por um painel de peritos nas áreas da sociologia, demografia, emigração, empreendedorismo e competitividade.

No estudo de diagnóstico de situação atual foram inquiridos portugueses residentes no estrangeiro relativamente às suas intenções de regressar ao país de origem e de investir numa atividade empreendedora em Portugal. O grupo alvo deste estudo foram os cidadãos de nacionalidade portuguesa ou nascidos em Portugal, com nível de escolaridade pós-secundário (nível 4 da classificação ISCED) e com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos. Ao questionário, desenvolvido online, responderam 1.140 inquiridos. Ainda que a metodologia de amostragem não permita extrapolar a informação obtida para todo o universo de emigrantes, foi possível obter dados relevantes para caracterizar este grupo de emigrantes e as suas intenções de regresso. Os resultados mostram que a opção de regresso é equacionada pela maioria dos inquiridos quer de forma afirmativa, quer enquanto possibilidade, com um prazo variável de concretização. O apelo do Presidente da República aparenta, por isso, ter um elevado potencial de concretização que importa aproveitar num espaço temporal em que as ligações ao país ainda são robustas e, em muitos casos, ainda não foram criadas raízes fortes nos países de destino.

Na construção do presente documento foi seguida uma metodologia plural, que permitiu conciliar a informação já trabalhada por outros autores (sobretudo a de natureza prospetiva), a análise das políticas existentes em relação ao regresso, os atuais instrumentos relativos à promoção do empreendedorismo e os dados obtidos através do conjunto de grupos focais realizados com um leque variado de interlocutores em diferentes regiões de Portugal (Norte, Centro e Alentejo) e com emigrantes portugueses em alguns países de acolhimento (Reino Unido, França, Bélgica e Alemanha).

Em diferentes fases deste estudo foram encetados diálogos e debates com a sociedade civil, com representantes do poder local e central, com jovens e menos jovens, em Portugal e em diferentes locais no estrangeiro. Este conjunto de contactos permitiu ir recolhendo opiniões, recomendações e sugestões que estão agora plasmadas neste documento.

A futura evolução da economia portuguesa: breve síntese

De acordo com a ficha país do AICEP (outubro de 2017), que visa apresentar um retrato do país a investidores estrangeiros, a estrutura da economia portuguesa é caracterizada por um elevado peso do setor dos serviços, à semelhança, aliás, dos seus parceiros europeus. Em 2016, este correspondia a 75,4% do VAB e empregava 68,6% da população ativa. A agricultura, silvicultura e pescas representavam apenas 2,2% do VAB e 6,9% do emprego,

enquanto a indústria, a construção, a energia e a água correspondiam a 22,4% do VAB e 24,5% do emprego⁴.

Na última década, para além de uma maior incidência e diversificação dos serviços na atividade económica, registou-se também uma alteração significativa no padrão de especialização da indústria transformadora em Portugal. Este saiu da dependência de atividades industriais tradicionais para uma situação em que novos setores, de maior incorporação tecnológica, ganharam peso. Numa nova dinâmica de crescimento, destacaram-se o setor automóvel e componentes, a electrónica, a energia, o setor farmacêutico e as indústrias relacionadas com as novas tecnologias de informação e de comunicação.

Ainda nos serviços, salienta-se a relevância do setor do turismo, que beneficia da posição geográfica de Portugal, usufruindo de um clima mediterrânico, moderado pela influência do Atlântico, e de uma extensa faixa costeira (AICEP, 2017: 5). O turismo tem uma elevada importância estratégica para a economia portuguesa, já que dá um importante contributo para a criação de emprego e riqueza, materializa recursos endógenos localmente e contribui para o aumento das exportações nacionais. Portugal tornou-se num dos destinos turísticos europeus atuais mais importantes e tem vindo, cada vez mais, a ganhar prémios internacionais e visibilidade crescente. Os recursos naturais, culturais e os seus produtos locais, design e qualidade são, cada vez mais, reconhecidos internacionalmente contribuindo para um ciclo virtuoso de crescimento económico e criação de emprego. A diversidade e a biodiversidade do nosso país têm levado à criação de novos produtos e de novas marcas que provocam uma maior atração dos turistas para destinos internos menos tradicionais (interior, ilhas, cidades de média dimensão) e alavancam outros setores como os da regeneração urbana, construção civil, restauração e hotelaria.

De 2000 até 2015, as exportações portuguesas cresceram ao ritmo de 4,5% ao ano, enquanto as importações cresceram apenas 2,2% ao ano, em média. Em 2016, segundo o Banco de Portugal (BdP), a economia portuguesa registou um aumento do PIB de 1,5% em termos reais, face ao ano anterior (após +1,6%, em 2015, e +0,9%, em 2014). O contributo da procura interna para a variação anual do PIB diminuiu, situando-se em 1,6% em 2016, repetindo, em grande parte, a redução da formação bruta de capital fixo e um ligeiro abrandamento do consumo privado. Em 2016, o aumento real das exportações e importações de bens e serviços foi de 4,1%, em ambos os casos (AICEP, 2017: 6).

No entanto, apesar da melhoria registada nos anos mais recentes, Portugal apresenta ainda uma economia muito baseada no consumo interno o que limita o seu crescimento. A oferta de produtos e de serviços é composta, na sua maioria, por Pequenas e Médias Empresas (PME), que, em 2016, correspondiam a 99,9% das empresas em Portugal e das quais 96,2% eram microempresas. Estas PME, entre outras debilidades estruturais, possuem um permanente défice de capitais próprios que tem implícita uma dependência financeira externa (da banca essencialmente), uma fraca e limitada capacidade de investimento e, portanto, um limitado potencial de crescimento orgânico. Por outro lado, as PME em Portugal tendem a caracterizar-se, maioritariamente, por: uma carência de investimento estratégico, designadamente em atividades de investigação e desenvolvimento, design ou marketing; uma fraca ou nula política comercial; um fraco posicionamento na hierarquia de valor acrescentado dos produtos à escala global e (talvez por efeito do somatório das características anteriores); uma frágil capacidade de internacionalização e/ou exportação dos seus produtos ou serviços.

Sendo uma pequena economia aberta, a economia portuguesa é sempre afetada pela evolução da economia

⁴ Portugal ocupa a 13ª posição mundial em termos de “Quality of overall infrastructure” de acordo com o *Global Competitiveness Report 2017-2018* do *World Economic Forum* (WEF).

internacional, designadamente da economia da zona Euro, e dela depende muito mais do que a sua capacidade de nela intervir. Neste, como em outros casos, a estrutura do contexto condiciona as opções económicas potenciais. Os ciclos de investimento e recuperação são muito dependentes da evolução económica internacional e da disponibilidade de capital financeiro. No que respeita ao consumo privado, a economia portuguesa é aberta e existe um fenómeno de termalização que faz com que o tipo de consumo se vá equalizando com as economias que nos rodeiam. Dito de outro modo, apesar do diferencial salarial existente entre a economia portuguesa e as economias mais avançadas da zona Euro, os padrões de consumo, os tipos de produtos adquiridos e o seu valor de mercado vão sofrendo uma trajetória de aproximação. O financiamento da economia é realizado, muitas vezes, à custa de financiamentos a crédito gerando um endividamento crescente que, por seu turno, põe em risco a sustentabilidade do investimento e do consumo a médio prazo.

Apesar disso, o aumento sustentado das exportações para a UE e para países terceiros, o aumento do emprego e uma descida conexa do desemprego, o aumento do investimento empresarial, o crescimento estruturado de alguns setores económicos (e.g. o turismo, o agronegócio, o têxtil e calçado, as startups tecnológicas) sugere que há uma dinâmica de crescimento na economia nacional que poderá manter-se para os próximos anos. Este momentum deve ser aproveitado e potenciado na atração de capital financeiro e de capital humano.

Numa fase de crescimento económico, a obrigatoriedade de contratação de quadros, técnicos e outros profissionais qualificados é um desafio para a economia portuguesa bem enquadrado pelo lançamento deste projeto por parte da FAEP. A possibilidade de experimentar estratégias de recrutamento como o Matchpoint ou a Rede Global da Diáspora (projeto que corporiza a continuidade da estratégia definida pela FAEP neste domínio), a integração de tecnologias como as de matching via aplicativos móveis (Match Opportunities) permitem antecipar a integração de ferramentas de recrutamento 4.0 e integrá-las nas estratégias empresariais. Um projeto como este é, porém, open ended, sem uma possibilidade de ser encerrado temporalmente. Como qualquer diagnóstico que pretende captar uma realidade dinâmica, ele desatualiza-se instantaneamente e esta constatação impele a investigação constante sobre estas realidades capaz de gerar novos ciclos de respostas num processo empreendedor em si mesmo.

Figura 7 - Resumo de Indicadores Económicos (2013-2018)

Indicadores Económicos		2013	2014	2015	2016	2017 ^(a)	2018 ^(a)
PIB	Milhões EUR	170 269	173 079	179 504	184 934	190 879	196 618
	t.v. volume	-1,1	0,9	1,6	1,5	2,5	2,0
	Milhões USD	226 135	229 936	199 160	204 703	215 694	232 009
<i>Per capita (PPS)</i>	UE 28=100	76,6	76,7	76,8	76,8	77,1	77,1
Consumo Privado	Milhões EUR	111 144	114 060	117 821	121 768	125 942	129 531
	t.v. volume	-1,2	2,3	2,6	2,1	1,9	1,7
Consumo Público	Milhões EUR	32 501	32 206	32 610	33 347	33 916	34 495
	t.v. volume	-2,0	-0,5	0,7	0,6	0,3	0,6
Investimento (FBCF)	Milhões EUR	25 122	25 993	27 417	27 478	29 392	31 124
	% do PIB	14,8	15,0	15,3	14,9	15,4	15,8
	t.v. volume	-5,1	2,3	4,5	1,6	8,0	5,3
FBCF excluindo construção	% do PIB	7,0	7,5	7,7	7,6	n.d.	n.d.
	t.v. volume	4,1	8,7	4,9	2,3	n.d.	n.d.
População	Mil habitantes	10 457	10 401	10 358	10 325	10 308	10 298
Emprego	Mil indivíduos	4 450	4 513	4 576	4 650	4 715	4 757
Desemprego	Mil indivíduos	855	726	647	573	505	469
Taxa de atividade	% população >15 anos	59,3	58,8	58,6	58,5	n.d.	n.d.
Taxa desemprego Portugal	% população ativa	16,2	13,9	12,4	11,1	9,0	8,2
Saldo Orçamental do Setor Público	% do PIB	-4,8	-7,2	-4,4	-2,0	-1,5	-1,9
Dívida Pública	% do PIB	129,0	130,6	128,8	130,1	127,7	126,2
Saldo da Balança Corrente	Mil milhões EUR	2,7	0,2	0,2	1,3	0,7	0,5
	% do PIB	1,6	0,1	0,1	0,7	0,4	0,3
IHPC - Portugal	t.v. anual	0,4	-0,2	0,5	0,6	1,6	1,4
IHPC - Zona Euro	t.v. anual	1,3	0,4	0,0	0,2	1,5	1,2

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Banco de Portugal, Comissão Europeia e Eurostat
Notas: (a) Previsões: Banco de Portugal (junho e outubro 2017), INE, Ministério das Finanças, Comissão Europeia (European Economic Forecast – Spring 2017), Banco Central Europeu (7 de setembro 2017), Ameco
Taxa de câmbio média EUR/USD: Banco de Portugal; n.d. - não disponível

2. Políticas atuais de vinculação de emigrantes

As políticas de um país com a intenção de recuperar os seus emigrados têm subjacente a consideração de que o emigrante é um recurso ou capital necessário no país de origem. A recuperação concretiza-se através:

i) do retorno físico do emigrante;

ii) ou do estabelecimento de sistemas de redes de vinculação que permitam utilizar as potencialidades económicas, científicas, sociais, culturais ou políticas dos emigrados, e/ou que permitam beneficiar de novos conhecimentos ou experiências resultantes da migração e da residência no estrangeiro. Frequentemente, ambas as formas (retorno físico e vinculação) são usadas pelos países numa estratégia dirigida no sentido de aproveitar economicamente a presença de emigrantes em diferentes países de destino. As alternativas para promover esta estratégia são múltiplas e diversas (cf. adiante), existindo entre elas variadas formas de interdependência, o que contribui para complexificar o processo de tomada de decisão sobre as medidas a adotar.

As políticas de recuperação, de um modo geral, são constituídas por: programas de retorno físico/repatriamento (as mais comuns constituem-se com etapas de previsão de retorno, assistência de emergência e inserção sócio laboral) e tendem a ter mais aplicação em casos urgentes; e por programas de vinculação (Mármora, 2002). Estes últimos são aqueles em que nos focamos neste trabalho. Os programas de vinculação também podem ter objetivos de que, no longo prazo, os emigrantes regressem. Ainda assim, depreende-se que este regresso ocorra com um maior grau de preparação, para utilizar o conceito de Cassarino (2004). Neste tipo de programas de vinculação diferidos no tempo incluem-se medidas de benefício fiscal ou financeiro (como isenções ou benefícios fiscais de investimentos mobiliários ou imobiliários) ou bonificações financeiras ao nível do aproveitamento de poupanças (e.g. contas poupança emigrante).

Os programas de retorno de emigrados têm como objetivo a sua reinserção posterior no país de origem e podem ser promovidos pelo país de origem (e.g. com o objetivo de recuperar o capital humano emigrado), mas, também, pelos países de destino, que facilitam o repatriamento para descomprimir as suas sociedades e mercados de trabalho (e.g. o apoio ao retorno com a descontinuação do programa de Gastarbeiter na Alemanha ou os programas de Apoio ao Retorno Voluntário atuais) (Mármora, 2002). Podem, ainda, resultar de um encontro de oportunidades entre país de origem e de destino, facilitando o retorno e construindo uma síntese das motivações anteriores.

O recente caso do retorno de emigrantes portugueses e seus descendentes da Venezuela ilustra a necessidade de manter planos de contingência e estruturas preparadas para estes repatriamentos (que podem ser temporários ou permanentes) e têm, muitas vezes, impactos localizados (veja-se o caso da Região Autónoma da Madeira). A potenciação destes regressos e o repatriamento do capital humano destes emigrantes regressados deve também ser objeto de planeamento estratégico. Eventos ambientais, económicos ou políticos com impacto nas comunidades portuguesas emigradas tenderão a acontecer de forma recorrente e exigem uma preparação do Estado e da sociedade portuguesa com uma concertação de políticas nacionais, regionais e locais.

Neste documento, apenas **os programas de apoio ao retorno e vinculação** estarão em discussão e serão

desenvolvidos em profundidade, já que o foco é o regresso a Portugal a partir de uma perspetiva nacional, sem prejuízo de uma recomendação no sentido de estimular a produção de memorandos de entendimento ou cooperação bilateral com os países de destino da emigração portuguesa que permitam um fácil regresso ou uma circulação migratória eficaz (e.g. com Angola, os Emirados Árabes Unidos, o Qatar, ou outros destinos maiores da recente emigração portuguesa). A exposição da política nacional relacionada com os emigrantes portugueses deveria ser clara e transparente e, obviamente, dela deveria/deverá fazer parte a construção de políticas de apoio ao retorno.

Alguns aspetos dos programas de vinculação existentes em Portugal

Os aspetos motivacionais dos programas de vinculação correspondem, nomeadamente: à participação eleitoral; à política de nacionalidade; à divulgação, comunicação e informação sobre o país de origem; às políticas de educação e ensino da língua portuguesa dirigida aos emigrantes portugueses; à disponibilização e prestação de serviços institucionais, etc. (Mármora, 2002). Portugal há muito que possui uma forte ligação às comunidades emigrantes, substanciada pela existência de estruturas políticas e administrativas cuja missão é precisamente essa (ex. a SECP; a DGACCP; o Conselho das Comunidades Portuguesas, etc.). Estas estruturas têm uma história e orgânica construída ao longo de décadas e, genericamente, são o resultado da definição de objetivos políticos e organizacionais e resultam de uma conjugação de equilíbrios interinstitucionais. Nos últimos anos, novas estruturas foram criadas (ou foram estabelecidas competências específicas em estruturas pré-existentes), de que destacamos: o Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.); o Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante (GARE); os Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), gabinetes de âmbito municipal; o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID), etc.. Todas estas entidades e instituições possuem competências próprias ou delegadas no que respeita à elaboração de políticas ou sua implementação no âmbito da emigração portuguesa e/ou do retorno de emigrantes e desenvolvem a sua atividade a nível local, nacional ou internacional.

A este respeito refira-se que as políticas do programa português de vinculação se encontram, a nosso ver, numa fase avançada de desenvolvimento a nível legislativo e regulamentar quando comparadas com outros países europeus, ainda que a sua efetiva implementação e/ou as práticas desenvolvidas nos levantem, em alguns casos, questões de avaliação de impacto, como explicaremos mais à frente.

Em primeiro lugar convém realçar o enquadramento inovador da Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 que explicitamente se refere aos emigrantes portugueses e seus descendentes. A história das migrações portuguesas transatlânticas e intraeuropeias acaba por ser integrada na principal Lei do país e enquadra os emigrantes e seus descendentes de uma forma que, à época, era progressista e, ainda hoje, é atual. Na CRP, todos os capítulos sobre Direitos e Deveres enunciados abrangem, genérica e universalmente, os portugueses residentes no exterior do território nacional (com a enunciação explícita de parcas exceções). Este enquadramento constitucional tem implicações diversas nas políticas de vinculação e retorno uma vez que, onde quer que estejam, os portugueses residentes no exterior conservam todos os seus direitos e deveres de cidadania.

Os denominados aspetos motivacionais dos programas de vinculação correspondem, nomeadamente, à participação eleitoral, à política de nacionalidade, à comunicação e informação sobre o país de origem e à política

de educação dirigida aos emigrantes portugueses e aos seus descendentes. Sem pretender uma enunciação exaustiva destacamos, nomeadamente: a existência de deputados eleitos pelos círculos da emigração; a extensão do critério do jus sanguinis para os filhos e netos de nacionais que já nasceram no estrangeiro; a assistência diplomática e consular de tendência universal para os cidadãos nacionais; a existência de um serviço público de rádio e de televisão com uma visão universalista; a existência do Instituto Camões e da promoção do ensino de língua portuguesa entre as comunidades emigrantes. São múltiplos os programas de vinculação encetados pelo Estado português. Trata-se, muitas vezes, de iniciativas unidirecionais (do Estado para os cidadãos no exterior), estando por conhecer as formas de interação que os emigrantes estabelecem com estas diferentes oportunidades de vinculação e, assim, o contributo efetivo das políticas de vinculação existentes para a promoção do engajamento da diáspora portuguesa. Nos últimos anos, algumas medidas vão fazendo avançar estas políticas da teoria à prática, mas as queixas das comunidades emigrantes nacionais quanto ao seu relacionamento com o Estado português, designadamente no seu relacionamento com os serviços consulares, não deixam de nos alertar para o caminho que ainda falta percorrer.

No que concerne os programas de promoção do regresso é mais difícil enunciar um conjunto coerente de políticas ou de boas práticas. Desde logo porque não existe uma estratégia nacional para a promoção do regresso dos emigrantes portugueses, mas apenas projetos ou programas em que os emigrantes portugueses fazem (potencialmente) parte dos grupos alvo. Exemplos podem ser encontrados em iniciativas várias como sejam: a Estratégia Nacional para o Empreendedorismo; o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora; o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante; o programa VEM, entre outras (que apresentaremos adiante com mais detalhe). A inexistência de um Plano Estratégico para a Promoção do Regresso impede que seja possível tornar coerentes medidas e iniciativas que se encontram dispersas e que, na maior parte das vezes, se revelam efémeras e de alcance limitado. Acresce que as poucas medidas e iniciativas existentes tendem a não ser comunicadas de forma eficiente, o que limita a sua aplicação, e a apresentar resultados bastante incipientes face à grande dimensão ou escala dos destinatários potenciais destas medidas. A avaliação on going e ex post destes programas e a divulgação pública dessas avaliações acrescentaria transparência e credibilidade aos programas que vão sendo criados ou recriados e introduziriam o princípio de responsabilização (accountability) nesta área. A carência de uma cultura de avaliação é uma das principais lacunas a registar o que, pela não incorporação das melhores práticas e expurgação das práticas não funcionais, impede uma otimização do sistema.

Programas de vinculação de emigrantes portugueses: a intenção *in books* ou uma prática consistente

Segurança social

Começamos por referir a existência de uma harmonização dos sistemas de Segurança Social que permite aos emigrantes que pretendam regressar e que residam num conjunto vasto de países [e.g. União Europeia, Islândia, Liechtenstein, Noruega, Suíça, ou países com os quais Portugal celebrou uma Convenção ou Acordo sobre Segurança Social Andorra, Argentina, Austrália, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Quebeque, Chile, Estados Unidos da América (EUA), Marrocos, Moldova, Reino Unido (no que respeita às Ilhas de Jersey, Guernsey, Alderney, Herm,

Jethou e de Man), Tunísia, Ucrânia, Uruguai e Venezuela], receber em Portugal as suas pensões de velhice ou pensões de reformas⁵.

O acentuado aumento da emigração portuguesa para os países industrializados da Europa, sobretudo a partir de 1960, fez com que houvesse uma integração de Portugal no processo de coordenação internacional de regimes e legislações de Segurança Social, através da celebração de instrumentos bilaterais de coordenação com países de emigração portuguesa, ou, por via multilateral, através da participação em organizações internacionais (e.g. eu, OIT). Estes instrumentos visam assegurar que haja igualdade de tratamento e unicidade da legislação e podem incluir prestações de desemprego, cuidados médicos e, em geral, as pensões^{6,7}. A responsabilidade e competência nestas matérias está concentrada no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS).

Dada a ineficácia do sistema de integração e transferência de benefícios de segurança social entre países (por exemplo, no seio da UE mas também, com muitos países terceiros) há ainda muito trabalho a fazer. A proliferação de pequenas empresas (formais e informais) a atuar nestas áreas demonstra que é possível, através da cooperação e da integração digital, melhorar e tornar mais ágil a importação para Portugal dos benefícios sociais dos emigrantes portugueses que regressam ao país.

Reconhecimento de habilitações

Um outro caso de verificação da eficiência das políticas de vinculação tem a ver com o reconhecimento de habilitações (académicas ou profissionais) obtidas no estrangeiro. Neste caso, a legislação nacional não distingue os cidadãos nacionais dos cidadãos estrangeiros, pelo que não há uma verdadeira política de vinculação, mas uma política de valorização do capital humano importado. O repatriamento e reconhecimento de habilitações obtidas no estrangeiro é uma das áreas que importa consolidar para responder com agilidade ao regresso ao país de emigrantes e para a atração de capital humano estrangeiro. Na fase atual de desenvolvimento e implementação o reconhecimento de habilitações apresenta um custo de contexto que importa reduzir através da implementação de uma estratégia simplificada de procedimentos.

A lei portuguesa prevê e regula o reconhecimento de títulos académicos estrangeiros e a equivalência dos estudos realizados em escolas estrangeiras. O reconhecimento de qualificações estrangeiras pode ser feito através de reconhecimento académico⁸ ou por reconhecimento profissional. O reconhecimento académico é um processo pelo qual uma qualificação académica estrangeira é comparada a uma qualificação portuguesa relativamente ao nível. A equivalência é um processo pelo qual uma qualificação académica estrangeira é comparada a uma qualificação portuguesa, em nível, duração e conteúdo programático. O reconhecimento profissional é

5 Cf. Regulamento (CEE) n.º 1408/71, de 14 de Junho.

Regulamento (CEE) n.º 574/72, de 21 de Março.

Regulamento (CE) n.º 859/2003, de 14 de Maio.

Regulamento (CE) n.º 883/2004, de 29 de Abril, alterado pelos Regulamentos (CE) n.º 988/2009, de 16 de Setembro, n.º (UE) n.º 1244/2010, de 9 de Dezembro, e n.º (UE) 465/2012, de 22 de Maio, e Regulamento (CE) n.º 987/2009, de 16 de Setembro, alterado pelos dois regulamentos anteriores

Regulamento (UE) n.º 1231/2010, de 24 de Novembro.

6 Mais informação disponível em <http://www.seg-social.pt/evolucao-da-coordenacao-internacional-dos-sistemas-de-seguranca-social>.

7 Recentemente o projeto MOBILEWELFARE - European welfare systems in times of mobility pretendeu compreender o papel do Estado Providência nos padrões das migrações internacionais na Europa. Este projeto tem financiamento do programa NORFACE, e liderança de Helga de Valk NIDI (Holanda) e participação do IGOT-UL.

8 No que respeita a reconhecimento de graus de ensino superior cf. [Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho](#). Ver também <https://dre.pt/application/file/a/107745644> e <http://www.dges.gov.pt/pt/noticia/regulamento-do-processo-de-registo-de-graus-estrangeiros-ao-abrigo-do-decreto-lei-no-3412007>.

a autorização, por parte de uma autoridade competente (Ministério, Ordem Profissional, etc.), para o exercício de uma determinada profissão ou atividade profissional regulamentada⁹. A responsabilidade e competência nestas matérias está dispersa por vários ministérios, nomeadamente: Ministério da Economia, no que respeita a intervenções do IEF; Ministério da Educação ou Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no que concerne os diplomas académicos.

Responsabilidades partilhadas no relacionamento com os emigrantes

Em termos institucionais, a responsabilidade política dos assuntos da emigração encontra-se atualmente dividida entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Presidência do Conselho de Ministros (que tutela o Alto Comissariado para as Migrações, ACM,I.P.), numa orgânica que vem de governos anteriores, mas que não foi ainda alterada (Decreto-Lei 31/2014 de 27 de fevereiro)¹⁰.

Relativamente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, a maior parte da informação e das suas incumbências encontra-se disponível no novo portal diplomático (<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt>). Em paralelo, a Secretaria de Estado das Comunidades disponibiliza o Portal das Comunidades (<https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/>), onde constam todas as informações da rede consular, através da qual se presta apoio aos portugueses residentes no estrangeiro.

No separador “Quem somos”, não consta a descrição da missão deste organismo do Estado pelo que não é possível compreender qual o alcance atual das suas responsabilidades nas políticas de vinculação. Muita da informação sobre as responsabilidades específicas de cada uma das instituições no que respeita à emigração não está suficientemente explícita nem explicada. Um exemplo claro tem a ver com a existência de “zonas cinzentas” de responsabilidade e responsabilização que importaria clarificar.

À Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP)¹¹, na dependência da Secretaria de Estado das Comunidades, compete a coordenação e execução da política de apoio à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro. Um terceiro portal denominado Portal das Comunidades Portuguesas / Vistos (<http://www.secomunidades.pt/vistos/>), na dependência do Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, tem como foco a atribuição de vistos para entrada e permanência em território nacional.

Ainda no Ministério dos Negócios Estrangeiros, é possível encontrar um conjunto de organismos do Estado, de Gabinetes especializados ou outros órgãos que têm como missão um inter-relacionamento entre o Estado português e os emigrantes. Do Portal das Comunidades consta, especificamente, uma ligação para: o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID) (que especificamos na secção sobre empreendedorismo); os Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), estruturas que estão sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros (é importante referi-los porque têm atribuições com relevância nas políticas da emigração/vinculação de portugueses no estrangeiro); e o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP)¹², órgão consultivo do Governo português para as políticas relativas à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro.

9 Informação consolidada e atualizada pode ser encontrada no portal <https://www.study-research.pt/pt>

10 Cf. <https://dre.tretas.org/dre/315776/decreto-lei-31-2014-de-27-de-fevereiro>

11 Cf. Decreto-Lei n.º 53/94 de 24 de Fevereiro

12 Criado em 1980 cf. Decreto-Lei n.º 373/80 de 12 de Setembro

Os GAE¹³ resultam de Acordos de Cooperação entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP) e as Câmaras Municipais e têm como missão a criação de uma estrutura de apoio local aos munícipes que tenham estado emigrados, que se encontrem a preparar o regresso ou que residam nos países de acolhimento (emigrantes, ex emigrantes, residentes ou não em Portugal, e/ou Luso-descendentes) e respondem às questões colocadas pelos emigrantes relativamente ao regresso e reintegração nas vertentes social, jurídica, económica, investimento, emprego, estudos, entre outras. Existem atualmente 100 GAE em Câmaras Municipais que celebraram protocolos com a DGACCP.¹⁴ Entre as competências específicas dos GAE está o apoio e orientação de emigrantes, ex emigrantes e/ou Luso-descendentes que pretendam criar empresas no município. Enquanto GAE de 2ª geração - como são referidos no Portal das Comunidades -, pretende-se que articulem com o GAID e dinamizem as potencialidades dos concelhos junto das comunidades portuguesas. Os objetivos dos GAE são *“informar todos os portugueses dos seus direitos sobre os países de acolhimento, apoiar no regresso e reinserção em Portugal, contribuindo para a resolução dos problemas apresentados, de forma rápida, gratuita e personalizada, facilitando o seu contacto e articulação com outros serviços da Administração Pública Portuguesa”*¹⁵.

O GAID (Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora) tem como missão identificar, apoiar e facilitar o micro e pequeno investimento com origem nas Comunidades Portuguesas e Luso-descendentes dirigido a Portugal, acompanhar projetos em curso ou em perspetiva e estimular e orientar as iniciativas de internacionalização de empresas de base regional de dimensão micro e pequena. O GAID é um gabinete (ainda em desenvolvimento e consolidação), com sede em Lisboa, e, por enquanto, sem uma presença nas representações diplomáticas portuguesas no exterior, o que limita o seu potencial de atuação.

No que diz respeito às atribuições do ACM, I.P., da Presidência do Conselho de Ministros, estas são recentes e derivam das transformações do padrão migratório português e da intensificação mais recente da emigração, concretizando o objetivo do Programa do XIX Governo Constitucional (2011-2015) de impulsionar a ligação efetiva entre Portugal e os cidadãos residentes no estrangeiro. Sendo até então (2015) da competência exclusiva do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Secretário de Estado das Comunidades, há dimensões da política emigratória que estão incluídas no alargamento das atribuições do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. realizado em 2015, (que passou por isso a designar-se Alto Comissariado para as Migrações) e deixou, por essa via, de estar circunscrito aos assuntos da imigração.

As atribuições do ACM, I.P. relativamente à emigração são: *“cooperar com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através de uma abordagem integrada às dinâmicas de emigração e imigração e respetivas diásporas, designadamente em ações que apoiem, incentivem e acompanhem o retorno de cidadãos nacionais emigrantes no estrangeiro ou reforcem os seus laços de vínculo a Portugal; (...) Celebrar protocolos com entidades públicas ou privadas em todas as matérias com relevo para a captação, fixação e integração de migrantes, designadamente no que respeita ao emprego, à formação e inserção profissional, ao empreendedorismo, à mobilidade migratória, à mediação sociocultural, à habitação, saúde e educação, tendo em vista o co desenvolvimento local e regional, a mobilização de competências e a inclusão económica e social”*¹⁶.

O Plano Estratégico para as Migrações - PEM (Resolução de Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março) regista as medidas para a concretização do objetivo estabelecido no programa do governo supracitado. Os objetivos específicos deste eixo visam *“ações e programas, em articulação estreita com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que promovam, acompanhem e apoiem o regresso de cidadãos nacionais emigrados no estrangeiro ou o reforço dos seus laços de vínculo a Portugal, contribuindo por essa via para a reversão do movimento emigratório de cidadãos portugueses para o estrangeiro”*.

O Plano Estratégico para as Migrações 2015 - 2020, com um horizonte temporal que coincide com os fundos comunitários, contém um conjunto de medidas para incentivar, acompanhar e apoiar o regresso dos cidadãos nacionais emigrantes. De entre estas medidas, algumas estão já delineadas, outras estarão ainda a aguardar uma decisão política. Em traços gerais, podem enquadrar-se em cinco áreas distintas:

1. Apoios à contratação de desempregados que pretendam regressar a Portugal para trabalhar, que se irão concretizar no apoio a *“encargos salariais e não salariais”*.
2. Apoios à criação de emprego por conta própria de emigrantes que desejem regressar a Portugal para trabalhar.
3. Apoios a estágios profissionais: aplica aos emigrantes desempregados a possibilidade de aderirem ao programa de estágios *“Reativar”*, lançado recentemente em Portugal, sendo quantificado também o período em que essa pessoa esteve inscrita como desempregada *“num país terceiro”*.
4. Apoios para projetos de empreendedorismo em território nacional, através da *“concessão de subvenções com montantes definidos”*, para o lançamento de atividades, realização de projetos e negócios. Embora os limites máximos ainda não estejam definidos, o teto para essas verbas deverá ficar entre os 10 mil e os 20 mil euros.
5. Apoios para resgatar talentos portugueses na emigração. Para cumprir a meta de atrair estudantes, investigadores e doutorados serão concedidas bolsas de estudo, bolsas de doutoramento, de doutoramento empresarial e de pós-doutoramento.

O eixo respeitante aos emigrantes inclui 14 medidas, 21 ações e 19 indicadores, cujo período de execução se situa entre 2015-2020. Os objetivos globais das ferramentas do PEM relativas aos emigrantes portugueses são, conforme consta da apresentação do mesmo no separador *“Portugueses”*¹⁷ no portal do ACM, I.P.: *“reequilibrar o saldo migratório, através da reentrada de pessoas que haviam saído; promover e facilitar o processo de acolhimento de emigrantes socialmente vulneráveis em território nacional; envolver os profissionais e talentos portugueses emigrados, ou os novos cidadãos luso-descendentes, cuja valorização académica e profissional no estrangeiro constitua uma mais-valia para os próprios e para o país; criar e promover os incentivos e condições existentes para o regresso de cidadãos emigrados a Portugal, respondendo à sua mobilidade de forma positiva e contribuindo para a captação e remigração de profissionais, trabalhadores e empreendedores portugueses; fortalecer a relação entre as instituições governamentais, as comunidades portuguesas e stakeholders num trabalho conjunto”*. Uma das pechas deste Plano é o de não ter envolvido o tecido empresarial na sua implementação, o que limita a sua disseminação pelo território e pelas diferentes áreas da economia.

Para monitorizar as medidas e ações inscritas no eixo V do PEM, que pretende reforçar a ligação, o acompanhamento e o apoio aos cidadãos portugueses emigrantes que querem regressar, foi criado o Gabinete de Apoio ao

13 Mais informações disponíveis em: <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/gabinete-de-apoio-ao-emigrante-gae>.

14 A lista completa dos GAE pode ser consultada em: https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/PDFs/GAEs_protocolados_1.pdf.

15 De acordo com informação em: <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/gabinete-de-apoio-ao-emigrante-gae>.

16 Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro de 2014, art.º 3.º, alíneas g) e j)

17 O separador *“Portugueses”* no Portal do ACM, I.P. está disponível em: <http://www.acm.gov.pt/portugueses>.

Regresso Emigrante (GARE).¹⁸ Trata-se de uma estrutura na dependência do ACM, I.P., que, além de monitorizar, responde às dúvidas e questões dos portugueses emigrantes, nomeadamente, as que haja relativamente a instrumentos de política nesta matéria, como a Plataforma de Mobilidade Profissional Global, o concurso VEM ou a Capacitação de Empreendedores Emigrantes.

Antes de prosseguirmos com os detalhes de alguns instrumentos de política promovidos pelo ACM, I.P., é importante sublinhar que estes se encontram disponibilizados online desde que se procedeu ao alargamento das competências deste organismo aos assuntos da emigração. Concretiza-se, assim, a medida 99 do PEM, relativa à “promoção de políticas de apoio ao regresso dos cidadãos nacionais, através da divulgação de informação relacionada com as questões inerentes ao regresso e reinserção em todas as suas vertentes: social, jurídica, económica, investimento, emprego, educação, fiscal, administrativa, etc.”. Há pouca documentação sobre estas medidas e a que existe está vertida nos portais da internet das instituições envolvidas. Por exemplo, sobre as competências do ACM, I.P. nesta matéria é possível consultar a (nova) área relativa a “portugueses”¹⁹, num portal (do ACM, I.P.) que agrupa informação útil para os portugueses que pretendam regressar a Portugal ou manter-se ligados ao país.

Logo à entrada desse separador Portugueses, surgem hiperligações para iniciativas de empreendedorismo como o Concurso 50/50, mas também para o Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante (GARE). No rodapé da página, mantendo a preocupação em responder a quem pretende regressar, surgem hiperligações para as respostas às perguntas: “Estou abrangido pela segurança social no país onde trabalho. Como posso saber se mantenho os benefícios sociais quando regressar a Portugal?”; “Quero regressar. Como posso matricular os meus filhos na escola?”; ou “Como provo a minha residência fiscal em Portugal junto de outro Estado para evitar dupla tributação?”.

A forma como os separadores, a partir dessa página, se organizam responde a quem pretenda reingressar no mercado de trabalho (trabalhar) ou investir no país (empreender). As iniciativas e os projetos relativos a empreender, que são diversos, colocamo-las, neste estudo, no ponto sobre as políticas de apoio ao empreendedorismo. Referimos, por agora, as medidas de política divulgadas para quem pretenda trabalhar e as que não são diretamente relacionadas com o empreendedorismo.

Regressar a Portugal para aqui trabalhar

Quem pretenda saber o que é preciso para (re)ingressar no mercado de trabalho tem ao seu dispor, por um lado, o reencaminhamento para páginas no portal que não são distintas das que se dirigem a imigrantes. Incluem informação detalhada sobre vistos, direitos e deveres dos trabalhadores e sobre como proceder para obter o reconhecimento e equivalência de qualificações estrangeiras.

A Plataforma de Mobilidade Profissional Global

Também pode obter informação sobre uma rede de profissionais portugueses residentes no estrangeiro, a Plataforma de Mobilidade Profissional Global²⁰, que consiste numa rede que integra múltiplas áreas de es-

pecialização profissional e funciona como uma bolsa de emprego e oportunidades capaz de apoiar e melhorar a mobilidade de profissionais portugueses pelo mundo, seja qual for a sua área de especialização. Esta plataforma surge no âmbito do Eixo V do Plano Estratégico para as Migrações (PEM), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros, n.º 12-B/2015, de 20 de março. Integra um conjunto de medidas orientadas para o apoio ao regresso e à reintegração de cidadãos nacionais emigrados, bem como para o reconhecimento e valorização dos talentos portugueses que vivem no estrangeiro.

Os primeiros passos na criação desta plataforma foram dados entre o ACM, I.P., a Ordem dos Engenheiros e a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), em abril de 2015. Posteriormente, a Ordem dos Enfermeiros também se associou à plataforma, mas, por inerência da Ordem pioneira, os engenheiros foram os primeiros profissionais a juntar-se-lhe. Nesta altura, agrega menos de duas centenas de perfis profissionais, a maioria dos quais residentes em Portugal que pretendem uma experiência profissional no exterior.

A Plataforma de Mobilidade Profissional Global é, além de uma bolsa de emprego, uma rede que pretende: estimular a ligação e contacto entre profissionais residentes em Portugal e no estrangeiro; promover o contacto e encontro entre empregadores e profissionais; acompanhar os profissionais portugueses independentemente de onde estejam; promover a realização de estudos e debates que aprofundem o conhecimento da mobilidade profissional e as oportunidades que daí resultem; conhecer os recursos humanos portugueses qualificados e as suas competências e percursos.

Nesta lógica de rede, a Plataforma de Mobilidade Profissional Global apresenta-se como uma “ferramenta online de apoio à contratação de portugueses altamente qualificados que residam no estrangeiro, tendo como objetivo promover e divulgar oportunidades de trabalho em Portugal e no exterior, na qual poderão inscrever-se, numa primeira fase, candidatos migrantes licenciados ou pós-graduados em Engenharia e Enfermagem à procura de emprego, empresas nacionais e internacionais que desejem recrutar este tipo de profissionais e empresas nacionais que pretendam internacionalizar-se”²¹.

Mentores para Migrantes

O Programa Mentores para Migrantes consiste num outro instrumento de política de vinculação, neste caso incluído no separador “Ligue-se a Portugal”, por sua vez dentro do separador “Portugueses”, no portal do ACM, I.P.²² Em termos de política constitui, juntamente com o Concurso 50/50 (que se descreve na seção sobre o empreendedorismo), a internacionalização do Programa Escolhas e a divulgação de redes sociais promovidas para portugueses que se encontram fora (Plataforma Português Online e Aplicação Portugal Lá Fora), o conjunto de iniciativas que se pretende que consolidem o sentimento de pertença ao país. A iniciativa é fomentada pelo ACM, I.P., já estava prevista na medida n.º 102 do PEM, e traduz o alargamento de um programa que visava promover o encontro entre voluntários portugueses e cidadãos imigrantes a residir em Portugal, já implementado por todo o país através de um conjunto de parceiros locais. O encontro entre mentores e mentorados é feito numa plataforma que se encontra disponível online²³.

Este programa consiste em encontrar o mentor certo para ajudar a responder a necessidades específicas de cada

18 Mais informações disponíveis em: <http://www.acm.gov.pt/-/intro-gabinete-de-apoio-ao-empendedor-migrante>.

19 Disponível em: <http://www.acm.gov.pt/portugueses>.

20 Disponível em: <http://mobilidadeglobal.org/>.

21 Disponível em: <http://mobilidadeglobal.org/plataforma-de-mobilidade-profissional-global/>.

22 Mais informações disponíveis em: <http://www.acm.gov.pt/-/programa-mentores-para-migrantes>.

23 A plataforma está disponível em <https://mentores.acm.gov.pt/home>.

português que pretenda regressar ao país. Pensa-se que, ao ser apoiado, acompanhado e orientado, o mentorado terá mais facilidade em ultrapassar as dificuldades e preocupações que dificultam a reintegração e a iniciativa em Portugal. O mentor é um voluntário disposto a apoiar e comprometido a orientá-lo para que consiga resolver os problemas dos potenciais regressados e encontrar as soluções que melhor respondam às suas necessidades. Trata-se de voluntários provenientes das mais diversas áreas profissionais, com experiências pessoais igualmente variadas, que se disponibilizam a partir de diversas regiões do país. Esta diversidade permite encontrar o apoio mais adequado à realidade de cada mentorado: i) alguém com uma ideia inovadora que precisa de orientação para desenvolver um plano de negócio; ii) alguém que deverá melhorar o seu curriculum para poder candidatar-se a novos desafios; iii) alguém que pretende encontrar a faculdade e o curso certo para estudar em Portugal.

Internacionalização do Programa Escolhas

Um terceiro instrumento que faz parte da política de recuperação de emigrantes, modalidade de vinculação não relacionada com empreendedorismo, traduz-se na internacionalização do Programa Escolhas (PE)²⁴, que resulta de alterações ocorridas nos últimos anos na sociedade portuguesa, nomeadamente a constatação de elevados fluxos migratórios onde os projetos financiados pelo PE intervêm. No âmbito das atribuições do ACM, I.P. que contemplam ações destinadas a emigrantes portugueses residentes no estrangeiro, promovidas em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), tiveram início em 2016, em fase piloto, projetos a implementar fora do território nacional, em países com uma representação forte de emigrantes portugueses e junto de entidades com reconhecimento e destaque na área do acolhimento de jovens emigrantes. Os projetos estão incluídos na 6ª geração do Programa Escolhas, no triénio 2016-2018. Assim, foi celebrado um Protocolo de Cooperação entre a Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo e um outro com o Centro Português de Apoio à Comunidade Lusófona, em Londres.

Plataforma Português online

Para que os emigrantes possam estar/continuar vinculados a Portugal, a manutenção da língua, ou aquisição da língua - nomeadamente por parte de descendentes - é uma condição que se afigura necessária, não só porque a informação sobre as políticas migratórias que descrevemos, e os seus agentes, comunicam em português, mas também para que a (re)integração no regresso seja bem-sucedida. Deste modo, importa referir a iniciativa "Plataforma Português online"²⁵, disponível desde maio de 2016.

Esta plataforma constitui uma ferramenta que apresenta conteúdos que possibilitam a aprendizagem do português europeu por adultos falantes de outras línguas, o que também permite responder às necessidades dos refugiados que são acolhidos em Portugal. Trata-se de um manual para o ensino e a aprendizagem do português e, também, permite ao utilizador praticar a língua nas atividades linguísticas de compreensão da oralidade, da leitura e da produção escrita. Os conteúdos estão disponíveis em dois níveis, A e B, conforme o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas QECR, produzido pela Unidade de Política Linguística do Conselho da Europa, e orientam o ensino e a avaliação das línguas no contexto europeu e também em outros países de outros continentes.

²⁴ Conforme informação disponibilizada em: <http://www.acm.gov.pt/-/internacionalizacao-do-programa-escolhas>.

²⁵ A plataforma encontra-se disponível em: <http://www.acm.gov.pt/-/plataforma-ppt>.

Portugal Lá Fora

No que se refere a iniciativas recentes de política para que os emigrantes portugueses se mantenham ligados a Portugal, importa referir a Aplicação Portugal Lá Fora,²⁶ lançada pelo ACM, I.P., em 2015, para iOS e Android. Visa promover a comunicação, a integração e a interação dos portugueses que circulam pelo mundo, quer dos emigrantes, quer dos que residem e dos que querem regressar a Portugal. Constitui-se, também, como uma plataforma que promove o acesso a serviços e informações relevantes de âmbito diverso para os emigrantes, com recurso a geolocalização, como embaixadas ou postos consulares, associações de emigrantes, centros de línguas, espaços de lazer e serviços, para que os portugueses possam, de forma expedita, saber: onde encontrar assistência médica; conhecer as burocracias locais (como abrir contas de água, luz, quais os descontos obrigatórios e descontos a pagar, etc.); ficar a par dos passos necessários para abrir um negócio.

Plataforma Empresarial e da Diáspora 560.pt

Com uma missão algo diferente das iniciativas referidas até agora, foi lançada, em 2015, a plataforma 560.pt, com o objetivo de agilizar e promover a internacionalização das empresas portuguesas e potenciar o papel da diáspora enquanto agente dinamizador neste processo, reunindo empresas e produtos, empresários, homens de negócios e personalidades que se destacam em várias áreas, como a cultura, a economia, o desporto ou a política (www.560emnegocios.pt ou www.560inbusiness.pt).

O nome - 560.pt - remete para o código de Portugal no sistema internacional de catalogação de produtos, geralmente conhecido como código de barras, e que significa que um produto é produzido em Portugal. A montra de empresas está disponível para consulta de qualquer utilizador da internet, mas a informação relativa à diáspora apenas pode ser vista por utilizadores devidamente registados, sendo o uso da plataforma totalmente gratuito.

A criação desta plataforma envolveu o gabinete do secretário de Estado das Comunidades, os serviços da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, a rede diplomática e consular, a AICEP e respetiva rede no estrangeiro e o polo TICE.PT - Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica.

Em suma, podemos afirmar que, recentemente, com o PEM, foi criada, pela primeira vez, uma diversidade de instrumentos de política com a preocupação de vincular e recuperar emigrantes. Estes parecem cobrir os domínios necessários identificados pelos estudos sobre a temática do retorno. Porém, e sendo na sua maioria um conjunto de iniciativas com um período curto de experimentação, é possível que necessitem de ajustamentos e, parece-nos que ainda mais do que isso (embora esta hipótese careça de confirmação em estudos posteriores), de divulgação junto de potenciais destinatários. Mas, há várias outras razões que justificam algumas reservas e que aconselham a uma avaliação das diferentes iniciativas referidas. A dispersão de competências por várias entidades. O investimento inicial que, na maioria dos casos, não tem continuidade. A falta de uma estrutura dedicada que encare o retorno dos emigrantes como missão. A falta de conhecimento sobre a emigração e os emigrantes. A incapacidade e agilidade para dar respostas aos problemas reais dos emigrantes qualificados ou empreendedores. Neste domínio, a prioridade tem que ser a reorganização dos programas existentes e a construção de uma estratégia de médio ou longo prazo que permita responder às necessidades desta temática.

²⁶ Disponível para descarregar no endereço: <http://www.portugallafora.pt/>.

3. *Necessidades das empresas e das regiões e o regresso dos emigrantes*

Uma primeira necessidade que parece urgente realçar é de **reverter processos de desertificação do interior e de envelhecimento e rarefação de jovens** de que uma grande parte de municípios padece. Não resolvendo o problema, mas contribuindo para não o agravar, estariam a criação de medidas de atração de população jovem - e inerentes campanhas de divulgação - das quais também os emigrantes que correspondessem aos requisitos poderiam ser destinatários.

Uma vez que 90% dos portugueses que regressam acabam por se fixar na região onde sempre viveram, é importante que os GAE passem também pelo acompanhamento dos emigrantes que pretendem investir em Portugal. Embora este não seja o raio de ação principal dos GAE, a sua inserção numa estratégia de promoção de projetos de desenvolvimento à escala regional deverá constituir uma mais-valia destas estruturas espalhadas pelo território nacional. Neste sentido, as medidas de incentivo ao investimento nos seus territórios que os municípios já têm (que não excluem os potenciais emigrantes que pretendam regressar), podem ser informadas a partir dos cerca de 100 GAE existentes²⁷. Apresentaremos alguns exemplos a seguir.

Nos *focus group* realizados no âmbito deste projeto Empreender 2020 (ver nota metodológica) com diversos autarcas das regiões Centro e Norte, a preocupação com o estancar da saída de regiões que têm registado importantes processos de declínio populacional foi uma das questões mais debatidas. Os constrangimentos que a perda de população cria ao desenvolvimento económico e social das áreas do interior tem conduzido diferentes autarquias a construir formas de relacionamento com os seus cidadãos no exterior. Na última década, têm-se multiplicado as oportunidades de contacto entre os empresários de vários municípios portugueses e empresários portugueses a residir no estrangeiro. Muitas destas ações partem da iniciativa das autarquias (isoladamente ou em associação com outras) que, com a colaboração das Câmaras de Comércio ou de Associações de Emigrantes, organizam momentos de contacto entre ambos os grupos de empresários. Como é reconhecido por diferentes interlocutores, estes eventos têm permitido estimular a ligação entre empresários residentes em Portugal e no estrangeiro, contribuindo para o desenvolvimento empresarial, sobretudo de PME, durante o período de crise económica e financeira que o país conheceu nos últimos anos, contribuindo para o aumento das exportações dessas empresas e para apoiar o seu processo de internacionalização. Neste sentido, refira-se, a título de exemplo, os acordos de cooperação orientados para o investimento produtivo em Portugal assinados entre a Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa e os municípios de Caminha, Penafiel, Vila Pouca de Aguiar, Idanha-a-Nova, Viana do Castelo, Viseu, Batalha, Faro, Chaves, Valpaços, Cascais, Fundão, Região Autónoma da Madeira, Vila de Rei, Ferreira do Zêzere e Pombal.

A existência destas iniciativas assume uma importância significativa para o desenvolvimento económico das regiões e para promover, fora de portas, as potencialidades existentes nos conselhos demograficamente mais débeis. Denota-se, contudo, que, nem sempre, as regiões dispõem de informação atualizada sobre os mercados junto da diáspora portuguesa e de redes de contactos suficientemente consolidados que permitam a sustentação de redes de promoção do investimento (de empresas portuguesas no exterior, ou de empresas de

²⁷ Ver https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/Coordenadas_GAE_PORTAL_04-01-2018.pdf

portugueses no exterior em Portugal). A criação de ‘embaixadores da diáspora’, referida num dos focus group, permitiria, segundo alguns participantes, contribuir para a promoção de um maior inter-relacionamento entre a diáspora e o desenvolvimento local, potenciando processos de criação empresarial e de internacionalização da economia. A identificação destes ‘embaixadores’ que serviriam como agentes facilitadores de contactos e informações constituiria, assim, uma estratégia de intensificar o aproveitamento do potencial existente nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Paralelamente à intensificação do relacionamento com os empresários portugueses residentes noutros países, vários municípios (ou associações de municípios) têm apostado na implementação de sites web que permitam a divulgação de oportunidades de emprego e de negócio a nível regional. Também neste caso, as iniciativas realizadas, frequentemente, de forma isolada pelos municípios, beneficiariam de um esforço de articulação entre diferentes municípios, associações regionais, empresariais, etc., de modo a estimular o desenvolvimento de efeitos de escala decorrentes da utilização dos conhecimentos e redes de contactos de diferentes entidades. Ou seja, mais do que o desenvolvimento de múltiplos sites individuais e isolados, seria de beneficiar a integração da informação e dos serviços num portal que agregue ferramentas que contribuam para a construção de um relacionamento eficaz e eficiente entre os municípios e empresas e a diáspora portuguesa.

A promoção do desenvolvimento empresarial das regiões tem, nas últimas décadas, contribuído para a construção de parques industriais, empresariais ou de incubadoras de empresas em diversos municípios. A informação sobre a dispersão territorial destes espaços não é facilmente acessível aos potenciais investidores. A sua sistematização constitui uma necessidade cuja satisfação aproveita aos municípios e aos emigrantes que pretendam investir em atividades empresariais.

Outra necessidade identificada pelos municípios relaciona-se com as insuficiências decorrentes de processos burocráticos centralizados e a limitada autonomia que, em diversas matérias importantes na promoção do desenvolvimento regional, é atribuída às entidades municipais. Neste sentido, a atribuição de maiores competências aos municípios (ou a regionalização das competências que atualmente se encontram centralizadas na capital, ou nas capitais das regiões de coordenação) e a descentralização de serviços constitui uma exigência recorrente dos autarcas e empresários.

Projetos de âmbito local

No que se refere a projetos de âmbito local, alguns municípios portugueses têm projetos que promovem a criação de redes com a emigração portuguesa e prestam apoio e acompanham o regresso. Alguns exemplos estão disponíveis no portal do ACM e reproduzimo-los aqui por terem, na sua maioria, uma vertente de apoio ao empreendedorismo. Encontram-se iniciativas em Braga, Lisboa, Sabugal, Santa Maria da Feira, Mealhada e Vila Real. Em Braga, o programa InvestBraga²⁸ tem como objetivo apoiar as empresas na sua instalação, visando o aumento do emprego e a criação de um polo para startups. A InvestBraga pretende colocar a cidade no circuito dos investidores nacionais e internacionais e atrair negócios tradicionais, mas também os inovadores, procurando atrair empreendedores portugueses emigrados e apostando no facto de esta ser a única região do país que não está a envelhecer, o que significa que prevalece a mão-de-obra mais jovem e qualificada.

Em Lisboa é de referir a Lisbon Business Connections,²⁹ uma rede de conectores e de parceiros da capital que, através da participação em reuniões e eventos, e beneficiando da interligação a uma plataforma digital, podem contribuir com contactos, ideias e projetos para reforçar a capacidade de atração de Lisboa. A missão é atrair para a cidade missões estrangeiras que estejam a expandir-se internacionalmente através de uma rede de intermediários que podem ser gestores, investigadores ou qualquer outra pessoa que considere ter a possibilidade de atrair projetos para a capital portuguesa.

Ainda em Lisboa, a Invest Lisboa, a agência de promoção económica e de captação de investimentos de Lisboa. Fundada em 2009, a Invest Lisboa resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, com o objetivo de promover e captar investimentos, empresas e talentos para Lisboa. Conta também com o apoio da AICEP e o patrocínio da Baía do Tejo uma empresa de gestão territorial e de parques empresariais.

No concelho do Sabugal, existe, em projeto, a Rede Sabugal Primus, promovido pela Câmara Municipal do Sabugal junto da emigração portuguesa com ligações familiares, comerciais, culturais, científicas ou de afetividade ao concelho do Sabugal. Estas pessoas devem ser reconhecidas nos meios em que pertencem em termos de mérito profissional, associativo, social, académico, cultural ou de divulgação e valorização do concelho, dos seus produtos e amenidades.

O município de Santa Maria da Feira desenvolveu um espaço virtual de negócios ativo e colaborativo onde empresas e pessoas estabelecem uma rede de oportunidades com objetivos de estimular a economia local. Esta plataforma “business network” designa-se “Bizfeira”³⁰ e pretende aproximar empresas e cidadãos de todo o mundo que desejem desenvolver contactos e negócios com empresas e cidadãos da Feira.

28 Mais informações disponíveis em <http://www.investbraga.com/index/index.php>.

29 Mais informações disponíveis em <http://lisbonconnections.pt/>

30 Mais informações disponíveis em <http://www.bizfeira.com/pt/sobre-nos/>.

4. Potencial de regresso dos migrantes

Quando regressam ao país de origem, os migrantes tendem a estabelecer-se nas regiões de onde partiram. Deste modo, e retomando os dados de caracterização geográfica dos emigrantes que responderam ao inquérito realizado no âmbito deste projeto Empreender 2020 (ver nota metodológica e documento de diagnóstico), podemos observar que Lisboa, com 40%, e o Porto, com 18,7%, serão os distritos de origem que mais potencial de atração terão para emigrantes que pretendam regressar. Deste modo, e a pretender-se investimentos e desenvolvimentos noutras regiões, será necessário canalizar atrativos para elas.

Tendo em consideração que a intenção de regresso assertiva é de cerca de 30% e que 34% dos inquiridos não pretendem regressar, ainda há um potencial de regresso importante, pois ainda mais cerca de 1/3 de emigrantes poderá decidir-se pelo regresso, já que as suas respostas foram ambivalentes. Mesmo entre os que afirmam não pretender regressar, sabemos que pode haver imponderáveis que poderão conduzi-los ao regresso, nomeadamente condições que se alterem na sociedade de acolhimento, pelo que a estratégia de atração deverá ser variada e contemplar todos os aspetos possíveis na avaliação do processo de decisão.

Da análise de intenções de regresso por país de residência vimos que o maior potencial de regresso relativamente ao conjunto encontra-se entre emigrantes residentes em Angola, Luxemburgo, Reino Unido, Brasil e Suíça, se considerarmos que aí encontramos proporções de intenções assertivas iguais ou superiores às encontradas para a globalidade dos inquiridos.

Sabendo que os emigrantes apontam como principal fator de influência no regresso o facto de poderem estar próximo de família e amigos (relembramos que foram 70% de referências), e que o contacto com estes será regular e permitido pelas redes sociais, e por modos de contacto com voz e imagem, como o Skype ou o Whatsapp, pode ser importante potenciar estes canais de informação que se estabelecem nas redes informais de amizade e parentesco para a divulgação das políticas de vinculação ou estímulo ao regresso existentes. Da mesma forma, autores diversos, como Lang e colaboradores, referem que os decisores políticos devem fazer mais esforços para utilizar estas redes (fazendo inquéritos aos emigrantes e mantendo contactos regulares com associações de emigrantes, por exemplo), para avaliar as necessidades e as competências dos emigrantes e considerá-las na elaboração de políticas (Lang et al., 2014). O uso dos dados já disponíveis e a sua análise em tempo real através das tecnologias de análise de big data são também aconselháveis e permitiriam obter informação relevante e monitorizar as alterações e dinâmicas destes grupos. Os dois observatórios oficiais que trabalham com as migrações em Portugal Observatório da Emigração (OeM) e Observatório das Migrações (OM) devem, em nosso entender, evoluir para uma fase mais proativa na recolha e tratamento das informações agora disponíveis em resultado da digitalização da nossa vida social. No essencial trata-se de seguir a máxima de 'conhecer para agir'. Não tendo conhecimento atualizado sobre as comunidades emigrantes e, sobretudo, sobre as perspetivas futuras dos emigrantes, será difícil elaborar estratégias que integrem os projetos futuros dos emigrantes. As iniciativas neste âmbito devem, por isso, assentar num trabalho colaborativo e participado com os emigrantes.

5. *Necessidades dos migrantes para regressarem*

Informação atual e fidedigna

Em situações de regresso que não sejam de urgência, como os repatriamentos, os emigrantes tenderão a querer voltar ao país de origem com condições sociais e económicas mais atrativas, se a ausência destas foi o que provocou a sua saída. Embora a grande maioria dos emigrantes inquiridos no inquérito realizado no âmbito deste projeto, tenha referido como razão para emigrar, a pretensão de ter uma experiência nova, quando perguntamos que fatores impedem o regresso são-nos dadas pistas sobre o que poderá ter estado na origem das suas saídas ou, pelo menos, o que faz com que não regressem a Portugal. Assim, teremos de perceber que a instabilidade económica foi referida em quase 40% de respostas sobre os fatores impeditivos ao regresso e que os baixos salários ou as poucas oportunidades de carreira foram referidos, respetivamente, por cerca de 52% e 58% dos que responderam à mesma questão. Estas são questões estruturais, cuja alteração tende a acontecer ao longo de décadas.

Com estas ideias como referência, poderíamos apontar como uma primeira necessidade dos potenciais regressados uma eficaz comunicação da situação socioeconómica do país, com uma caracterização minuciosa e atualizada ao nível dos principais indicadores de desenvolvimento ao nível, pelo menos de NUTS III ou concelhio. Esta caracterização deve servir como oportunidade para poderem aperfeiçoar-se medidas de políticas, programas e projetos já existentes. Tal contexto fornece uma base de confiança para o investimento e desenvolvimento de negócios, por um lado, e boas perspetivas no sentido de uma reintegração bem-sucedida no mercado de trabalho, por outro. Perante condições objetivas, ponderáveis e verificáveis, os recursos que os migrantes trazem podem ser fertilizados e impulsionar o crescimento, e ainda mais se a origem destes recursos (o facto de virem de emigrantes regressados) for valorizada.

Os regressos de emigrantes, no passado, foram significativamente impulsionados por melhorias económicas e políticas de Portugal e o fim da crise e das medidas de austeridade auguram melhores perspetivas do que as do início da década. É necessário conseguir transformar a oportunidade potencial numa oportunidade real e, numa sociedade de informação, o acesso a dados atuais permite melhores decisões.

Valorização das experiências adquiridas pelos emigrantes no estrangeiro

Uma segunda necessidade a satisfazer, visto que consiste também numa barreira ao regresso, é a valorização das experiências adquiridas pelos emigrantes no estrangeiro, quando estes procuram uma (re)integração no mercado

de trabalho. No seguimento da valorização de fatores como sejam as oportunidades de carreira ou os salários, os conhecimentos e as competências adquiridas no estrangeiro foram considerados, pelos emigrantes entrevistados em focus group em várias cidades europeias, como sendo relevantes para o mercado de trabalho português.

A este respeito, convinha conhecermos o ponto de vista dos empregadores e perceber até que ponto as duas perspetivas podem coincidir. Numa investigação sobre o regresso de emigrantes realizada na Lituânia, ficou demonstrado que oito em dez empregadores escolheriam alguém com experiência de trabalho e habilitações adquiridas na Lituânia em caso de contratação de um empregado novo (Žvalionyte, 2014). Este facto revela uma endogamia local e uma rejeição das experiências obtidas no estrangeiro. A ser igualmente assim em Portugal, os emigrantes qualificados residentes no estrangeiro que pretendam reingressar no mercado de trabalho, adiarão essa intenção para momentos posteriores (e.g. na reforma) e ocorrerá um desperdício do capital humano entretanto adquirido, i.e, um brain drain. Para que tal não aconteça, importa integrar nas estratégias de recrutamento de recursos humanos o potencial que está encerrado nestas experiências profissionais em outras economias e saber valorizar localmente aprendizagens obtidas lá fora.

Outros regressados, precisamente para evitar a desvalorização do valor do seu trabalho no país de origem, tenderão a tornar-se empresários, forçando a valorização salarial através da criação do próprio emprego. Talvez seja esta uma das razões pelas quais a evidência empírica de diagnósticos realizados em outros países, encontre uma maior probabilidade de os regressados se tornarem empregadores ou trabalhadores por conta própria, do que assalariados (Wahba, 2015).

Segurança Social e Proteção Social

Relativamente à proteção social, os regressados necessitam que os anos que tenham contribuído para a Segurança Social dos países de acolhimento sejam efetivamente reconhecidos em Portugal e que esse processo não seja demorado nem sujeito a demasiadas burocracias, nem signifique uma perda real de rendimentos futuros. Quanto menos barreiras burocráticas e processuais existirem na transferência de benefícios a que o emigrante português ativo (ou em processo de reforma) tenha direito, menos fatores de influência negativa para o regresso existirão. A construção de um fundo de capitalização específico para estes rendimentos obtidos no estrangeiro seria uma boa forma de os integrar na Segurança Social nacional e garantir rendimentos futuros aos seus titulares.

Embora poucos emigrantes inquiridos no âmbito deste projeto Empreender 2020 tenham filhos (dada a sua juventude), é importante pensar em boas condições para acolher descendentes de emigrantes regressados e na importância que o ensino de português tem para os que regressam sem falar a língua. A oferta e formação em língua portuguesa tem que ser repensada para se adequar à realidade atual (após a recomposição dos destinos ocorrida na última década) e a promoção de novas possibilidades de aprendizagem (em e-learning e be-learning, por exemplo) deve ser dinamizada. As experiências já existentes no âmbito do Centro Virtual do Instituto Camões podem (e devem) ser potenciadas adaptando-se à realidade da diáspora portuguesa³¹.

³¹ <http://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/aprender-portugues/a-distancia>

Reconhecimento e equivalência dos certificados e diplomas

Na mesma linha das habilitações e qualificações escolares, uma outra necessidade dos emigrantes que regressam será que haja uma agilização do reconhecimento e equivalência dos certificados e diplomas que os próprios tenham obtido, ou os seus familiares. O sistema de reconhecimento de habilitações é ainda muito burocrático e desnecessariamente custoso, longo e pouco ágil na potenciação da diversidade de competências adquiridas no estrangeiro. Importa reconfigurar o sistema existente e torná-lo eficaz.



6. Potencial empreendedor dos migrantes

O potencial do empreendedorismo emigrante pode assumir uma relevância significativa para os próprios emigrantes e para o país de origem. Como já ilustrado noutra seção, diversos países procuram aproveitar este potencial empreendedor dos seus cidadãos que se encontram no exterior. Aferir o potencial empreendedor dos emigrantes no país de origem constitui uma questão central na prossecução de uma estratégia de atração destes emigrantes empreendedores para o investimento em Portugal. Conhecer o potencial empreendedor dos emigrantes é, contudo, uma tarefa complexa e difícil. Primeiro, porque a definição de 'potencial empreendedor' carece de precisão conceptual que conduz a que seja avaliado de forma divergente por diferentes interlocutores. Segundo, porque os dados para avaliar o potencial empreendedor dos emigrantes não se encontram disponíveis, sendo o resultado de estudos particulares orientados para fins diversos dos prosseguidos neste projeto, ou de uma avaliação das iniciativas empresariais desenvolvidas por emigrantes nos países de acolhimento. Os dados sobre estes últimos, apesar de parciais e incompletos, permitem aferir a importância das atividades empreendedoras já concretizadas pelos emigrantes. A título de exemplo, é de referir que, em França, existem aproximadamente 45.000 empresas 'franco-portuguesas' (empresas detidas por portugueses ou luso-descendentes), sobretudo nos setores do comércio, imobiliário, construção, agroalimentar e serviços (fonte: CCIFP, 2014). No Luxemburgo, 3,5% dos ativos portugueses são trabalhadores por conta própria (com e sem empregados) (fonte: STATEC, 2011). Na Suíça, a percentagem de trabalhadores por conta própria é de 3,5% (fonte: BFS, 2015) e, no Reino Unido, esta percentagem chega aos 13% (fonte: Censos, 2011). Estas diferentes percentagens não deverão ser entendidas como significando uma diferencial capacidade empreendedora por parte dos emigrantes que se dirigem para cada um destes países. Ela é o resultado da estrutura de oportunidades existente nos vários países e, em especial, do contexto legislativo e económico que pode favorecer ou restringir o prosseguimento de uma atividade laboral empreendedora por parte de não nacionais desses países. Não obstante a incerteza relativamente ao número de empreendedores portugueses na diáspora e à sua evolução no tempo, é interessante notar que as entidades oficiais portuguesas reconhecem (sem apresentar dados que o corroborem) que os portugueses espalhados pelo mundo "são cada vez mais empreendedores" (AICEP, 2016: 16).

Os dados obtidos no âmbito do projeto Empreender 2020, mostram que a maioria dos emigrantes inquiridos deseja, no futuro, desempenhar uma atividade empresarial em Portugal (56,4%), ou investir num negócio no país (52,6%). Ainda que, para muitos, a concretização desta intenção seja estimada para o médio ou longo prazo (44,4% referem um período entre 1 a 3 anos e 42,7% protelam o período de investir em Portugal para daqui a 5 anos), não deixa de ser interessante registar o potencial de empreendedorismo que existe nos emigrantes inquiridos. Este aspeto constata-se, igualmente, quando questionados sobre se consideram ter um perfil de empreendedor, havendo quase dois terços (64%) dos inquiridos que respondeu de forma positiva a esta questão. Os resultados deste exercício de inquirição, assim como dos focus group realizados em quatro países de destino dos emigrantes (Reino Unido, Bélgica, França e Alemanha), mostram que existe um potencial empreendedor entre os emigrantes qualificados recentemente emigrados. A concretização deste potencial será, entre outros, função da superação de diferentes deficiências identificadas pelos inquiridos, nomeadamente, ao nível da carga fiscal, da assessoria aos empreendedores emigrantes, dos recursos humanos e do acesso ao financiamento.

7. Políticas de apoio ao empreendedorismo emigrante

Atualmente, são vários os programas e iniciativas nacionais de apoio ao empreendedorismo em geral, e ao empreendedorismo emigrante, em particular. Expomos estas iniciativas, quer as de âmbito nacional, quer as que alguns municípios também já criaram. Nos pontos seguintes, apresentamos igualmente alguns exemplos de programas ou projetos de apoio ao empreendedorismo com aplicação prática num plano integrado de apoio ao regresso de portugueses e sua inclusão na economia portuguesa.

Portugal tem tido uma evolução positiva no desenvolvimento do ecossistema de startups, que tem sido capaz de implementar uma mudança estrutural no sistema empresarial emergente, de encorajar o investimento direto estrangeiro (IDE) e de promover a atratividade do país em termos dos diversos capitais (financeiro e humano, por exemplo). Diversos programas têm sido desenvolvidos e implementados, com o intuito de apoiar o desenvolvimento tecnológico e a inovação, nomeadamente o “Horizonte 2020”, o “CITEC - Conectividade, Inovação e Tecnologia”, ou o “Indústria 4.0 - Economia Digital”, que tem como objetivo principal a capacitação de recursos direcionada às novas tecnologias.

7.1 COMPETE 2020

No âmbito do COMPETE 2020 surge um conjunto de apoios com fundos estruturais da União Europeia que não excluem e, neste sentido, se aplicam a portugueses residentes no estrangeiro que queiram regressar e que se traduzam em projetos de empreendedores e empresas com elevados níveis de inovação, com alto valor acrescentado e orientadas para produção transacionável.

Apresentamos de seguida a informação geral sobre as medidas designadas por Sistemas de Incentivos e Projetos Simplificados que fazem parte do Compete 2020. Estas medidas são lançadas no portal do Portugal 2020 através de Avisos de Concurso, que contêm as especificidades de cada fase de candidatura.

SISTEMAS DE INCENTIVOS

SI Empreendedorismo Qualificado e Criativo

Esta medida dirige-se a PME criadas há menos de 2 anos e tem como objetivo conceder incentivos financeiros a projetos que contribuam para a promoção do espírito empresarial, facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas em setores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo os

integrados em indústrias criativas e culturais e/ou setores com maior intensidade de tecnologia e conhecimento ou que valorizem a aplicação de resultados de I&D na produção de novos bens e serviços. São elegíveis as despesas diretamente relacionadas com o desenvolvimento do projeto, nomeadamente aquisição de máquinas e equipamentos, equipamento informático, licenças, software, planos de marketing, formação profissional, etc..

O incentivo a conceder reveste a forma de incentivo reembolsável a uma taxa base de 30% das despesas elegíveis, podendo ser majorado cumulativamente até aos 75% das despesas elegíveis em função do tipo de empresa, da localização em territórios de baixa densidade, de se tratar de empreendedorismo jovem e feminino ou demonstrar elevado impacto em termos de sustentabilidade. Pela utilização do incentivo reembolsável, não são cobrados ou devidos juros ou quaisquer outros encargos e o prazo total de reembolso é de 8 anos, constituído por um período de carência de 2 anos e por um período de reembolso de 6 anos. Poderá ser concedida uma isenção de reembolso correspondente a uma parcela do incentivo reembolsável até ao limite máximo de 50%, em função do grau de superação das metas que o candidato estabeleça, em sede de formulário de candidatura (VAB, volume de negócios e criação de emprego qualificado).

https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Legislacao/Nacional/Portaria57A_2015.pdf

SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego

Este apoio é destinado ao financiamento de micro e pequenas empresas em qualquer setor de atividade (com exceção de pescas, aquicultura, produção agrícola primária, florestas, financeiras, seguros, defesa, lotarias e outros jogos de apostas), mas também ao financiamento à criação de emprego, sendo gerido por Grupos de Ação Local (GAL), quando os incentivos resultarem de estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) ou pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) ou Áreas Metropolitanas (AM), quando os mesmos decorrem da concretização dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

O apoio financeiro deve ser usado para a criação das empresas, para a sua expansão ou modernização. Dentro destes objetivos, são consideradas como despesas elegíveis os investimentos em máquinas e equipamentos, informática, marcas, planos de marketing e pequenas obras de remodelação. O lançamento ou expansão das empresas deve resultar em criação líquida de emprego. O investimento máximo elegível nas intervenções GAL é de 100 mil euros e entre 100 mil euros e 235 mil euros, nas intervenções CIM/AM.

O apoio ao investimento consiste numa subvenção não reembolsável de 40% do investimento físico (sem contar com postos de trabalho), em territórios de baixa densidade e 30% do investimento físico, para outras localizações. É também apoiada a criação do próprio emprego e a criação de postos de trabalho para desempregados e/ou para jovens até 30 anos à procura do primeiro emprego inscritos no IEFP, I.P. Este apoio consiste no recebimento do valor correspondente ao Indexante dos Apoios Sociais (IAS), nas seguintes condições: 9 meses de apoio para contratos de trabalho sem termo ou criação do próprio emprego, ou 3 meses de apoio para contratos de trabalho a termo com uma duração mínima de 12 meses. Haverá ainda lugar a majorações nas intervenções GAL, para projetos localizados em territórios de baixa densidade, para trabalhadores do género sub representado e qualificados.

<https://dre.pt/home/-/dre/106579662/details/maximized>

SI Qualificação

O SI Qualificação tem como objetivo reforçar a capacitação empresarial das PME através da inovação organizacional, aplicando novos métodos e processos organizacionais e incrementando a flexibilidade e a capacidade de resposta no mercado global, com recurso a investimentos imateriais na área da competitividade (inovação organizacional e gestão, economia digital, criação de marcas e design, desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos, proteção da Propriedade Industrial, qualidade, transferência de conhecimento, distribuição e logística, eco inovação, formação profissional, contratação de RH). Nesta medida não são apoiados investimentos de natureza produtiva. O limite mínimo de despesa elegível destes projetos é de 25 mil euros. Os incentivos são não reembolsáveis (com limite máximo de incentivo de 500 mil euros), com uma taxa de incentivo base de 45% que pode chegar aos 70% para alguns tipos de despesa.

http://www.poci-competite2020.pt/Avisos/detalhe/AAC_12-SI-2018

SI Internacionalização

No sistema de apoios à internacionalização das PME são cedidos apoios aos projetos que objetivem os seguintes domínios: conhecimento dos mercados externos; presença digital; desenvolvimento e divulgação internacional de marcas; pesquisa e presença em mercados internacionais; marketing internacional; introdução de novos métodos nas práticas comerciais ou nas relações externas; certificações específicas para os mercados externos.

O limite mínimo de despesa elegível destes projetos é de 25 mil euros. Os incentivos são não reembolsáveis (com limite máximo de incentivo de 500 mil euros), com uma taxa de incentivo base de 45% que pode chegar aos 70% para alguns tipos de despesa.

http://www.poci-competite2020.pt/concursos/detalhe/AAC_11-SI-2017

SI Inovação Produtiva

O objetivo desta medida é aumentar o investimento empresarial das grandes empresas em atividades inovadoras (produto ou processo), reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços e aumentar as capacidades de gestão das empresas e da qualificação específica dos ativos. Neste sentido, as candidaturas a este sistema de incentivos preveem as seguintes tipologias de operações: i) criação de novo estabelecimento; ii) aumento da capacidade de um estabelecimento já existente; iii) diversificação da produção de um estabelecimento para produtos não produzidos anteriormente no estabelecimento; iv) alteração fundamental do processo global de produção de um estabelecimento existente.

Os incentivos a conceder revestem a forma de incentivo reembolsável e são calculados através da aplicação de uma taxa base máxima de 30%, a qual pode ser acrescida de majorações, não podendo a taxa global ultrapassar 75%, exceto para a região de Lisboa onde a taxa máxima é de 40%. Pode ser concedida uma isenção de reembolso até ao limite de 45%, em função do grau de superação das metas que o candidato estabeleça.

http://www.poci-competite2020.pt/admin/images/20170407_AAC_07_SI_2017_SI_Inov_Produtiva.pdf

SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

Esta medida pretende apoiar projetos compreendendo atividades de investigação industrial e desenvolvimento experimental, conducentes à criação de novos produtos, processos ou sistemas ou à introdução de melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas exigentes. Nestes projetos são elegíveis entre outras as seguintes despesas: com pessoal técnico dedicado a atividades de I&D, incluindo bolsheiros; aquisição de patentes; matérias-primas, materiais consumíveis e componentes necessárias para a construção de instalações piloto ou experimentais e ou de demonstração e para a construção de protótipos; aquisição de serviços de assistência técnica, científica e consultoria, bem como os custos decorrentes da utilização de plataformas eletrónicas de inovação aberta e crowdsourcing; instrumentos e equipamento científico e técnico; software específico; despesas com a promoção e divulgação dos resultados do projeto; viagens e estadas no estrangeiro; despesas com o processo de certificação do sistema de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação certificado segundo a NP 4457:2007.

Os incentivos a conceder são calculados através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa base de 25%, a qual pode ser acrescida diferentes majorações, assumindo as seguintes modalidades: i) para projetos com um incentivo inferior ou igual a 1 milhão de euros - incentivo não reembolsável; ii) para projetos com um incentivo superior a 1 milhão de euros - incentivo não reembolsável até ao montante de 1 milhão de euros e o remanescente incentivo reembolsável.

http://www.poci-compete2020.pt/concursos/detalhe/AAC_03-SI-2017

SI Propriedade Industrial

Nesta medida são apoiados projetos que tendo sido previamente apoiados no âmbito do sistema de incentivos I&DT visem o registo de direitos de propriedade industrial sob a forma de registo de patentes, modelos de utilidade, desenhos ou modelos, pelas vias nacional, europeia e internacional. Os incentivos são não reembolsáveis, correspondendo a uma taxa máxima de 50% das despesas elegíveis.

http://www.poci-compete2020.pt/Avisos/detalhe/AAC_23-SI-2017

PROJETOS SIMPLIFICADOS - VALES

Os projetos simplificados "Vale" são programas do Portugal 2020 que permitem às PME a contratação de serviços de consultoria em determinadas áreas, a entidades previamente credenciadas.

Vale Empreendedorismo

Esta medida destina-se a apoiar o investimento na área do empreendedorismo de empresas criadas há menos de 2 anos na aquisição de serviços de consultoria a empresas fornecedoras certificadas que sejam imprescindíveis ao seu arranque. São elegíveis investimentos até 20 mil euros nos seguintes domínios: i) consultoria estratégica (análise viabilidade do projeto, estudos de mercado, projeto de investimento); ii) proteção de direitos de

propriedade intelectual e industrial (registo de marcas e registo de patentes); iii) economia digital (desenvolvimento de websites, plataformas tecnológicas e outros desenvolvimentos digitais). O apoio financeiro reveste a forma de incentivo não reembolsável com o limite de 15 mil euros.

http://www.poci-compete2020.pt/admin/images/Aviso_13_2015_Empreendedorismo.pdf

Vale Incubação

Esta medida pretende conceder apoios a projetos simplificados a novas micro e pequenas empresas, com menos de um ano, geradas por um empreendedor ou equipa de empreendedores, em atividades relacionadas com indústrias criativas e culturais e/ou setores com maior intensidade de tecnologia e conhecimento ou que valorizem a aplicação de resultados de I&D na produção de novos bens e serviços, potenciando o sucesso no mercado de novas startups, em atividades inovadoras e de valor acrescentado. São suscetíveis de apoio a aquisição de serviços de incubação, prestados por incubadoras de empresas previamente acreditadas nas seguintes áreas: i) serviços de gestão (apoio na definição/consolidação do modelo de negócios; acompanhamento na gestão operacional do negócio e tutoria e capacitação na gestão); ii) serviços de marketing (apoio na estruturação da estratégia de comunicação/marketing; apoio na divulgação da atividade, produtos e serviços; apoio na estruturação/consolidação do processo de internacionalização); iii) serviços de assessoria jurídica; iv) desenvolvimento de produtos e serviços (apoio à digitalização de processos de negócios; apoio à proteção/valorização de direitos de propriedade intelectual); e v) serviços de financiamento (apoio a candidaturas a concursos de empreendedorismo e inovação; apoio no contacto com investidores e entidades financeiras). O apoio financeiro reveste a forma de incentivo não reembolsável com o limite de 5 mil euros.

http://www.poci-compete2020.pt/admin/images/20170821_AAC_20_SI_2017_Vale_Incubacao.pdf

Vale Inovação

O Vale Inovação destina-se a empresas com pelo menos 3 postos de trabalho à data da candidatura, sendo suscetíveis de apoio os projetos individuais que visem o apoio à aquisição de serviços de consultoria de inovação a empresas certificadas para o efeito, nos seguintes domínios: i) transferência de conhecimento (serviços de consultoria e assistência técnica nos domínios da transferência de conhecimentos e certificação de sistemas de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação); ii) inovação organizacional e gestão (assistência tecnológica para a introdução de novos métodos ou novas filosofias de organização do trabalho, reforço das capacidades de gestão, redesenho e melhorias de layout, ações de benchmarking, diagnóstico e planeamento); iii) economia digital (sites, lojas online, catálogos online, portais com área reservada, marketing inbound/outbound, etc.); iv) criação de marcas e design (aquisição de serviços para a concepção de marcas próprias ao nível do produto e da empresa); v) Proteção de Propriedade Industrial (consultoria para aquisição, proteção e comercialização de direitos de propriedade intelectual e industrial e para acordos de licenciamento); vi) qualidade e eco inovação (implementação de sistemas de gestão nas áreas da qualidade alimentar energia, ambiente, etc.).

Os apoios a conceder revestem a forma de incentivo não reembolsável de 75% do investimento elegível, limitando-se o máximo de despesa elegível a 20 mil euros.

http://www.poci-compete2020.pt/concursos/detalhe/VALE_Inovacao

Vale Internacionalização

O vale Internacionalização é destinado a empresas com pelo menos 3 postos de trabalho à data da candidatura que pretendam iniciar o seu processo de internacionalização e tenham capacidade instalada para o fazer. A empresa não pode ter tido atividade exportadora nos últimos 12 meses. São suscetíveis de apoio os projetos que visem a aquisição de serviços de consultoria na área de prospecção de mercado, designadamente: i) estudos de caracterização dos mercados, aquisição de informação e consultoria específica; ii) deslocações, alojamento, aluguer de espaços e equipamentos, decoração de espaços promocionais e serviços de tradução, associadas a ações de prospecção realizadas em mercados externos.

Os apoios a conceder revestem a forma de incentivo não reembolsável de 75% do investimento elegível, limitando-se o máximo de despesa elegível a 20 mil euros.

http://www.poci-compete2020.pt/concursos/detalhe/VALE_Internacionalizacao

Vale Oportunidades de Investigação

Nesta medida são suscetíveis de apoio os projetos relativos à aquisição de serviços de consultoria em atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, bem como de serviços de transferência de tecnologia. Enquadram-se nestas ações os seguintes serviços: i) Diagnósticos de oportunidades (identificação de problemas técnicos ao nível de produtos e processos, cuja resolução envolva a contratação de serviços de I&D ou de transferência de tecnologia incluindo a demonstração não disseminada no setor; avaliação de oportunidades de I&D e identificação de uma estratégia de I&D e respetivo plano de ação); ii) assistência técnica para implementação de recomendações de curto prazo, identificadas no âmbito do diagnóstico efetuado que se enquadrem nos níveis de maturidade tecnológica 1 a 7 (TRL 1 a 7: Technology Readiness Levels).

As empresas devem ter pelo menos 3 postos de trabalho à data da candidatura. Os apoios a conceder revestem a forma de incentivo não reembolsável de 75% do investimento elegível, limitando-se o máximo de despesa elegível a 20 mil euros.

http://www.poci-compete2020.pt/concursos/detalhe/AAC_13-SI-2017

Vale Indústria 4.0

O Vale Indústria 4.0 tem como objetivo promover a definição de uma estratégia tecnológica, com vista à melhoria da competitividade da empresa, alinhada com os princípios da Indústria 4.0., objetivando a transformação digital através da adoção de tecnologias que permitam mudanças disruptivas nos modelos de negócio (aquisição de serviços de consultoria com vista à identificação de uma estratégia conducente à adoção de tecnologias e processos associados à Indústria 4.0, nomeadamente nas áreas de desenho e implementação de estratégias aplicadas a canais digitais para gestão de mercados, canais, produtos ou segmentos de cliente; desenho, implementação, otimização de plataformas de Web Content Management (WCM), Campaign Management, Customer Relationship Management e E-Commerce, etc.).

As empresas devem ter pelo menos 3 postos de trabalho à data da candidatura. Os apoios a conceder revestem a forma de incentivo não reembolsável de 75% do investimento elegível, limitando-se o máximo de despesa elegível a 20 mil euros.

http://www.poci-compete2020.pt/concursos/detalhe/AAC_19-SI-2017

7.2 Apoios do Instituto de Emprego e Formação Profissional

O IEFP promove um conjunto de apoios à criação do próprio emprego e à criação de empresas para quem esteja em situação de desemprego, com as seguintes medidas disponíveis:

Apoio à criação do próprio emprego

Atribuição de apoios a projetos de emprego promovidos por beneficiários das prestações de desemprego, através da antecipação das prestações de desemprego, deduzido das importâncias eventualmente já recebidas, desde que os mesmos assegurem o emprego, a tempo inteiro dos promotores subsidiados.

<https://www.iefp.pt/documents/10181/190833/Ficha+S%C3%ADntese+Apoios+%C3%A0%20Cria%C3%A7%C3%A3o+do+Pr%C3%B3prio+Emprego+VF02-03-2017/a89a34ec-a96a-42c0-a0e2-9c-815c09d026>

Apoios à criação de empresas

Atribuição de apoios a projetos de criação de empresas de pequena dimensão com fins lucrativos, incluindo cooperativas, através do acesso a linhas de crédito com garantia e bonificação da taxa de juro concedido por instituições bancárias dos seguintes públicos: i) desempregados inscritos há 9 meses ou menos, em situação de desemprego involuntário ou inscritos há mais de 9 meses, independentemente do motivo da inscrição; ii) jovens à procura do 1.º emprego com idade entre os 18 e os 35 anos, inclusive, com o mínimo do ensino secundário completo ou nível 3 de qualificação ou a frequentar um processo de qualificação conducente à obtenção desse nível de ensino ou qualificação, e que não tenha tido contrato de trabalho sem termo e nunca tenham exercido atividade profissional por conta de outrem ou por conta própria; iii) trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal, no último ano de atividade, seja inferior à retribuição mínima mensal garantida.

O crédito ao investimento é concedido por instituições bancárias, através de 2 linhas de crédito, e beneficia de garantia, no quadro do sistema de garantia mútua, e de bonificação de taxa de juro.

- Linha Invest+: para investimento superior a 20.000 euros e inferior a 200.000 euros, com 2 anos de carência; reembolso de 5 anos com prestações mensais (amortizações constantes de capital) e juro bonificado.
- Microinvest: para investimento até 20.000 euros, com 2 anos de carência; reembolso de 5 anos com prestações mensais (amortizações constantes de capital) e juro bonificado.

https://www.iefp.pt/documents/10181/190833/Ficha+S%C3%ADntese+Apoios+%C3%A0%20Cria%C3%A7%C3%A3o+de+Empresas_02-03-2017/a04bc842-7bb0-4493-9fdc-1a9470259a04

Programa Nacional de Microcrédito

Medida desenvolvida em parceria com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) de apoio a projetos de criação de empresas, através do acesso a crédito para projetos com investimento e financiamento de pequeno montante promovidos por: i) pessoas com perfil empreendedor que tenham especiais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, que estejam em risco de exclusão social e que apresentem projetos viáveis para criar postos de trabalho; e ii) microentidades e cooperativas até 10 trabalhadores que apresentem projetos viáveis com criação líquida de postos de trabalho, em especial na área da economia social.

O apoio consiste na linha de crédito ao investimento pelas instituições de crédito ou pelas sociedades financeiras de microcrédito, através da linha MICROINVEST, beneficiando de bonificação de taxa de juro e de garantia, no quadro do sistema de garantia mútua, com um investimento e financiamento máximo de 20.000,00 euros, 2 anos de carência de capital, reembolso de 5 anos com prestações mensais (amortizações constantes de capital) e bonificação da taxa de juro.

https://www.iefp.pt/documents/10181/190833/Ficha+S%C3%ADntese+Microcr%C3%A9dito_02-03-2017/792f2b43-c93b-412c-9042-e14734e2bd6e

Investe Jovem

Programa destinado a promover a criação de empresas por jovens desempregados, que possuam uma ideia de negócio viável e formação adequada para o desenvolvimento do negócio, através das seguintes modalidades de apoio:

i) Apoio financeiro ao investimento: atribuído sob a forma de empréstimo sem juros, com período de carência e prazo de amortização entre 18 a 60 meses de acordo com o montante de investimento.

ii) apoio financeiro à criação do próprio emprego dos promotores: sob a forma de subsídio não reembolsável, até ao montante de 6 x IAS por destinatário promotor que crie o seu posto de trabalho a tempo inteiro, até ao limite de quatro postos de trabalho objeto de apoio.

iii) apoio técnico na área do empreendedorismo para reforço de competências e para a estruturação e consolidação do projeto.

https://www.iefp.pt/documents/10181/1395322/Ficha+S%C3%ADntese_Investe+Jovem_18-01-2018/98415fa2-22f7-43dc-b1de-20ee81c7f714

Apoio técnico à criação e consolidação de projetos

Apoio técnico a promotores de projetos de criação do próprio emprego ou empresa, promovidos por desempregados inscritos nos serviços de emprego ou outros públicos com especiais dificuldades de inserção que sejam promotores de projetos de criação do próprio emprego ou empresa, no âmbito de programas e medidas de apoio

ao empreendedorismo promovidos pelo IEFP, IP, isoladamente ou em articulação com outros organismos. As modalidades de apoio consistem em: i) apoio técnico prévio à aprovação do projeto de criação do próprio emprego ou empresa, contemplando o desenvolvimento de competências em empreendedorismo e apoio específico à criação e estruturação do projeto, incluindo elaboração de planos de investimento e de negócio; ii) apoio técnico à consolidação do projeto, nos dois primeiros anos de atividade da empresa, contemplando acompanhamento da execução do projeto aprovado e consultoria em aspetos relacionados com a gestão e operacionalização da atividade. Este apoio é prestado por entidades privadas sem fins lucrativos ou autarquias locais que disponham de serviços de apoio ao empreendedorismo, credenciadas para o efeito pelo IEFP, IP.

https://www.iefp.pt/documents/10181/4632609/Ficha+S%C3%ADntese_ATCP_18-01-2018/7fe7def-5-2283-4a37-9586-c496ec57ac54

Investe Artes e Ofícios

Medida que integra o Programa de Promoção das Artes e Ofícios, um programa de promoção das atividades artesanais constituído por um conjunto de modalidades de apoio que visam a sua valorização, recuperação e enriquecimento através, nomeadamente, da renovação de saberes, da promoção de competências, da criação de emprego e de apoios ao investimento, à promoção e à comercialização.

A medida destina-se a desempregados inscritos no IEFP e ex-estagiários do eixo de formação do Programa de Promoção das Artes e Ofícios para projetos de investimento que visem a criação de empresas que se insiram nas atividades artesanais e que envolvam a criação do próprio emprego (com estatuto de artesão e unidade produtiva artesanal), prevendo apoios financeiros nas mesmas condições do Programa Investe Jovem (i) apoio financeiro ao investimento, atribuído sob a forma de empréstimo sem juros, com período de carência e prazo de amortização entre 18 a 60 meses de acordo com o montante de investimento; ii) apoio financeiro à criação do próprio emprego dos promotores: sob a forma de subsídio não reembolsável, até ao montante de 6 x IAS por destinatário promotor que crie o seu posto de trabalho a tempo inteiro, até ao limite de quatro postos de trabalho objeto de apoio; iii) apoio técnico na área do empreendedorismo para reforço de competências e para a estruturação e consolidação do projeto).

https://www.iefp.pt/documents/10181/4798094/Ficha+PPAO_18-01-2018/b42c9c90-5858-41b9-ae-93-067e076074a5

7.3 Startup Portugal

A Estratégia Nacional para o Empreendedorismo, traduzida no Programa Startup Portugal³², foi criada para fomentar o empreendedorismo e atrair investimento estrangeiro. A Startup Portugal destina-se a apoiar os empreendedores, assegurar a longevidade das empresas criadas e a aumentar o seu impacto na criação de em-

³² Mais informações disponíveis em: <http://www.startupportugal.com/>.

prego e de valor económico. O objetivo é o de organizar, desbloquear e promover a partilha de benefícios, boas práticas e recursos. Também se pretende identificar onde há falhas regionais e setoriais e colmatar lacunas. Foca-se nas áreas de atuação do ecossistema, financiamento e internacionalização e inclui 15 diferentes medidas de apoio ao empreendedorismo, destacam-se aqui os programas diretos de apoio aos empreendedores.

StartUPVoucher

O StartUPVoucher tem por objetivo promover o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo inovador que se encontrem em fase de ideia, por parte de jovens entre os 18 e 35 anos, com o 12º ano de escolaridade, que à fase da candidatura estejam a residir em Portugal ou no estrangeiro e que pretendam criar uma startup em Portugal, facultando um conjunto de ferramentas técnicas e financeiras que viabilizem a consequente criação de novas empresas designadamente, através da disponibilização de apoio financeiro (bolsa - valor mensal atribuído por promotor para o desenvolvimento do projeto empresarial, atribuída por um período mínimo de 4 meses, 8 meses, ou até ao máximo de 12 meses) e apoio técnico (mentoria e assistência técnica especializada técnica para o desenvolvimento do projeto empresarial). Está ainda previsto a atribuição de um prémio à concretização do projeto empresarial e à constituição da empresa no valor de 2 mil euros. A coordenação desta medida é da responsabilidade do IAPMEI.

[https://www.iapmei.pt/Paginas/Regulamento-\(1\).aspx](https://www.iapmei.pt/Paginas/Regulamento-(1).aspx)

Programa Momentum

Através desta medida, os estudantes que estejam em vias de concluir ou tenham concluído a sua licenciatura no último ano letivo numa universidade ou instituto politécnico portugueses e que tenham sido abrangidos no presente ano, ou nos três anos anteriores, por uma bolsa de estudo ou outro apoio social poderão garantir o apoio para a criação de um projeto empresarial próprio. Em cada ano são disponibilizados aos projetos selecionados um espaço de incubação, uma residência e uma quantia mensal para cobrir as despesas pessoais. Esta ação é coordenada pela rede nacional de incubadoras e as universidades.

<https://www.portugal.gov.pt/media/19777199/20160606-mecon-startup-portugal.pdf>

Programa Semente

No âmbito deste programa todas as empresas inovadoras, que apresentem potencial de crescimento, obtenham a certificação de PME emitida pelo IAPMEI e que sejam certificadas pela Rede Nacional de Incubadoras como Startups Semente poderão beneficiar investimento no capital social da sua empresa por parte de investidores individuais. Por sua vez estes investidores podem obter deduções fiscais de até 25% do investimento realizado e até um máximo de 40% da coleta no seu IRS anual, durante um período de 3 anos sucessivos.

O programa pretende dar acesso às startups a capital inicial para investigação e desenvolvimento e aquisição de ativos, evitando o recurso ao endividamento numa fase inicial da sua vida. As candidaturas são submetidas e avaliadas pela Rede Nacional de Incubadoras.

<http://www.rni.pt/programa-semente>

7.4 Linhas de Crédito

Pedir um empréstimo numa instituição bancária é a alternativa mais convencional para o financiamento de novos investimentos, sendo que a oferta de crédito mais vantajosa resultará sempre da análise às taxas de juro e às comissões associadas, assim como às garantias necessárias. A maior parte das instituições financeiras (BPI, Montepio, Novo Banco, Santander Totta, Bankinter) desenvolveram linhas de crédito específicas para a dinamização do empreendedorismo através do financiamento de projetos de investimento considerados economicamente viáveis, apresentados por PME. Estas linhas de crédito são protocoladas com o IAPMEI (no âmbito do Programa FINICIA) e com as Sociedades de Garantia Mútua e permitem o acesso a financiamento em condições mais adequadas e vantajosas. Através do programa FINICIA, o Estado partilha o risco destas operações com Sociedades de Capital de Risco, Instituições Bancárias, Sociedades de Garantia Mútua e Business Angels. O mecanismo de Garantia Mútua é um sistema privado que foi desenvolvido especificamente para situações em que as empresas não têm garantias suficientes para aceder a crédito bancário. Cabe à sociedade de garantia mútua prestar garantias financeiras ao empréstimo (como se fosse uma fiadora), permitindo desbloquear o crédito bancário para a empresa. Destacam-se quatro sociedades de garantia mútua a operar em Portugal: Norgante; Lisgarante; Garval e a Agrogarante, detidas por várias empresas, associações empresariais, instituições de crédito, IAPMEI, Turismo de Portugal, etc., sendo o sistema supervisionado pelo Banco de Portugal.

Há ainda a considerar o microcrédito, um financiamento alternativo a cidadãos excluídos do crédito (por falta de rendimentos ou garantias), mas com boas ideias de negócio que se destina a desempregados, jovens à procura do primeiro emprego e trabalhadores em regime precário e que, através do IEFP e Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) proporciona um montante máximo de financiamento de 15 mil euros.

<https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Incentivos-Financiamento/Financiamento-para-PME/FINICIA.aspx>

7.5 Business Angels

O apoio de Business Angels pode ser fundamental para financiar e capacitar a sua ideia de negócio. Os Business Angels são na sua maioria empreendedores que geraram capital suficiente para apostar em novos projetos - investem em negócios ainda em fase embrionária, prestando também orientação e mentoring. Em troca de financiar um negócio ficam com uma posição minoritária na empresa. Trata-se de uma entrada no capital das empresas, delimitada no tempo, com o objetivo de valorização a médio prazo, através de alienação posterior das participações ao empreendedor ou a outros interessados. A apresentação do projeto empreendedor a potenciais investidores é um processo informal normalmente com um pitch breve, conciso e apelativo, que visa conquistar o investidor. A Federação Nacional de Associações de Business Angels (FNBA) disponibiliza os contactos das várias organizações de Business Angels acreditadas como tal espalhadas pelo país, que o empreendedor pode contactar diretamente.

<http://www.fnaba.org/sou-empreendedor/>

7.6 Capital de Risco

No que se refere ao capital de risco, o IAPMEI é o principal financiador público de fundos de Capital de Risco e promove a constituição destes instrumentos em parceria com a generalidade dos operadores privados a desenvolver esta atividade (por exemplo, Agrocapi, Banif Capital, Beta Capital, Capital Criativo, etc.). As entidades de capital de risco investem em empresas emergentes, o que se traduz na aquisição de uma parte do capital, proporcionando às empresas meios financeiros para projetos de arranque, expansão, modernização e inovação empresarial com dimensão estratégica.

As participações são temporárias e, na generalidade dos casos, minoritárias. O operador de Capital de Risco intervém na empresa com o objetivo de criar valor, alienando a sua participação num prazo médio de 3 a 7 anos. As condições de entrada, de relacionamento, e de saída são predefinidas em Acordo Parassocial, celebrado entre os promotores e investidores de Capital de Risco.

O acesso a este instrumento financeiro deve ser feito diretamente junto das Sociedades de Capital de Risco, através da apresentação de um Plano de Negócios, sendo o processo de análise e seleção baseado na credibilidade dos promotores (empreendedores/equipas de gestão) e dos projetos apresentados.

<https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Incentivos-Financiamento/Financiamento-para-PME/Capital-de-Risco.aspx>

7.7 Incentivos Fiscais ao Investimento

Em termos fiscais existem igualmente condições atrativas para as empresas a trabalhar em solo português, quer sejam nacionais ou internacionais. Na sua generalidade, as medidas fiscais de apoio ao investimento permitem a poupança fiscal em sede de pagamento de IRC, o que significa libertar recursos importantes para a gestão orçamental e para alavancar da capacidade de financiamento.

Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento Produtivo

Para projetos de investimento produtivo com valores superiores a 3 milhões de euros que demonstrem evidências de viabilidade técnica, económica, financeira, que visem a criação ou manutenção de postos de trabalho e que sejam relevantes para o desenvolvimento estratégico da economia nacional serão concedidos os seguintes benefícios fiscais: i) crédito de imposto entre 10% e 25% do investimento em aplicações relevantes (obras, aquisição de equipamento, etc.) efetivamente realizadas, a deduzir ao montante da coleta de IRC apurada; ii) isenções ou reduções do IMT no caso de aquisições de imóveis, IMI e Imposto do Selo.

Os promotores dos projetos de investimento devem apresentar, devidamente caracterizado e fundamentado, o seu processo de candidatura à AICEP, quando se tratem de investimentos cujo valor exceda 25 milhões de euros ou que sejam da iniciativa de uma empresa com faturação anual consolidada superior a 75 milhões de euros ou de uma entidade de tipo não empresarial com orçamento anual superior a 40 milhões de euros e ao IAPMEI, nos restantes casos.

RFAI – Regime Fiscal de Apoio ao Investimento

O RFAI é aplicável aos sujeitos passivos de IRC que exerçam uma atividade nos seguintes sectores: indústria extrativa e indústria transformadora; turismo; atividades e serviços informáticos; atividades agrícolas, aquícolas, piscícolas, agropecuárias e florestais; atividades de Investigação & Desenvolvimento e de alta intensidade tecnológica; tecnologias de informação e produção de audiovisual e multimédia; defesa, ambiente, energia e telecomunicações e atividades de centros de serviços partilhados.

Trata-se de um benefício fiscal que permite às empresas destes setores deduzir à coleta apurada uma percentagem do investimento realizado em ativos não correntes (tangíveis e intangíveis) considerados relevantes, devendo ser solicitado aquando a apresentação do Modelo 22. Tem as seguintes aplicações: i) Investimentos realizados nas regiões Norte, Centro, Alentejo, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira: 25 % das aplicações relevantes, relativamente ao investimento realizado até ao montante de € 10 milhões de euros; 10% das aplicações relevantes, relativamente à parte do investimento realizado que exceda o montante de 10 milhões de euros; ii) Investimentos realizados nas regiões do Algarve e Grande Lisboa, 10% das aplicações relevantes.

Para além destes benefícios os órgãos municipais podem conceder isenções totais ou parciais de IMI e ou IMT para apoio a investimento realizado na área do município.

SIFIDE II – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial

Os empresários que invistam em atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico nas suas empresas terão direito a incentivos de natureza fiscal. O SIFIDE II permite deduzir à coleta o valor das despesas com investigação e desenvolvimento (I&D) de acordo com as seguintes taxas: i) taxa base: 32,5% das despesas realizadas (majorados em 15% no caso de micro, pequenas, médias empresas que não beneficiem do incremento da taxa de 50% por não ainda não terem cumprido dois exercícios de atividade); ii) taxa incremental: 50% do acréscimo das despesas do exercício relativamente à média dos dois exercícios anteriores, até ao limite de 1.500 mil euros.

DLRR – Regime de dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos

Esta medida de incentivo para as micro e PME permite deduzir à coleta do IRC até 10% dos lucros retidos que sejam reinvestidos no prazo de dois anos (a contar a partir do termo do período de tributação a que correspondem os lucros). O máximo de dedução anual é de 25% da coleta do IRC. O montante máximo dos lucros retidos e reinvestidos, em cada período de tributação, é de 7 milhões e 500 mil euros, por sujeito passivo.

Este sistema tem um procedimento próprio e obriga a que as empresas anexem ao dossier fiscal um documento que apresente, identifique e justifique as intenções de investimento, assim como o impacto na competitividade da empresa.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/Cod_download/Documents/CFI.pdf

7.8 Apoios à Contratação

Para os empreendedores que venham a criar postos de trabalho nas suas empresas estão disponíveis diversas medidas de apoio à contratação.

Medida Contrato-Emprego

Apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho sem termo ou a termo certo, por prazo igual ou superior a 12 meses, com desempregados inscritos no IEFP, com a obrigação de proporcionarem formação profissional aos trabalhadores contratados. Este apoio corresponde a 9 vezes o valor do IAS, no caso de contratos de trabalho sem termo e 3 vezes o valor do IAS, no caso de contratos de trabalho a termo certo. O apoio financeiro é majorado em 10% no caso de contratação de desempregado que se encontre numa das seguintes situações: beneficiário do Rendimento Social de Inserção; pessoa com deficiência e incapacidade; pessoa que integre família monoparental; pessoa cujo cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto se encontre igualmente em situação de desemprego e inscrito no IEFP; vítima de violência doméstica; refugiado; ex recluso e aquele que cumpra ou tenha cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade e esteja em condições de se inserir na vida ativa; toxicod dependente em processo de recuperação e no caso de posto de trabalho estar localizado em território economicamente desfavorecido.

https://www.iefp.pt/documents/10181/6809287/Ficha+Contrato-Emprego_18-01-2018/50407402-1790-4a-14-92fc-3131e1aef01a

Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho

Apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho com desempregados inscritos nos serviços de emprego, do sexo sub representado em determinada profissão (profissão em que não se verifique uma representatividade de 33,3% em relação a um dos sexos). Este apoio corresponde a 9 vezes o valor do IAS, no caso de contratos de trabalho sem termo, acrescido de 30% do apoio atribuído no caso de celebração de contratos de trabalho sem termo ou de conversão de contrato de trabalho a termo em contrato de trabalho sem termo e 3 vezes o valor do IAS, acrescido de 20% do apoio atribuído, no caso de contratos de trabalho a termo certo.

https://www.iefp.pt/documents/10181/5471970/Ficha+S%C3%ADntese+Promo%C3%A7%C3%A3o+da+Igualdade+de+G%C3%A9nero_27-01-2017/679c95a7-12e0-423e-8fb9-8175a3f577d2

Isenção no pagamento das contribuições para a Segurança Social

Isenção das entidades empregadoras de contribuições na parte que lhes respeita, se celebrarem contrato de trabalho sem termo com desempregados de muito longa duração, trabalhadores ao seu serviço já vinculados por contrato de trabalho a termo: isenção até 3 anos e reclusos em regime aberto: isenção até 36 meses.

<http://www.seg-social.pt/isencao-e-reducao-do-pagamento-de-contribuicoes1>

Redução no pagamento das contribuições para a Segurança Social

As entidades empregadoras podem beneficiar da redução da taxa contributiva, na parte que lhes respeita, no caso de contratarem jovens à procura do 1.º emprego e trabalhadores ao seu serviço já vinculados por contrato de trabalho a termo: 50% da taxa contributiva, durante um período de 5 anos; desempregados de longa duração: 50% da taxa contributiva, durante um período de 3 anos; reclusos em regime aberto: 50% do valor das contribuições da entidade empregadora, pelo período de duração do contrato; trabalhadores com deficiência: taxa contributiva de 11,9%.

<http://www.seg-social.pt/isencao-e-reducao-do-pagamento-de-contribuicoes1>

Estágios Profissionais

Esta medida visa proporcionar a realização de uma experiência prática em contexto de trabalho a jovens, com vista a apoiar a sua transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho ou para a reconversão profissional de desempregados, para a realização de estágios com a duração de 9 meses, através de uma participação financeira do IEFP às empresas que acolham os estagiários, que varia entre os 65% e os 80%, da bolsa de estágio, alimentação, prémio do seguro de acidentes de trabalho e transporte do estagiário.

<https://www.iefp.pt/documents/10181/7118590/Ficha+S%C3%ADntese+Est%C3%A1gios+Profissionais+-+28-08-2017/b6717829-c114-4c6a-9fb6-3022c6d39c67>

7.9 Programas e Iniciativas Privadas de Apoio ao Empreendedorismo

Existem inúmeras iniciativas dinamizadas por associações empresariais e entidades privadas de apoio ao empreendedorismo que integram concursos de ideias, programas de aceleração, capital de risco, mentoria, apoio técnico ou recompensas monetárias e que representam excelentes meios para os empreendedores angariarem conhecimentos e capital para desenvolverem os seus negócios, até porque chamam também a atenção de potenciais investidores. Apresentamos de seguida alguns exemplos deste tipo de iniciativas que tem vindo a ser desenvolvidas:

iUP25K

O iUP25k - Concurso de Ideias de Negócio da Universidade do Porto é um instrumento de sensibilização para o empreendedorismo e criação de novas empresas que tenham por base processos de exploração de conhecimento e inovação.

PAES – Programa de Apoio a Empresas Sociais

O PAES, Programa de Apoio a Empresas Sociais tem como missão promover o empreendedorismo e a inovação social, como processo gerador de novas respostas para as necessidades, problemas e desafios sociais. O programa visa apoiar empreendedores que apresentem uma solução sustentável para uma necessidade social.

Movimento Empreendedor

O Prémio do Jovem Empreendedor é uma iniciativa da ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários criada em 1998 no âmbito do projeto Academia dos Empreendedores, com o apoio do IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional. Em 2016, o Prémio do Jovem Empreendedor conquistou o patrocínio da Caixa Capital, reforçando assim o valor do prémio atribuído.

O Prémio do Jovem Empreendedor powered by Caixa Capital visa identificar, premiar e apoiar jovens empresários em fase de criação e/ou expansão de negócios. Tem ainda por objetivo dinamizar o espírito de iniciativa e distinguir os promotores de empresas inovadoras, valorizando o projeto de forma integrada, de acordo com critérios assentes no potencial do negócio e no perfil dos empreendedores.

O Prémio do Jovem Empreendedor powered by Caixa Capital tem uma periodicidade anual.

Acceleration Program – Startup Braga

Este programa foi desenhado para te ajudar a validar e definir o modelo de negócio, desenvolver um produto mais forte nas áreas de economia digital, medtech, digital health e nanotecnologia, com o apoio de uma vasta rede de parceiros, mentores e especialistas, chegar aos primeiros clientes, desenvolver o negócio e a comunicação e preparar a startup para receber investimento se necessário.

Acredita Portugal (Concurso Montepio Acredita Portugal)

O Concurso Montepio Acredita Portugal tem como objetivo premiar os melhores projetos e ajudar todos os portugueses a desenvolver as suas ideias empreendedoras. Tem como missão estabelecer uma plataforma de apresentação, debate e desenvolvimento de novas ideias, acompanhando todo o ciclo de concepção, formalização do plano de negócios e acesso a apoio de investidores.

APREENDER – Desenvolver Atitudes Empreendedoras

Projeto promovido pela Fundação AEP e co financiado pelo COMPETE - Programa Operacional Fatores de Competitividade, visa a promoção da inovação, na dinamização de uma cultura de empreendedorismo, e de assunção do risco como parte da vida, a favor do espírito de iniciativa, através da sensibilização para os fatores críticos da competitividade, pela promoção do empreendedorismo e espírito empresarial, e da potenciação de atitudes empreendedoras, numa mudança cultural, inter geracional, atenta a públicos e a diversas manifestações do empreendedorismo, e de capacitação, apoio e financiamento de projetos empresariais. Este programa proporciona aos empreendedores ações de capacitação com vista à criação de planos de negócio, seminários, workshops, jornadas e conferências relacionadas com o tema do empreendedorismo.

Empreender 45-60

Considerando que existem lacunas na oferta de soluções eficazes para a atenuação do desemprego em faixas etárias superiores a 45 anos, particularmente em indivíduos com elevados níveis de qualificação, a Fundação AEP

definiu uma estratégia de apoio ao empreendedorismo sénior, focalizado na Região Norte do País, onde se regista uma maior taxa de desemprego qualificado nesta faixa etária. Este programa proporciona aos empreendedores estudos, seminários, workshops, conferências e projeto de apoio ao empreendedorismo e à criação de empresas.

7.10 Incentivos Específicos ao Empreendedorismo Emigrante

No âmbito das políticas relativas ao empreendedorismo emigrante especificamente, salientamos ainda as seguintes iniciativas.

No domínio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora³³ (GAID) constitui uma das iniciativas orientadas para disponibilizar informações e apoiar o investimento emigrante. Segundo consta no Portal das Comunidades, constitui-se como uma “plataforma orgânica” renovada, vocacionada para identificar, apoiar e facilitar o micro e pequeno investimento com origem nas Comunidades Portuguesas e Luso-descendentes dirigido a Portugal, acompanhar projetos em curso ou em perspetiva e estimular e orientar as iniciativas de internacionalização de empresas de base regional. O GAID opera em rede com os Gabinetes de Apoio ao Emigrante junto de um número crescente de Municípios nas vertentes do empreendedorismo e da promoção das potencialidades económicas locais e do desenvolvimento regional.

No ACM, I.P.³⁴, por sua vez, foi criado, em 2015, o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante, que funciona no Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) de Lisboa, no CNAIM do Porto e no CNAIM de Faro. O Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante funciona na dependência do Alto Comissariado para as Migrações. O GAEM destina-se a empreendedores migrantes (imigrantes, emigrantes e pessoas refugiadas) que pretendam desenvolver uma ideia de negócio em Portugal ou que já tenham um negócio criado, independentemente da sua complexidade ou valor do investimento financeiro e que necessitam de orientação e apoio operacional para perceber se esta ideia é viável, assim como para a estruturar e desenvolver. O GAEM orienta o empreendedor na estruturação de uma ideia de negócio e na sua implementação, nos procedimentos que levam à criação de uma empresa e na articulação com diversos organismos internos ou externos ao ACM, I.P. que estejam envolvidos no apoio ao negócio (informações genéricas, encaminhamento, facilitação de contactos, etc.). O GAEM permite a realização de uma reunião de avaliação online, mas as orientações técnicas e o apoio à estruturação do plano de negócios são feitos presencialmente.

Quanto a iniciativas ou programas (como os que são enunciados no ponto seguinte e correspondem ao que foi implementado noutros países), o Concurso 50/50³⁵ consiste em envolver os portugueses emigrantes no estrangeiro e, em parceria com entidades locais portuguesas, permitir que sejam agentes de inovação e de desenvolvimento territorial. O concurso designa-se 50/50 porque precisamente se prevê que o ACM, I.P. e os emigrantes participam cada um com metade do financiamento de ideias com impacto social que demonstrem responder de forma inequívoca, inovadora e sustentável a necessidades locais. É interessante que se pressupõe que a parce-

³³ Mais informações disponível em:

https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/PDFs/gaid/Flyer_Portugues.pdf e em <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/gabinete-de-apoio-ao-investidor-da-diaspora-gaid>.

³⁴ Cf. <http://www.acm.gov.pt/-/gabinete-de-apoio-ao-empreendedor-migran-1>.

³⁵ Mais informações disponíveis em: <http://50por50.pt/sobre/>.

la dos emigrantes seja conseguida através de uma campanha de angariação online e pretende-se, ainda, que as ideias se apliquem à resolução de problemas sociais, culturais, económicos e ambientais. É uma iniciativa que tem alguns pontos de contacto com a iniciativa mexicana 3x1 que apresentaremos adiante.

Elevar o seu negócio

O programa “Elevar o seu negócio”³⁶ consiste no apoio aos empresários portugueses emigrantes para replicarem o seu negócio em Portugal. O apoio é prestado através da alocação de um Personal Business Mentor, que assegura a assessoria técnica que precisa para constituir a empresa em Portugal e para promover a sua integração no Fórum e na rede de empresários emigrantes e locais e também facilitar o acesso aos municípios e demais instituições locais. Os objetivos deste programa são muito claros no que respeita ao entendimento do emigrante como agente de desenvolvimento: contribuir para o investimento no país através da implementação de novos negócios e soluções que geram valor e dinamizam a economia; alargar o negócio a outros mercados e estabelecer novas parcerias comerciais; criar mais postos de trabalho; gerar a possibilidade de reintegração no país.

Os empresários que tenham interesse em participar do programa preenchem um formulário e são contactados pelos serviços do ACM. Na divulgação do programa, é referido que Portugal tem um mercado de 75 milhões de pessoas entre os países europeus e os países de língua portuguesa, um tecido empresarial com oportunidades, uma boa localização e elevado nível tecnológico, vários setores de atividade dinâmicos, excelente clima e a oportunidade do regresso à origem. Esta medida teve continuidade no Empreender 2020, evoluindo para o Elevar o seu Negócio 4.0. O Programa Elevar o seu Negócio 4.0 é uma iniciativa da Fundação AEP, em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), que acompanha e apoia os empresários portugueses emigrantes na criação da sua empresa em Portugal.

<http://www.elevaroseunegocio.pt/index.php>

Concurso de Ideias VEM (Valorização do Empreendedorismo Migrante)

O Concurso de Ideias VEM (Valorização do Empreendedorismo Migrante) foi lançado em 2015 com carácter experimental. Este concurso visa contribuir para a criação de negócios por parte de emigrantes, através do incentivo ao desenho, teste e implementação de ideias empreendedoras a desenvolver em Portugal. De acordo com o regulamento do concurso,³⁷ as atividades previstas no âmbito do VEM, são: apoio na estruturação do negócio, ao longo do processo de candidatura e seleção de participantes, que se traduz na orientação à construção de um plano de negócios através de uma plataforma digital; apoio na concretização do negócio, nomeadamente em todas as etapas necessárias à sua formalização em Portugal; apoio financeiro às melhores ideias e encaminhamento das restantes para outras soluções de financiamento; apoio na monitorização do negócio sob a forma de acompanhamento especializado, em todas as fases da sua operacionalização.

Da leitura das políticas de apoio ao empreendedorismo conclui-se que há apoios para a criação ou replicação de empresas por emigrantes que pretendem regressar. Contudo, o que se nota na análise dos dados do inquérito é que esta informação poderá não estar a chegar a todos os potenciais regressados/investidores, pois muitos

³⁶ Mais informações disponíveis em: <http://www.acm.gov.pt/-/elevador-pt>

³⁷ O regulamento do Concurso VEM encontra-se no portal do ACM, disponível em: <http://www.acm.gov.pt/documents/10181/180318/Regulamento+Concurso+VEM.pdf/aeafd732-8576-4dce-9ca7-60e027909a3d>

inquiridos a quem se pergunta que tipo de incentivos deveria haver para o regresso referem, para além de iniciativas de âmbito financeiro, a necessidade de apoios na implementação das ideias e dos negócios do tipo mentoria, que precisamente já existem.



8. Incentivos e/ou Benefícios Fiscais para emigrantes regressados

São também vários os programas de incentivo fiscal já existentes que podem enquadrar situações de investimento por parte de emigrantes regressados ou a eles dirigidos. Podemos separar estes programas em incentivos fiscais de apoio à criação de emprego; incentivos ao investimento e regime fiscal para residentes não habituais.

Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI): O RFAI promove investimentos em determinados ativos fixos tangíveis e intangíveis, proporcionando uma dedução à coleta do IRC calculada em função do montante do investimento elegível e da região do país em que o mesmo é concretizado, sendo aplicável, apenas, a determinados setores de atividade. Tal dedução, regra geral, é limitada a 50% da coleta do IRC apurada no período, não havendo limite para investimentos realizados no período de tributação do início de atividade e nos dois períodos de tributação seguintes. O RFAI estabelece ainda isenções ou reduções de IMI, IMT e isenções de Imposto do Selo relativamente a aquisição de prédios que constituam aplicações relevantes.

Criação líquida de emprego: Trata-se de um benefício fiscal aplicável a empresas que aumentem o número de empregados jovens com idades entre os 16 e os 35 anos, inclusive (com algumas exceções em função de terem ou não concluído o ensino secundário), ou desempregados de longa duração, por contrato sem termo. O benefício consiste numa majoração para efeitos de IRC, em 50%, dos encargos suportados com os colaboradores considerados criações líquidas de emprego, sendo válido por um período de 5 anos.

Dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR): Consiste num incentivo às PME que permite a dedução à coleta do IRC de 10% dos lucros retidos que sejam reinvestidos no período de dois anos após o termo do período referente aos lucros retidos (montante máximo de lucros retidos em cada período de tributação, de 5 milhões de euros). Tal dedução tem como limite anual 25% da coleta do IRC.

Isenção de pagamento especial por conta nos dois primeiros exercícios de atividade: Os sujeitos passivos de IRC beneficiam de isenção de pagamento especial por conta no período de tributação de início de atividade, bem como no seguinte.

Redução em 50% e 25% dos coeficientes aplicáveis à Categoria B, no âmbito do regime simplificado: Os sujeitos passivos de IRS, que nos primeiros dois anos de atividade optem pelo Regime Simplificado, beneficiarão de uma redução de 50% e 25%, respetivamente, dos coeficientes para a determinação do rendimento tributável, desde que não auferam de rendimentos das categorias A ou H.

Dedução à coleta de IRS até 15% para investidores informais e de capital de risco: Os sócios das sociedades por quotas unipessoais ICR (investidores de capital de risco), os investidores informais das sociedades veículo de investimento em empresas com potencial de crescimento, certificadas no âmbito do Programa COMPETE, e os investidores informais em capital de risco a título individual certificados pelo IAPMEI, no âmbito do Programa FINICIA, podem beneficiar de uma dedução à coleta do IRS correspondente a 20% do valor investido por si ou pela sociedade por quotas unipessoal ICR de que sejam sócios, estando tal dedução sujeita a um limite de 15% da coleta (Fonte: <http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/>).

Regime fiscal dos residentes não habituais

O Código Fiscal do Investimento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de Setembro (complementado com a Portaria n.º 12/2010, de 7 de Janeiro), introduziu no Código do IRS uma terceira figura, a par do residente e do não residente, designada por residente não habitual, tendo em vista atrair para Portugal profissionais não residentes qualificados em atividades de elevado valor acrescentado ou da propriedade intelectual, industrial ou know-how, bem como beneficiários de pensões obtidas no estrangeiro. Será considerado residente não habitual, o indivíduo que seja qualificado como residente em Portugal (nomeadamente através da disponibilidade, em 31 de dezembro de um dado ano, de habitação em condições que façam supor a intenção de a manter e ocupar como residência habitual), mas que não tenha sido tributado em sede de IRS, enquanto residente, em qualquer dos cinco anos anteriores à sua chegada a Portugal.

O regime adotado apresenta vantagens para emigrantes Portugueses que pretendam regressar ao país. Os benefícios concedidos passam pela tributação dos rendimentos líquidos do trabalho dependente ou de rendimentos profissionais e empresariais (Categorias A e B) à taxa de 20% (caso sejam rendimentos de atividades com carácter científico, artístico ou técnico), na medida em que as atividades desenvolvidas sejam consideradas de elevado valor acrescentado. O regime concede, ainda, em determinados casos, uma isenção de tributação dos rendimentos obtidos fora de Portugal, nomeadamente no caso de juros ou de pensões pagas por entidades não residentes. Esta medida inclui-se, de acordo com o preâmbulo do próprio diploma, numa estratégia fiscal global, através da qual se pretende que os instrumentos de política fiscal Portugueses funcionem como elemento de atração dos fatores de produção, da iniciativa empresarial e da capacidade produtiva para o espaço português.

O cidadão que seja considerado residente não habitual adquire o direito a ser tributado como tal no período de 10 anos consecutivos a partir do ano, inclusive, da sua inscrição como residente em território português, desde que em cada um desses 10 anos seja aí considerado residente (cf. caixa seguinte).

Regime fiscal dos residentes não habituais

Objetivo:

Atrair para Portugal profissionais qualificados, indivíduos com património e pensionistas estrangeiros; captar investimento.

Vantagens competitivas:

- A tributação, durante um período de 10 anos, a uma taxa fixa de IRS de 20% sobre os rendimentos do trabalho auferidos em Portugal;
- A inexistência de dupla tributação, no caso do rendimento de pensões e do trabalho dependente e independente auferido no estrangeiro.

Como pode adquirir o Estatuto de Residente Não Habitual?

1. Não ter sido residente em Portugal nos últimos 5 anos;
2. Registrar-se como residente fiscal em Portugal no Serviço local de Finanças (para tal deverá ter permanecido em Portugal mais de 183 dias, seguidos ou interpolados, ou tendo permanecido por menos tempo, aí disponha, em 31 de dezembro desse ano, de habitação em condições que façam supor a intenção de a manter e ocupar como residência habitual);
3. O pedido de inscrição como residente não habitual deverá ser efetuado, por via electrónica, no Portal das Finanças, posteriormente ao ato da inscrição como residente em território português e até 31 de março, inclusive, do ano seguinte àquele em que se torne residente nesse território.

Obtido o Estatuto de Residente Não Habitual, a taxa e a incidência da tributação aplicável aos rendimentos auferidos em território nacional, no caso de trabalho dependente ou independente, é de 20%.

A tributação incide sobre os rendimentos decorrentes de atividades de elevado valor acrescentado com carácter científico, artístico ou técnico:

- Arquitetos, engenheiros e técnicos similares
- Artistas plásticos, atores e músicos
- Auditores
- Médicos e dentistas
- Professores
- Psicólogos
- Profissões liberais, técnicos e assimilados
- Investidores, administradores e gestores
- Etc..

A inscrição como Residente Não Habitual confere o direito de ser tributado como tal por um período de 10 anos a contar do ano da sua inscrição como residente fiscal em território português.

Programa semente da Startup Portugal

De acordo com a Estratégia Nacional para o Empreendedorismo, quem quiser investir em startups a partir de agora vai poder declarar os montantes quando preencher a declaração de IRS. O Programa Semente vai permitir que investidores, que apoiem projetos entre 2.000 e 100 mil euros, tenham benefícios fiscais num valor máximo de 100 mil euros.

9. Análise das estratégias de promoção do regresso de outros países

Não é apenas Portugal que tem iniciativas para recuperar os seus emigrantes. Outros países com níveis significativos de emigração, também desenvolvem medidas direcionadas para a promoção dos seus emigrantes. Em seguida, apresentamos alguns exemplos destas iniciativas, quer envolvendo programas de vinculação, quer medidas de estímulo ao regresso propriamente dito.

As iniciativas são, naturalmente, mais comuns em países de forte emigração (tradicional, recente ou atual) e, por isso, escassos na maioria dos países europeus. Na Europa, é, contudo, possível referir a iniciativa “GlobalScot”, na Escócia³⁸, que é uma rede de líderes empresariais, empresários e executivos que tenham uma ligação com a Escócia e que têm o objetivo de ver as empresas escocesas a ter sucesso no país e no resto do mundo. A rede foi iniciada pela Scottish Enterprise, em 2001, e tem ajudado a transformar os negócios escoceses ao dar apoio para que possam competir à escala do mercado global. Portugal já tem iniciativas semelhantes, nomeadamente a Plataforma de Mobilidade Profissional Global.

Fora da Europa, as estratégias de recuperação de emigrantes são mais frequentes, podendo referir-se as seguintes:

Na Austrália, o Programa “Elevate 61”³⁹ é vocacionado para a capacitação para o empreendedorismo, numa lógica de vinculação com os emigrantes. O objetivo é permitir que empresas australianas de elevado desempenho acelerem o seu crescimento nos Estados Unidos da América. Para isso, os participantes têm acesso a uma rede de empreendedores australianos e estabelecidos nos EUA, investidores, conselheiros e corporações globais. Desta forma são criadas e desenvolvidas condições e oportunidades para aumentar a compreensão que cada empresa tem dos seus mercados, refinar a sua proposta de valor, identificar mercados alvo e desenvolver mais eficazmente a sua capacidade para alcançar e vender para potenciais clientes, parceiros e investidores. Realizam-se workshops para se poderem cumprir os objetivos a que se propõem. De certa forma, podemos considerar que, quer o Programa Mentores para Migrantes, como a Plataforma de Mobilidade Profissional Global, revelam pontos de contacto com este programa.

Na Argentina, foram introduzidos alguns programas para reativar atividades científicas e técnicas e um destes pode ser considerado um incentivo ao retorno porque tem como destinatários os doutorados que tenham completado o seu trabalho de tese no estrangeiro e procurem uma posição de investigação na Argentina (OCDE, 2008: 202). Foi também introduzido o programa Raíces dedicado a promover o retorno dos nacionais qualificados e à criação de redes de conhecimento através de mecanismos de cooperação científica e do desenvolvimento de redes de investigadores (OECD, 2016).

Em Portugal, não se conhecem iniciativas deste tipo e isto constituiu uma das queixas de alguns dos entrevistados no âmbito do presente trabalho.

³⁸ Mais informações disponíveis em: <http://www.globalscot.com>.

³⁹ Mais informações disponíveis em <https://www.elevate61.com.au/>.

Na Colômbia, o Programa “Colômbia nos Une”⁴⁰ tem o objetivo de interligar os colombianos no estrangeiro e torná-los sujeitos de políticas públicas, tendo presente que a emigração constitui uma realidade no país. Procura estabelecer as condições para os cidadãos que desejam migrar voluntariamente e de forma ordenada, garantindo a proteção dos seus direitos. Prevê manter os vínculos dos migrantes com o país e prestar apoio para o seu eventual regresso. O programa materializa-se nos objetivos seguintes: 1) gerar iniciativas, projetos e estratégias orientadas para estabelecer contactos e promover atividades de colaboração entre colombianos dentro e fora do país e proporcionar contribuições positivas da migração às problemáticas e necessidades reais do país; 2) gerir iniciativas institucionais para os colombianos no estrangeiro e as suas famílias na Colômbia, em termos de segurança social, abertura de contas poupança em bancos colombianos a partir do estrangeiro, aproveitamento adequado das remessas e informação e orientação sobre a homologação e equivalência de diplomas; 3) desenvolver ações para promover a migração ordenada e regulada; 4) promover ações orientadas para proporcionar um regresso em condições positivas para os colombianos que decidam regressar ao país; 5) desenvolver processos sociais em rede que permitam incrementar o capital social das comunidades colombianas no estrangeiro.

Também na Colômbia, foram introduzidas medidas para assegurar a reintegração de cientistas expatriados que retornem, nomeadamente em projetos de investigação em curso, à semelhança do que aconteceu na Argentina (OCDE, 2008: 202). Foi também criada a possibilidade de contrair empréstimos para abrir lojas ou para criar empresas inovadoras e foi criada uma campanha de recrutamento destinada a colombianos residentes no estrangeiro (OCDE, 2008: 202). Como a mobilidade estudantil subiu bastante nos últimos anos, uma questão premente é a facilitação dos processos para a equivalência dos diplomas e a Colômbia também já dá atenção a essa dimensão (OCDE, 2008: 2002).

Na China, incentivam-se os regressos de jovens diplomados através da oferta de tratamento preferencial na colocação no mercado de trabalho, promoção social, salários e programas sociais em geral⁴¹. A valorização da aquisição de competências ou experiência profissional no estrangeiro são exemplos de reivindicações veiculadas nas respostas ao inquérito realizado e constitui uma das áreas lacunares em que se pode investir em termos de políticas de recuperação de emigrantes portugueses.

No Equador, foi estimulado um novo objetivo nas políticas de emigrantes. O website da Secretaría Nacional del Migrante (SENAMI) continha, em 2011,⁴²o slogan “estamos a arranjar a casa para poderes regressar” (Boccagni e Lagomarsino, 2011). Neste mesmo website valorizava-se o emigrante e exaltava-se o seu papel no país. O programa Bienvenid@s a casa incluiu um conjunto de projetos e iniciativas institucionais com o objetivo de proteger e apoiar os equatorianos no estrangeiro. O plano centrava-se no apelo aos direitos humanos dos imigrantes (incluindo o de liberdade de circulação) em oposição ao que acontece na União Europeia e nos EUA. Até 2011, teve lugar a implementação de diversas iniciativas com o objetivo de facilitar o regresso físico, mas também estimular investimentos produtivos dos retornados, assim como fortalecer o envolvimento e a comunicação dos emigrantes com o território de origem (Boccagni e Lagomarsino, 2011). Uma forte comunicação com os emigrantes portugueses constitui uma das áreas em que se deve apostar em termos de políticas de emigração.

40 Mais informações disponíveis em: <http://www.colombianosune.com>.

41 Para mais informação, cf. Zweig, D. (2006), “Learning to Compete: China’s Efforts to Encourage a Reverse Brain Drain”, in Kuptsch, C. and E.F. Pang (eds.), *Competing for Global Talent*, International Institute for Labour Studies, Geneva.

42 A iniciativa é descrita num trabalho de 2011. Durante a elaboração do relatório apesar de a iniciativa ter sido pesquisada, o *slogan* referido não foi encontrado.

Nas Filipinas, existe um programa de reintegração orientado para o aconselhamento familiar, a formação profissional e acesso ao crédito para criar um negócio, e a formação em desenvolvimento de competências e aconselhamento familiar.⁴³

Na Jamaica, um programa iniciado em 1993 (e em curso pelo menos até à data do documento que o refere) estimula o retorno através do acesso a determinados serviços, autorização para ter contas convertíveis em moeda estrangeira, ou vantagens em juros, assim como assistência na reintegração (Thomas-Hope, 1999).

O “Programa 3x1”⁴⁴, no México, apoia a iniciativa de migrantes organizados para realizar projetos que contribuam para o desenvolvimento das suas localidades de origem, em obras de caráter educativo, comunitário ou social. Por cada dólar investido, o governo contribui com três pesos, e daí deriva a designação do programa. Este programa é muito semelhante ao Programa 50/50 Português, embora os valores das participações difiram entre os países.

A Tunísia, tem um sistema para facilitar o retorno e a reintegração dos emigrados e suas famílias. Graças à dimensão económica deste sistema, pretende-se encorajar os tunisinos que vivem fora a investir em projetos na Tunísia. Podem importar bens de capital para estes projetos e para tal não é necessário que regressem (OCDE, 2008: 202). Bel Haj Zekri (2007, citado em OCDE, 2008: 202) refere ainda que os tunisinos que vivem no estrangeiro podem abrir uma conta bancária isenta de impostos em moeda estrangeira ou em dinares convertíveis, e podem transferir ativos. Como no caso português, a emigração recente é maioritariamente europeia e, à exceção do Reino Unido, para países de moeda única, esta medida não parece ser muito relevante para o retorno de emigrantes portugueses.

A Moldávia, implementou uma alargada agenda política (programa PARE 1+1) que inclui a assistência aos moldavos no exterior e a promoção de investimentos produtivos através de transferências financeiras oficiais e apoio ao empreendedorismo. Criou igualmente, em 2010, um Concelho de Cientistas e Personalidades da Cultura nascidas na Moldávia, com o objetivo de ligar a diáspora científica com o desenvolvimento económico e científico do país de origem (OECD 2016).

O Salvador, criou, em 2002, um programa de co-financiamento (Unidos por la Solidaridad) destinado a canalizar as remessas coletivas provenientes de associações de emigrantes para projetos de construção de pequenas infraestruturas (escolas, centros comunitários, centros de saúde). O programa conta com a participação conjunta dos municípios, ONG, ministérios e o setor privado (OECD 2016).

43 Para mais sobre este assunto, Cf. Go, Stella P. (2012), *The Philippines and Return Migration - rapid appraisal of the Return and Reintegration Policies and Service Delivery*, International Labour Organization,

44 Mais informações disponíveis em: <http://www.gob.mx/sedesol/acciones-y-programas/programa-3x1-para-migrantes>

10

10. Cenários demográficos e de emprego

Os estudos que, no passado, têm estimado a evolução da população e do emprego em Portugal, não têm atendido de forma consistente e fundamentada à ação dos movimentos migratórios sobre as variáveis demográficas e sobre a oferta e a procura de emprego. Esta situação alterou-se nos últimos anos, existindo atualmente estudos prospetivos que, nos cenários construídos, refletem a influência dos movimentos migratórios (e, também, do retorno) nos cálculos realizados.

Os estudos que consideram as migrações nos exercícios prospetivos partem do cálculo dos saldos migratórios (diferença entre os que saem e os que entram no país) em determinado período para, através de processos estatísticos ou teóricos, estabelecerem cenários sobre a evolução da componente migratória.

Nas projeções realizadas pelo INE, em 2014, o saldo migratório foi considerado em dois cenários. Um pessimista, em que os saldos migratórios internacionais se mantinham negativos durante o período da projeção (de forma mais intensa até 2020, reduzindo a partir desse ano até 2060). Outro otimista, em que os saldos anuais passavam a ser positivos a partir de 2020 e aumentariam depois até 2035. Para além destes dois cenários, o INE considerou, ainda, um cenário sem migrações para aferir a ação dos fluxos de entrada e saída na evolução populacional (INE, 2014). Independentemente do cenário considerado para as migrações, a população portuguesa tenderá (em resultado da combinação das três componentes demográficas: fecundidade, mortalidade e migrações) a decrescer. Esta diminuição populacional é mais intensa quando se combinam baixos níveis de fecundidade com a manutenção de um saldo migratório negativo, ou com a ausência de movimentos migratórios. No primeiro caso, a população portuguesa passa de 10.487.289, em 2012, para 6.346.726, em 2060, e, no segundo caso, para 7.856.281. Esta tendência de diminuição populacional é comum a todas as regiões NUT II consideradas na projeção (INE, 2014). A consideração de outros níveis regionais (NUT III, por exemplo) e a inclusão dos saldos migratórios inter-regionais, possibilitaria a identificação de regiões demograficamente mais dinâmicas e de regiões em acentuada recessão demográfica (em que, por exemplo, a saldos migratórios internacionais negativos se juntam saldos migratórios internos igualmente negativos).

Outros exercícios prospetivos também postulam saldos migratórios negativos durante uma parte do período que consideram: até 2040-45 no caso da projeção realizada pela ONU, até 2030 na projeção de Mendes e Tomé (ambos citados em Craveiro et al., 2017).

Em termos de população ativa, a crise financeira de 2008 marca o final do período de expansão da população ativa que se vinha registando (com algumas oscilações) nos últimos 35 anos. Desde 2008, a população ativa decresceu a nível nacional e em todas as regiões NUT II do país (à exceção dos Açores e da Madeira que apresentam um ligeiro crescimento da população ativa) (Alves et al., 2017). A partir da constatação da redução da população total e ativa, caso a evolução demográfica fosse apenas influenciada pelo saldo fisiológico (diferença entre nascimentos e óbitos), o exercício prospetivo realizado por Oliveira e colaboradores (2017) estima, a nível nacional e regional, o saldo migratório necessário para manter a população em idade ativa no nível observado em 2015. Os dados obtidos pelos autores levam-nos a concluir que “Tal como acontece para o país, todas as regiões teriam de incluir fluxos migratórios para compensar o declínio da população em idade ativa renunciado pela dinâmica natural, mesmo nas regiões menos envelhecidas” (Oliveira et al. 2017: 166). Como é evidente na tabela seguinte, as migrações necessárias seriam mais elevadas nas regiões mais populosas.

Tabela 1 - Migrações necessárias para a manutenção da população em idade ativa, por região (2015-2060) (em milhares)

	Valor médio anual			Total acumulado	
	2015-2030	2031-2045	2046-2060	2015-2060	2015-2060
Portugal	63,3	97,9	63,9	74,8	3.439,9
Norte Litoral	22,1	33,0	23,7	26,2	1.204,6
Centro Litoral	13,8	19,2	13,3	15,4	709,7
Interior Norte e Centro	6,9	6,0	5,4	6,1	282,6
Lisboa	10,9	24,1	10,8	15,2	697,0
Alentejo	5,2	6,6	4,5	5,4	249,6
Algarve	2,1	4,1	2,0	2,7	125,6
Madeira	1,5	2,9	2,2	2,2	100,9
Açores	0,8	1,9	1,9	1,5	69,9

Fonte: Oliveira et al. (2017: 166)

A nível setorial, a evolução do emprego entre 2000 e 2013 foi, em praticamente todas as regiões, positiva nos setores da Informação e Comunicação e nas atividades de Consultadoria Científica, Técnica e similares. Os setores ligados às indústrias e à construção testemunham, durante este mesmo período, taxas de crescimento negativas (ainda que com importantes variações anuais ao longo do período) (Alves et al., 2017). A análise da evolução do emprego realizada pelos autores que se tem vindo a seguir mostra que:

“Em termos médios, o número de postos de trabalho tem-se vindo a reduzir nos setores de atividade (1), (2) e (3) para todas as regiões, enquanto os setores de atividade (5), (8), (9) e (10)⁴⁵ registam aumentos médios anuais na criação de emprego em todas as regiões (com exceção da Madeira). A região Centro, Lisboa e a região do Alentejo são as únicas que apresentam contrações de emprego para o setor de atividade (4). No entanto, os Açores, ao contrário das outras regiões NUTS II, registam um aumento médio anual do emprego para os setores de atividade (6) e (7), enquanto, por seu turno, a Madeira é caracterizada por uma redução média anual da criação de emprego para o setor de atividade (8) (0,79% ao ano)” (Alves et al. 2017: 83).

Em relação à evolução futura da economia nacional e, em particular, do emprego, existem diversos estudos prospetivos produzidos por entidades oficiais (Bando de Portugal, FMI, Comissão Europeia) e por diferentes académicos. Os resultados destes estudos foram revistos por Alves e colaboradores (2017), pelo que se sintetizam neste lugar apenas os resultados relativos à evolução do emprego, remetendo-se o leitor para esta obra e para os estudos originais para o aprofundamento dos pressupostos metodológicos de cada um dos exercícios prospetivos.

45 (1) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; (2) Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; (3) Construção; (4) Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração; (5) Informação e comunicação; (6) Atividades financeiras e de seguros; (7) Atividades imobiliárias; (8) Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio; (9) Administração pública e defesa; Segurança Social obrigatória; educação, saúde humana e ação social; (10) Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços (Fonte: INE).

Segundo a projeção da Comissão Europeia⁴⁶, a população ativa acompanhará a tendência de diminuição da população total, passando de 5.021 milhares, em 2013, para 3.334 milhares, em 2060. Nesta projeção, a evolução decrescente da população ativa não é acompanhada pela redução da taxa de atividade que passa de 73,1%, em 2013, para 75,2%, em 2060. Na projeção realizada por Saczak (2013), a redução da população ativa é acompanhada pela redução da taxa de atividade que passa de 58,3, em 2012, para 53,2%, em 2052.

O estudo realizado pelo Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Vocacional (CEDEFOP) sobre a oferta e a procura de competências em todos os países da UE apresenta uma visão sintética sobre as tendências de emprego por setores, grupos ocupacionais e qualificações e a evolução da força de trabalho em termos de idade e qualificações até 2025. Para o efeito recorre a dados harmonizados que permitem a obtenção de resultados consistentes com as previsões oficiais da EU ao nível do emprego e da população <http://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/country-reports/skills-forecasts>

No último exercício prospetivo realizado por esta instituição (European Centre for the Development of Vocational Training, 2015), estima-se que o emprego em Portugal registre um crescimento moderado até 2025, mantendo-se, contudo, no final do período, abaixo do nível verificado antes da crise de 2008. Estima-se que o crescimento do emprego será, sobretudo, no setor do comércio e outros serviços e que as maiores oportunidades de emprego (23%) serão para os trabalhadores qualificados dos setores agrícolas, florestais e das pescas. Em relação à qualificação da força de trabalho, calcula-se que um terço (33%) terá um elevado nível de qualificação (o que compara com os 23,9% verificados em 2013). Em síntese, o relatório estima que o crescimento económico terá um efeito limitado sobre o crescimento do emprego em Portugal.

Ainda segundo este relatório, Portugal registará um maior número de oportunidades de emprego em “ocupações com menor necessidade de qualificação até 2025, pese embora o facto de esta criação líquida de emprego nestas ocupações se dever principalmente a uma necessidade de substituição dessas ofertas de emprego” (Alves et al., 2017: 95). Atendendo a que diversas projeções apontam para o aumento da percentagem de população com formação pós-secundária ou superior (que em função das diferentes projeções, passará para um valor entre 18,7% e 53,2%, em 2060), é natural que se verifique um aumento da procura de empregos assentes no desenvolvimento de atividades qualificadas e a redução da procura de trabalhos menos qualificados.

Não obstante o aumento do nível de qualificação da população portuguesa e as deficiências do sistema económico em integrar uma força de trabalho mais qualificada, são recorrentes relatos de desajustamentos entre a oferta e a procura de trabalhadores qualificados. Por exemplo, o Hays Global Skills Index de 2017 (produzido pela consultora de recursos humanos Hays em parceria com a Oxford Economics) refere que o número de profissionais qualificados formados em Portugal não é suficiente para responder às necessidades das empresas, em especial nos setores do turismo, das tecnologias da informação e nas engenharias associadas à indústria. Segundo este relatório, uma vez que são precisamente estas áreas em que a geração de emprego é maior, assiste-se atualmente à obstrução da evolução do mercado de trabalho nacional (Hays, 2017).

Estes constrangimentos tenderão a refletir-se também no futuro. Diversas projeções apontam para um crescimento, até 2060, dos setores de atividade associados à Saúde, à Alimentação e Bebidas, e à Construção e Serviços Individuais e a uma redução nos setores da Administração Pública e Turismo (Albuquerque e Lopes,

46 Ver European Commission (2015). The 2015 Ageing Report. Economic and budgetary projections for the 28 EU Member States (2013-2060). Brussels: European Commission (disponível em: http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2015/pdf/ee3_en.pdf).

2011, cit. in Alves et al., 2017). Outros cenários assentam na concentração da economia nacional nos setores do turismo e da prestação de cuidados de saúde, ou, em alternativa, em processos de re industrialização em áreas intensivas em capital humano o que conduziria ao aumento do emprego no setor dos bens transacionáveis (Alvarenga, et al., 2011, cit. in Alves et al., 2017).

O estudo DEMOSPIN (2013) ao interligar as dinâmicas demográficas e económicas, quer a nível nacional, quer a nível regional, é particularmente relevante no âmbito do presente estudo. Em função dos diferentes cenários propostos pelos investigadores do estudo DEMOSPIN, espera-se uma evolução positiva dos setores primário e secundário, ou dos setores secundário e terciário. Dos diferentes resultados obtidos ressalta o reconhecimento de que, em todos os cenários considerados, a entrada de imigrantes para satisfazer as necessidades laborais das empresas é uma realidade inevitável. A necessidade de imigração deve, neste contexto, ser entendida como referindo-se quer à entrada de cidadãos de nacionalidade estrangeira, quer à entrada de cidadãos nacionais (por via do regresso, por exemplo). Em termos demográficos, ambos os fluxos constituem entradas de pessoas num espaço territorial, pelo que são habitualmente tratados como imigração no cálculo dos saldos migratórios.

A projeção da evolução da economia e das necessidades de recursos humanos realizada por Escária e colaboradores (2017), a partir da projeção demográfica de Oliveira et al. (2017), conclui que, em função dos diferentes cenários considerados, poderão, em termos globais, “ser necessários entre menos 455 mil pessoas (no Cenário Baixo) e quase um milhão e cem mil pessoas (no Cenário Alto)” (2017: 203). Nos três cenários considerados pelos autores, a necessidade de trabalhadores será uma constante (ainda que com flutuações) nos setores dos Serviços de apoio à produção, dos Serviços Sociais, do Turismo e, à exceção de um dos cenários, na Indústria intensiva em capital e conhecimento. Em termos de qualificação, os autores afirmam que as necessidades de trabalhadores de baixas qualificações diminuirão em qualquer um dos cenários e aumentarão as necessidades de trabalhadores altamente qualificados.

A conjugação da projeção demográfica com a projeção da evolução da economia e dos recursos humanos permite constatar que a evolução natural da população não conseguirá fornecer à economia o número de trabalhadores que esta poderia absorver “num cenário de pleno emprego, e muito menos assegurar o número de pessoas empregadas necessárias” (Albuquerque et al., 2017: 229). Particularmente evidente, neste cenário sem migrações, é a escassez de trabalhadores altamente qualificados e, também, de trabalhadores com baixos níveis de qualificação já a partir da próxima década. Quando são consideradas as migrações estima-se que o saldo migratório necessário para assegurar as necessidades económicas oscile entre +41 mil pessoas por ano (Cenário Baixo), +89 mil pessoas/ano (Cenário Histórico) e +103 mil pessoas por ano (Cenário Alto) (Albuquerque et al., 2017: 229).

A abordagem prospetiva realizada por Ferrão e colaboradores (2014) assenta numa metodologia diferente da seguida pelos estudos já mencionados. Neste estudo procurou-se conhecer as opiniões de cidadãos, empresários e autarcas relativamente à economia do futuro. A partir da identificação de três modelos de desenvolvimento presentes num conjunto variado de documentos estratégicos prospetivos, os autores concluíram que o modelo de desenvolvimento futuro da economia positivamente avaliado pelos três grupos de atores referidos é o que defende uma mudança apoiada no conhecimento científico, na melhoria da qualificação dos recursos humanos e no papel das PME (Ferrão et al., 2014).

Noutra linha de análise, encontram-se estudos que procuram estabelecer um perfil de especialização regional.

Neste âmbito, a ‘Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente para Portugal’⁴⁷ propõe que as regiões do Norte, Centro e Madeira deveriam dar prioridade aos setores das novas tecnologias; Lisboa, Algarve e regiões insulares, deveriam priorizar as atividades económicas ligadas ao setor náutico; as regiões de Lisboa, Alentejo, Algarve e Madeira deveriam investir no turismo; as atividades ligadas à saúde deveriam constituir domínios de intervenção prioritária para as regiões do Norte, Centro e Lisboa; o setor agroalimentar deveria constituir objeto de investimento pelas regiões do Alentejo e pelos Açores (Alves et al., 2017).

Igualmente com o objetivo de identificar processos de especialização regional, Félix Ribeiro e colaboradores (2015, cit. in Alves et al., 2017) propõem para as regiões litorais do território nacional (de Sines à região Centro) o seguinte mapa de especialização: a) setores da agricultura e da indústria, a ser desenvolvidos nas regiões do Alentejo e Centro; b) setores do conhecimento, cultura e turismo, transportes e serviços de consultadoria e financeiro, a desenvolver na região de Lisboa.

Os autores que temos vindo a seguir sintetizam as diferentes propostas em dois cenários de evolução distintos. O primeiro, propõe a “especialização da economia portuguesa ao nível do setor dos serviços, dinamizado pelo crescimento do turismo ou da prestação de cuidados de saúde”; o segundo, “assente num processo de reindustrialização e modernização dos setores produtivos mediante uma aposta no desenvolvimento tecnológico e da qualificação” (Alves et al. 2017: 102).

Em síntese:

A conjugação dos diversos exercícios prospetivos relativos às dinâmicas demográficas e às dinâmicas económicas, permitem identificar um conjunto de tendências pesadas e de incertezas de contexto determinantes para a adoção de um modelo de desenvolvimento relativo ao regresso dos emigrantes e, em particular, dos emigrantes qualificados e/ou empreendedores.

As tendências pesadas (que devido ao seu extenso alcance e intensidade tenderão a moldar o futuro do país) resultam da projeção para o futuro das tendências demográficas registadas nas últimas décadas em Portugal. A redução dos níveis de fecundidade, juntamente com a manutenção de saldos migratórios negativos, ou insuficientemente positivos para compensar o efeito da redução da natalidade, tem conduzido a uma diminuição sucessiva da população total e da população ativa. A redução da fecundidade é uma realidade há varias décadas (desde, pelo menos, 1960). Após um período em que a população ainda crescia devido, sobretudo, à inércia demográfica, assiste-se atualmente a uma tendência decrescente que se deverá manter no futuro próximo (devido ao mesmo processo de inércia demográfica) e cuja intensidade estará estreitamente relacionada com a evolução dos saldos migratórios. Nos diferentes cenários de evolução demográfica atrás apresentados, as migrações são uma componente reconhecidamente importante para mitigar (ou anular) o decréscimo expetável da população portuguesa, para manter constante a população ativa e para fornecer ao tecido económico os trabalhadores necessários (dos diferentes níveis de qualificação). Em nenhum dos trabalhos referidos é considerada de forma coerente e isolada a ação dos movimentos de regresso dos emigrantes que saíram do país nas últimas décadas (estes são integrados na componente geral da ‘imigração’). Se em termos demográficos esta ausência

⁴⁷ Governo de Portugal Governo de Portugal (2014). Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (EI&I). Lisboa: Governo de Portugal..

de diferenciação é justificável, ela não permite avaliar o potencial existente na diáspora para a promoção de estratégias de desenvolvimento nacional, regional e/ou local. O efeito do regresso dos emigrantes não assumirá, previsivelmente, valores que permitam, por si só, inverter as tendências demográficas identificadas por diversos autores. Mas permitirá contribuir para resolver constrangimentos existentes a nível setorial e/ou local e, sobretudo, para promover estratégias de desenvolvimento em áreas demograficamente mais deprimidas que poderão ser menos atrativas para os fluxos imigratórios tradicionais.

Neste sentido, uma política coerente de atração de emigrantes (com diferentes características sociodemográficas) é condicionada pela incerteza de contexto relativa ao modelo de desenvolvimento regional a prosseguir pelo país. Como se mostrou atrás, serão as regiões atualmente mais populosas que, no futuro, necessitarão de um maior volume de entradas. Mas, tal não significa, como também foi referido, que as regiões menos densamente habitadas não beneficiem da entrada de imigrantes. Nestas, para além dos imigrantes não-nacionais, os emigrantes regressados poderão assumir um contributo essencial, dado que, como já aconteceu em movimentos de regresso do passado, concorrem para a dinamização de regiões económica e demograficamente débeis. Neste sentido, trata-se de articular a estratégia de promoção de regresso dos emigrantes, com as diferentes configurações do modelo de desenvolvimento definido para o país (centralizado, regionalizado ou parcialmente regionalizado). O processo de estruturação do modelo de desenvolvimento do país determina, para além de uma determinada concepção sobre a coesão territorial, a definição de estratégias de desenvolvimento económico e de infraestruturas que possam sustentar o modelo de desenvolvimento prosseguido. Por exemplo, um modelo de desenvolvimento que enfatize a descentralização, assentará em iniciativas que, a nível económico, criem condições para a criação de empresas e polos de desenvolvimento em regiões não centrais do território nacional. Neste tipo de política, os emigrantes (frequentemente eles próprios naturais de áreas periféricas) poderão ser um ator central, conhecida que é a sua ligação ao local de origem e a sua reiterada intenção de regressar aos locais de onde partiram.

11. Conclusão e recomendações

Tal como referido anteriormente, no que respeita aos programas de promoção do regresso é difícil enunciar um conjunto preexistente e coerente de políticas ou de boas práticas. Na sequência do que foi apresentado neste documento, é fácil compreender que não faltam iniciativas, benefícios, apoios, projetos e programas que, potencialmente, poderão apoiar o regresso de portugueses qualificados e/ou empreendedores. Não existe, porém, uma estratégia nacional para a promoção do regresso dos emigrantes portugueses e essa falha só pode ser suprida com organização e vontade política. Este é um desafio societal que falta cumprir e sem o qual seremos, nas próximas décadas, uma sociedade e um país mais pobre.

Proposta de construção de um Modelo de Desenvolvimento com base em 5 áreas

- Política de informação e atividades de promoção do regresso de emigrantes;
- Estratégia complementar de incentivo ao investimento ao emprego e ao empreendedorismo de emigrantes regressados;
- Partilha de treino e aconselhamento (vai e vem);
- Incentivos económicos e fiscais;
- Alteração da estrutura institucional de apoio e promoção do regresso de emigrantes.

As recomendações de política que aqui fazemos resultam da análise dos instrumentos de política, dos resultados do inquérito por questionário aplicado online no âmbito do projeto Empreender 2020, da realização de um conjunto de Focus Group e de debates abertos sobre esta temática realizados nas regiões de convergência do Norte, Centro e Alentejo de Portugal. À semelhança do projeto de Lang e outros (2014), entendemos estas recomendações como estratégicas, em vários domínios desde a política económica, à política social e à comunicação. As recomendações gerais dizem respeito a aspetos políticos, sociais e económicos que parecem condição necessária para transmitir a confiança de que os emigrantes precisam para regressar, sem as quais, por muitos instrumentos de políticas que haja, na melhor das hipóteses se conseguirá apenas mais alguma vinculação (e não regressos). As recomendações de política económica centram-se nas questões da competitividade e as recomendações de política social envolvem a reintegração dos (potenciais) retornados. São necessárias novas ações de comunicação e marketing para reverter a degradação da imagem de Portugal em resultado da crise recente e dos programas de austeridade, por um lado, e para fazer chegar informação sobre as políticas de promoção do regresso, por outro.

Estratégia para o regresso dos emigrantes

Num roteiro que resuma o que foi dito definiríamos 5 conceitos principais para a construção de uma estratégia de atração de emigrantes portugueses:

- **Atrair:** definir migrantes-alvo; estratégia de comunicação; forte intervenção das instituições portuguesas no exterior;
- **Integrar:** definir setores prioritários, identificar regiões de integração, desenvolver estruturas de proximidade (linhas de apoio, plataformas online);
- **Valorizar:** aproveitar as experiências adquiridas pelos emigrantes no estrangeiro;
- **Empoderar:** formação, assistência na criação de empresas, incubadoras de empresas; programas de alocação de Personal Business Mentor;
- **Acompanhar:** monitorizar o regresso, os processos de inserção e o empreendedorismo dos regressados.

A inexistência de um Plano Estratégico para a Promoção do Regresso impede que seja possível tornar coerentes as medidas e iniciativas que se encontram dispersas. A forma como se dispersam financiamentos por vários projetos e programas muito semelhantes e com o mesmo público alvo impede a produtividade do investimento realizado e também, uma avaliação do retorno do investimento. A alocação ineficiente de investimento em estruturas de apoio e avaliação, de financiamento e de acompanhamento de projetos que correm em paralelo mostra uma ineficiência na gestão de recursos públicos que importaria alterar. Acresce que a maioria das medidas e iniciativas existentes tendem a não ser comunicadas de forma eficiente limitando a sua aplicação e denunciando, mais uma vez, falta de organização e coordenação. Os fundos existem, os apoios existem, as ideias existem, a vontade de muitos para regressar também existe, mas, ainda não estamos preparados para pôr todos estes elementos a funcionar em conjunto. Acresce que muitas destas iniciativas parecem não dispor de instrumentos de avaliação rigorosos que permitam concluir pela sua mais-valia, ou identificar modificações a serem introduzidas.

De entre os problemas estruturais que encontramos na tentativa de desenvolver um modelo de desenvolvimento centrado na temática do regresso de uma geração preparada estão algumas questões centrais. Algumas afiguram-se estruturais e são de difícil alteração, outras exigem apenas vontade política e social. Outras ainda, deverão ser facilmente alteradas por investimentos financeiros e políticos. Destacamos, nestas conclusões, alguns dos problemas que nos parecem mais relevantes: a invisibilidade da emigração; a invisibilidade do regresso de emigrantes; a política de carreiras, emprego e remunerações em Portugal; o escasso investimento e acompanhamento do capital humano; os desequilíbrios territoriais e as especificidades do território nacional; a deficiente estruturação das respostas políticas ao fenómeno estrutural da emigração portuguesa; a importância da criação de instrumentos financeiros que priorizem o investimento em políticas de retorno do capital humano nacional que se encontra expatriado.

1. A invisibilidade da emigração portuguesa em Portugal é um caso estranho. Sendo o país da União Europeia com mais emigrantes em proporção da população residente, a emigração não é parte inteira da sociedade

portuguesa. A questão da emigração portuguesa (contemporânea ou histórica) surge apenas esparsamente no espaço mediático e ainda mais esparsamente no debate político. A sociedade civil presta pouca atenção coletiva à emigração portuguesa (com a exceção do mês de agosto) e a economia nacional (com a exceção dos negócios ligados a uma economia da saudade) ainda não aproveitou o potencial da existência de uma significativa diáspora espalhada por 5 continentes. A emigração é como um tema tabu sobre o qual não falamos, não pensamos e não intervimos coletivamente enquanto país.

2. Derivado diretamente da invisibilidade da emigração portuguesa está o retorno. O tema do regresso dos emigrantes é um não tema na sociedade portuguesa. Não existe em termos mediáticos, não tem centralidade política, não é importante para a academia, é pouco discutido pela sociedade civil. Nos últimos anos, de Portugal têm emigrado alguns dos mais empreendedores, dos melhores profissionais (em todas as áreas) e dos mais bem preparados jovens que o país conseguiu formar. O seu regresso é crítico para o nosso desenvolvimento económico, social e cultural e o seu não regresso massivo fará declinar o nosso potencial de crescimento económico e desenvolvimento sociocultural. Mesmo em termos demográficos, a emigração massiva dos últimos anos terá consequências imediatas contribuindo para a diminuição da população total e para um envelhecimento mais rápido da população presente em território nacional. A diminuição do número de nascimentos tenderá a acelerar nos próximos anos, influenciando de forma negativa as mutações demográficas já em curso, com respetivo impacto em vários índices e rácios demográficos. Sem a tomada de medidas - designadamente, medidas destinadas a promover o regresso de jovens emigrantes e a reter as gerações mais jovens em território nacional - não será possível manter o equilíbrio demográfico no país. Não podemos ficar satisfeitos com a tendência de descida da emigração portuguesa que ocorre desde 2013, ano em que a saída de portugueses do país atingiu o seu valor máximo deste século com cerca de 120 mil emigrantes. É certo que, atualmente, sai menos gente do país, mas os números das saídas continuam a ser muito elevados: em 2016, a emigração portuguesa manteve um volume de saída de 100 mil indivíduos (1% da população nacional). Esta fase de declínio "ligeiro, mas sistemático" da emigração portuguesa a partir de 2014, explica-se "pela retoma do crescimento económico em Portugal, expresso na revitalização do mercado de trabalho, com crescimento do emprego e descida do desemprego. Em todo o caso, tal como expresso no relatório da emigração recentemente apresentado, a emigração não desapareceu com a recuperação económica. Tal como sempre acontece no que se refere às questões demográficas, as alterações serão lentas. O crescimento do número de saídas nas últimas décadas traduziu-se na revitalização e criação de redes entre origem e destino, associadas às novas dinâmicas de facilidade de comunicação e informação nas nossas sociedades, que tornam hoje mais fácil e provável a escolha da emigração como trajetória de mobilidade. A cultura emigratória portuguesa secular foi reforçada ao longo das últimas décadas e faz hoje parte das opções de muitos indivíduos e famílias portuguesas. A emigração é significativamente mais dependente das condições de atração de países terceiros (vejam-se as razões da diminuição da emigração para Angola ou para o Reino Unido) do que das condições de retenção existentes em Portugal. Isto significa que a emigração atual deve merecer uma atenção redobrada, atendendo à secular experiência emigratória nacional, mas, também, à natureza diversificada da emigração contemporânea.

3. A política de carreiras, emprego e remunerações em Portugal é, comparativamente com outras economias desenvolvidas, um dos fatores de expulsão de recursos humanos do país. São vários e distintos os défices identificados.

Em primeiro lugar, o mercado de trabalho português é um mercado segmentado, ou polarizado, o que condiciona a existência de políticas de carreiras, emprego e remunerações homogéneas e coesas. Sendo esta uma

característica comum aos países da Europa do Sul (Grécia, Itália e Espanha), o mercado de trabalho incorpora diferentes segmentos aos quais se associam diferentes formas de inserção laboral, carreiras, remuneração e acesso ao sistema de proteção social (Petmesidou, 2015). A par de um “segmento primário” caracterizado por maior estabilidade no emprego, melhores salários, níveis de proteção social mais generosos, perspectivas de progressão na carreira, existe um conjunto de “segmentos secundários” com piores salários, menor estabilidade no emprego, fraca proteção social, forte insegurança e incerteza em caso de despedimento. Esta segmentação está tradicionalmente interligada com marcados dualismos entre, de um lado, os chamados insiders e do outro os outsiders (Andreotti et al., 2001; Ferrera, 1996). Estes, cada vez mais, são entrecruzados por diferenças entre grupos étnicos (nacionais/estrangeiros), de género (homens/mulheres) e, crescentemente, etários (jovens/adultos). Numa perspetiva de quem olha para o país a partir de experiências profissionais prévias em economias mais desenvolvidas (os potenciais regressantes), as expectativas salariais, de progressão na carreira associadas a vínculos laborais instáveis e, muito em particular, a empregos de carácter temporário e/ou de curta duração revelam-se limitadas. Uma das tendências que se agravou por efeito da grande crise, está associada ao facto de um trabalhador (não necessariamente jovem), depois de se ausentar do mercado de trabalho nacional, ao reentrar, apenas se poder reinserir nos segmentos secundários, não tendo a possibilidade de manter as condições de carreira, emprego e remunerações anteriormente detidas. As mudanças recentes no mercado de trabalho, de que alguns autores dão conta com base na análise de indicadores estatísticos (Carmo and Cantante, 2015; Valadas, 2017), implicam que, a par de uma maior criação de emprego em anos recentes, tenha também aumentado a precariedade e se tenha mantido uma política de baixos salários e uma ausência de planos de desenvolvimento de carreira. Estes pressupostos de inserção no mercado de trabalho afetam, sobretudo, os mais jovens e não distinguem qualificados de não qualificados. Esta é uma tendência no emprego público e no emprego privado.

Em segundo lugar, as políticas de desenvolvimento de carreiras em Portugal são quase inexistentes e, quando existem, na maior parte dos casos, estão dependentes de um paradigma de negociação coletiva que não premeia o mérito individual. Sobretudo no sector público, a evolução meritória é muito pouco valorizada e esse sinal trespassa para os ramos mais tradicionais do setor privado. Quando analisamos as experiências relatadas por portugueses qualificados ou muito qualificados no estrangeiro, um dos relatos recorrentes tem a ver com a existência de planos de desenvolvimento ou aceleração de carreiras, capazes de premiar aumentos de produtividade e rentabilidade do capital humano detido. A evolução de carreiras, e conseqüente valorização salarial, é um dos fatores de retenção de talento mais valorizado e, inversamente, pode funcionar, na sua ausência, para acelerar a expulsão de talento de território nacional.

Em terceiro lugar, no que se refere à remuneração auferida em Portugal face a profissões e atividades semelhantes nas economias mais desenvolvidas, a análise realizada mostra que será possível (e necessário) traçar uma estratégia de incremento das remunerações auferidas que permita aproveitar e rentabilizar o investimento em capital humano realizado pelo país nas últimas décadas. Sem um aumento incremental das remunerações médias no país não será possível aumentar a taxa de consumo, de poupança e de investimento que permita alavancar o crescimento do país no futuro. Encontramos vários exemplos em profissões específicas estudadas: enfermeiros; médicos, pilotos da aviação, engenheiros; arquitetos; cientistas; web developers; programadores, etc.. Muitos dos que saem não estão dispostos a abdicar do potencial de ganho da emigração pelas remunerações auferidas no país. A oferta de valores equivalentes a remunerações de “estágios profissionais IEF” em etapas de entrada na carreira generalizou-se como padrão remuneratório para os jovens e este padrão é socialmente inaceitável e economicamente imprudente.

4. Investimento em capital humano como estratégia para o presente nos conceder um melhor futuro. Ao longo das últimas décadas, Portugal foi incrementando o investimento em capital humano valorizando o seu principal recurso endógeno: as pessoas. Passámos, em poucas gerações, de uma sociedade de analfabetos a uma sociedade muito mais escolarizada e com formação profissional de vanguarda. As gerações sub 40 já estão num patamar de competitividade internacional muito elevado à escala global no que respeita ao seu capital humano, como o provam os recrutamentos de portugueses para um leque variado de empresas e setores de topo. A nossa estrutura produtiva começa a refletir esta mudança com uma alteração do peso dos setores primários de produção de bens para uma economia alavancada numa estrutura de serviços, de cada vez maior valor acrescentado endógeno, de que o turismo é o elo atual mais forte. Porém, muitas das nossas exportações estão ainda longe do potencial de valor que a incorporação de capital humano pode possibilitar. O que sabemos e somos capazes de fazer hoje em termos técnicos, científicos ou de design pode permitir duplicar ou triplicar o valor acrescentado do que produzimos, ou dos serviços prestados, num período temporal relativamente curto. Das vantagens competitivas consensuais em Portugal destacaríamos aquela que é única e endógena: “Portugal tem uma força de trabalho disponível, flexível, dedicada e produtiva, com um alto nível de educação em áreas orientadas para os negócios” (AICEP, 2017). O exemplo da Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos (APICCAPS) que definiu a atração de recursos humanos qualificados para o setor como o principal desafio para os próximos anos deve ser encarado como motivador também para outros setores.

Para rentabilizar o investimento em capital humano, é necessário apostar em centros de desenvolvimento dos produtos, em Investigação e Desenvolvimento e em interfaces que permitam assegurar uma rápida incorporação no setor produtivo dos conhecimentos de fronteira hoje alcançados pela comunidade de Investigadores e Cientistas. Num país com uma estrutura frágil de capital e muito dispersa por nano, micro e pequenas empresas, só a construção de estruturas partilhadas de Investigação e Desenvolvimento (de produtos, de serviços ou de estruturas de organização do trabalho, para só citar alguns exemplos) permitirá acelerar os ciclos dos produtos e acrescentar valor à inovação produzida. As startups tecnológicas e ligadas à biomedicina são exemplares na forma como a investigação de ponta está já a ser desenvolvida no nosso país e no potencial que o capital humano ao seu serviço consegue desbloquear. A criação de centros comuns de Investigação e Desenvolvimento, de desenvolvimento do produto e de inovação, em parceria com o Estado ou as Universidades e Politécnicos deve ser visto como um desafio estratégico para o mundo empresarial. Estes centros devem ser objeto de investimento misto (público e privado), sendo esta a única forma de partilhar riscos e benefícios no médio prazo, para um país cuja economia está tão descapitalizada como a nossa.

Assegurar que os procedimentos para o reconhecimento e equivalência de habilitações académicas e competências profissionais adquiridas no estrangeiro sejam o mais simplificados possível, e que os colaboradores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do GAE (Ministério dos Negócios Estrangeiros), do GAEM (ACM) e das entidades de certificação (Universidades e Politécnicos) sejam detentores da informação necessária para as comunicar é um objetivo a concretizar no curto prazo. A não utilização de capital humano altamente valorizado apenas por questões de disfuncionamento dos serviços de certificação é altamente ineficaz. A solução passa pela adoção de uma metodologia Simplex para estas situações e pelo envolvimento de todos os atores envolvidos no processo.

Urge contribuir para a generalização de processos flexíveis e ágeis de recrutamento por parte de empregadores (incluindo empregadores públicos) e para a estabilidade de emprego. Para esta agilização devem

contribuir redes como a Plataforma Profissional Global já existente, o Programa Mentores para Emigrantes, a iniciativa Matchpoint e o Match Opportunities (ferramentas construídas no âmbito do projeto Empreender 2020), que devem ser geridas de forma integrada. A criação de mecanismos que ajudem à transição dos emigrantes regressados para o mercado de trabalho português, sem perda de estabilidade de emprego, deve ser prosseguida (por exemplo, a criação de uma agência nacional de recrutamento que possa intermediar estes processos deveria ser considerada). Importa também contribuir para a (re)construção de planos de carreira de longo prazo nos diversos sectores económicos e profissões específicas (e.g. na carreira académica e de investigação; na carreira de enfermagem; na carreira médica), de acordo com as necessidades do país e diferenciando o que é distinto, devendo tal ser assumido por todos, sociedade, estado e mundo empresarial. Sem recursos humanos capacitados não temos possibilidade de sustentar o nosso futuro coletivo.

5. Portugal, território uno é afinal um país de contrastes. As migrações internas e internacionais das últimas décadas tornaram o país menos homogéneo do que já fora no passado. Duas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) e o Algarve distinguem-se na estrutura económica do país devido às suas especificidades. Estas especificidades são responsáveis pela atratividade diferenciada de capital a estas geografias e, como a teoria dos sistemas migratórios bem explica, os fluxos de capital e os fluxos migratórios tendem a estar associados. No caso português, as migrações internas (mas também a imigração) tendem a escolher estas áreas como destino provocando uma derama migratória e um despovoamento de outros territórios, designadamente do interior do país. Estas migrações tornam-se recorrentes e o esvaziamento do território impede novos investimentos produtivos que impliquem necessidades de mão-de-obra localizada num ciclo vicioso negativo que desertifica áreas extensas do país. A solução passa, necessariamente, por uma discriminação positiva para alguns territórios na captação de recursos humanos. O exemplo já existente para a atribuição de incentivos e apoios à fixação de médicos em estabelecimentos de saúde do Serviço Nacional de Saúde que se localizem em zonas do país onde existam mais carências de recursos humanos, pode e deve ser estendido a outras profissões dependentes do setor Estatal. Em simultâneo, no que concerne o sector privado, deverá ser criado um regime fiscal bonificador para a criação de emprego por parte de novas empresas nas zonas mais despovoadas que apoiem especificamente o regresso de capital humano ou de profissionais jovens qualificados. Estimular o regresso individual de emigrantes empreendedores para territórios de baixa densidade faz parte da solução. A criação de incentivos bonificados (majorados) ao regresso para territórios de baixa densidade (ex. medidas fiscais; bonificação dos descontos para a Segurança Social, apoios familiares) ou a eficaz comunicação dos programas e regimes fiscais já existentes de forma eficiente deve fazer parte das estratégias do país e das entidades e instituições nos diferentes níveis.

Importa ainda desenvolver específicas medidas económicas, financeiras e fiscais diferenciadas para territórios com atratividade distinta (o que pressupõe assumir que estes territórios existem). Estas medidas, destinadas a empresas, devem incentivar o empreendedorismo emigrante e, quando adequado, apoiar o seu regresso. A solução passa pela criação de um plano específico para a atração de investimento empresarial para territórios de baixa densidade que contemple o regresso de emigrantes empreendedores (ou seja, integrar o regresso dos emigrantes nas estratégias de desenvolvimento regional).

Ao reconhecer as virtualidades de uma diferenciação regional das estratégias de ação estamos a reconhecer a dificuldade em encontrar estratégias que possam ser seguidas a todo o tempo em todas as regiões do país. O regresso dos emigrantes, tal como o processo de partida, é um somatório de muitas histórias individuais e cabe ao Estado e à sociedade construir um cardápio de possibilidades que fomentem, encorajem e apoiem esse regresso, mas sem pretender criar um programa único de carácter universal.

Outra prioridade consistirá em envolver emigrantes regressados em políticas de desenvolvimento local/regional de longo prazo, valorizando as suas competências e experiências adquiridas no exterior, considerando-os recursos válidos para o desenvolvimento, e não só o capital económico de que sejam detentores. Este envolvimento pode ser feito utilizando as potencialidades que são referidas pelos instrumentos de política já existentes, como o Programa Mentores para Migrantes ou a Plataforma de Mobilidade Profissional Global. As políticas (estratégias) a adotar no sentido de promoção do regresso dos emigrantes permitirão sustentar processos de desenvolvimento em curso, ou encetar novas iniciativas empreendedoras. Em qualquer dos casos, deverá ter-se presente a necessidade de avaliar se estas contribuem para a concentração dos benefícios destas medidas no curto prazo (e para um número reduzido de beneficiários), bem como a difusão dos seus custos no longo prazo (e para a generalidade dos contribuintes nacionais).

6. Um dos principais desvios à otimização no nosso olhar sobre o que já existe e o que falta fazer (no que concerne ao regresso de uma geração preparada) tem a ver com duas áreas: organização e comunicação, isto é, organização política e social e comunicação eficaz.

As duas principais instituições que lidam com a emigração portuguesa – Secretário de Estado das Comunidades (e na sua dependência a DGCCP) e ACM, I.P., – deverão estar bem articuladas e ter canais de informação e colaboração em permanência (o GAID e os GAE, com o GAEM e o GARE), assegurando que não há duplicação de funções nem informação incoerente. Na análise que fizemos, pese embora a escassez de informação disponível sobre os gabinetes, os programas ou os projetos do passado ou em curso, verificam-se múltiplas sobreposições que penalizam o erário público, sem que daí decorra qualquer vantagem, antes pelo contrário. A otimização da estrutura estatal permitirá canalizar recursos para onde poderão ser melhor aproveitados. Também neste domínio será benéfica a introdução de procedimentos de avaliação coerentes e transparentes que permitam aferir o custo e o benefício decorrente da multiplicação de estruturas direcionadas para a prestação de serviços de carácter muito similar. Esta necessidade de avaliação rigorosa e transparente estende-se aos projetos em que os emigrantes surgem como sujeitos de análise centrais (através do mapeamento das suas iniciativas empresariais, das suas formas de organização, da sustentação de diásporas de diferentes tipos, de promoção das suas iniciativas empresariais no exterior e em Portugal, etc.).

Na perspetiva de que também é nas condições sociais e económicas que reside a atração para o regresso e que, pelo que os resultados do inquérito apontam, a envolvente socioeconómica portuguesa não está atualmente a ser valorizada pelos emigrantes, pois é um dos fatores apontados como impeditivo ao regresso, mencionado com recorrência, quer nos comentários adicionais, quer em resposta à pergunta sobre os incentivos à criação de um negócio em Portugal, torna-se necessário encorajar migrantes que se pretende que regressem, para que possam voltar a ter confiança na sociedade e na economia (Thomas-Hope, 1999). Com a economia portuguesa em crescimento evidente e sem o “fantasma” da crise, o caminho para regressos de emigrantes mais recentes (no horizonte já comprovado cientificamente das permanências de cinco anos de estrangeiro) poderá ser trilhado. Nada impede, no curto prazo, que se continue a apostar no envolvimento virtual com a emigração portuguesa pelo mundo, conforme as políticas listadas, o que constitui um canal de preparação para esse regresso potencial e, assim, uma via moderna de combate ao “eterno mito” do retorno, inexistente aquando do surgimento do conceito.

Para desenvolver uma estratégia de apoio ao regresso de emigrantes portugueses do estrangeiro, importa assegurar uma definição clara dos destinatários dos instrumentos de política. Para atrair e estimular o regresso e a vinculação de emigrantes qualificados e empreendedores, é necessário assegurar que esse

objetivo está bem claro nas políticas migratórias de vinculação e de promoção do regresso. A solução passa por construir, de forma participada e participativa, uma estratégia nacional para a promoção do regresso dos emigrantes portugueses com todos os stakeholders envolvidos, incluindo os próprios emigrantes. O envolvimento da rede diplomática nacional e dos diferentes gabinetes já existentes (GAE, GARE, GAID, etc.), da AICEP, bem como do movimento associativo, do setor empresarial e do poder local é essencial para congregar o país e a sociedade num objetivo comum. Incluímos nesta recomendação de (re)organização a necessidade de uma maior articulação entre iniciativas municipais, regionais e nacionais de política de desenvolvimento económico, de medidas nacionais de apoio e estímulo ao empreendedorismo e o alargamento do estímulo à desburocratização inerente ao programa SIMPLEX para as áreas e públicos alvo a que respeitam estas políticas. Neste âmbito, debater as medidas e iniciativas de promoção de regresso, assim como todas as políticas relativas à emigração, deverá ser entendido como um exercício salutar de uma reflexão e discussão racionalmente informadas. Neste, como noutros domínios, não deverá imperar o pensamento único e a discussão das medidas, com os próprios emigrantes, a comunidade académica, os empresários, as autoridades locais, deverá fazer parte de uma prática regular do processo de elaboração de políticas dirigidas à emigração e ao regresso. Se, como é reconhecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, os emigrantes têm um ‘cosmopolitismo ao rés-do-chão’ é importante que a sua capacidade empreendedora, de integração e de ligação seja reconhecida e valorizada nas instâncias de definição de políticas de emigração e de regresso.

No que respeita à comunicação, começamos por encontrar um certo desencanto como a forma como são comunicadas as condições socioeconómicas macro em Portugal. Na perspetiva de que também é nas condições sociais e económicas que reside a atração para o regresso e que, pelo que os resultados do inquérito apontam, a envolvente socioeconómica portuguesa não está atualmente a ser valorizada pelos emigrantes. As razões têm a ver, quer com os conteúdos da informação transmitida, quer com os media e formatos utilizados na sua difusão. As possibilidades são vastas, mas a utilização de técnicas de comunicação do século XXI (redes e media sociais) aliadas à seriedade e verificabilidade da informação que é comunicada é a única forma de transmitir o Portugal real. A solução aqui passa por saber comunicar de forma eficiente as oportunidades existentes face à realidade do país; por reforçar e aperfeiçoar as plataformas de comunicação existentes, como o Portal do ACM, a Portugal Lá Fora ou a Plataforma de Mobilidade Profissional Global e desenvolver outras para que a informação sobre todos os instrumentos de política analisados chegue aos seus destinatários numa perspetiva de continuidade. Finalmente, reestruturar todo o processo de comunicação integrando a informação dispersa numa só plataforma de comunicação, sendo mais radical e exigindo maior investimento, é a melhor forma de aproveitar o trabalho já realizado, mas tornando-o muito mais produtivo.

7. Investir significa dispor de capital (e de tempo para aguardar o retorno do investimento). Em Portugal, o capital é escasso, estruturalmente escasso. Sem capital para investir não é possível reprogramar o retorno dos emigrantes que saíram de Portugal nos últimos anos. Importa perceber o que significa o capital humano já perdido (na ordem dos milhares de milhões de investimento realizado na formação de jovens muito qualificados), mas importa muito mais saber calcular o potencial de retorno que esse investimento poderia trazer ao país. Não investir agora no seu retorno significa inscrever esta “imparidade” nos balanços do país. A otimização dos recursos, gabinetes, programas e projetos existentes permitirá libertar recursos para este investimento. Mas não chega. Importa criar soluções de longo prazo, como um fundo de investimento para apoio específico de projetos que interliguem a diáspora e empresas nacionais (capital semente; capital de risco; capital de investimento). Este fundo deverá ter uma origem em investimento público, mas também em investimento privado e deverá ser considerado estratégico para o país. Uma forma de obter recursos

financeiros que são escassos no país é capitalizar este fundo (também) a partir da própria diáspora e com o recurso a outros fundos já existentes como o Fundo para as Relações Internacionais (FRI I.P.). Para a concretização destes objetivos, importará desenvolver e aprofundar a cultura de confiança entre o Estado (e as suas instituições) e os emigrantes, possibilitando que este possa ser considerado como um parceiro no desenvolvimento dos projetos de regresso dos emigrantes e nos seus projetos de investimento.

8. As políticas de vinculação devem ser compatibilizadas com políticas sociais. Neste âmbito, importa assegurar que os processos de transferência de benefícios sociais e pensões para Portugal, ao abrigo de acordos bilaterais de segurança social celebrados entre os países de acolhimento e o país de origem sejam simples e rápidos para os emigrantes que regressam. A criação de uma estrutura interministerial dedicada a estes processos permitirá agilizar e evitar o desperdício de tempo e recursos na gestão destes processos. Devemos considerar que cada vez mais a *migração circular* vai fazer parte do futuro, seja com portugueses, seja com imigrantes estrangeiros, razão pela qual as políticas sociais deverão integrar essa dimensão e valorizar as competências adquiridas no estrangeiro. Os sistemas de pensões, saúde, e as políticas sociais devem reconhecer e transferir pagamentos feitos no estrangeiro (Lang e outros, 2014).

A estratégia de promover o regresso e o empreendedorismo dos emigrantes portugueses deverá merecer uma atenção especial por parte de diferentes instituições e setores da sociedade. Ela deve assentar, antes de mais, num conhecimento fidedigno das comunidades portuguesas. O desenvolvimento de estudos científicos deve incidir sobre dimensões que ainda não são suficientemente conhecidas sobre o regresso de emigrantes, nomeadamente, aferir qual o alcance que as recentes políticas dirigidas à emigração portuguesa estão a ter e o que precisa de reajustamento (com base em inquéritos difundidos com o contributo de associações de migrantes, mas também com base em avaliações dos utilizadores dos gabinetes ou dos programas existentes). Para além da informação sobre o número dos que residem no exterior e daqueles que anualmente deixam o país, importa também apreender as suas características sociodemográficas. Neste sentido, a realização de estudos específicos deverá permitir identificar os recursos e o potencial existente na diáspora portuguesa, os interlocutores (a diferentes níveis) das comunidades portuguesas no exterior, as histórias das diásporas, etc.. Este conhecimento das diásporas e a respetiva publicitação constituirá uma forma de promover a integração das comunidades portuguesas no exterior na sociedade nacional e de estabelecer relações de confiança entre os diferentes atores que intervêm na realidade emigratória portuguesa. A criação de relações de confiança (entre as diásporas e o Estado) é condição primordial para promover estratégias de extração de obrigações, como são as que procuram capitalizar para a economia e a sociedade portuguesa os recursos existentes na emigração.

12. Referências bibliográficas

AICEP (2016). Portugal Global. O empreendedorismo da diáspora portuguesa. Lisboa: (disponível em: http://portugalglobal.pt/PT/RevistaPortugalglobal/2016/Documents/Portugalglobal_n85.pdf).

Albuquerque, P., Craveiro, D., Escária, V., Abreu, D., Costa, E. M., Oliveira, I. T., Malheiros, J., Peixoto, J., & Alves, J. (2017). Necessidades de recursos humanos e migrações de substituição: resultados de um exercício prospetivo (2015-2060). In J. Peixoto, D. Craveiro, J. Malheiros & I. T. Oliveira (Eds.), *Migrações e sustentabilidade demográfica: Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas* (pp. 205-230). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Alexandre, F. (2017). *Investimento Empresarial e o Crescimento da Economia Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Alves, J., Albuquerque, P., Escária, V., Abreu, D., & Costa, E. M. (2017). Futuro da economia: definindo cenários prospetivos (2015-2060). In J. Peixoto, D. Craveiro, J. Malheiros & I. T. Oliveira (Eds.), *Migrações e sustentabilidade demográfica: Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas* (pp. 69-102). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Baganha, M. I., & Góis, P. (1998/1999). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 229-280.

Carmo, R. M. d., & Cantante, F. (2015). Precariedade, desemprego e proteção social. Caminhos para a desigualdade? In R. M. d. Carmo & A. F. d. o. Costa (Eds.), *Desigualdades em Questão. Análises e Problemáticas* (pp. 75-90). Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Craveiro, D., Gomes, C. S., Moreira, M. J., Malheiros, J., Oliveira, I. T., & Peixoto, J. (2017). Futuro da demografia: situação atual e cenários prospetivos. In J. Peixoto, D. Craveiro, J. Malheiros & I. T. Oliveira (Eds.), *Migrações e sustentabilidade demográfica: Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas* (pp. 43-68). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

DEMOSPIN (2013). *Demografia Economicamente Sustentável - Reverter o declínio em áreas periféricas (DEMOSPIN)*. Relatório de Execução Científica: disponível em: http://www.ua.pt/getin/InvestigCientifica_DEMOSPIN.

Escária, V., Albuquerque, P., Abreu, D., Costa, E. M., & Alves, J. (2017). Projeções da evolução da economia e estimação das necessidades de recursos humanos: resultados dos modelos económicos (2015-2060). In J. Peixoto, D. Craveiro, J. Malheiros & I. T. Oliveira (Eds.), *Migrações e sustentabilidade demográfica: Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas* (pp. 185-203). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

European Centre for the Development of Vocational Training (2015). *Skills forecasts country report - Portugal*. Thessaloniki: CEDEFOP.

European Commission (2015). *The 2015 Ageing Report. Economic and budgetary projections for the 28 EU Member States (2013-2060)*. Brussels: European Commission (disponível em: http://ec.europa.eu/economy_finance/).

[publications/european_economy/2015/pdf/ee3_en.pdf](#)).

Ferrão, J., Ramos, A., Mourato, J., Pato, J., Bina, O., & Carvalho, R. (2014). *A Economia do Futuro: A visão de cidadãos, empresários e autarcas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Gomes, R. M. (2015). *Fuga de cérebros. Retratos da emigração portuguesa qualificada*. Lisboa: Bertrand.

Governo de Portugal (2014). *Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (EI&I)*. Lisboa: Governo de Portugal.

Hays (2017). *Regional Dynamics of the Global Labour Market. Skills in Demand and Tomorrow's Workforce. The Hays Global Skills Index 2017*: disponível em: <http://www.hays-index.com/wp-content/uploads/2017/09/Hays-GSI-Report-2017.pdf>.

INE (2014). *Destaque do INE. Projeções de População Residente - 2012-2060*. Lisboa: INE.

Lang, T., Hämmerling, A., Keil, J., Nadler, R., Schmidt, A., Haunstein, S., & Smoliner, S. (2014). *Transnational Strategy for re-attracting and re-integrating migrants: Project funded by the ERDF in the frame of the CENTRAL EUROPE programme*, Leipzig: Re-Turn Consortium, Leibniz Institute for Regional Geography.

Marques, J. L. (2006). *Os Novos Movimentos Migratórios Portugueses. O Caso da Emigração Portuguesa para a Suíça*, Universidade de Coimbra.

Matozzi, M. (2016). *Portugueses de Torna-Viagem. A Representação da Emigração na Literatura Portuguesa*. Coimbra: Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

OECD (2016). *Perspectives on Global Development 2017. International Migration in a Shifting World*. Paris: OECD Publishing.

Oliveira, I. T., Craveiro, D., Gomes, C. S., Moreira, M. J., Malheiros, J., & Peixoto, J. (2017). *Demografia e migrações de substituição: resultados de um exercício prospetivo (2015-2060)*. In J. Peixoto, D. Craveiro, J. Malheiros & I. T. Oliveira (Eds.), *Migrações e sustentabilidade demográfica: Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas* (pp. 139-183). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Peixoto, J. (2004). *O impacto migratório do alargamento da União Europeia a Leste: A perspectiva europeia e a de Portugal*. In M. P. Fontoura & N. Crespo (Eds.), *O Alargamento da União Europeia - Consequências para a Economia Portuguesa* (pp. 105-122). Oeiras: Celta Editora.

Peixoto, J., Oliveira, I. T. d., Azevedo, J., Marques, J. C., Góis, P., Malheiros, J., & Madeira, P. M. (2016). *Retorno ao Futuro - A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Gradiva.

Pires, R. P. (1984). *Os Retornados : um estudo sociográfico*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Pires, R. P., & Espírito-Santo, I. s. (2016). *Saldos migratórios 2000-2013, OEm Fact Sheets*. Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Vidigal, I., & Veiga, C. M. (2017). *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico*

2017. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

Saczuk, K. (2013). *Labour Force Participation Scenarios for 27 European Countries, 2002-2052*. In M. Kupiszewski (Ed.), *International Migration and the Future of Populations and Labour Force Resources in Europe* (pp. 173-189). Heidelberg, New York, London: Springer.

Santos, N. P. d. (1991). *Emigração e Retorno: Dinamismos Locais da Integração*, *Cadernos de Geografia* (pp. 307-429).

Triandafyllidou, A., & Gropas, R. (2014). *Voting With Their Feet": Highly Skilled Emigrants From Southern Europe*. *American Behavioral Scientist*, 58, 1614-1633.

Valadas, C. (2017). *Crise e novas tendências do Mercado de trabalho*. In M. C. d. Silva, P. Hespanha & José Maria Castro Caldas (coords) (Eds.), *Trabalho e Políticas de Emprego. Um retrocesso evitável* (pp. 69-108). Lisboa: Actual Editora.

Wahba, J. (2015). *Selection, selection, selection: the impact of return migration*. *Journal of Population Economics*, 535-563.

Žvalionyte, D. (2014). *Return Migration Strategies - The Lithuanian Experience*. In M.-C. Mcaller (Ed.), *Home is where the heart is...A Conference on Return Migration from a Youth Perspective*. Dublin: Report of Conference Proceedings, Department of Foreign Affairs and Trade.



Promotor:



Parceiros:



Cofinanciado por:

